

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NATIVIDADE

PLANO DIRETOR DE
DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL

Maio 2005

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NATIVIDADE

PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Maio 2005

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

Marcelo de Carvalho Miranda – Governador

Raimundo Nonato Pires dos Santos – Vice-Governador

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE

Lívio William Reis de Carvalho – Secretário

Nilton Claro Costa – Subsecretário

DIRETORIA DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

Belizário Franco Neto - Diretor

SUPERVISÃO

Humberto de Campos - Arquiteto

PREFEITURA MUNICIPAL DE NATIVIDADE

Albany Nunes Cerqueira – Prefeito Municipal

Joaquim Lino Suarte – Vice-Prefeito

EQUIPE DE COORDENAÇÃO LOCAL

Cleone Barbosa Pinto – Coordenador

Justiniano da Silva Carneiro

Magdonalva Guimarães Camelo

Maria Botelho

Mário de Sena Filho

GRUPO CONSULTIVO LOCAL

Agência de Desenvolvimento Agropecuário do Tocantins – ADAPEC

- Márcia Araújo Borges Pinheiro
- Associação Comercial
- Wagner Araújo Camelo
- Ana Regivânia da Silva

Empresariado

- Ricardo Suarte

Escolas

- Deuziran Lopes Rocha Camelo
- Doraci de Paiva Moreira
- Elza Alves Pereira Camelo
- Estelita Guimarães Nunes
- Izabella Suarte
- Paulo Rogério Oliveira

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN

- Cláudia Márcia Monteiro da Silva

Ministério Público

- Márcia Mirele Stefanello Valente

Programa Monumenta

- Simone Camelo Araújo

ELABORAÇÃO

ca&co – camargo & cordeiro consultores associados s/s ltda.

COORDENAÇÃO GERAL

Luiz Alberto Cordeiro

Planejamento e Gestão Urbana

COORDENAÇÃO TÉCNICA

Sônia Helena Taveira de Camargo Cordeiro

Planejamento Estratégico e Urbano

EQUIPE TÉCNICA

Ademilton Pereira Lima

Socioeconomia

Ana Carolina Favilla Coimbra

Aspectos físico-territoriais

Cláudia Martins Dutra

Aspectos jurídicos e institucionais

Denis Vinicius Ricardo da Silva

Cartografia

Gunter Kohlsdorf Spiller

Aspectos urbanísticos e infra-estrutura

José Leme Galvão Júnior

Patrimônio histórico-cultural

Maurício Rafael Petrillo

Digitalização

Yara Camargo Cordeiro

Programação visual

- Fotografias – Luiz Alberto Cordeiro / Gunter Kohlsdorf Spiller / Clóvis / Sônia Helena
- Desenhos – José Leme Galvão Júnior
- Editoração – Yara Camargo Cordeiro

SUMÁRIO

RELAÇÃO DE FIGURAS	08
RELAÇÃO DE TABELAS E QUADROS	10
ABREVIATURAS E SIGLAS	12
APRESENTAÇÃO	15
RESUMO EXECUTIVO	18
I – REALIDADE ATUAL DO MUNICÍPIO	25
1. Aspectos Históricos	25
2. Inserção Regional	28
2.1. Localização	31
2.2. Acessibilidade e Transportes	32
3. Aspectos Físico-ambientais	34
3.1. Meio Ambiente Natural	34
3.1.1. Aspectos Geofísicos	34
Geologia e Geomorfologia	34
Relevo	37
Declividade	37
Pedologia	40
Erodibilidade dos Solos	42
Recursos Hídricos	42
Clima	45
Cobertura Vegetal	49
3.1.2. Áreas de Preservação Permanente	51
3.1.3. Outras Áreas a Serem Preservadas	51
3.2. Território Municipal	52
3.2.1. Estrutura Fundiária	52
3.2.2. Utilização da Terra	53
3.3. Estrutura Urbana	53
3.3.1. Evolução Urbana	53
3.3.2. Configuração Urbanística	57
Assentamento Original	57
Centro Histórico	60
Trama Urbana	64
Espaços Públicos e Privados	74
Cheios e Vazios	75
3.3.3. Usos e Ocupação do Solo	76
3.3.4. Habitação	78
3.3.5. Comunicações	80
3.3.6. Energia Elétrica e Iluminação Pública	81
3.3.7. Saneamento Ambiental	83
Abastecimento de Água	83

Esgotamento Sanitário e Drenagem Pluvial	86
Limpeza Urbana e Resíduos Sólidos	87
3.3.8. Sistema Viário e Transporte	88
3.3.9. Distritos e Povoados	94
4. Aspectos Sociais	97
4.1. Demografia	99
4.2. Cultura	105
4.3. Educação	108
4.4. Esporte e Lazer	112
4.5. Justiça e Segurança Pública	112
4.6. Saúde	113
5. Dinâmica Econômica	116
5.1. Extração Mineral	119
5.2. Pecuária	120
5.3. Agricultura	121
5.4. Indústria, Comércio e Serviços	123
6. Potencialidade Turística	125
7. Aspectos Político-institucionais	127
7.1. Estrutura da Gestão Municipal	127
7.2. Finanças Municipais	128
7.3. Legislação de Interesse do Município	130
8. Aspectos Relevantes para o Desenvolvimento	134
II - CENÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO	136
1. Construção dos Cenários Prospectivos	136
2. Cenários Alternativos de Desenvolvimento	137
2.1. Cenário Tendencial	139
2.2. Cenário de Estagnação	140
2.3. Cenário de Desenvolvimento	141
2.4. Cenário de Explosão do Crescimento	142
2.5. Cenário Futuro Selecionado	149
III – PROPOSTA	152
1. Desenvolvimento Municipal e Política Urbana	152
1.1. Projeções Populacionais	153
1.2. Contextualização Econômica do Cenário Selecionado	155
1.3. Objetivo Central para o Município	158
1.4. Estratégias para o Desenvolvimento Municipal e Urbano	158
2. Ordenamento Territorial	160
2.1. Macrozoneamento	160
2.2. Cidade Desejada	161
2.3. Centro Histórico	169
2.4. Sistema Viário	170

2.5. Diretrizes para o Uso e Ocupação do Solo Urbano	171
2.6. Diretrizes para o Parcelamento do Solo Urbano	172
3. Ações para o Desenvolvimento	173
3.1. Conceituação	173
3.2. Inter-relacionamento seqüencial das Ações de Desenvolvimento	185
4. Indicações para o Sistema de Planejamento e Gestão	194
4.1. Concepção	194
4.2. Instrumentos de Planejamento e Gestão	195
4.3. Estrutura Organizacional	197
4.3.1. Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável	197
4.3.2. Órgão Central de Planejamento	198
4.3.3. Órgãos Executores das Ações de Desenvolvimento	199
4.4. Subsistema de Informação para a Gestão Municipal	199
4.4.1. Concepção	199
4.4.1. Organismos Participantes	200
4.4.3. Conteúdo Básico	200
4.4.4. Forma de Estruturação	201
4.4.5. Topologia	202
4.4.6. Alimentação dos Dados e Produção de Informações	202
4.5. Mecanismos de Monitoramento e Avaliação	203
4.6. Participação Popular	203
BIBLIOGRAFIA	204

RELAÇÃO DE FIGURAS

Fig. 1 – Inserção regional	29
Fig. 2 – Área de influência direta de Natividade	31
Fig. 3 – Vista geral do Córrego Praia	32
Fig. 4 – Poções do córrego Praia	32
Fig. 5 – Acessibilidade	33
Fig. 6 – Ambientes geológicos	35
Fig. 7 – Compartimentação geoambiental	36
Fig. 8 – Formas de relevo	38
Fig. 9 – Declividade	39
Fig. 10 – Solos	41
Fig. 11 – Erodibilidade dos solos	43
Fig. 12 – Microbacias hidrográficas	44
Fig. 13 – Clima	46
Fig. 14 – Temperatura média anual	47
Fig. 15 – Precipitação média anual	48
Fig. 16 – Cobertura vegetal	50
Fig. 17 – Espaço vazio com as ruínas de edificação inacabada	54
Fig. 18 – Espaço vazio com área prevista para loteamento	54
Fig. 19 - A seqüência dos loteamentos e forma como a cidade foi se configurando ...	56
Fig. 20 - A Serra de Nossa Senhora de Natividade como elemento configurador da ocupação do solo	57
Fig. 21 – Estrutura urbana por volta de 1800	58
Fig. 22 - A presença visual constante da serra no cotidiano da cidade	59
Fig. 23 - A relação da serra com a cidade	60
Fig. 24 – Centro histórico tombado pelo IPHAN	61
Fig. 25 – Área incluída no Programa Monumenta	62
Fig. 26 – Imóveis tombados e de relevante interesse cultural	63
Fig. 27 – Pavimentação do centro histórico	63
Fig. 28 – Parte do núcleo original da cidade	64
Fig. 29 – Sistema viário do centro histórico	65
Fig. 30 - A trama urbana da ocupação histórica inicial	66
Fig. 31 – Vista parcial da configuração atual do centro histórico	67
Fig. 32 - Características da ocupação histórica inicial	67
Fig. 33 - A trama urbana das primeiras ocupações periféricas ao núcleo inicial	70
Fig. 34 - As primeiras ocupações periféricas ao centro histórico	71
Fig. 35 - Trama urbana dos loteamentos mais novos	71
Fig. 36 - Características da ocupação dos loteamentos mais novos	72
Fig. 37 - Trama urbana das áreas dos programas sociais	73
Fig. 38 - Características da ocupação das áreas dos programas sociais	73
Fig. 39 – Matriz de Nossa Senhora da Natividade	74

Fig. 40 – Igreja de São Benedito	75
Fig. 41 – Usos e Ocupação do Solo	78
Fig. 42 – Trechos abastecidos com energia elétrica e iluminação pública	82
Fig. 43 – Estação de Tratamento de água no Setor Ginásial e Reservatório de nível e elevado no Setor Sul.....	83
Fig. 44 - Esquema básico de abastecimento de água e trechos abastecidos	85
Fig. 45 - Coleta de lixo por caminhão com caçamba e disposição final em “lixão”	87
Fig. 46 - Sistema viário e rodoviário	89
Fig. 47 – Localização dos tipos de pavimentação	91
Fig. 48 - Tipos de pavimentação	92
Fig. 49 – Vistas dos distritos de Bonfim e de Príncipe.....	95
Fig. 50 – Espaço da D. Romana na Jacuba	96
Fig. 51 – Matriz ponto de encontro das folhas	106
Fig. 52 – “Esmola Geral”, seguida pela população	107
Fig. 53 – Grutas	125
Fig. 54 – Atrativos da Fazenda Pontal	126
Fig. 55 - Cachoeiras da fazenda Paraíso	127
Fig. 56 – Planta diagramática da cidade desejada	167
Fig. 57 – Abairramento	168

RELAÇÃO DE TABELAS E QUADROS

Tabela 1 - Região de influência direta de Natividade – população total, área territorial e densidade demográfica, por município, região e estado	30
Tabela 2 - Distância de Natividade às principais cidades	31
Tabela 3 – Percentual dos estabelecimentos rurais e da área ocupada por tamanho dos estabelecimentos	52
Tabela 4 – Número de quadras e lotes por loteamento	55
Tabela 5 – Número de imóveis segundo a ocupação por loteamento	79
Tabela 6 – Domicílios particulares permanentes e população residente segundo situação do domicílio na região de influência direta de Natividade – 2000	79
Tabela 7 - Total e percentual de domicílios particulares permanentes segundo a existência de instalação sanitária na região de influência direta de Natividade – 2000 ..	80
Tabela 8 – Distribuição percentual das ligações de energia segundo a categoria	81
Tabela 9 - Percentual de Domicílios Particulares Permanentes Segundo o Acesso à Água na Região de Influência Direta de Natividade – 2000	86
Tabela 10 - Linhas de transporte intermunicipal	93
Tabela 11 - Indicadores de Longevidade, Mortalidade e Fecundidade – 1991 e 2000	97
Tabela 12 - Indicadores de Renda, Pobreza e Desigualdade - 1991 e 2000	98
Tabela 13 - Indicadores de Renda Adequada por Extratos da População - 1991 e 2000	98
Tabela 14 - Índice de Desenvolvimento Humano – IDH-M	99
Tabela 15 - Índice de Condição de Vida – ICV	99
Tabela 16 - Taxas de Crescimento Populacional por Município, Região e Estado - 1970/80, 1980/1991, 1991/96, 1996/2000 e 1991/2000	100
Tabela 17 - Região de Influência de Natividade – Distribuição da População por Situação de Domicílio	101
Tabela 18 - Grau de Urbanização por Município, Região e Estado - 1970, 1980, 1991, 1996 e 2000	101
Tabela 19 - Razão de Sexo na População por Município, Região, Estado e Brasil – 1991, 2000	102
Tabela 20 - População residente por grupos de idade – 1991	102
Tabela 21 - Razão de Dependência Demográfica – 1991, 2000	104
Tabela 22 - Percentual de População por Domicílio e por Grupos de Idade, por Município, Região e Estado – 1991	105
Tabela 23 – Evolução da educação – 2000 / 2004	110
Tabela 24 – Evolução do atendimento pelo Programa de Saúde da Família	114
Tabela 25 – Evolução dos indicadores da Saúde da Criança	114
Tabela 26 – Evolução das notificações compulsórias	115
Tabela 27 - Indicadores de valor agregado da produção – 2003	117
Tabela 28 - Valor da produção por setor de atividade 2000 e 2003	117
Tabela 29 - Reservas Minerais em 2000	119
Tabela 30 – Indicadores da pecuária	120

Tabela 31 - Indicadores da Produção Agrícola - 2000 a 2003	121
Tabela 32 - Seleção para a implantação inicial do FORTER	122
Tabela 33 - Número de estabelecimentos segundo a categoria	123
Tabela 34 - Receita Realizada - 2002 e 2003	129
Tabela 35 - Índice de desenvolvimento humano - IDH-M - 1970 - 2000	138
Tabela 36 - Projeção da população municipal - 2001/2020	155
Quadro 1 - Pirâmide etária - 1991	103
Quadro 2 - Pirâmide etária - 2000, com intervalos disponíveis em 1991	103
Quadro 3 - Pirâmide etária - 2000, a intervalos constantes de faixa etária	104
Quadro 4 - Aspectos relevantes para o desenvolvimento municipal e urbano.....	135
Quadro 5 - Dimensões e atributos dos cenários	144
Quadro 6 - Dimensões e atributos do cenário futuro selecionado	149

ABREVIATURAS E SIGLAS

% - por cento

abs. - absoluto

ADAPEC - Agência de Desenvolvimento Agropecuário

Alfab. - alfabetização

APP - Áreas de Preservação Permanente

ASCCUNA - Associação Comunitário Cultural de Natividade

Av. - Avenida

BASA - Banco da Amazônia

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

CAN - Colégio Agropecuário de Natividade

CELTINS - Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins

com. - comércio

COMTUR - Conselho Municipal de Turismo

CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente

CONDEC - Coordenadoria Municipal de Defesa Civil

conj. - conjunto

CPRM - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais

Depend. - dependência

DERTINS - Departamento de Estradas e Rodagens do Tocantins

DETRAN - Departamento de Trânsito

Distrib. - distribuição

DL - Decreto Lei

DNER - Departamento Nacional de Estradas de Rodagem

DNIT - Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes

DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral

DOU - Diário Oficial da União

Educ. - educação

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

ETA - Estação de Tratamento de Água

Fig. - figura

fls. - folhas

FORTER - Projeto de Fortalecimento da Extensão Rural

FPM - Fundo de Participação dos Municípios

Fund. - fundamental

FUNDETUR - Fundo Municipal de Turismo e Cultura

FUPPAC - Fundo de Preservação ao Patrimônio Cultural Urbano de Natividade

g - grama

ha - hectare

hab. - habitantes

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

ICV – Índice de Condição de Vida
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IDH-M – Índice de Desenvolvimento Humano - Municipal
IDHM-E – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - Educação
IDHM-L – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - Longevidade
IDHM-R – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - Renda
IML – Instituto Médico Legal
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ind. – indústria
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano
IPVA – Imposto sobre Propriedade de Veículo Automotor
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte
ISS – Imposto sobre Serviços
ITBM – Imposto sobre a Transferência de Bens Móveis
JICA – Cooperação Técnica Japonesa
Kg – quilograma
Km – quilômetro
Km² – quilômetro quadrado
l – litro
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA – Lei do Orçamento Anual
lot. – loteamento
Ltda – limitada
m – metro
m² – metro quadrado
mm – milímetro
MR – Macrozona Rural
MU - Macrozonas Urbanas
NATURATINS – Instituto Natureza do Tocantins
NBR – Norma Brasileira
nº - número
PA – Programas de Ações
particip. – participação
PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PM – Polícia Militar
PNDU – Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento
PPA – Plano Plurianual
PROSUDESTE – Programa de Desenvolvimento Regional e Sustentado da Região Sudeste do Tocantins
R\$ - Reais
RURALTINS – Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins

S – sul

s/s – sociedade simples

SANEATINS – Companhia de Saneamento do Estado do Tocantins

SEBRAE – Serviço de Apoio à Micro e Pequena Empresa

séc. – século

SEFAZ – Secretaria da Fazenda

SEPLAN – Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente

SIG – Sistemas de Informações Geográficas

SNIU – Sistema Nacional de Indicadores Urbanos

SUS – Sistema Único de Saúde

t – tonelada

TO – Tocantins

transf. – transferências

tx - taxa

UCG – Universidade Católica de Goiás

UFG – Universidade Federal de Goiás

UNITINS – Fundação Universidade do Tocantins

urb. - urbano

VAP – Valor Agregado da Produção

vol. – volume

APRESENTAÇÃO

O município de Natividade está inserido na Meso-região Oriental do Tocantins, Micro-região de Porto Nacional, segundo o IBGE, e Região XIII – Natividade, composta pelos municípios de Chapada da Natividade, Natividade, Pindorama do Tocantins, Santa Rosa do Tocantins, São Valério da Natividade e Silvanópolis, segundo a regionalização feita pelo Estado do Tocantins por razões de planejamento regional. Para efeito do Plano Diretor, considerou-se como região de influência direta de Natividade a composta por Chapada Na Natividade, Santa Rosa do Tocantins e São Valério da Natividade.

A sede municipal de Natividade, com cerca de 8.000 habitantes, localiza-se no entroncamento das rodovias TO-050, que liga Palmas a Brasília, e TO-280, que a liga a Gurupi, no sentido oeste, e a Almas, Dianópolis e ao estado da Bahia, no sentido leste.

A condição de entroncamento importante na região sudeste do Estado e o fato de os conjuntos urbanístico, arquitetônico e paisagístico do núcleo original da Cidade terem sido reconhecidos pelo IPHAN como patrimônio histórico e cultural nacional fizeram com que Natividade fosse incluída entre as cidades pólos regionais, estratégicas para a composição da rede urbana propulsora do desenvolvimento no Tocantins.

Assim, o Governo do Estado, por meio da Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente, estabeleceu um Termo de Cooperação com a Prefeitura Municipal de Natividade para a elaboração do seu Plano Diretor de Desenvolvimento, utilizando recursos do Convênio nº 2003CV00024/SCA, firmado entre a SEPLAN e o Ministério do Meio Ambiente.

O Plano Diretor visa capacitar o Município para desempenhar, em função de sua localização, o papel de pólo regional de abastecimento, principalmente para o setor agropecuário, principal vocação da região. Visa, ainda, qualificar a cidade de Natividade para a preservação e valorização do patrimônio natural e cultural de que dispõe, utilizando-o de forma racional e sustentável para benefício da população local e desenvolvimento do turismo, com ganhos econômicos e sociais, sem prejuízo ambiental.

O presente documento consubstancia os resultados dos trabalhos realizados para a formulação do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano em apoio à Gestão Ambiental do Município de Natividade, conforme estabelecido pelo contrato nº 239/2004, firmado entre a Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente do Estado do Tocantins – SEPLAN e a **ca & co - camargo & cordeiro consultores associados s/c ltda**, em 01 de dezembro de 2004.

Nas diferentes etapas de sua elaboração participaram o poder público, a iniciativa privada e a sociedade organizada, em uma construção coletiva, apresentada como o **Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Natividade**,

O documento ora apresentado atende às recomendações do Termo de Referência orientador da contratação dos serviços e a todas as cláusulas contratuais. Está também em conformidade com o que estabelecem a Constituição Federal, o Estatuto da Cidade, a Constituição Estadual e a Lei Orgânica do Município de Natividade.

Contém a consolidação de todas as etapas do trabalho para a sua formulação, desenvolvido de forma participativa, e apresenta os fundamentos adotados para o estabelecimento das propostas para se conseguir o desenvolvimento municipal e urbano, em bases sustentáveis, consideradas as diferentes dimensões desse desenvolvimento.

O presente documento é composto de um Resumo Executivo, com a síntese de seu conteúdo, e três partes distintas:

- **I – Realidade Atual do Município** – são sete seções que analisam a situação atual do município de Natividade, da sua sede municipal e das sedes dos dois distritos existentes, com vistas a identificar as vantagens e limitações intramunicipais e da sua inserção regional para o desenvolvimento sustentável. Finaliza-se com a identificação das potencialidades e limitações próprias do Município – **vantagens e problemas** – e resultante de sua inserção regional – **oportunidades e riscos** – ao desenvolvimento municipal e urbano, como uma forma de consolidação das análises feitas.
- **II – Cenários de Desenvolvimento** – apresenta diferentes visões prospectivas, como alternativas de desenvolvimento para o Município e seus núcleos urbanos, resultantes de diferentes combinações das variáveis da realidade verificada. Traz ainda o **Cenário Futuro Selecionado**, adotado como referência para a formulação das propostas apresentadas na parte III deste documento.
- **III – Proposta** – a partir do Cenário Futuro Selecionado, compreende a definição do objetivo central para o Município, as diretrizes e estratégicas, com os correspondentes programas de ações necessários ao alcance do objetivo traçado, a proposta urbanística para a cidade de Natividade e as indicações para a estruturação do Sistema de Planejamento e Gestão necessário à implementação do Plano Diretor, com a sua concepção e estrutura organizacional proposta. Faz considerações importantes quanto ao Sistema Municipal de Informações, mecanismos de monitoramento e avaliação da implementação do Plano Diretor e participação popular, elementos indispensáveis ao sucesso do processo de planejamento e gestão.

O Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Natividade respeita os princípios da sustentabilidade econômica, social, cultural, urbanística e ambiental e tem a função de fundamentar e explicitar as normas constantes no Anteprojeto de Lei do Plano Diretor

Além destes dois documentos, apresentam-se também, conforme estabelecido no contrato mencionado, o Anteprojeto de Lei do Uso e Ocupação do Solo nas Macrozonas Urbanas do Município de Natividade e o Anteprojeto de Lei de Parcelamento do Solo Urbano do Município de Natividade.

Este conjunto de documentos deverá ser capaz de orientar as ações públicas e privadas no sentido de promover o desenvolvimento de Natividade, dentro de uma visão de desenvolvimento sustentável da região, com resultado efetivo na melhoria das condições de vida de todos os nativitanos.

Maio de 2005

camargo & cordeiro consultores associados s/s ltda

RESUMO EXECUTIVO

Natividade surgiu da mineração o ouro e teve seu período de maior dinamismo na primeira metade do século XVIII, quando chegou a ser o segundo Arraial na captação desse minério. Na segunda metade do século XVIII, assistiu ao declínio da mineração que foi, pouco a pouco, substituída pela agropecuária.

Atualmente Natividade tem como principal atividade econômica a pecuária, representada pela cria de gado bovino de corte, seguida da exploração do calcário. A agricultura é pouco expressiva no Município e se restringe às lavouras de subsistência, com quase nenhum excedente para comercialização.

O potencial mineral do Município, entretanto, é considerável. A localização no entroncamento de duas rodovias estaduais – as TO-050 e TO-280, que cruzam a Cidade e o Município nos sentidos norte-sul e leste-oeste, respectivamente, faz de Natividade um ponto estratégico na região sudeste para a implantação de um pólo regional de comercialização de insumos e produtos, principalmente para o setor agropecuário.

O reconhecimento pelo IPHAN da importância dos conjuntos urbanístico, arquitetônico e paisagístico do núcleo original da Cidade como patrimônio histórico e cultural nacional colocou Natividade entre os cerca de cem sítios urbanos de maior importância cultural no país. Mais que isto, o centro histórico de Natividade está incluído entre os pouco mais de vinte sítios históricos urbanos priorizados pelo Programa MONUMENTA para receber recursos com vistas à sua recuperação, valorização e adequação a novos usos sustentáveis, dentre eles o turístico.

A religiosidade é outra marca definitiva de Natividade. Seu calendário cultural é quase todo composto por festejos religiosos. A romaria do Senhor do Bonfim, em agosto, atrai dezenas de milhares de turistas.

De acordo com a Constituição Federal, regulamentada pelo Estatuto da Cidade, o Plano Diretor representa o instrumento básico da política de desenvolvimento sustentável e de expansão urbana do Município. Na sua elaboração foram observadas as diferentes diretrizes do Estatuto da Cidade, cabendo destacar:

- Garantia do direito às cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;
- Gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução

e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;

- Cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social;
- Planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do município e do território sob sua área de influência, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente;
- Oferta de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais;
- Ordenação e controle do uso do solo, a fim de evitar a utilização inadequada de imóveis urbanos, a proximidade de usos incompatíveis ou inconvenientes e o parcelamento do solo, a edificação ou o uso excessivos ou inadequados em relação à infra-estrutura urbana;
- Integração e complementaridade entre as atividades urbanas e rurais, tendo em vista o desenvolvimento socioeconômico do município e do território sob sua área de influência;
- Justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização;
- Proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído e do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico;
- Regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda mediante o estabelecimento de normas especiais de urbanização, de uso e ocupação do solo e edificação, consideradas a situação socioeconômica da população e as normas brasileiras;
- Simplificação da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo e das normas edilícias, com vistas a permitir a redução dos custos e o aumento da oferta dos lotes e unidades habitacionais;
- Isonomia de condições para os agentes públicos e privados na promoção de empreendimentos e atividades relativos ao processo de urbanização, atendido o interesse social.

Os trabalhos de elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Natividade tiveram início pela caracterização da realidade atual do Município e seus núcleos urbanos, seguida de uma análise dos aspectos intramunicipais e da inserção regional do Município. Por meio destas atividades foi possível a identificação dos fatores facilitadores e limitantes ao desenvolvimento de Natividade, das tendências de desenvolvimento local e regional e das demandas atuais e potenciais por parte dos diferentes segmentos e atores presentes no Município e região.

Ficaram evidentes como aspectos intramunicipais:

- A cidade de Natividade localiza-se em importante entroncamento da região sudeste do Tocantins, representado pelo cruzamento das rodovias TO-050, que liga Palmas a Brasília, e TO-280, ligando Gurupi a Dianópolis e à Bahia;
- A principal atividade econômica do Município é a criação de gado bovino de corte, sem emprego de tecnologia avançada e com níveis de produtividade ainda baixos;
- O potencial mineral do Município é significativo e ainda pouco explorado. É possível ampliar a produção do calcário e introduzir a exploração de quartzitos para uso como pedras ornamentais. Além disso, as prospecções de ouro têm se mostrado promissoras;
- A vocação pecuária do Município favorece a diversificação para a criação de pequenos animais;
- A disponibilidade de terras férteis do Município não estimula as culturas extensivas de grãos, mas é adequada para a fruticultura, principalmente se desenvolvida de forma associativa;
- Não há problemas de regularização fundiária na área rural do Município. O único assentamento rural está emancipado e a maioria dos proprietários vive da produção obtida em seus módulos rurais;
- Na área urbana, a maioria dos loteamentos, feitos em terras de propriedade do Município, não está devidamente regularizada junto ao Cartório de Registro de Imóveis. A Prefeitura Municipal tem autorização dada por lei municipal para regularizar os imóveis do centro histórico. O restante da Cidade, entretanto, não conta com esta facilidade;
- O setor público e a mineração de calcário são os maiores empregadores do Município;
- As condições de trafegabilidade das rodovias estaduais são, na maior parte do tempo, satisfatórias. As estradas vicinais apresentam tráfego pesado, resultado da mineração, e exigem conservação permanente;
- O centro histórico, considerado patrimônio histórico e cultural nacional pelo IPHAN, confere a Natividade uma importância significativa que merece atenção especial quanto à preservação e utilização com usos que possibilitem impulsionar o desenvolvimento local;
- Parte dos proprietários de imóveis no centro histórico não tem o claro entendimento da importância histórico-cultural deste patrimônio ou não dispõe de recursos para a adequada manutenção, o que tem provocado alguma descaracterização do conjunto arquitetônico tombado;
- A tradição religiosa de Natividade é muito forte e tem atraído pessoas de diferentes localidades. A celebração das festas religiosas é, sem dúvida, o maior componente do calendário cultural e turístico do Município;
- O turismo religioso, ao mesmo tempo em que atrai milhares de pessoas, movimenta a economia e divulga a Cidade, provoca danos ambientais, causa distúrbios indesejáveis, aumenta a prostituição e o consumo de drogas e deixa uma série de mazelas a serem resolvidas pela Municipalidade, sem o

correspondente ganho na arrecadação, na valorização cultural ou no fortalecimento da religiosidade;

- Há em Natividade uma quantidade significativa de atrativos naturais, como cavernas, cachoeiras, serras com claro potencial turístico, a serem estruturados como produtos e organizados em roteiros de turismo de natureza ou ecoturismo, que poderiam contribuir para o desenvolvimento municipal;
- A educação no Município apresenta níveis razoáveis, mas necessita de ampliação da cobertura para atender toda a população em idade escolar e de melhorias em relação às instalações físicas, capacitação dos professores, condições de coordenação pedagógica e supervisão, instalação de bibliotecas, laboratórios e áreas esportivas e na nucleação da educação rural;
- O atendimento de saúde é suprido por um hospital municipal com capacidade de atendimento ambulatorial médico, nas clínicas básicas, atendimento odontológico, laboratorial, raio X e internação, contando com 36 leitos. Além do hospital, há dois postos de saúde na sede municipal e um em cada distrito: Príncipe e Bonfim. Estão implantados no Município os programas básicos de saúde. Os casos de média e alta complexidade exigem remoção em ambulâncias para Porto Nacional ou Palmas, uma vez que o hospital só tem condições para atendimentos de menor complexidade;
- A sede municipal é servida por sistema de água tratada, captada do córrego Praia, na serra da Natividade, ou por meio de poços profundos. As sedes dos distritos são abastecidas por poços profundos. Não há rede coletora de esgotamento sanitário nem sistema de drenagem pluvial. Grande parte das vias na sede municipal ainda não é pavimentada. Nas sedes dos distritos são pavimentadas as ruas principais;
- O sistema de segurança pública apresenta deficiências em relação à infraestrutura física, aos reduzidos contingentes policiais, tanto na polícia civil quanto na militar, e à disponibilidade de viaturas. Não há infraestrutura da polícia federal, nem das polícias rodoviárias, apesar do entroncamento rodoviário. Também inexistem corpo de bombeiros e grupamento da defesa civil;
- Não se verificam sérios problemas de déficit habitacional nem nível muito precário das habitações, apesar de haver um número delas merecedor de atenção, particularmente em relação as condições de saneamento;
- O número de terrenos vazios é muito elevado, sem muros, calçadas ou limpeza. O resultado é um espaço urbano mal tratado e absolutamente rarefeito, com custos elevados de implantação e manutenção da infra-estrutura básica e dos serviços públicos;
- A iluminação pública e a limpeza urbana são insuficientes e a coleta e disposição final do lixo não estão devidamente equacionadas. A área atualmente usada como “lixão” está muito próxima de zonas residenciais, podendo provocar graves problemas de saúde pública e merece atenção prioritária;

- O Município ainda é altamente dependente das transferências constitucionais de recursos, pois a arrecadação local é bastante baixa;
- Não está institucionalizado qualquer processo de participação popular na discussão e decisão das questões relativas ao desenvolvimento municipal e urbano.

Da análise dos fatores externos, resultantes da inserção regional do Município e das condicionantes fora do controle municipal, foram identificadas como **oportunidades** a serem aproveitadas para o desenvolvimento de Natividade:

- O reconhecimento como patrimônio nacional pelo IPHAN e a inclusão no Programa MONUMENTA;
- Os investimentos externos como o FORTER e o PROSUDESTE;
- A expansão das atividades agrícolas e pecuárias na região, com ampliação, diversificação e ganho tecnológico no campo;
- Os projetos de fruticultura e de piscicultura que começam a surgir na região, como alternativas produtivas e inovadoras de exploração e verticalização da produção na área rural;
- A atratividade criada pelo entroncamento rodoviário, ampliando a possibilidade de surgimento de novos empreendimentos de fornecimento de insumos e comercialização dos produtos da região.

Tais oportunidades trazem junto alguns riscos em relação aos quais Natividade deve precaver-se, a fim de não comprometer o desenvolvimento esperado. Dentre os **riscos** identificados, destacam-se:

- A implantação de um pólo regional de abastecimento pode causar movimentos migratórios desordenados com impactos sócio-ambientais indesejáveis, como a violação do meio ambiente, a violência urbana, o aumento da prostituição e de doenças, particularmente as sexualmente transmissíveis, a perda da tranquilidade, o vandalismo e o desrespeito ao patrimônio;
- O entroncamento rodoviário pode favorecer rotas de fuga e a chegada e tráfico de drogas na região, com aumento da marginalidade e insegurança;
- A redução dos recursos federais e estaduais em investimentos no Município pode retardar a implantação dos empreendimentos previstos, com diminuição do interesse por parte dos investidores privados em desenvolver novos negócios na região;
- A implantação da Ferrovia Norte-Sul pode reduzir a importância do entroncamento rodoviário, em uma concorrência desvantajosa para Natividade.

Diferentes combinações das variáveis identificadas na etapa de caracterização e análise da realidade atual possibilitaram a construção de quatro cenários alternativos para o desenvolvimento de Natividade. Em todos eles foram consideradas as dimensões econômica, social, físico-ambiental, urbanística e institucional. São eles:

- **cenário tendencial**, no qual são mantidas as tendências atualmente existentes. O Município prossegue em ritmo de desenvolvimento semelhante ao que vem sendo observado;
- **cenário de estagnação**, em que o Programa MONUMENTA não se implementa, as atividades de mineração permanecem nos níveis atuais e os pequenos produtores rurais não conseguem grandes avanços na sua atividade;
- **cenário de desenvolvimento**, segundo o qual o Município consegue ampliar o turismo cultural, a partir da implementação do Programa MONUMENTA, organiza melhor o turismo religioso e começa a desenvolver o turismo de natureza e o ecoturismo, no nível regional, pela estruturação de produtos e roteiros destes segmentos turísticos. As atividades de mineração ampliam-se com o aumento da produção de calcário e a exploração de pedras ornamentais. Os pequenos agricultores se fortalecem pela efetiva implementação do Projeto FORTER, iniciam um processo de verticalização da produção e se organizam em formas associativas de produção e comercialização. Os municípios vizinhos reforçam a sua vocação agrícola e Natividade assume o papel de entreposto comercial e de serviços para a região.
- **cenário de explosão do crescimento**, segundo o qual o turismo cultural e religioso se ampliam; o turismo de natureza e o ecoturismo se estruturam para atrair o mercado nacional; as atividades de mineração crescem e se modernizam, incluindo a extração de ouro em mina subterrânea; a produção rural aumenta e alcança níveis tecnológicos avançados, possibilitando o surgimento de agroindústrias; o Município se fortalece como pólo regional.

O exame e discussão dos diferentes cenários levaram ao Cenário Futuro Selecionado, construído com base no terceiro cenário apresentado, modificado em alguns poucos atributos, assumidos do quarto cenário, uma vez que se entendeu ser possível, nestes casos, um avanço maior no horizonte de tempo considerado para o Plano Diretor, e complementado em outros para melhor abranger o anseio da população. O cenário selecionado foi tomado como referência para as propostas contidas neste documento.

A partir dele, então, definiu-se como objetivo central para o município de Natividade:

Natividade passa a ser:

- **Centro regional de apoio ao setor agropecuário;**
- **Pólo supridor de calcário para a região;**
- **Pólo supridor de pedras ornamentais para o estado;**
- **Destino regional de turismo religioso cultural, de natureza e ecoturismo.**

Tal objetivo deverá ser alcançado a partir de 8 estratégias, a serem implementadas por meio de programas de ações, identificados e organizados segundo o seu inter-relacionamento seqüencial. As Estratégias propostas são:

Estratégia 1 – Ampliar e diversificar a agropecuária do Município ;

Estratégia 2 – Reforçar a vocação mineradora do Município;

Estratégia 3 – Fortalecer a condição de entreposto regional de apoio ao setor agropecuário;

Estratégia 4 – Estruturar produtos e roteiros turísticos para o mercado emissor regional;

Estratégia 5 – Proteger e valorizar os recursos naturais;

Estratégia 6 – Organizar um espaço urbano de qualidade, com a valorização do Centro Histórico como Patrimônio Cultural Nacional;

Estratégia 7 – Garantir a todos os cidadãos moradia digna e acesso à educação, saúde, cultura, esporte e lazer;

Estratégia 8 – Implementar um sistema de planejamento e gestão municipal e urbano participativo e eficaz

O presente documento se encerra com a apresentação de indicações básicas para a estruturação do Sistema de Planejamento e Gestão, necessário à implementação do Plano Diretor, comentando sua finalidade, estrutura organizacional desejável, o sistema de informações para a tomada de decisão, os instrumentos necessários para o monitoramento e avaliação dos resultados e para a gestão democrática do processo de desenvolvimento sustentável a ser alcançado com a implementação do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Natividade.

I – REALIDADE ATUAL DO MUNICÍPIO

1. Aspectos Históricos

Logo após a fundação dos arraiais dos rios Cuiabá (1719) e Vermelho (1726/27), que inauguraram a colonização dos sertões cerratenses, tanto os paulistas companheiros do Anhanguera como os novos mineradores, vindos de todas as regiões – Minas Gerais, Bahia e de além-mar – iniciaram uma frenética busca por novas minas nesse vastíssimo território, tão grande quanto suas lendárias riquezas.

Havia mais que notícias a orientar os aventureiros. Durante todo o tempo entre meados do século XVI e início do XVII, o interior da América Latina foi atravessado por inúmeras expedições, sendo mais notórias as Entradas e Bandeiras paulistas, que se organizavam para descobrir novas minas de ouro, índios para serem escravizados e, mais tarde, estabelecer um sistema de autoridade política e cobrar os direitos reais. Essas expedições exploratórias produziram mais que apresamentos de indígenas e impressões de viagem. Fizeram registros de todas as formas necessárias para preservar os conhecimentos da nova terra aos que se arrogavam direitos de posse e exploração, mesmo que a maioria deles tenha por fim se perdido, até por serem privados e secretos.

O conhecimento mais precioso, sem dúvida, era sobre a geomorfologia, pois permitiria o reconhecimento de suas características – rios, vegetação, montanhas, vales, caminhos, localização do gentio e, principalmente, minerais.

Entre 1728 e 1740, pouco mais de uma década, foram fundadas algumas dezenas de arraiais, sendo que, pelo menos, a localização da maioria ainda remanesce. Além dos pioneiros Santana, Barra, Ferreiro e Ouro Fino, surgiram, na Capitania e posterior Província de Goiás, Santa Rita, Anta, Santa Cruz, Meia Ponte, Córrego de Jaraguá, Crixás, Traíras, São José, Arraias, São Félix, Pilar, Cavalcante, Natividade (São Luís), Carmo, Almas, Porto Real, Pontal Corumbá, Bomfim, Santa Luzia, Santo Antonio, Flores, entre outros de menor porte e muitas *fábricas* ao longo das nascentes e córregos da famosa Serra Geral.

Esta denominação genérica servia para todas as serras verdadeiras e anfractuosidades das chapadas da extensa bacia do Rio Grande do Maranhão, depois denominado Tocantins, entre suas bordas leste, até as quebradas da Serra Geral atual, e oeste, até os divisores com a bacia do Rio Grande do Araguaia.

Os diversos garimpos existidos junto à Serra da Natividade foram fundados entre 1734 e 1738, por Antonio Ferraz de Araújo, sobrinho de Bartolomeu Bueno da Silva, filho do quase lendário Anhanguera, saindo do Arraial de Santana, depois Vila Boa de Goiás.

Independentemente da instalação do arraial que hoje remanesce, o ano de 1734 tem sido reconhecido, inclusive pelo IPHAN, como o da fundação de Natividade¹.

De acordo com os historiadores, o mais provável é que a Cidade tenha surgido no alto da serra e, gradativamente, a foi descendo em busca de mais liberdade, acabando por se fixar na localidade atual. As minas de ouro foram bastante produtivas até por volta de 1770, chegando Natividade a ser considerada o quarto arraial com maior captação de ouro da Capitania de Goiás.

Tudo indica que naquele curtíssimo espaço de tempo várias pequenas aglomerações foram fundadas, desde as nascentes na serra até os locais de concentração do ouro aluvionar, no boqueirão do vale. Dessa forma exploraram tanto o ouro mais fácil, bateiado no cascalho do leito dos córregos, como aquele que exigiu maior engenharia, no âmago do solo onde se acumula o ouro em concreção.

Daí resultam não apenas a atual cidade de Natividade, mas também um grande número de ruínas que demonstram a extensão do esforço e da engenharia de mineração da época, inclusive o povoado de São Luís, ao qual muitos atribuem a origem efetiva dos arraiais daquela serra. A falta de registros históricos mais precisos impõe indeterminações de nomes e cronologia, o que impossibilita o esclarecimento das especulações quanto a ser São Luís um assentamento à parte ou mesmo um primeiro nome para a Natividade atual.

Este documento adota uma formulação que considera principalmente a lógica de ocupação e exploração dos territórios coloniais e as evidências físicas, que indicam a maior, e não necessariamente a primeira, aglomeração proto-urbana que teria de ser aquela assente em terreno mais propício, em termos de salubridade, facilidades construtivas e acesso. Examinando o desenho do arruamento remanescente de Natividade, verifica-se uma ocupação em cota segura, acima da borda das áreas mais suscetíveis às cheias anuais, coincidindo com a *praia*, à época plena de ouro. Portanto considera-se o conjunto desses testemunhos como referências únicas do Arraial, Vila e finalmente Cidade de Natividade.

Além das razões urbanísticas locais, deve-se considerar que Natividade era parte de uma das rotas (Caminho Real) sul-norte da Capitania, conectada à chapada da Serra Geral na Bahia, bastante próxima a Porto Real (atual Porto Nacional) e, sendo pólo de uma região aurífera, chegou a ser o segundo maior arraial da Capitania de Goiás na captação de ouro.

Embora estivessem instalados engenhos de mineração de ouro e ainda deles houvesse em quantidades razoáveis, a extração do minério decaiu em todo o território a partir dos anos 1770, chegando rapidamente a níveis mínimos face à capacidade instalada. Na Capitania chegou-se a extrair 10 toneladas de ouro por ano, ficando os melhores

¹ Ver "Critérios e Procedimentos...". Norma baixada pelo IPHAN para regulamentação das áreas de tombamento e entorno do Conjunto Histórico, Arquitetônico e Paisagístico de Natividade.

anos entre 1740 e 1750, com um declínio da mineração gradativo e espichado ao longo da segunda metade do século XVIII².

Até o final do século XVIII os principais arraiais ainda permaneceram com razoável condição econômica, mas a decadência ou estagnação da extensa rede urbana, face à perspectiva inicial, foi inexorável e visível mesmo nos relatos e desenhos dos viajantes ilustres do início do século XIX (Pohl, Saint-Hilaire, Ender, Burchell). Essa conjuntura não acanha a epopéia dos colonizadores; ao contrário, torna-a dramática e muitas vezes heróica.

Nesse tempo já estavam minimamente consolidadas as bases da agricultura e da pecuária extensiva que caracterizou o Brasil Central, à época suficiente apenas para subsistência dessa enorme região. Paulatinamente as diversas *fábricas* de mineração foram abandonadas e a atividade agropastoril se espalhou pela região.

Durante todo o século XIX e metade do século XX, o desenvolvimento ou a sobrevivência socioeconômica da maioria das vilas e arraiais foi marcadamente rural, consolidando as urbes que lograram constituir-se em centros micro-regionais e reduzindo outras a ruínas ou velhas taperas, tais como Trairas, São José e São Félix.

Natividade conformou-se a seu termo urbano principal, sede de Julgado e durante 1805 e 1815 foi sede da Comarca do Norte da Província de Goiás e residência do Ouvidor Joaquim Teotônio Segurado. Durante 100 anos foi um Arraial; em 1833 foi alçada à categoria de Vila e, por pequeno período, sede do Governo Provisório da Província do Norte no primeiro Império. Não é pouco para uma urbe distante milhares de quilômetros e meses de jornada das capitais litorâneas e do contato com a Europa.

No início desse período tinha, segundo Saint Hilaire, *umas 300 casas, todas térreas, construídas com adobe, cobertas com telhas e dispostas umas contíguas às outras*³. Esse número certamente considerava umas tantas casas fora do perímetro atual e outras já desaparecidas. De toda maneira, é um número semelhante ao existente atualmente na área tombada, embora as edificações remanescentes do século XIX não ultrapassem a metade disso, tendo como complementação edificações mais recentes.

O final do século XVIII assistiu à decadência do Ciclo do Ouro, que deixou para Natividade os caminhos, pedras talhadas, regos, fornos, currais, muros, ruínas de residências na Serra de Natividade, construções arquitetônicas em formato colonial, quatro igrejas e, acima de tudo, as crenças e um estilo de vida peculiar que sobrevivem até hoje na forma das tradições culturais.

Em 1920 recebeu a 4ª Companhia da Força Pública, responsável pelo massacre histórico ocorrido em São José do Duro (Dianópolis). Em outubro de 1925 foi invadida pela Coluna Prestes, com seu estado-maior composto por Juarez Távora, Cordeiro de Faria, Siqueira Campos, Miguel Costa, João Alberto e os goianos Atanagildo França e

² Bertran, Paulo. Notícia geral da capitania de Goiás. Goiânia : UCG-UFG, 1996.

³ St. Hilaire, Auguste. Viagens às Nascentes do Rio São Francisco e pela Província de Goyaz.

Manoel Macedo. A comarca foi suprimida em 1930 e depois recriada, com o Município, com o mesmo nome.

O arruamento consolidado até fins do século XVIII e ainda remanescente, tanto define a área histórica como sofre com a inserção de vias internas e adensamentos, em adaptações havidas desde a década de 1950 para automóveis e novos conceitos de espaço público nas praças e largos. Convive com certa dificuldade com as novas áreas urbanas, mercê das pressões de acesso e concentrações e esvaziamentos sem planejamento ou sincronia.

Entretanto, as intervenções que mais a atualizam – com evidente perda da imagem antiga ou tradicional – são os pavimentos dos logradouros. Ação inexorável, poderia ser mais bem realizada, face às exigências mínimas de preservação.

Em outubro de 1987 foi reconhecida pelo IPHAN como patrimônio histórico nacional, com quase 300 construções inscritas nos livros de registro (Livros de Tombo) do Governo Federal, dentre elas a casa ocupada entre 1809 e 1815 pelo ouvidor-geral Joaquim Theotônio Segurado.

Em volta, no distrito de Príncipe, há túneis nos morros e antigas minas cavadas por escravos. Até hoje se faísca ali.

2. Inserção Regional

O município de Natividade, com 3.215,903 km² e densidade demográfica de 2,75 hab/km², situa-se na Meso-região Oriental do Tocantins, Micro-região de Porto Nacional, de acordo com a regionalização do Brasil realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Segundo a divisão do Estado do Tocantins em Regiões Administrativas e Áreas Programadas, realizada pela Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente – SEPLAN para efeito do planejamento regional, o município de Natividade está situado na Região XIII – Natividade, constituída pelos seguintes municípios: Chapada da Natividade, Natividade, Pindorama do Tocantins, Santa Rosa do Tocantins, São Valério da Natividade e Silvanópolis (figura 1).

Limita-se ao norte com Chapada da Natividade e Pindorama do Tocantins; a leste com Almas e Conceição do Tocantins; ao sul com Paranã e Conceição do Tocantins; e a oeste, com São Valério da Natividade.

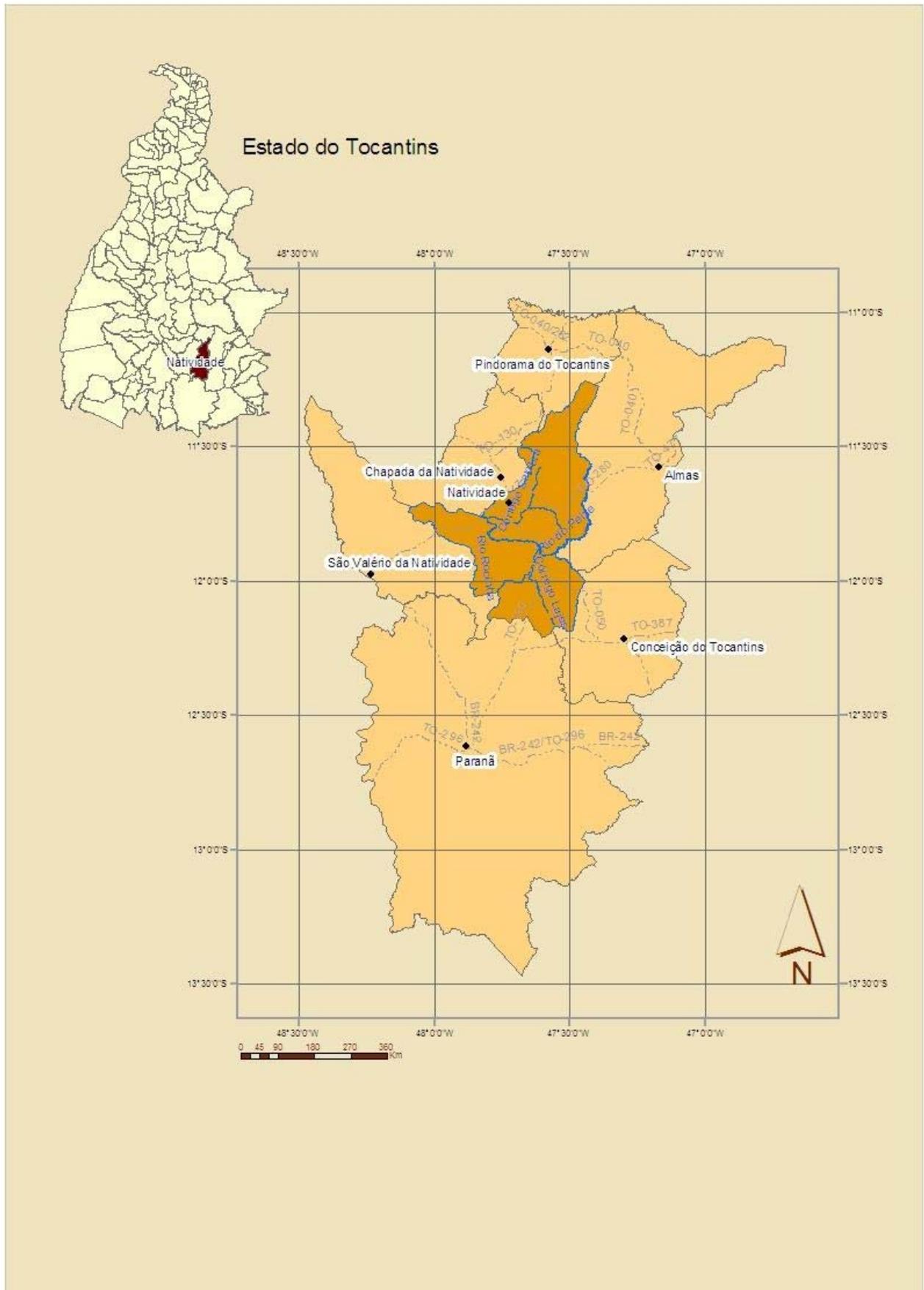


Fig. 1 – Inserção regional

Vincula-se diretamente a Palmas, devido às funções centrais político-administrativas da Capital e de sua economia em geral. Porto Nacional aparece quase como um ponto de passagem, mas com certa polarização educacional e de alguns serviços.

Natividade foi incluída como cidade pólo na regionalização do Estado principalmente por sua condição de cidade histórica e pela localização geográfica, no entroncamento da TO – 050, que liga Palmas a Brasília, com a TO – 280 que a liga a Gurupi e à BR-153 – Belém-Brasília, a oeste, e segue em direção a Almas, Dianópolis e ao estado da Bahia, a leste, obedecendo a uma visão estratégica da época da concepção dessa malha viária.

Na rede urbana do Estado, ela aparece como centro local, sem grande poder de polarização, com comércio e serviços de características locais. Mesmo assim, pela proximidade e menor disponibilidade de serviços, vinculam-se a ela os municípios de Chapada da Natividade e São Valério da Natividade. Este último também se relaciona com Peixe e Gurupi.

Os municípios de Pindorama do Tocantins, Santa Rosa do Tocantins e Silvanópolis, apesar de incluídos na Região de Natividade, estão diretamente polarizados pela cidade de Porto Nacional, com a qual mantêm vinculações funcionais muito fortes, sem qualquer vinculação econômica com Natividade.

Para efeito do Plano Diretor, é importante adotar a real região de influência de Natividade, composta por aqueles municípios que mantêm relações funcionais mais próximas e diretas com ela, configurando um contexto regional com articulações intermunicipais mais estreitas. Neste sentido, os estudos para a elaboração do Plano Diretor considerarão como de influência direta de Natividade a região composta por três municípios desmembrados do município de Natividade: Chapada da Natividade, São Valério da Natividade e Santa Rosa do Tocantins (tabela 1 e figura 2). Este último município, apesar de se relacionar fortemente com Porto Nacional, é incluído na área de influência direta de Natividade em função da sua proximidade, pois está a apenas 50 km desta cidade.

Tabela 1 - Região de influência direta de Natividade – população total, área territorial e densidade demográfica, por município, região e estado.

Municípios	População (2000)	Área (km ²)*	Densidade Demográfica (hab/km ²)
Chapada da Natividade	3.274	1.671,256	1,96
Natividade	8.867	3.215,903	2,75
São Valério	5.054	2.519,572	2,00
Santa Rosa do Tocantins	4.316	1.796	2,40
Região	21.51	9.202,731	2,40
Tocantins	1.157.098	277.620,914	4,17

*IBGE - Resolução nº 05 de 10/10/2002 DOU nº 198

Fonte: Dados Básicos do IBGE - Censo 2000

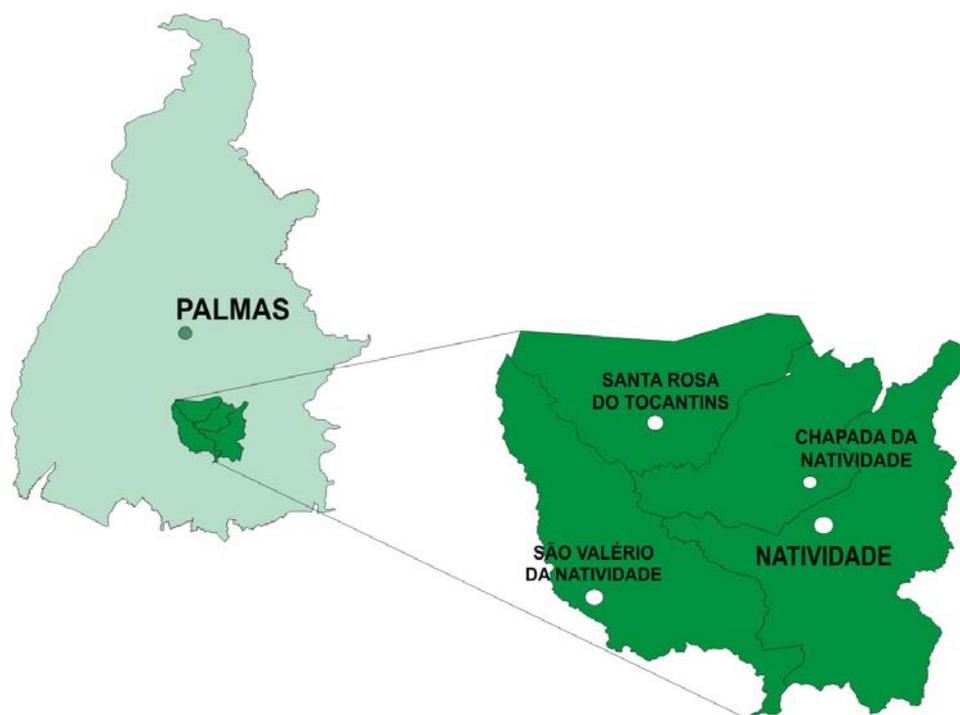


Fig. 2 – Área de influência direta de Natividade

2.1. Localização

O município de Natividade está localizado no sudeste do Estado do Tocantins, entre os paralelos 11°S e 12°S, a 218 quilômetros de Palmas e 630 de Brasília (tabela 2).

Tabela 2 – Distância de Natividade às principais cidades

Cidade	Km
Palmas	226
Porto Nacional	154
Gurupi	200
Dianópolis	120
Brasília	630
Salvador	1.236
Belo Horizonte	1.344
São Paulo	1.657
Rio de Janeiro	1.770
Recife	1.840

Fonte: SEPLAN-TO e Site do DNER/ 2ª Sub-Regional do IPHAN

A sede municipal localiza-se nas coordenadas geográficas de 11°42'35" de latitude sul e 47°43'24" de longitude oeste, a uma altitude de 323m acima do nível do mar. É circundada, do seu lado leste, pela Serra da Natividade de onde desce o Córrego

Praia, com águas cristalinas correndo entre pedras, com a formação de poções apropriados para o banho (figuras 3 e 4).

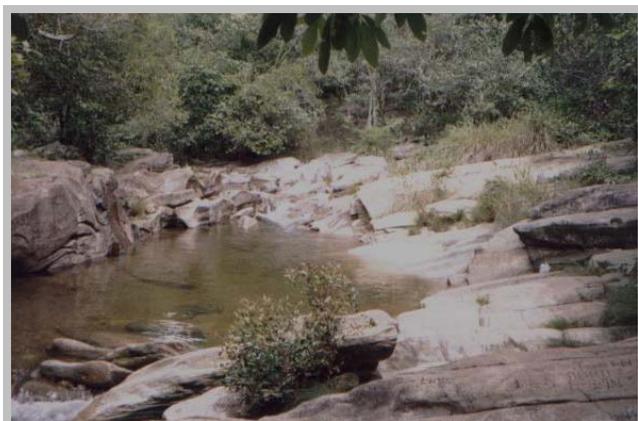


Fig. 3 – Vista geral do Córrego Praia

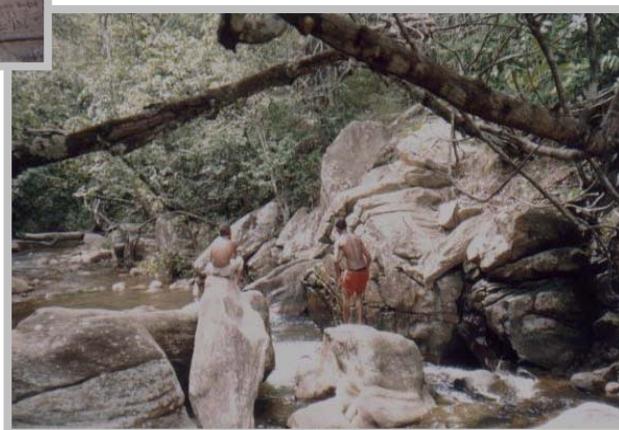


Fig. 4 – Poções do córrego Praia

2.2. Acessibilidade e Transporte

O principal acesso a Natividade, a partir de Palmas, é a rodovia TO-050. De Brasília, chega-se a Natividade pela GO-118 até a divisa com o Tocantins, de onde se prossegue pela TO-050, que se prolonga até Palmas.

A TO-280 liga Natividade a São Valério da Natividade e Peixe, prosseguindo até Gurupi e BR-153. No sentido leste, a TO-280 liga Natividade a Almas. Daí em diante, pela TO-040, alcançam-se Dianópolis e a divisa com a Bahia, em direção a Barreiras.

De Natividade ainda é possível alcançar o Jalapão pela TO-050, prosseguindo pela BR-010 até Ponte Alta do Tocantins e daí, pela TO-255 até Mateiros e ao Parque Estadual do Jalapão. A BR-010 corta a parte leste do Tocantins em sua extensão longitudinal, ligando Natividade a Paranã, ao sul, e a Goiatins, na divisa com o Maranhão (figura 5).

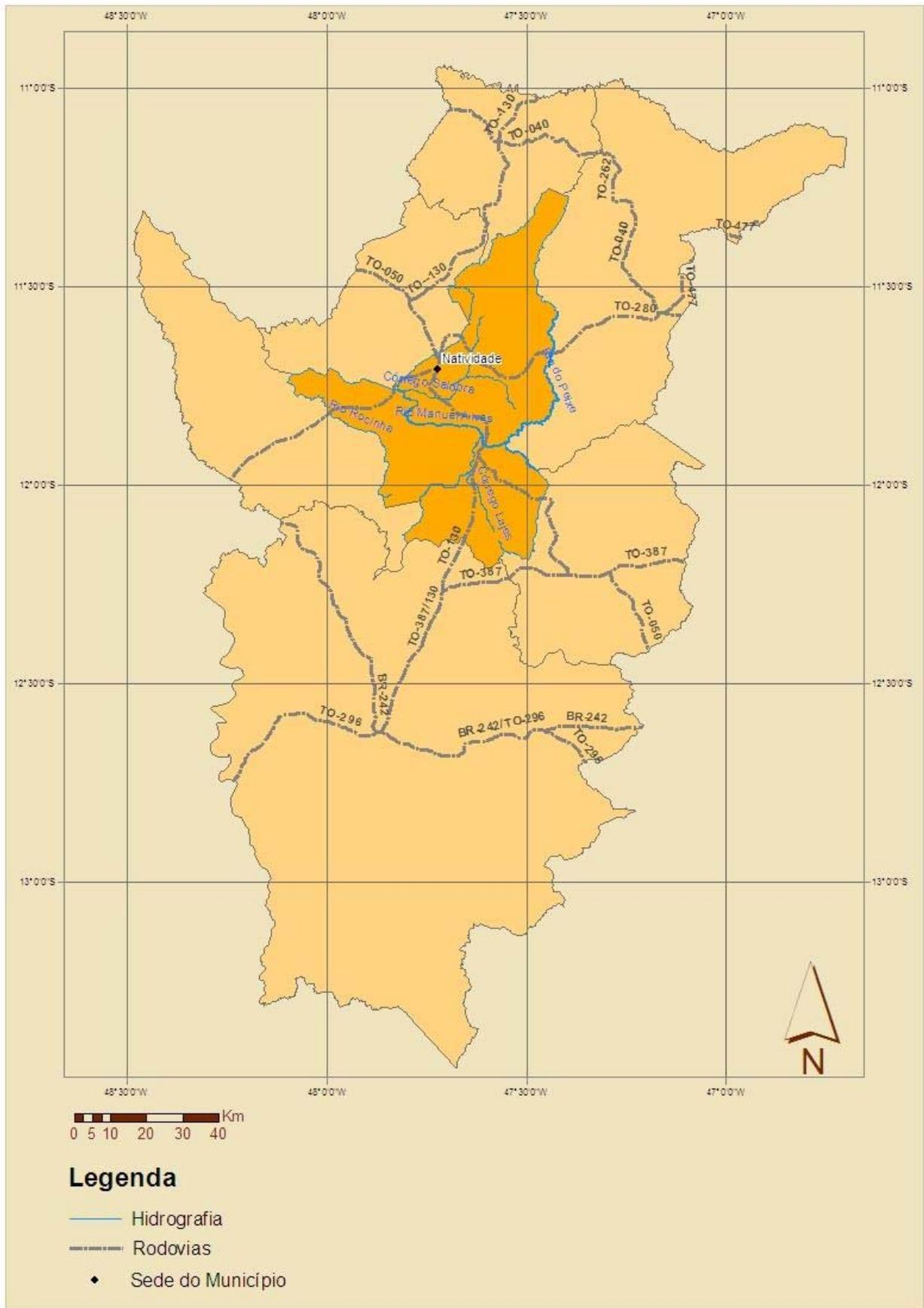


Fig. 5 – Acessibilidade

Natividade é um dos poucos entroncamentos no estado do Tocantins por onde passam rodovias que cortam o Estado quase totalmente no sentido norte-sul (BR-010 / **TO-050** / TO-387) e leste – oeste (TO-040 / **TO-280** / TO-374)

3. Aspectos Físico-ambientais

Esta seção apresenta as principais características físico-territoriais e ambientais do município de Natividade, de acordo com o Atlas do Tocantins, elaborado pela Diretoria de Zoneamento Ecológico-Econômico da SEPLAN, com vistas a avaliar as potencialidades e limitações para o ordenamento territorial e o uso sustentável do solo.

3.1. Meio Ambiente Natural

3.1.1. Aspectos geofísicos

Geologia e geomorfologia

A geologia de Natividade é formada por terrenos dos Complexos Metamórficos do Arqueano e Proterozóico Inferior, na parte central e sul do Município, onde se observam as formações de Depressões e Morrarias de Natividade e Santa Rosa do Tocantins e por faixas de Dobramentos do Proterozóico Médio e Superior, na parte norte e nordeste, com a presença das Depressões e Morrarias de Conceição do Tocantins. (figuras 6 e 7).

A cidade de Natividade está situada no limite entre essas duas formações, no sopé da Serra da Natividade, que a abraça pelo lado leste.

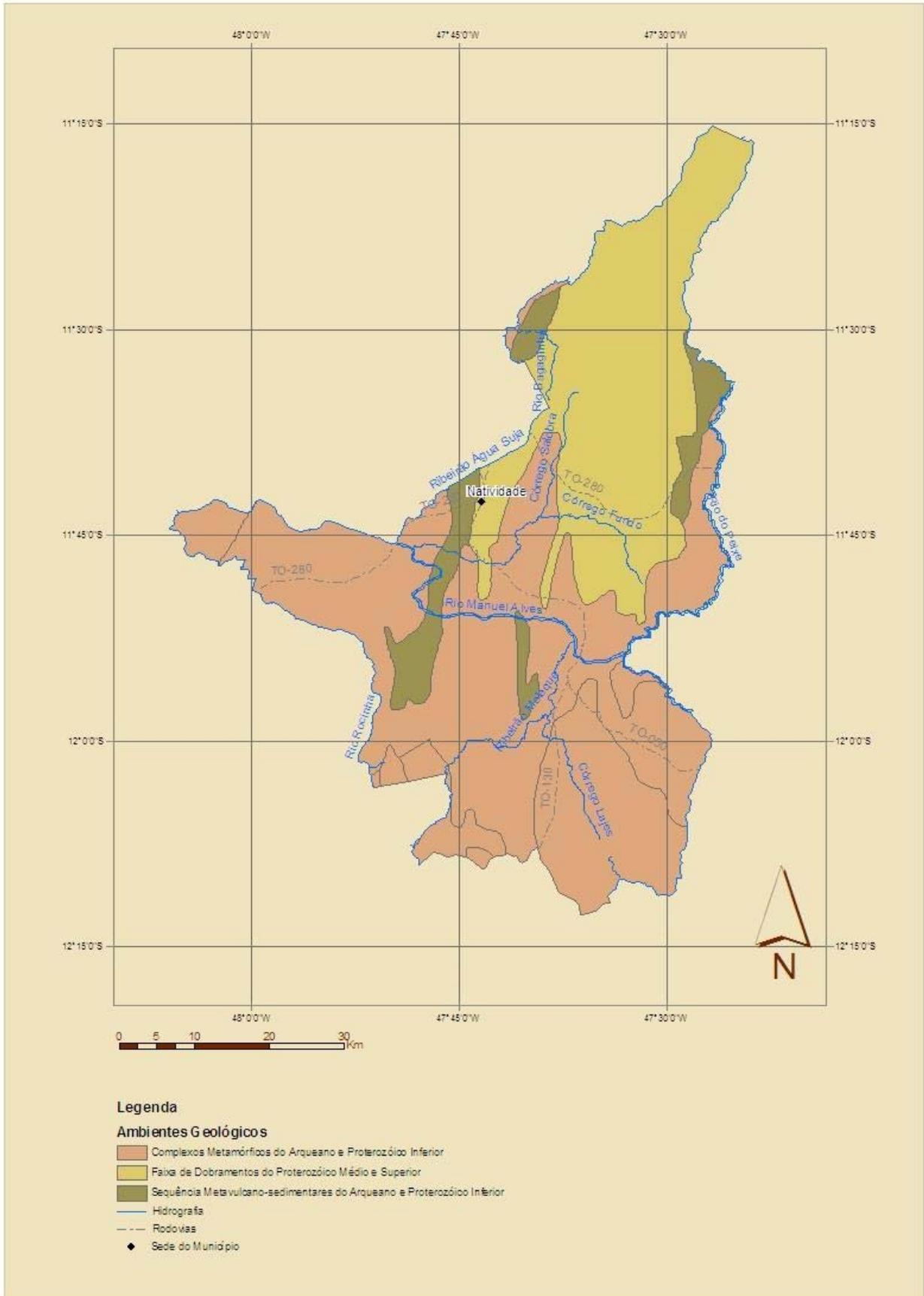


Fig. 6 – Ambientes geológicos

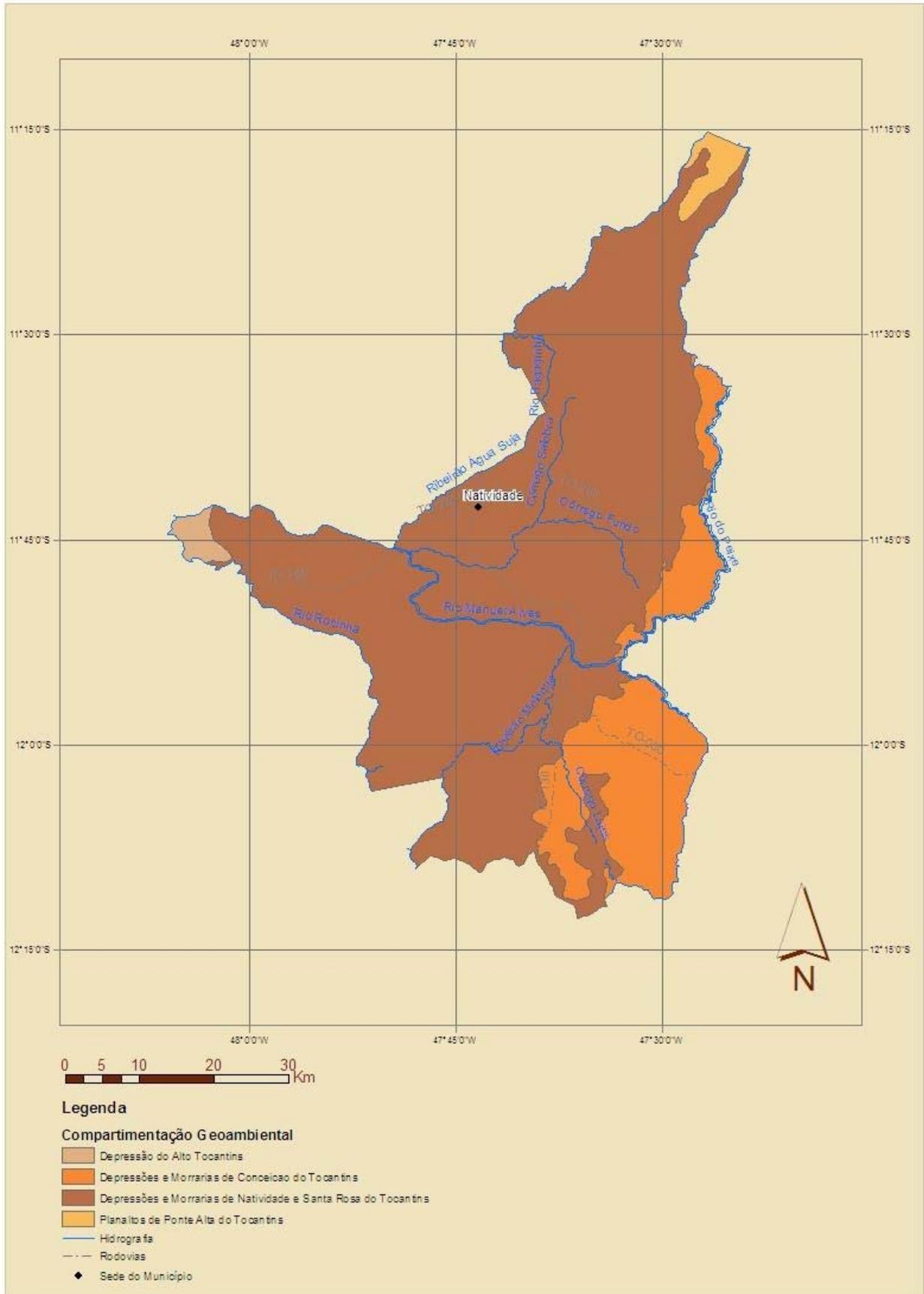


Fig. 7 – Compartimentação geoambiental

Relevo

O relevo é predominantemente suave-ondulado (figura 8), mas apresenta variações entre as formas estruturais, superfícies tabulares estruturais e patamares estruturais na porção nordeste, cuja topografia é condicionada pela estrutura. Os processos morfodinâmicos geram formas de relevo em conformidade com a estrutura geológica, sobressaindo-se as camadas mais resistentes. No centro e sul do território, observam-se diferentes tipos de dissecação, caracterizadas pelo relevo entalhado por agentes erosivos, com dissecação diferencial, principalmente ao longo da rede hidrográfica.

Declividade

A declividade é bastante variável no Município (figura 9). Em grandes manchas do sul e centro verifica-se uma declividade A, não superior a 5%, com predominância de áreas com declives suaves nos quais o escoamento superficial é lento ou médio, não impedindo o uso de máquinas ou implementos agrícolas usuais. Não se verificam problemas de erosão hídrica, a não ser nas áreas de rampas mais longas, corrigíveis por sistemas de terraços ou faixas de contenção. A sede municipal encontra-se entre estas áreas de relevo suave e baixas declividades.

Na parte nordeste e norte e em alguns trechos da parte leste verifica-se uma declividade F, superior a 45%, com predominância de áreas íngremes, regiões montanhosas, impróprias para a mecanização agrícola. O escoamento superficial nessas áreas é rápido e os solos mostram-se bastante suscetíveis à erosão hídrica.

Enquanto a cidade de Natividade está a 323 m acima do nível do mar, a região apresenta altitude média de 500 m. As formações montanhosas orientam-se de sul a norte, com encostas entre 300 e 850 m de altitude, resultando em trechos de acentuada declividade.

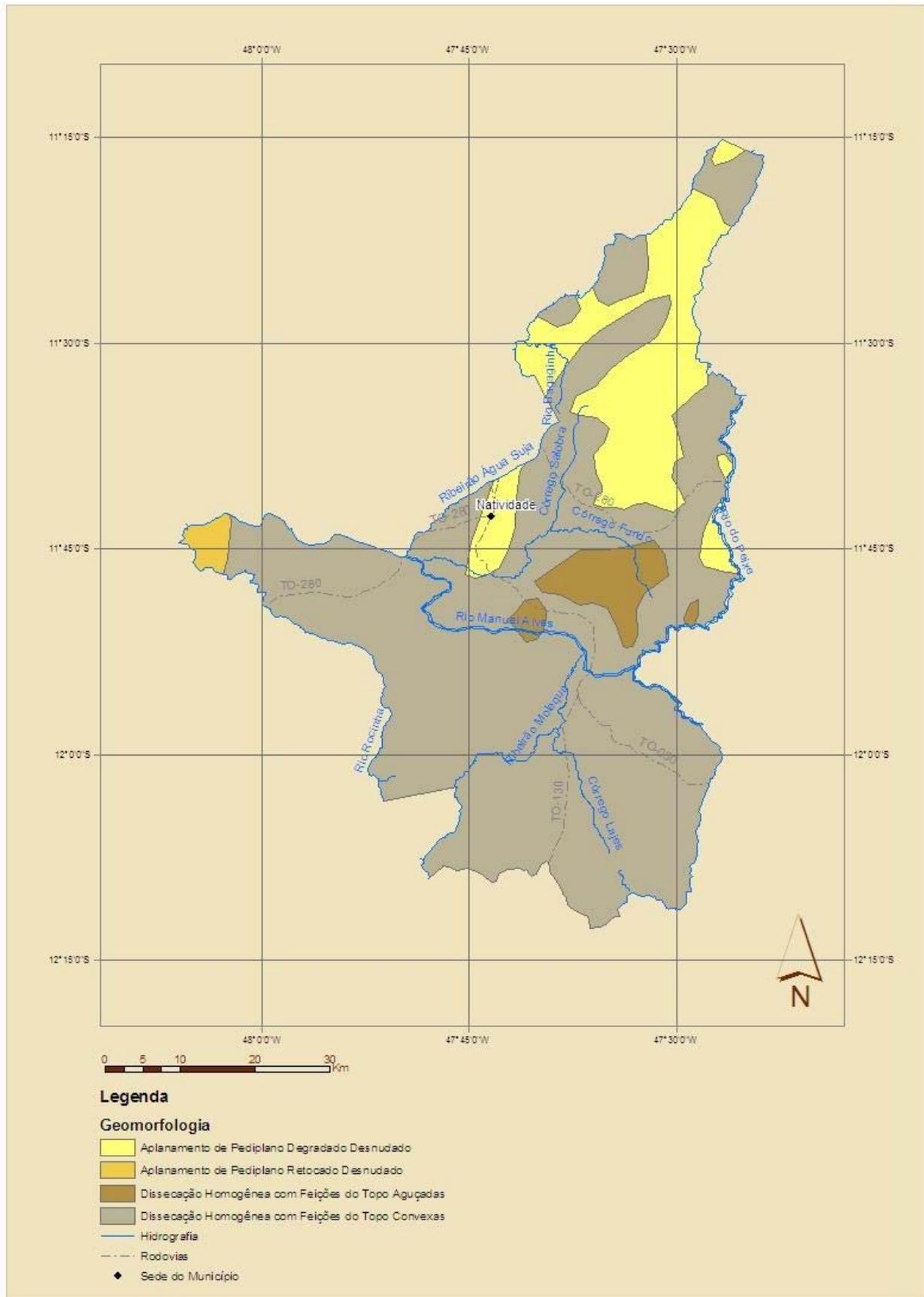


Fig. 8 – Formas de relevo

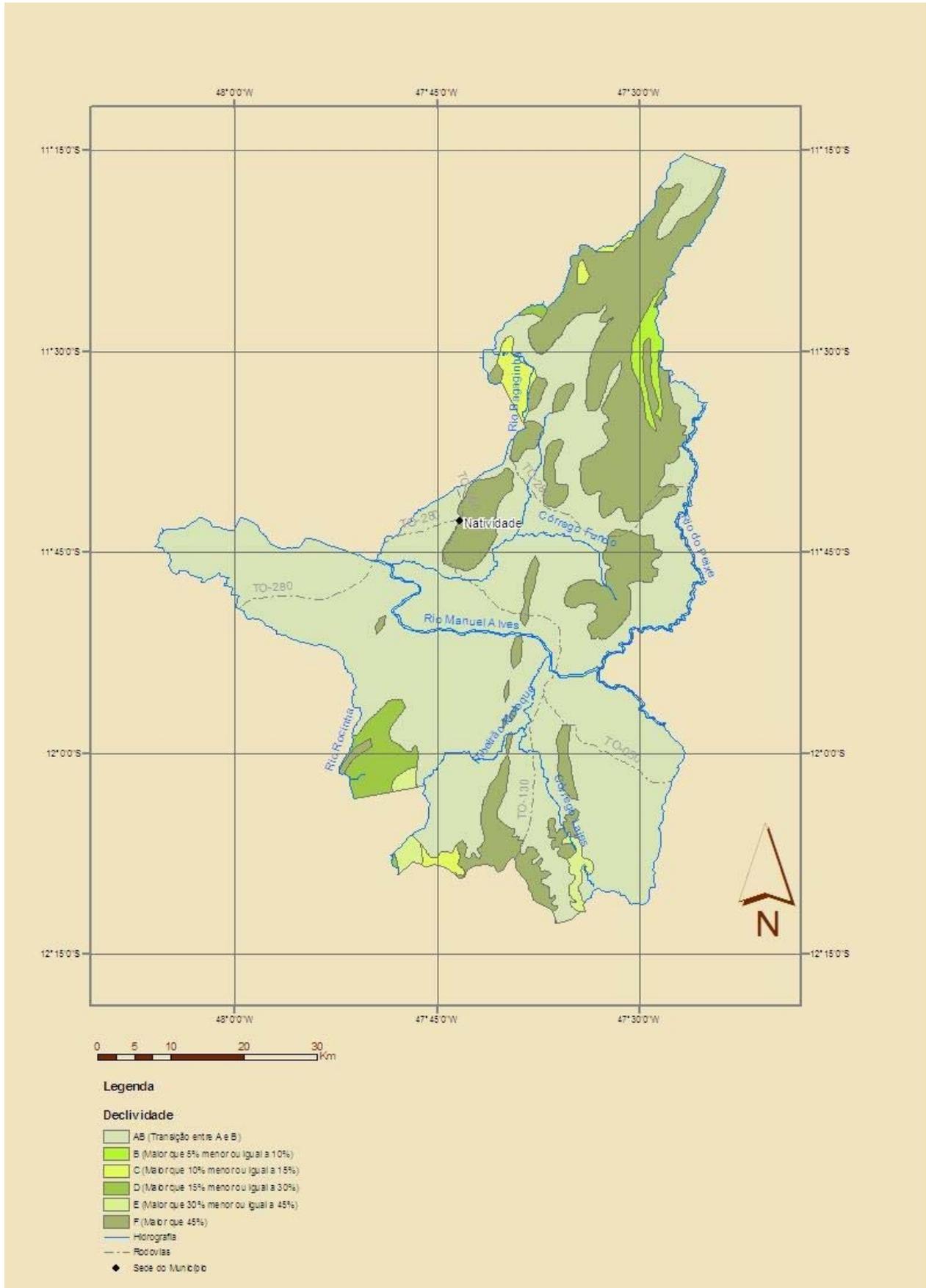


Fig. 9 – Declividade

Pedologia

Os solos predominantes em Natividade são minerais, profundos, argilosos ou de textura média e com baixa fertilidade natural (figura 10). Observam-se no Município:

Solos Concrecionários – com alta concentração laterítica, perfis profundos, encontram-se nas bordas de chapadas ou áreas de acumulação das porções centrais e sudeste do Município. São na maioria distróficos, fortemente ácidos com carência generalizada de nutrientes e com baixo teor de carbono nos horizontes superficiais;

Solos Litólicos – apresentam associações de solos com textura indiscriminada, solos com textura argilosa e afloramentos de rocha, nos quais todos os tipos associados são distróficos, de relevo montanhoso e fortemente ondulado. São observados em manchas no leste e nordeste do Município, inclusive em volta da sede municipal. Apresentam perfis pouco desenvolvidos, rasos, com horizonte A, assentado sobre a rocha (A,R) ou sobre um horizonte C de pouca espessura. São na maioria carentes de nutrientes e acentuadamente ácidos, bastante suscetíveis à erosão, bem drenados, não apropriados para o uso agrícola pela pequena profundidade e elevada acidez. Entretanto, apresentam, em pequenas proporções, solos férteis, desenvolvidos a partir de rochas básicas, na parte oriental;

Latossolo Vermelho-Amarelo e Vermelho-Escuro – solos minerais, não hidromórficos, muito profundos, que vão de forte a moderadamente drenados, com baixa fertilidade natural, formados pela mistura de partículas minerais. São encontrados na porção mais ao sul de Natividade. Sua tonalidade varia de vermelha muito escura, no horizonte A, vivas, no B a claras, amareladas, no C. Geralmente, apresentam avançado estágio de intemperização.

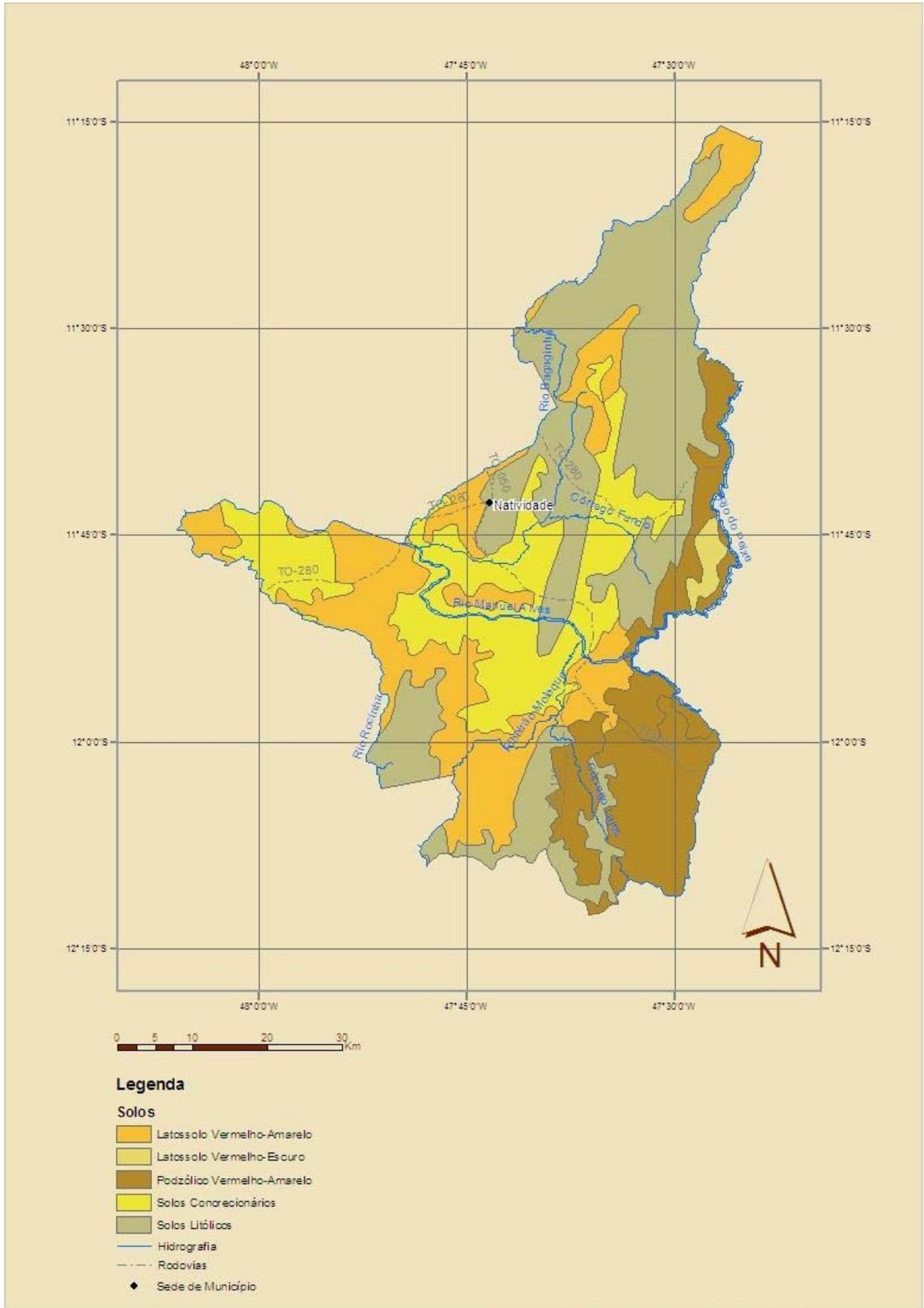


Fig. 10 – Solos

Erodibilidade dos Solos

A suscetibilidade à erosão dos solos de Natividade é variável, em conformidade com a constituição do terreno e as formas de relevo (Figura 11). São observadas as seguintes classes:

Muito Fraca – áreas formadas por solos de grande significado agrícola, muito profundos, porosos, bem permeáveis, friáveis, localizados em relevo plano, em inclinação raramente superior a 3%, com processos de escoamento superficial e difuso. São observados em manchas distribuídas por todo o território, principalmente na parte oeste e sudoeste do Município;

Ligeira – áreas de solos variando entre bem e fortemente drenados, profundos, em relevo de ondulação suave, com inclinação entre 3% e 8%, cujos processos de escoamento superficial são difusos e lentos, com eventuais concentrações. Ocorrem, principalmente, na parte central do território municipal;

Forte – áreas com solos pouco profundos, drenagem moderada, com poucos agentes agregadores e uma estrutura maciça, sem coesão no horizonte superficial (A), nos quais a matéria orgânica é inexpressiva e restrita a este horizonte. Ocorrem em relevo fortemente ondulado, com declividade entre 20% e 45%, e apresentam permeabilidade restrita, o que as torna erodíveis. Têm processo de escoamento superficial difuso e rápido, concentrado, podendo ocorrer até mesmo movimentos de massa, do tipo rastejamento e solifluxão. Aparecem em manchas na parte centro-leste do Município;

Muito Forte – áreas formadas por solos rasos e muito rasos, com afloramentos de rochas, em relevo de montanhoso a escarpado, com declives iguais ou maiores que 45%. Têm processo de escoamento superficial concentrado, com ocorrência de movimentos de massa do tipo deslizamento, desmoronamento, rastejamento e solifluxão, com eventuais quedas de blocos. São mais frequentes no norte do Município, mas ocorrem também em manchas no sudoeste e sul.

Recursos Hídricos

O município de Natividade é drenado pela Bacia do Tocantins, por meio das microbacias hidrográficas dos rios Manoel Alves, com seus afluentes Areias e Moleque, Peixe e das Balsas. A Cidade é cortada pelos córregos Lavras, Prainha, Água Suja e Praia (figura 12).

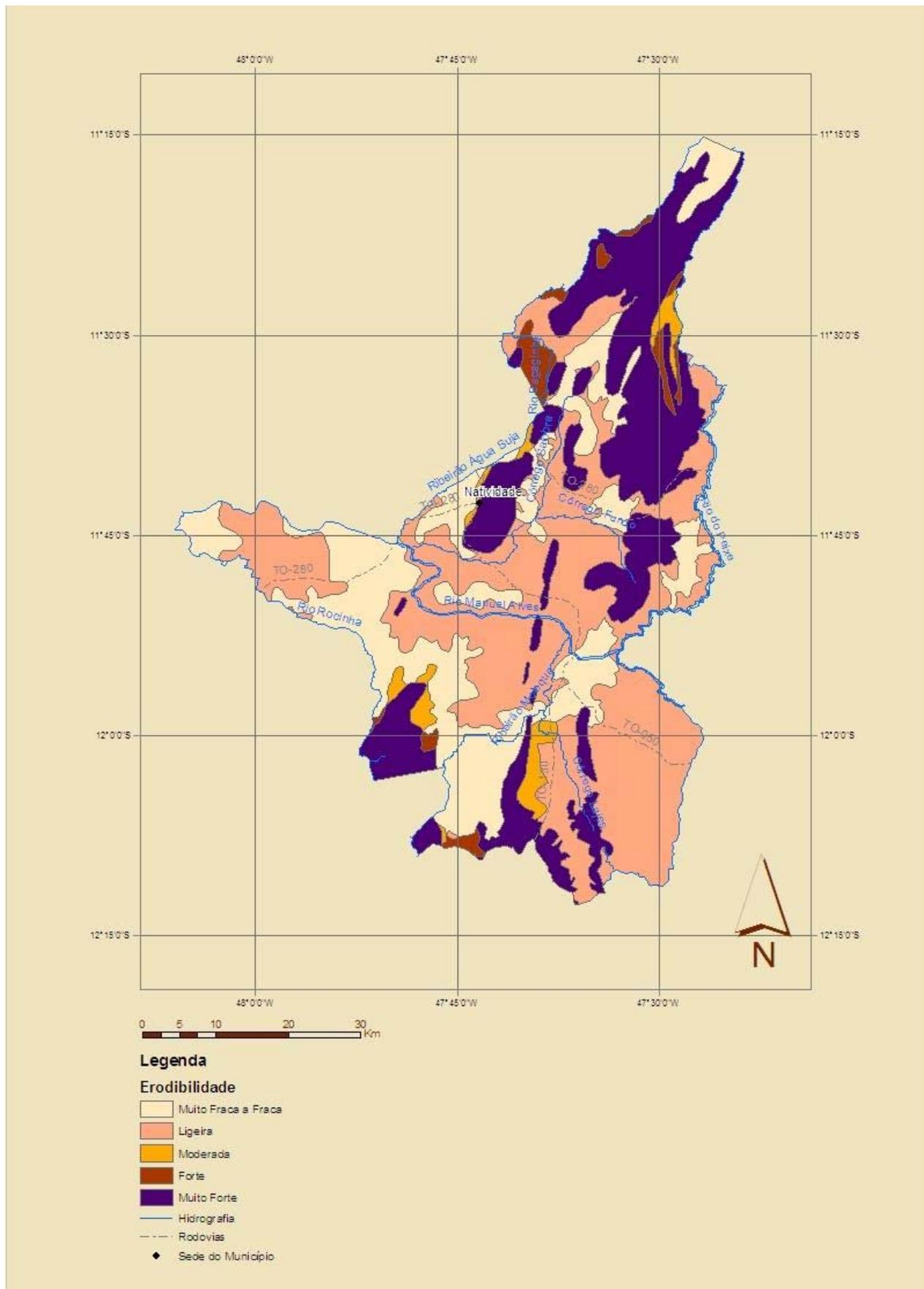


Fig. 11 – Erodibilidade dos solos

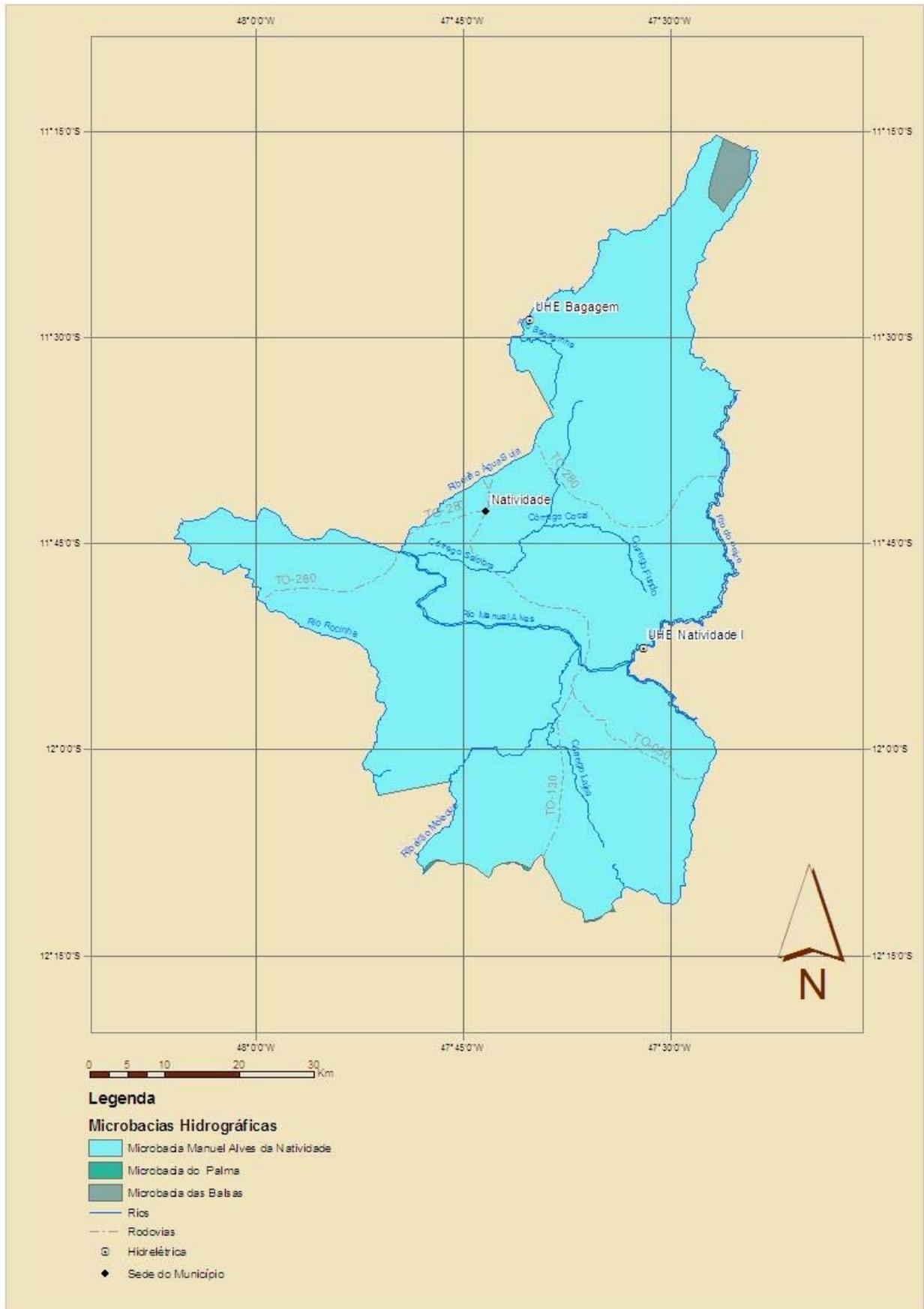


Fig. 12 – Microbasias hidrográficas

Clima

A regionalização climática do Estado do Tocantins, realizada por Método de Thornthwaite, que leva em conta os índices representativos de umidade, aridez e eficiência térmica, derivados diretamente da precipitação, da temperatura e dos demais elementos resultantes do balanço hídrico, classifica o clima de Natividade como C2wA'a' – úmido subúmido com moderada deficiência hídrica no inverno, evapotranspiração potencial média anual de 1.500mm, distribuindo-se no verão em torno de 420mm ao longo dos três meses consecutivos com temperatura mais elevada (figura 13)

A temperatura média anual gira em torno dos 28°C na porção norte e dos 27°C no centro e sul do Município (figura 14), enquanto a precipitação pluviométrica média anual é de 1.500mm no norte e de 1.400mm no centro e sul (figura 15).

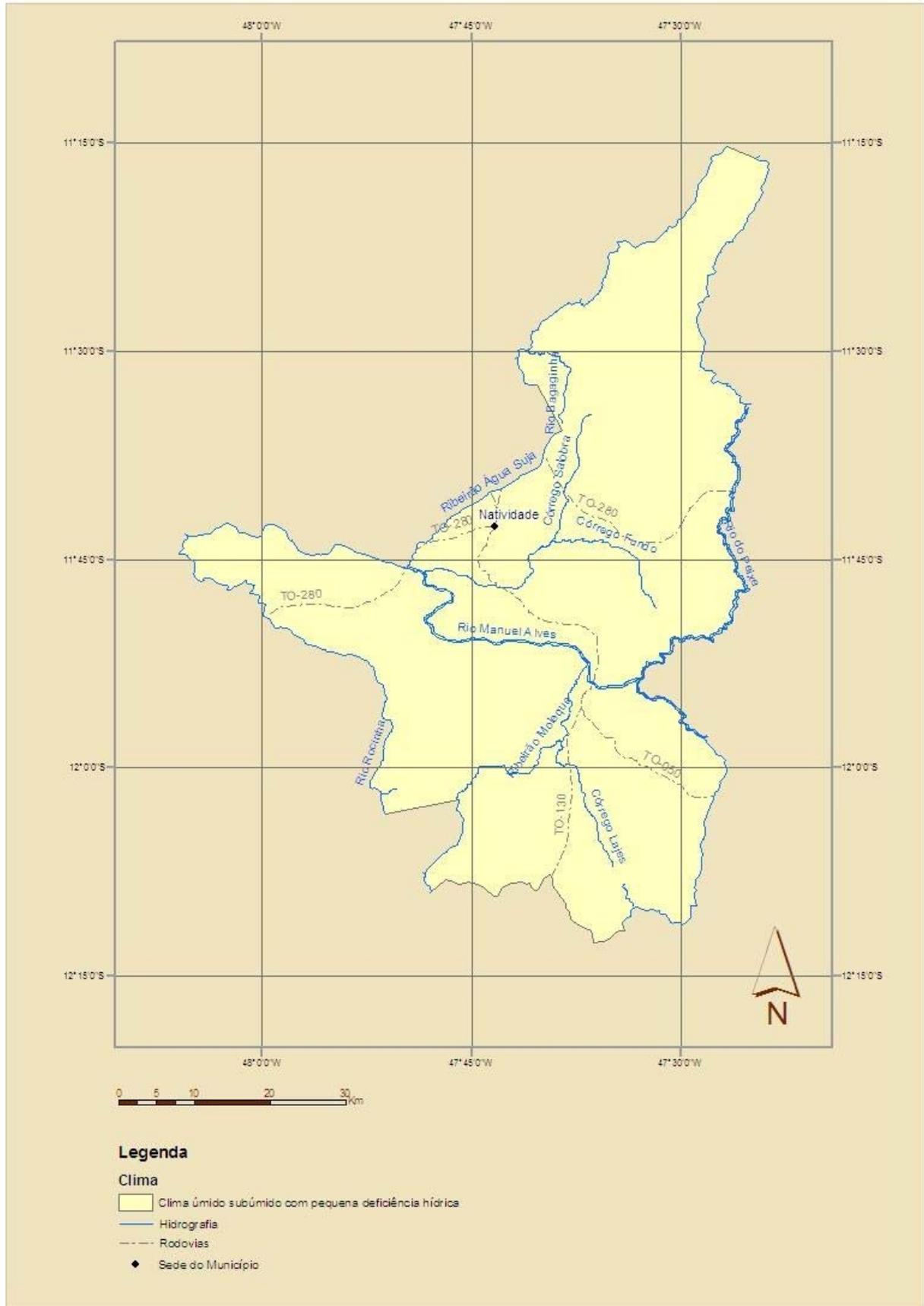


Fig. 13 – Clima

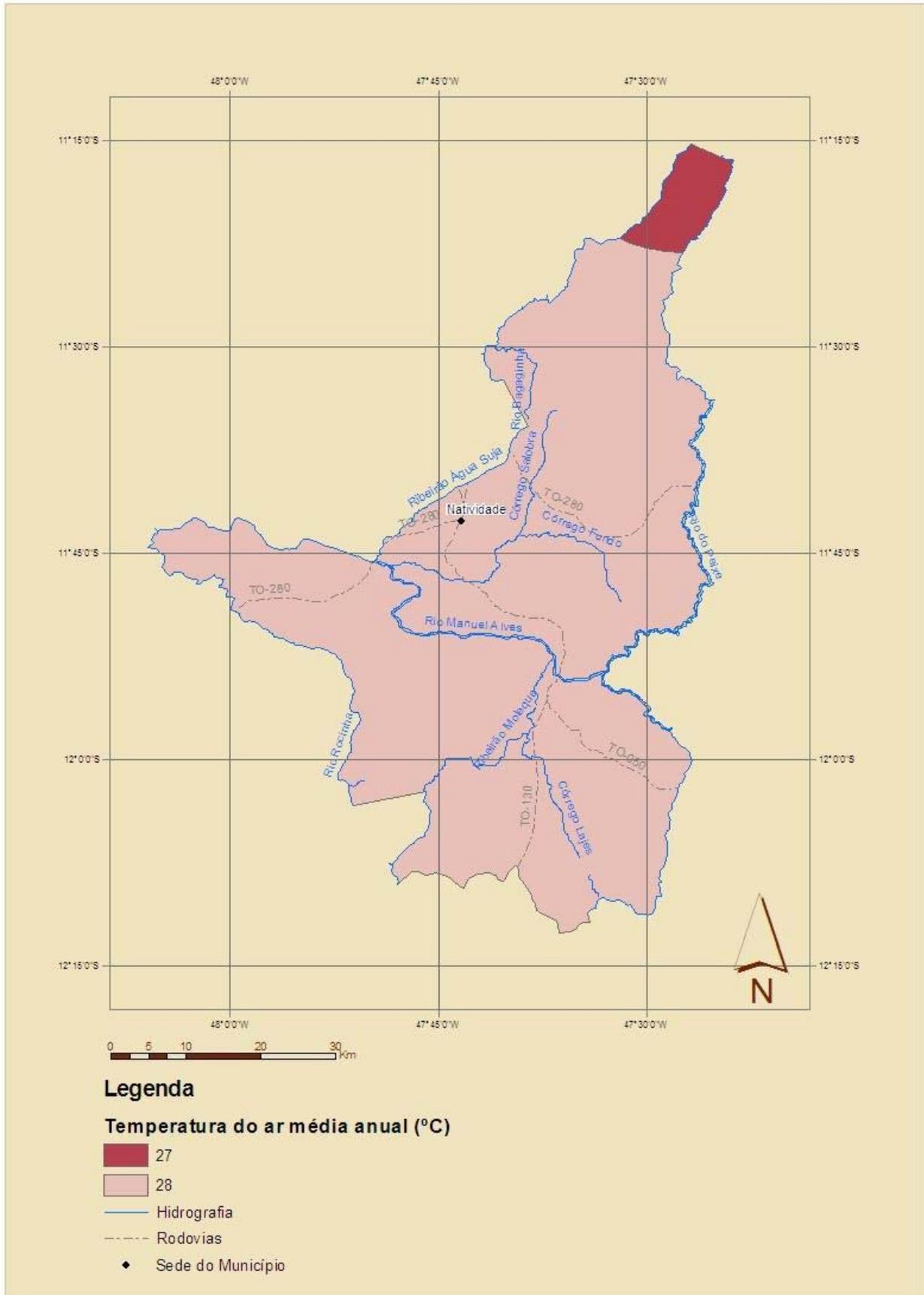


Fig. 14 – Temperatura média anual

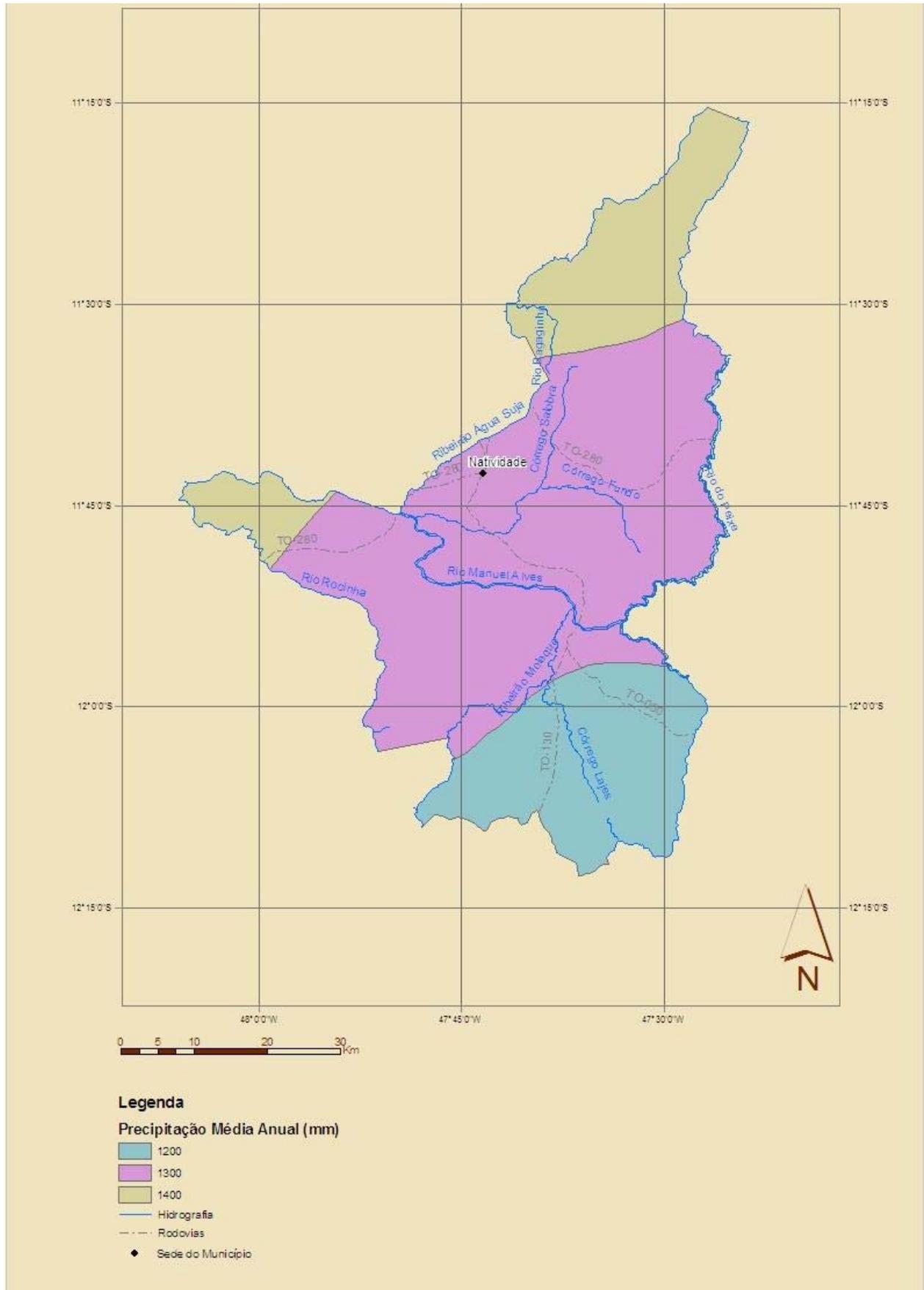


Fig. 15 – Precipitação média anual

Cobertura Vegetal

A região de Natividade está incluída na região do Cerrado do estado do Tocantins, com predominância de vegetação xeromorfa aberta, dominada e marcada por um estrato herbáceo (figura 16).

O Cerrado é o segundo maior bioma brasileiro, superado apenas pela Floresta Amazônica. Estende-se por cerca de 2 milhões de km², correspondentes a 20% do território nacional, distribuídos em 10 estados brasileiros. As árvores do Cerrado possuem longas raízes pivotantes, chegando a 10 a 15 metros de profundidade, que lhes possibilita buscar água nos aquíferos subterrâneos durante os longos períodos de estiagem. A vegetação herbácea, formada por subarbustos perenes e gramíneas, apresenta órgãos subterrâneos de resistência, como bulbos, xilopódios e sóboles para sobrevivência à seca. O caráter semidecíduo do Cerrado permite a rebrotação e floração antes do reinício do período chuvoso, confirmando a amplitude das reservas hídricas edáficas de profundidade durante o período seco.

Podem ser mencionadas como árvores nativas do Cerrado a aroeira, barbatimão, buriti, cagaita, copaíba, faveira, guariroba, ipê amarelo e roxo, jatobá, mama-cadela, mangaba, murici, sucupira, pau-santo e pequi.

Nas margens dos cursos d'água observam-se matas ciliares, com árvores de maior porte. No sopé das serras também se registra uma vegetação mais fechada de cerrado e campo cerrado.

Em uma pequena faixa a nordeste, na divisa com Almas, verifica-se a presença de Floresta Estacional Decidual, na qual o caráter decíduo da vegetação é acentuado pela disponibilidade hídrica do substrato. Apresenta estrato dominante macro ou mesofanerofítico predominantemente caducifólio.

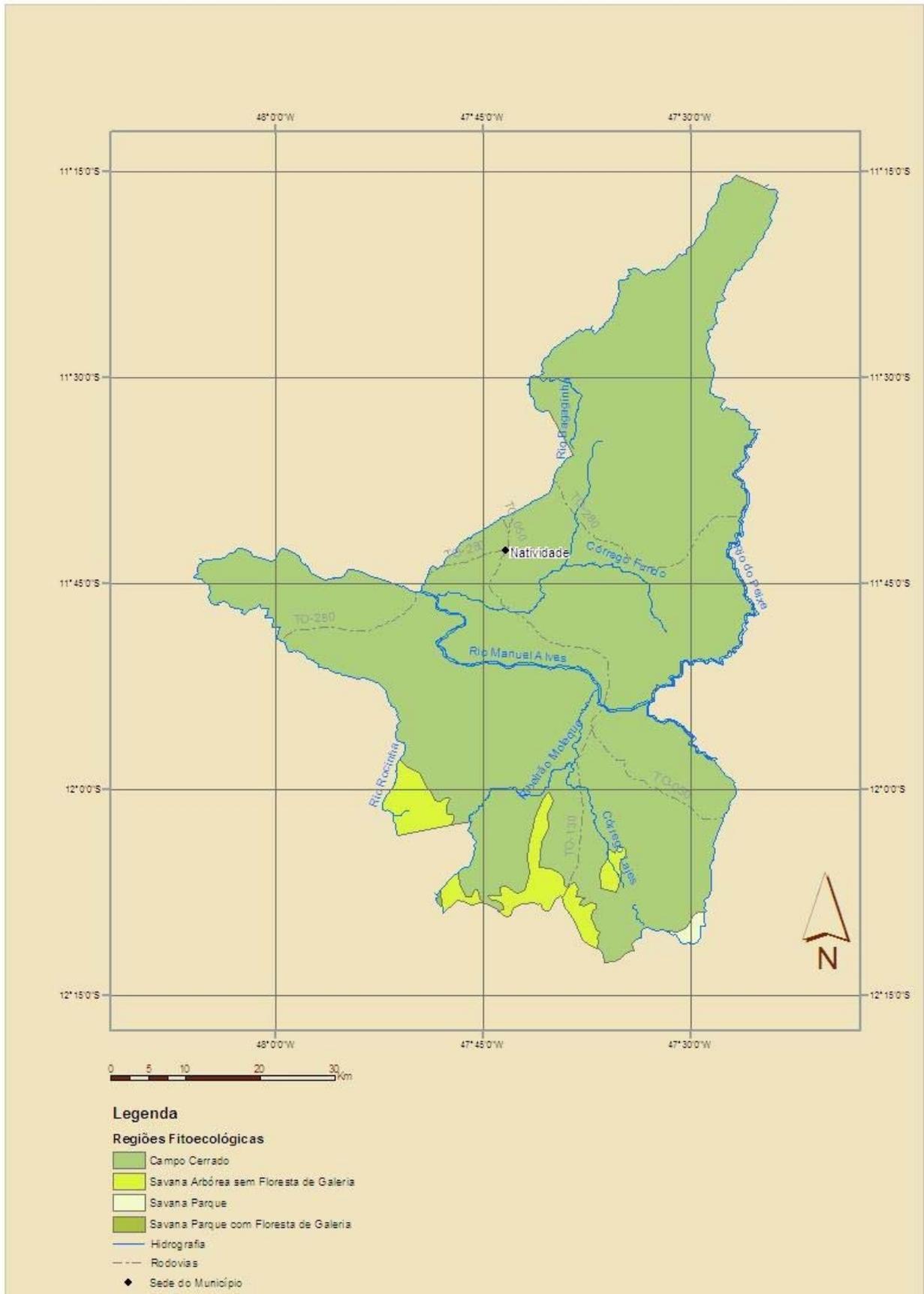


Fig. 16 – Cobertura vegetal

3.1.2. Áreas de Preservação Permanente

As áreas de preservação permanente do Município são aquelas determinadas pela legislação e se encontram, de modo geral, razoavelmente preservadas. As propriedades rurais são obrigadas a registrar suas reservas legais junto ao Instituto Natureza do Tocantins – NATURATINS, órgão estadual responsável pela fiscalização ambiental. Em algumas áreas de pastagens, entretanto, o desmatamento retirou parte das matas ciliares.

Há no Município áreas degradadas como resquícios da antiga mineração aluvionar. Junto à cidade, trechos significativos das margens dos Córregos Praia e Prainha foram desmatados e apresentam grau considerável de degradação. As águas já registram algum grau de poluição, principalmente pelo lançamento de lixo ou de esgotos. A encosta da serra apresenta pequenos trechos com ocupação urbana que podem comprometer a qualidade ambiental.

Não há Unidades de Conservação no Município. Próximo à Cidade, às margens do córrego Praia, na encosta da Serra da Natividade, existe um Bosque Ecológico, criado por lei municipal, com características de parque urbano. A vegetação está razoavelmente mantida a não ser na sua porção mais próxima à Cidade, onde já houve razoável descaracterização. O Córrego Praia corre entre pedras e forma diversas pequenas piscinas naturais, conhecidas como “poções”, muito apreciadas para banho pela população local.

De acordo com o Atlas do Tocantins, toda a porção nordeste do Município é classificada como de áreas potenciais para conservação, embora não exista aí qualquer Unidade de Conservação legalmente constituída.

3.1.3. Outras áreas a serem preservadas

Entre a parte central da Cidade e o bairro Jardim Serrano corre o córrego Praia. Suas margens são formadas por terras baixas e úmidas, impróprias para a ocupação com edificações. Tal área merece ser preservada por sua fragilidade, podendo constituir-se em um prolongamento do “pulmão” representado pelo Bosque Ecológico e pelas margens dos córregos Prainha, Lavras e Água Suja.

3.2. Território Municipal

O território municipal compreende o Distrito-sede de Natividade e os Distritos de Príncipe e de Bonfim. A sede do distrito de Príncipe está distante da Cidade cerca de 50 km, na margem direita da rodovia TO-050 no sentido de Brasília. A área do Distrito e de 7 alqueires e foi doada ao Município, sem contudo ter havido a regularização desta doação.

Entre a sede municipal e Príncipe, à margem esquerda da mesma rodovia, no mesmo sentido, localiza-se, a cerca de 23 km de Natividade, a sede do Distrito de Bonfim, local de grande romaria no mês de agosto. A área, de 25 hectares, é de propriedade da paróquia.

3.2.1. Estrutura Fundiária

As terras rurais em Natividade estão, na sua maioria, regularizadas, sem conflitos fundiários. Há 11 comunidades rurais em Natividade que somam 285 famílias, sendo 1 originária de remanescentes de quilombolas, 1 assentamento feito pelo Incra e 9 comunidades tradicionais.

A maioria das propriedades rurais é de tamanho médio (tabela 3), não ultrapassando 1.000 hectares e ocupando cerca de 45% do território municipal. Os estabelecimentos com mais de 1.000 hectares, apesar de bem menores em número, cobrem a metade do território. Quase não existem, entretanto, propriedades muito pequenas no Município. As propriedades com 10ha ou menos representam apenas 1,04% do total, ocupando 0,01% do território municipal.

Tabela 3 - Percentual dos estabelecimentos rurais e da área ocupada por tamanho dos estabelecimentos

Tamanho do estabelecimento	% Estabelecimentos rurais	% Área do Município
Menor que 100 ha	30,48	5,15
De 100ha a 1.000 ha	58,28	44,48
De 1.000 a 10.000 ha	11,24	49,97

Fonte: Prefeitura Municipal

Na sede municipal a situação fundiária apresenta vários problemas. Alguns loteamentos nem chegaram a ser devidamente registrados no Cartório de Registro de Imóveis. Na parte histórica, onde as construções são muito antigas e sem documentação regularizada, a Prefeitura Municipal está autorizada, por Lei da Câmara de Vereadores, a regularizar os imóveis sem ônus para os seus proprietários. Entretanto, não é esta a única parte que necessita ser regularizada. Problemas de situação fundiária irregular existem espalhados por toda a Cidade.

3.2.2. Utilização da Terra

A principal atividade rural em Natividade é a criação de gado bovino de corte, presente na maioria das propriedades rurais. A agricultura é praticada apenas para a subsistência, com o plantio de arroz, mandioca, milho, abóbora e banana, como principais produtos.

De acordo com o Atlas do Tocantins, as terras de Natividade apresentam potencialidade para a pecuária intensiva e/ou culturas de ciclo curto e longo, na sua porção sul e em algumas manchas da parte norte, para pecuária extensiva em quase toda a metade norte do Município e para culturas de ciclo curto e longo e/ou pecuária intensiva, em pequenas manchas de terra, na divisa com Almas.

3.3. Estrutura Urbana

3.3.1. Evolução Urbana

A origem da Cidade, como já mencionado, deu-se na parte hoje conhecida como seu centro histórico, permanecendo circunscrita a esta área durante quase dois séculos. O parcelamento, apesar de ocupado há tanto tempo, não tem registro em cartório.

Embora tenha havido alguma tentativa de se orientar o crescimento da Cidade em direção à Serra da Natividade, isto não ocorreu e as ruas e lotes aí configurados encontram-se vazios, aparentemente sem tendência de ocupação, preservando a paisagem que compõe o núcleo tombado integrado à serra.

A Cidade expandiu-se na direção oposta, atingido e ultrapassando a rodovia TO-050, aproximadamente em paralelo ao perímetro urbano original, em direção à saída para Brasília e Gurupi.

Só no ano de 1966 é registrada a gleba do Setor Ginásial, a sudoeste da área histórica, reconhecendo a existência de um arruamento nesse trecho, em terras do Poder Público Municipal, onde estava ocorrendo uma série de assentamentos indicativos de que a Cidade estava se expandindo. O loteamento do Setor Ginásial, composto por 40 quadras e 395 imóveis, não se encontra registrado.

É possível identificar na configuração urbana de Natividade, as diferentes fases de sua ocupação: os vestígios de canalização e de abrigos, localizados na serra de Natividade, remanescentes da atividade aurífera; a estrutura urbana do núcleo original, que se encontra praticamente íntegra; e uma área de ocupação mais recente (fins da década de 1960), que não interfere no núcleo original.

Entre o centro histórico e a ocupação da segunda metade do século XX, há uma área remanescente, não ocupada e sem qualquer trato paisagístico, com ruínas de uma edificação inacabada, onde deveria ter funcionado um clube, os restos do velho cemitério, conjuntos de lotes previstos mas não implantados (figuras 17 e 18). Nesta área previu-se a abertura de uma “avenida de contorno”, não implantada efetivamente.

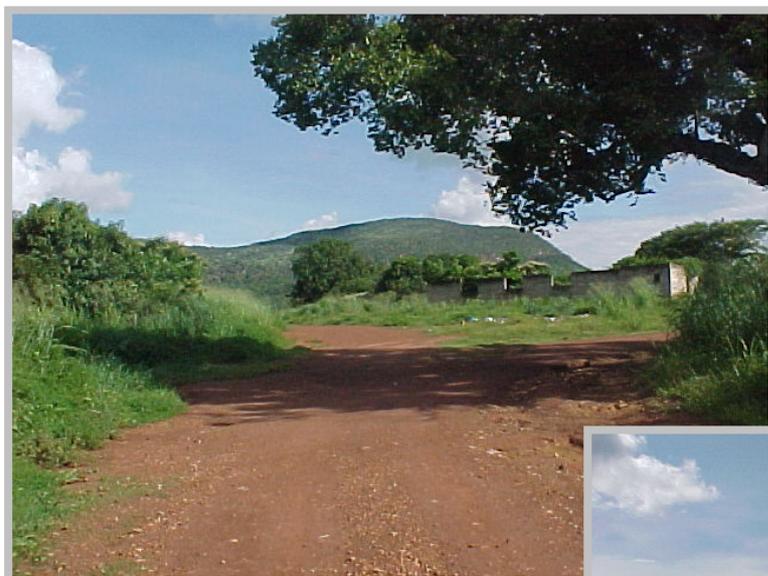


Fig. 17 – Espaço vazio com as ruínas de edificação inacabada



Fig. 18 – Espaço vazio com área prevista para loteamento

A partir do início da década de 1980, surgem novos loteamentos na Cidade, dos dois lados da área histórica e do centro da Cidade, no sentido Norte-Sul e, posteriormente, para o lado oeste (tabela 4), resultando nos bairros atualmente conhecidos. A maioria dos loteamentos foi criada pela Prefeitura Municipal em terras públicas. O último deles, denominado Deputado Uiatan Cavalcante, data de 2004.

Assim, surgiram sucessivamente (figura 18):

- Em 1981, o Jardim Serrano, ao norte do Centro, na entrada da Cidade, para quem vem de Palmas, em terras da Prefeitura Municipal. É um dos poucos loteamentos regularmente registrados;

- Entre 1986 e 1989, o Setor Nova Esperança, ao norte do Setor Ginásial e oeste do Centro, em terras da Prefeitura Municipal. Não está regularizado no Registro de Imóveis;
- Entre 1986 e 1989, o Setor Sul -1ª etapa, a sul e sudoeste do Setor Ginásial, em terras da Prefeitura Municipal, sem Registro de Imóveis;
- Entre 1986 e 1989, o Setor Sul -2ª etapa, ao sul do Setor Sul -1ª etapa, em terras da Prefeitura Municipal. Não está devidamente regularizado no Registro de Imóveis;
- Entre 1986 e 1989, o Setor Sul -3ª etapa, a oeste do Setor Ginásial e ao norte do Setor Sul -1ª etapa, em terras da Prefeitura Municipal, sem Registro de Imóveis;
- Entre 1986 e 1989, o Setor Ulisses Guimarães, ao sul do Setor Aeroporto e a oeste do Setor Ginásial, como uma cunha do Setor Sul - 3ª etapa, em terras da Prefeitura Municipal, sem Registro de Imóveis;
- Em 1991, o Setor Aeroporto, a oeste do Setor Ginásial, em terras particulares e devidamente regularizado no Cartório de Registro de Imóveis. Parte do loteamento teve seu registro anulado pelo fato de ocupar terras da Prefeitura Municipal, onde se implantou o Setor Nova Esperança, a oeste da TO-050, na entrada da Cidade, para quem vem de Palmas;
- Em 2004, o loteamento Deputado Uiatan Cavalcante, ao norte do Setor Sul - 3ª etapa e a oeste do Setor Nova Esperança, sem Registro de Imóveis.

O número de lotes em cada um destes loteamentos é bastante diversificado (tabela 4) e a ocupação ainda é muito rarefeita na maioria deles.

Tabela 4 – Número de quadras e lotes por loteamento

Loteamento	Quadras	Imóveis		
		Lotes	Chácaras	Total
Centro	58	722	12	734
Jardim Serrano	50	658	19	677
Setor Nova Esperança	43	465	01	466
Setor Sul - 1ª etapa	45	757	15	772
Setor Sul - 2ª etapa	12	325	29	354
Setor Sul - 3ª etapa	12	296	42	338
Setor Aeroporto	11	149	01	150
Setor Ginásial	40	395	10	405
Setor Ulisses Guimarães	05	56	-	56
Loteamento Deputado Uiatan Cavalcante	33	1.015	-	1.015
Subtotal	309	4.838	129	4.967
Chácara Prainha			02	02
Chácara zona urbana			01	01
Conjunto Habitacional Vale do Sol	01	01	-	01
Total	310	01	03	4.971

Fonte: Prefeitura Municipal de Natividade - Cadastro de Imóveis

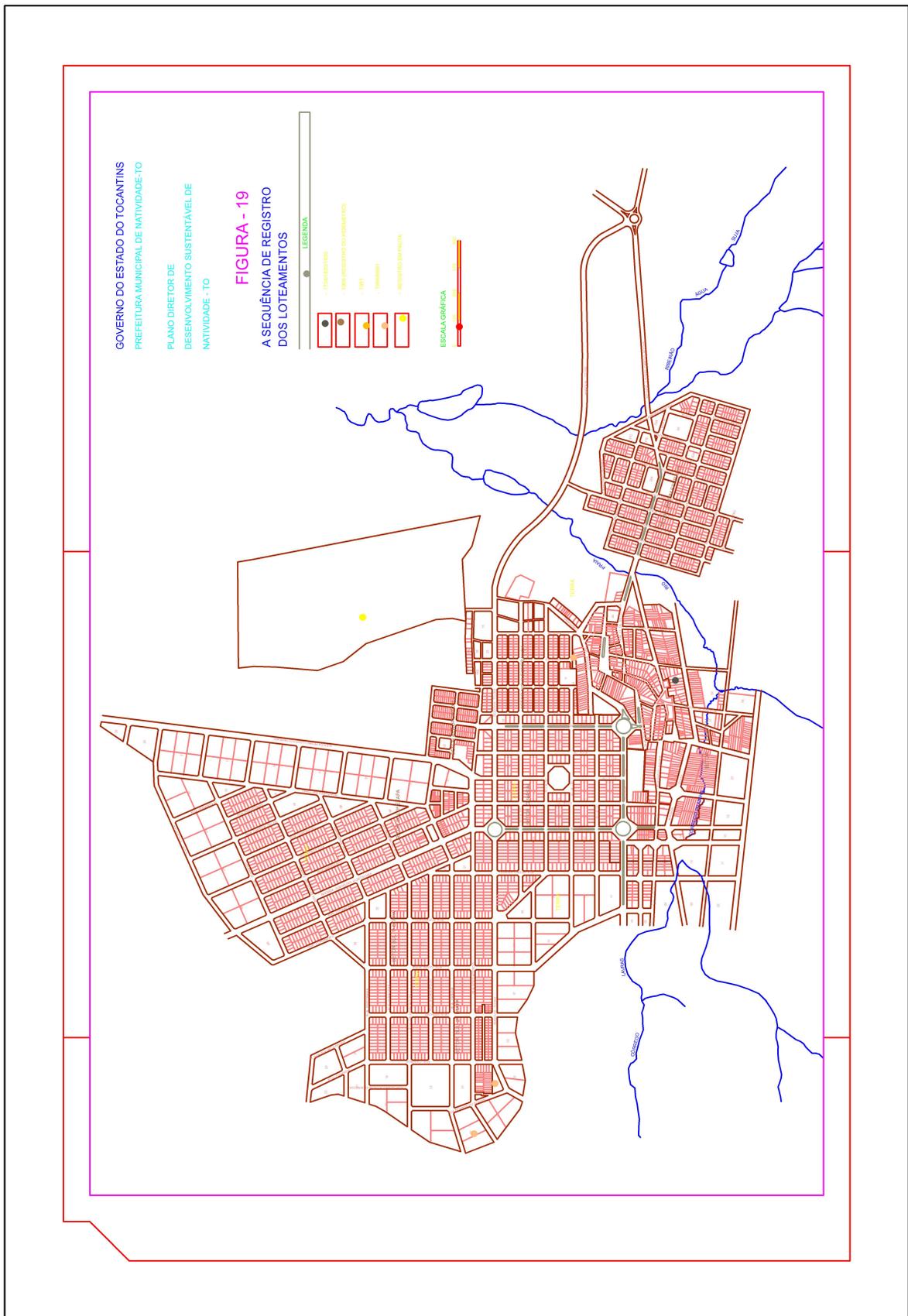


Fig. 19 - A seqüência dos loteamentos e forma como a cidade foi se configurando

3.3.2. Configuração Urbanística

Assentamento Original

A área sob proteção federal corresponde ao *ambiente urbano, natural e construído, representante da vários períodos históricos da cidade de Natividade, desde sua fundação – 1734 – até nossos dias*¹. Isso significa que todo o conjunto está sob proteção, indistintamente, e que os critérios para conservação emanam dessa premissa, podendo variar ou flexibilizar os modos de fazer conservar o patrimônio cultural sob proteção.

Como já comentado, a Cidade conformou-se na área de inclinação relativamente suave junto à falda da Serra da Natividade, praticamente ao pé dos trechos finais de transição da Serra Geral da Bahia, próxima à margem esquerda e arenosa do córrego Praia, oposta à montanha (figura 20). Apesar de se tratar dos trechos finais da serra, ela atinge, ainda, nestes pontos, uma cota de 850 metros. Como a cidade de Natividade desenvolve-se no patamar dos 320/330 metros, a serra apresenta-se com um desnível de cerca de 500 metros.



Fig. 20: A Serra da Natividade como elemento configurador da ocupação do solo

A área intermediária entre a mata ciliar e o campo aberto, tão comum no cerrado, permitiu ou induziu a uma estrutura viária longilínea, paralela ao sentido geral sul-norte da serra e encaixada na parte interna da curva do córrego Praia (figura 21). Com poucas variações desde sua primeira consolidação à época do ouro, essa estrutura remanesce.

¹ Critérios e procedimentos para proteção do tombamento e da área de entorno do Conjunto Histórico, Arquitetônico e Paisagístico de Natividade, no Estado de Tocantins. Portaria IPHAN de regulamentação.

Viajantes do início do século XIX, como J.E. Pohl, assinalaram uma vila de 300 casas com telhas, como qualificação sócio-cultural. Além dessas, haveria pelo menos mais uma centena de casebres e palhoças, precárias, provisórias, ou apenas reflexo de pobreza, mas que elevariam a população a pelo menos 2.500 pessoas, entre as famílias de fidalgos, aventureiros, pardos, negros forros e escravos, certamente maior que o centro histórico atual.

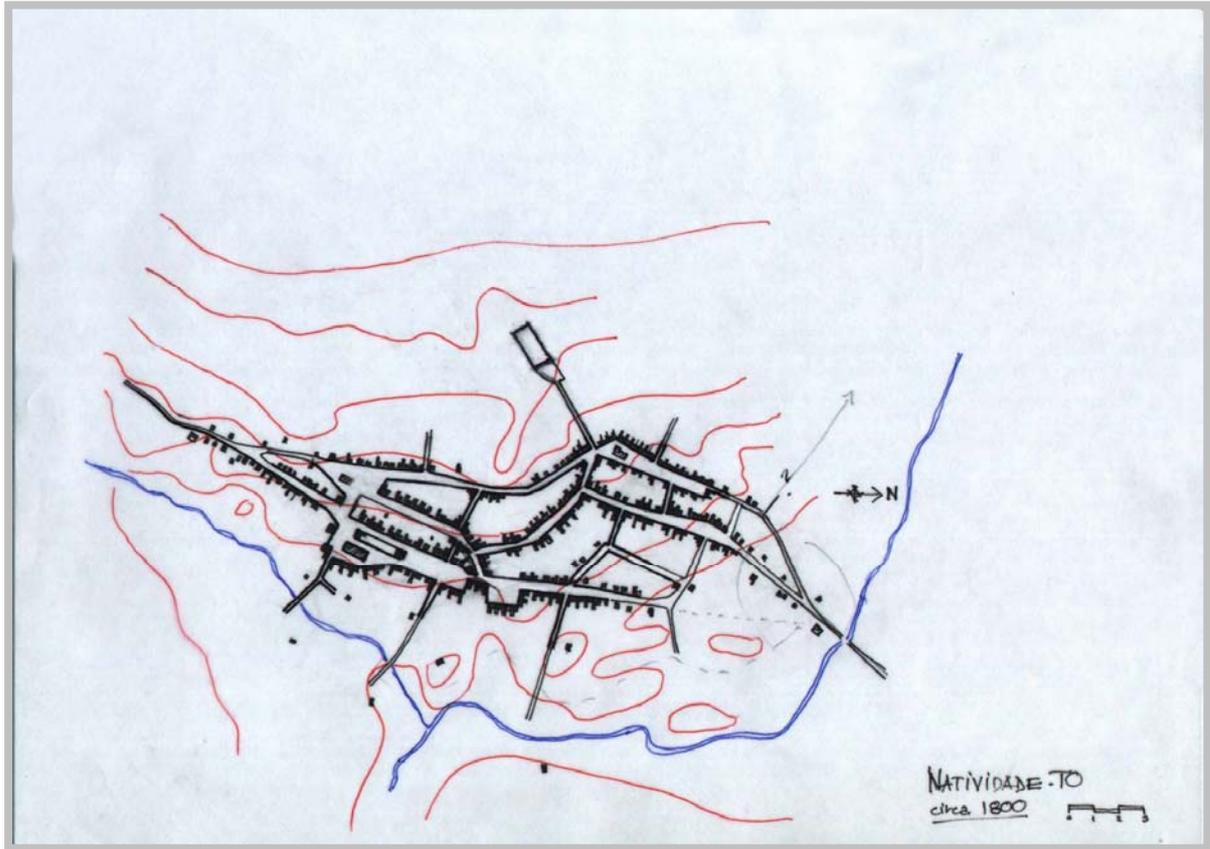


Fig. 21 – Estrutura urbana por volta de 1800

Já as áreas ou bairros novos foram implementados a despeito da morfologia pré-existente e afastadas do centro histórico, numa urbanização de trama regular e máxima divisão em lotes, como na maioria das cidades brasileiras em todo o século XX. Esse afastamento é consequência da inabilidade técnica, do preconceito face à *cidade velha* e da existência de quintais avantajados, legais ou não, em poder das famílias tradicionais, que obrigaram os “urbanistas” a locar os loteamentos em glebas menos problemáticas.

Considerando o binômio *natura e cultura*, o universo morfológico em perspectiva inclui a falda da serra, os córregos, a área entre esses e a Cidade, as duas áreas de acesso histórico, ao norte e ao sul, e a faixa mais densamente arborizada a oeste, onde se encontra o cemitério velho e que se conecta com os loteamentos novos.

A leitura da Cidade é composta com a serra, pois são complementares. O sol nasce mais tarde, o por do sol se reflete na serra e esses componentes de visualização são parte do cotidiano exclusivo de Natividade. À cavaleira, ela é onipresente e requer preservação.

A proximidade da serra (figura 22) não só imprime à ocupação geral do solo um certo caráter, mas representa uma presença constante na paisagem urbana, colaborando para a identificação dos lugares e a orientabilidade na Cidade.



Fig. 22 - A presença visual constante da serra no cotidiano da cidade

Ao considerar a Cidade e a serra, destaca-se o vale – os córregos, riachos, fios de água e drenagens de águas subterrâneas provenientes das encostas da serra, os baixios arenosos de vazantes, a flora e a fauna adaptada (figura 23). Essa área, ou *praia* como preferem muitos moradores, é vital para a preservação da paisagem e do patrimônio cultural, requerendo manejo adequado para estimulação dos usos novos e tradicionais e, respeitadas suas Áreas de Preservação Permanente, evitarão uma tendência muito comum nestas situações, que é a da cidade "subir as encostas".



Fig. 23 - A relação da serra com a cidade

Trata-se, portanto, de uma ocupação com uma lógica bastante acurada. A necessidade de se preservarem os cursos hídricos e a encosta da serra força a Cidade a estabelecer com eles uma relação de integração, conservando-os como espaços de lazer e contemplação.

Resta à Cidade expandir-se na outra direção, no sentido oeste, onde existe um domo cuja parte mais alta corresponde ao Setor Sul 1ª etapa, à altura da TO 050 (não por acaso é ali que a SANEATINS construiu um reservatório de água). A partir desta parte mais alta do domo, o terreno desce em direção à saída sul da Cidade, para Brasília, em direção à saída oeste, para Gurupi, e em direção norte, para Palmas e Bahia

Os novos bairros foram, portanto, implementados de forma independente da configuração urbanística do centro histórico, sem se articularem com ele, em parcelamentos de trama regular ortogonal e lotes não muito grandes, seguindo o padrão adotado em grande número das cidades brasileiras ao longo do último século. O afastamento entre o centro histórico e os novos loteamentos provavelmente resultou da pouca percepção do valor histórico do núcleo original e de alguma noção equivocada de *modernidade* que dava à primeira ocupação o caráter de *cidade velha*, portanto, não merecedora de maior atenção.

Centro Histórico

O Conjunto Arquitetônico, Paisagístico e Urbanístico da Cidade de Natividade está tombado como patrimônio nacional, de acordo com o Decreto-Lei nº 25, de 30/11/1937 e o Processo de Tombamento do IPHAN, de nº 1.117-T-84, inscrito em 16/10/1987 nos Livros de Tombo Histórico (vol. 2, fls. 05, nº 519), Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico (fls. 55, nº 102) e das Belas Artes (vol. 2, fls. 14, nº 590).²

² Ver: Decreto-Lei nº 25/37; Processo de Tombamento – Arquivo IPHAN.

O DL 25/37 está regulamentado pelo IPHAN nos *Critérios e Procedimentos para a Conservação do Conjunto Tombado de Natividade*, editado pela 12ª Sub-Regional do IPHAN em 10 de março de 1993 (figura 24).

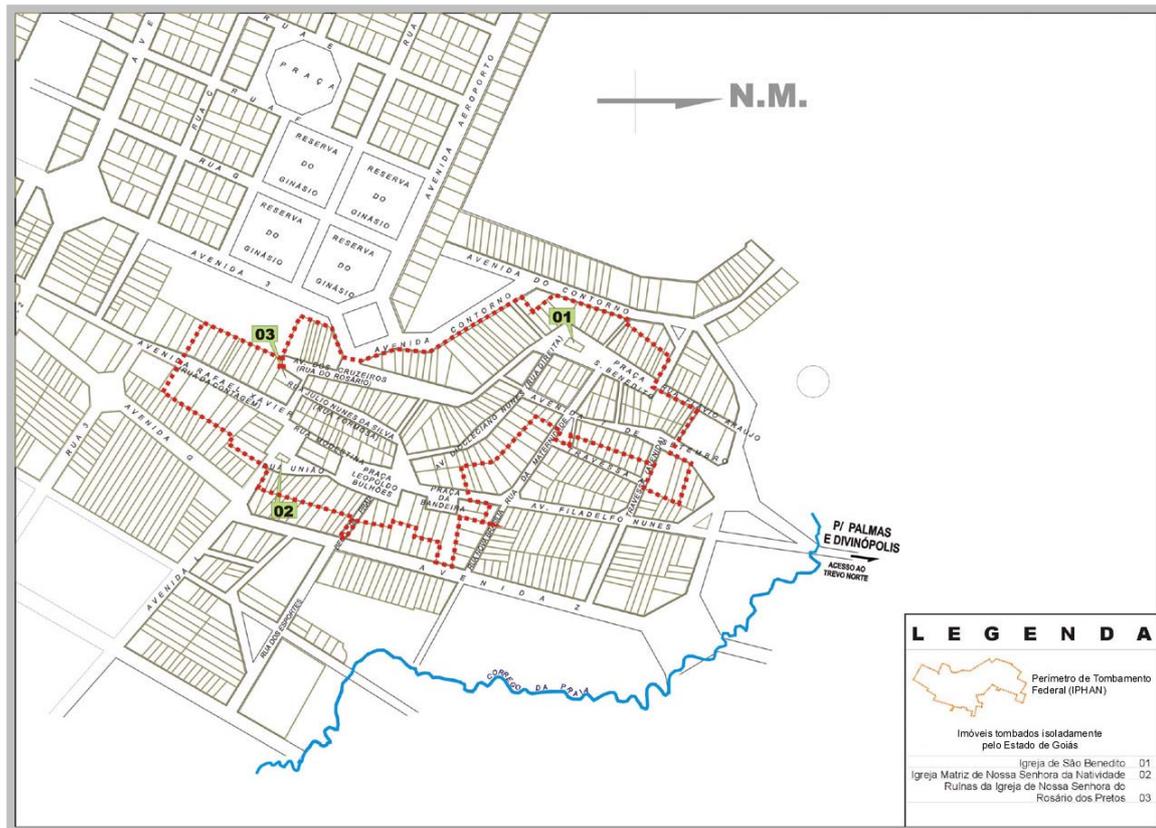


Fig. 24 – Centro histórico tombado pelo IPHAN

O centro histórico de Natividade inclui-se entre os vinte primeiros dos cerca de cem sítios urbanos tombados em nível nacional a serem incluídos entre aqueles a serem contemplados pelo Programa MONUMENTA, cujo objetivo é a recuperação sustentável do patrimônio histórico urbano brasileiro sob tutela federal, por meio de um Contrato entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e o Governo Federal. Prevê a execução de obras de conservação e restauro de alguns imóveis e logradouros públicos e de medidas econômicas, institucionais e educativas para ampliar o retorno econômico e social dos investimentos, visando a conservação permanente dos sítios históricos (figura 25).

Resultado de um processo de planejamento participativo, por meio da realização de oficinas de trabalho, o Projeto Natividade incluído no Programa MONUMENTA definiu como objetivo um *patrimônio histórico cultural urbano resgatado e preservado de forma sustentável*. Para alcançar este objetivo, reconhece ser necessário conseguir, por meio das ações do Programa, os seguintes resultados:

- R₁ → Patrimônio arquitetônico preservado.
- R₂ → Infra-estrutura e serviços públicos eficientes.
- R₃ → Gestão eficaz e participativa.

R₄ → Comunidade comprometida com o patrimônio.

R₅ → Área explorada adequadamente

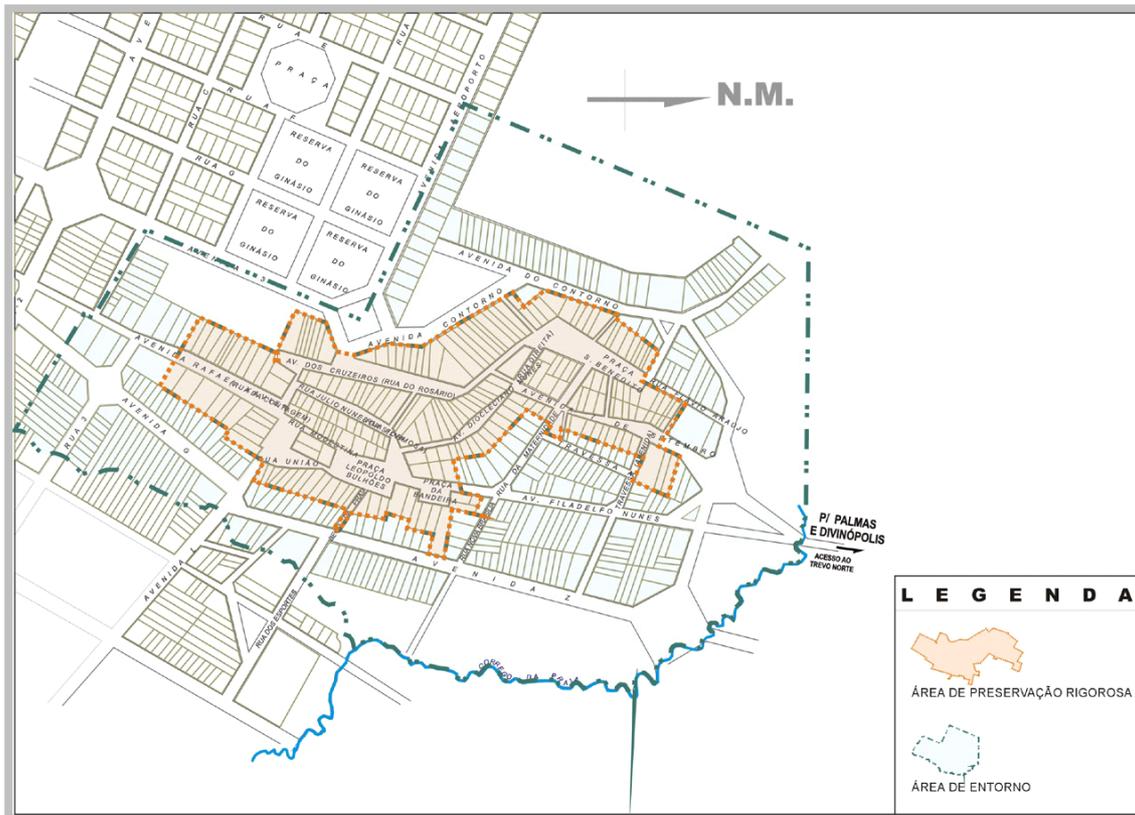


Fig. 25 – Área incluída no Programa Monumenta

Não se observam pressões para a verticalização do centro histórico. Entretanto, a fragmentação dos lotes tem sido frequente e progressiva, com conseqüente aumento do número de imóveis e de moradores no núcleo tombado. Exemplos claros desta fragmentação podem ser observados na Rua dos Cruzeiros.

Não há, no centro histórico e, de resto, nas demais partes da cidade, áreas próprias para lazer. É inexistente a arborização das vias públicas. Apenas algumas poucas praças contam com árvores ou gramados. Os quintais dos lotes é que formam os corredores verdes da Cidade, por serem em sua grande maioria plantados, principalmente com mangueiras.

Além do conjunto arquitetônico, há alguns monumentos tombados isoladamente no Centro Histórico (figura 26). Os estudos para a preparação da Carta-Consulta de Natividade ao Programa MONUMENTA identificaram vários outros imóveis que, embora não tombados, merecem atenção por seu valor como patrimônio cultural.

Trama Urbana

A estrutura urbana de Natividade resultou da disposição dos terrenos (à época as *datas minerais*) perpendiculares ao talvegue do córrego ou das áreas de mineração. As primeiras construções foram erguidas com pedras, madeiras e barro do local. Após um ou dois pares de anos, foi possível aprender sobre o regime de chuvas, as cheias, passagem de animais etc., para determinar as áreas efetivamente adequadas para as construções definitivas. Nesse sistema, o número inicial de construções não deve ter sido mais que algumas poucas dezenas (figura 28). Os demais mineiros estavam espalhados ao longo dos córregos próximos e nos pequenos vales altos no interior da serra, tal como no provável povoado de São Luís.

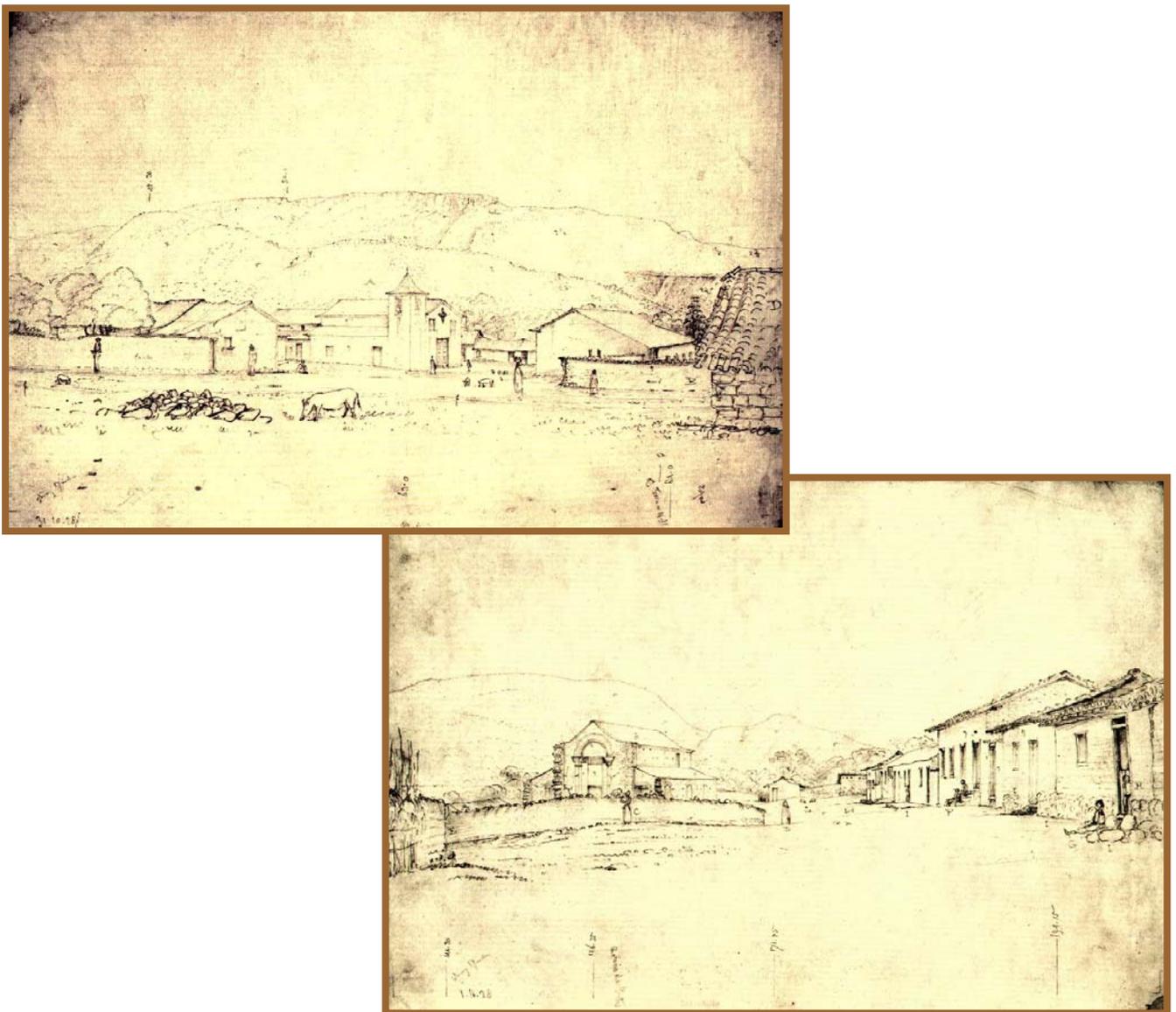


Fig. 28 – Partes do núcleo original da cidade

É possível e provável que a primeira rua tenha sido a atual Rua União, que se estende pela Rua Filadelfo Nunes, na verdade pouco mais que um caminho e um largo para a primeira Capela de Nossa Senhora da Natividade. Foi bastante comum nesse tipo de situação a adoção de denominações genéricas do tipo: Rua de Baixo (a mais próxima do córrego ou rio), Rua do Meio (após a instalação das casas fronteiras às primeiras e além dos seus quintais), Rua de Cima, quando se repetem os modos de ocupação e findam os quintais. Às vezes a Rua de Cima podia ser a Rua do Campo ou esta vinha além da de Cima, sempre repetindo o modelo.

O encarregado dessa primeira organização deve ter sido o próprio fundador e sobrinho do Anhanguera, à época ainda *Superintendente Geral e Regente da Minas dos Guayases*, delegando poderes de assentamento, distribuição de datas e arruamento. O arruamento era feito alinhando-se as frentes das casas à corda, para meia-morada, morada, morada-e-meia e assim por diante. Independentemente do comprimento das ruas, no geral se referiam a elas como sendo direitas se, no trecho considerado, tivesse sido bem alinhada. Por isso Saint Hilaire refere-se a Natividade como *de ruas direitas*, embora não resultasse uma trama regular ou ortogonal.

Assim é que o centro mais antigo de Natividade tem alinhamentos, mas no conjunto é bastante irregular, demonstrando intervenções sucessivas sem outros cuidados de planejamento que não os alinhamentos e organizações familiares, providências razoáveis, se forem consideradas as enormes distâncias e o tremendo isolamento a que se submetiam os nativitanos (figura 29).

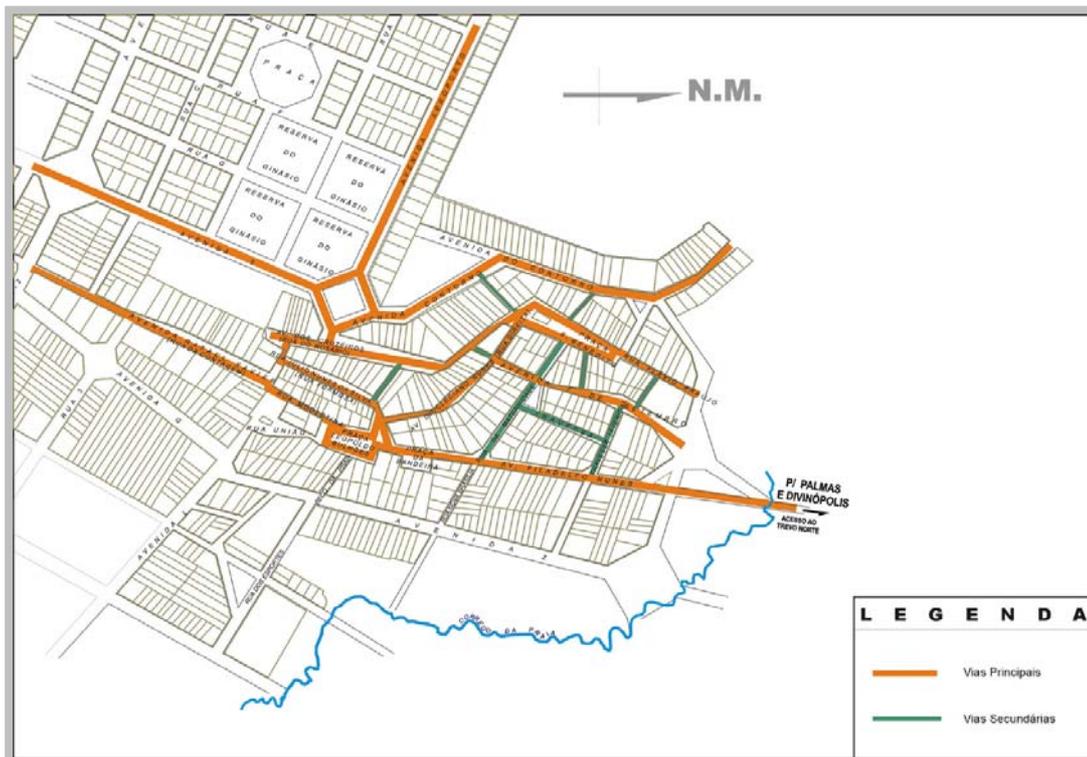


Fig.29 – Sistema viário do centro histórico

A trama urbana resultante deste período é, portanto, constituída por quadras irregulares, com formatos resultantes das mais diversas variações de paralelepípedos, dimensões bastante distintas (quadras de 50m x 50m até quadras muito extensas, de 200m x 80m, com uma média de quadras de 50m x 100m). O sistema viário é irregular e as caixas de rua variam de relativamente estreitas, de 8m, com calçadas acanhadas e faixas de rolamento estreitas, dificultando a circulação quando os carros estacionam junto ao meio fio, até se abrirem em largos, de 20m, em alguns casos com canteiro central gramado e até plantado. As ruas podem ser desencontradas, mudar bruscamente de direção, e apresentar repetidas vezes efeitos em T e em Y. É também característica desta trama a existência de praças das mais diversas formas, localizadas nos lugares mais surpreendentes (figuras 30, 31 e 32).

Apesar de bastante bem conservada, esta forma de ocupação tem sofrido, ao longo dos últimos anos, intervenções que desfiguram as suas características primordiais e o ritmo de cheios e vazios nas fachadas, o que provoca apreensão e consolida a necessidade de regulamentação e fiscalização mais efetivas, de modo a preservar o conjunto urbanístico e arquitetônico, uma das grandes vantagens e um ponto forte da Cidade, a partir do qual é possível alavancar o seu desenvolvimento.

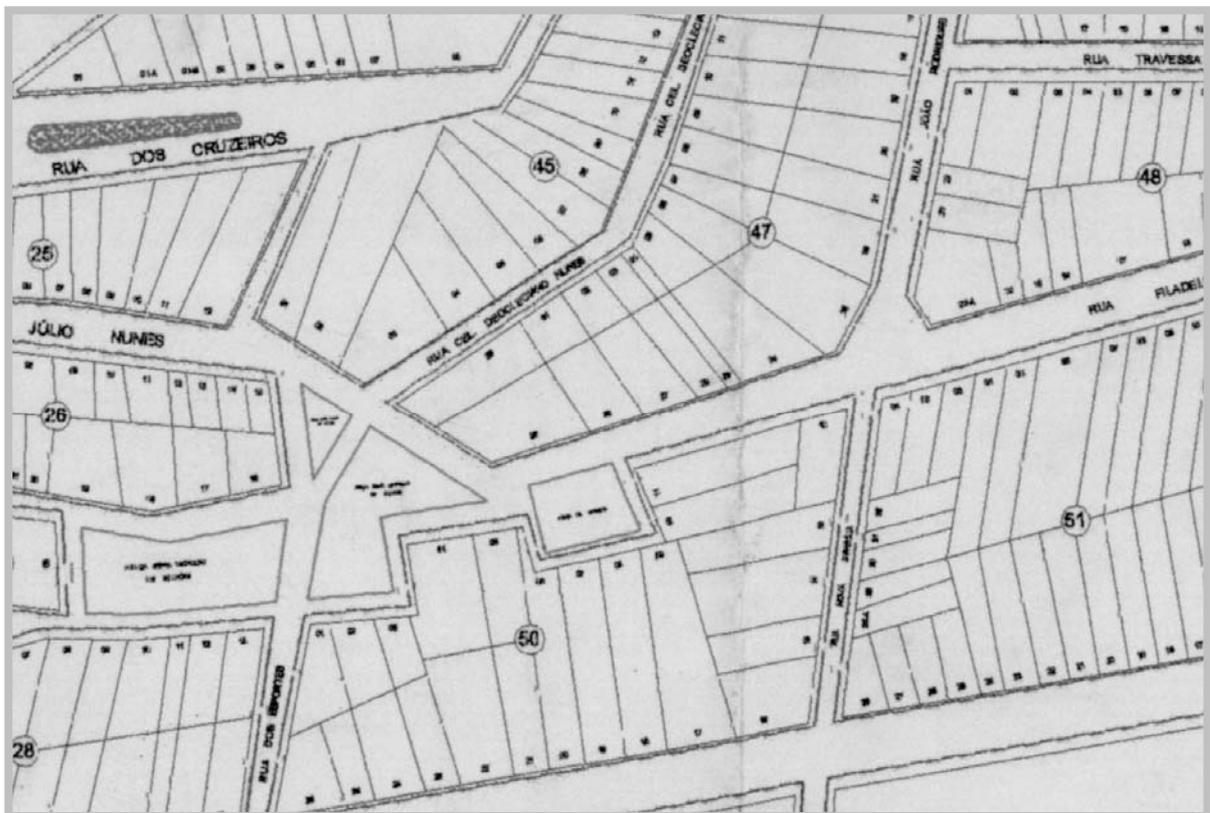


Fig. 30 - A trama urbana da ocupação histórica inicial



Fig. 31 – Vistas parciais da configuração atual do centro histórico



**Unidades ocupando a testada dos lotes, sem recuo lateral
(Avenida Major Júlio Nunes da Silva e Avenida Deocleciano Nunes)**



Diversas formas de organização das fachadas



Intervenções que estão deturpando a ocupação original



Estreitamentos e alargamentos da trama urbana



Efeitos em T e Y da trama urbana

Fig. 32 - Características da ocupação histórica inicial

A trama urbana das áreas periféricas ao centro histórico apresenta um sistema viário relativamente ortogonal, com caixa das vias em torno de 12m, ainda com calçadas estreitas (figura 33). As quadras são bastante regulares quanto ao formato e dimensões, com tamanho médio de 150m x 40m a 50m. Os lotes acompanham o formato das quadras e apresentam, em geral, 12 m de frente por 25m de fundo, ou 50m, quando atravessam as quadras de um lado a outro, tendo, portanto, duas testadas, ambas passíveis de serem ocupadas com edificações.

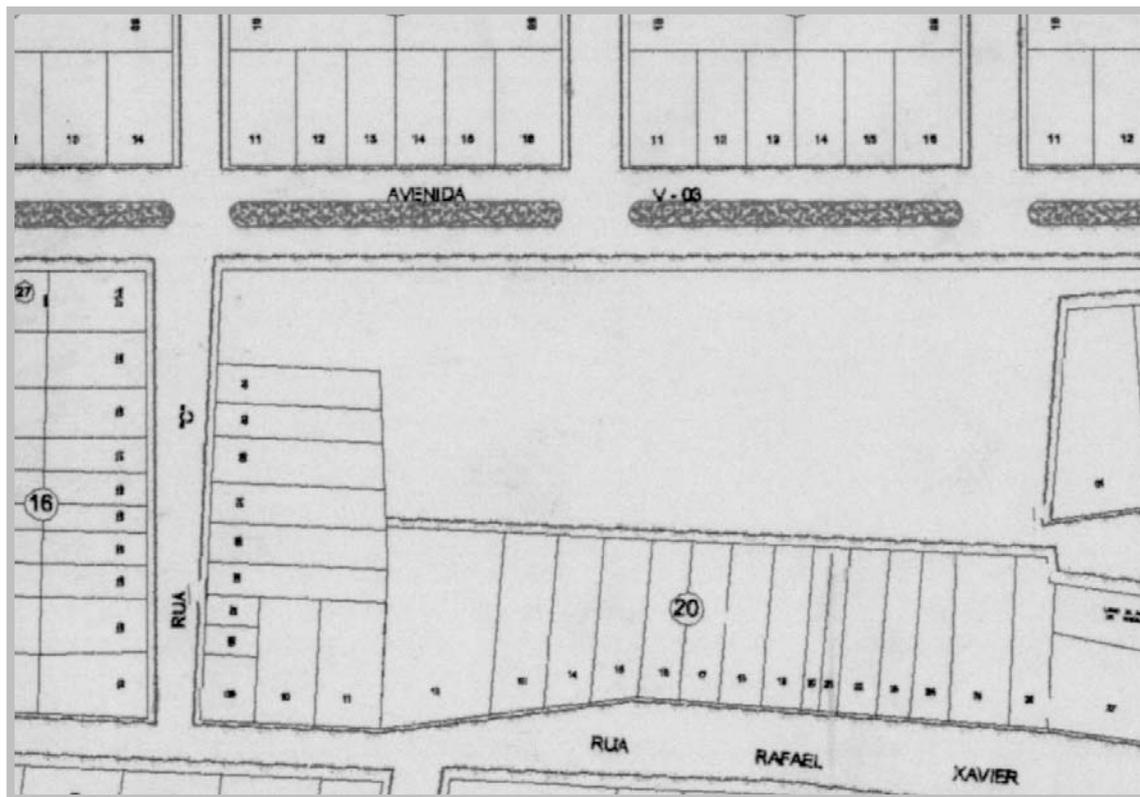


Fig. 33 - A trama urbana das primeiras ocupações periféricas ao núcleo inicial

Esta ocupação corresponde às áreas que, sem se incluírem na área tombada pelo IPHAN, fazem parte do Centro da Cidade, de trechos do Setor Ginásial, antes de sua estruturação final, e de alguns outros ocupados nos anos sessenta do último século, como os primeiros trechos do Jardim Serrano (figura 34).

Nestas áreas foram introduzidos os recuos frontais e afastamentos laterais. Como os lotes não são muito profundos, não se observam vastos quintais ou vegetação frondosa, característica do centro histórico. Mesmo plantados, por serem pequenos, não chegam a criar volumes verdes significativos.

Acomodaram-se nesta vizinhança imediata do centro histórico atividades que não se instalaram no seu interior, para complementar as necessidades funcionais do centro, tais como escolas maiores, rodoviária, supermercados, habitações mais amplas, algumas assobradadas etc..



Fig. 34 - As primeiras ocupações periféricas ao centro histórico

Os loteamentos mais recentes, ocorridos a partir da década de oitenta, do século passado, apresentam uma trama urbana bastante regular, com sistema viário ortogonal e quadras muito assemelhadas, com dimensões muito próximas de 80m x 200m (figura 35). Os lotes, também são regulares, com 600m² a 800m², medindo 15m a 20m de frente por 40m de profundidade.

Nestes loteamentos, as edificações se apresentam absolutamente soltas no miolo dos terrenos, sem grandes afastamentos nos fundos, o que não permite a existência de quintais amplos (figura 36).

No Setor Nova Esperança, foi feita uma experiência de se implantar faixa de rolamento mais estreita, de cerca de 3m, mas a baixa aceitação por parte da população não deixou esta prática prosperar.

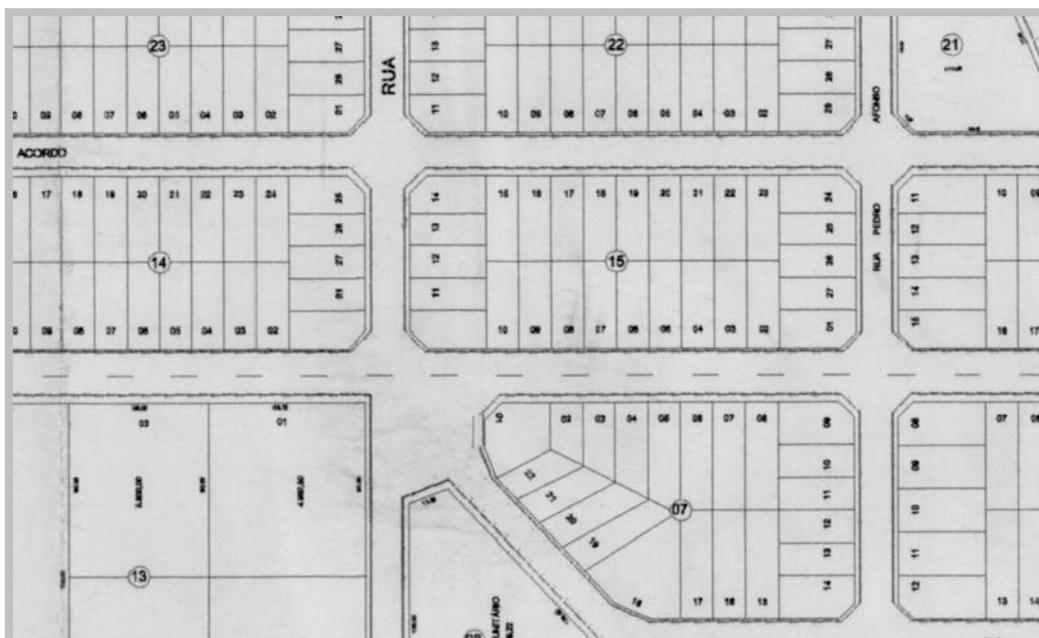


Fig. 35 - Trama urbana dos loteamentos mais novos



**Algumas raras mansões
no Setor Ginásial**



Ocupação do lado oeste da TO 050 no Setor Sul

Fig. 36 - Características da ocupação dos loteamentos mais novos

Na trama urbana merecem destaque, ainda, as quadras 05, 06 e parte da 07 do Setor Sul – 2ª etapa, o Setor Ulisses Guimarães e alguns trechos do Setor Nova Esperança, nas quais se implantaram habitações populares, por meio de programas sociais do governo federal ou estadual.

O sistema viário continua ortogonal, com caixas de ruas de mesma dimensão que as dos loteamentos novos (figura 37), mas os lotes são bem mais reduzidos, com 180m² (12m x 15m) na quadras do Setor Sul e de 250m² (10m x 25m) no Setor Ulisses Guimarães (figura 38).

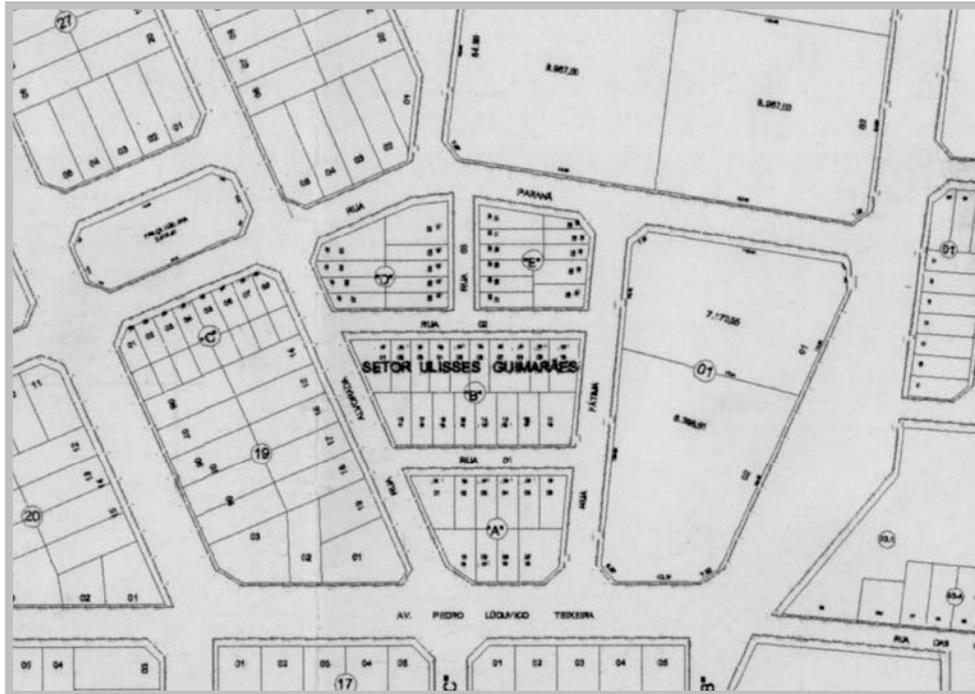


Fig. 37 - Trama urbana das áreas dos programas sociais



Quadras 05, 06 e parte da 07 do Setor Sul 2ª etapa



Setor Ulisses Guimarães



Setor Aeroporto II

Fig. 38- Características da ocupação das áreas dos programas sociais

Verifica-se, portanto, com muita clareza, a existência de duas configurações da trama urbana muito diferentes, representativas de momentos históricos muito diferentes:

- a configuração do período histórico, inicial, e
- a configuração dos loteamentos do século XX. Apesar de ser possível a diferenciação de nuances entre os loteamentos da década dos anos 60 e os posteriores, da década dos anos 80 e 90, a configuração destes loteamentos é, fundamentalmente, a mesma.

A manutenção destas particularidades é importante para a imagem da Cidade, pois elas permitem a identificação dos diferentes bairros e facilitam a orientabilidade em relação aos diversos trechos da Cidade.

Espaços Públicos e Privados

A criação de um novo Arraial tinha por obrigatório a edificação de um templo católico, com a eleição do seu orago ou santo de invocação. A primeira capela dedicada a Nossa Senhora da Natividade (figura 39) deve ter sido construída de pau-a-pique na área em que, na construção do templo definitivo, ficou atrás da camarinha. De fato, a Matriz divide o largo em duas partes. A mais antiga permanece como local de reuniões festivas.

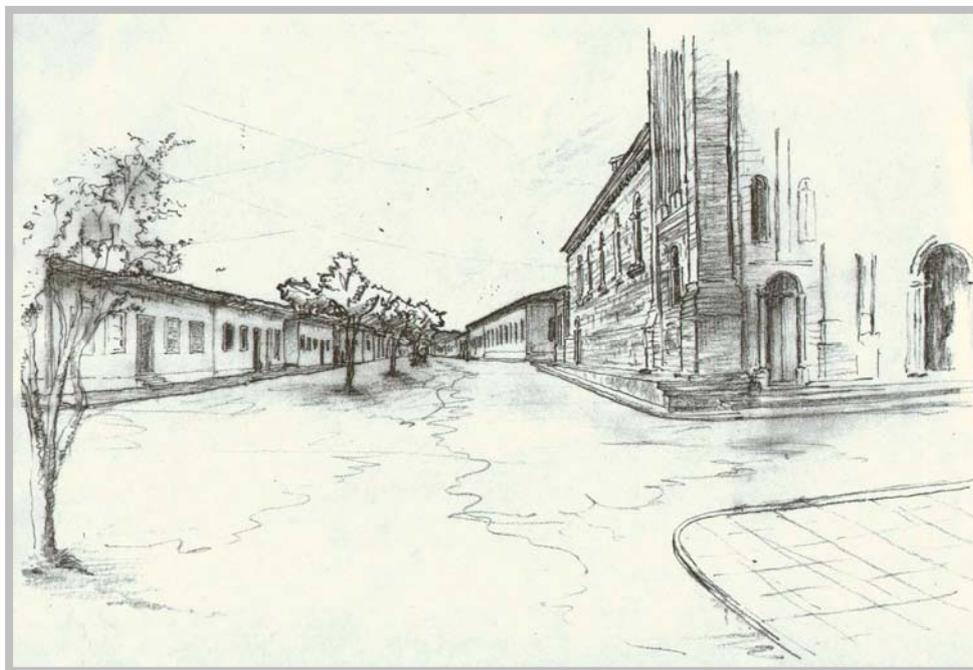


Fig. 39 - Matriz de Nossa Senhora da Natividade

A Igreja de São Benedito foi erigida mais acima, de frente para o norte, iniciando rua nova ou largo alongado, semi-fechado (figura 40). Devia constituir a moradia dos pretos livres e homens pardos, apartados da sociedade senhorial.

Junto à Igreja de Nossa Senhora do Rosário, talvez porque esta não se completou, não houve a constituição de um largo que lhe fosse proporcional, mesmo para a proporção da Capela-Mór.

As Igrejas são os únicos imóveis de uso público remanescentes do período colonial.

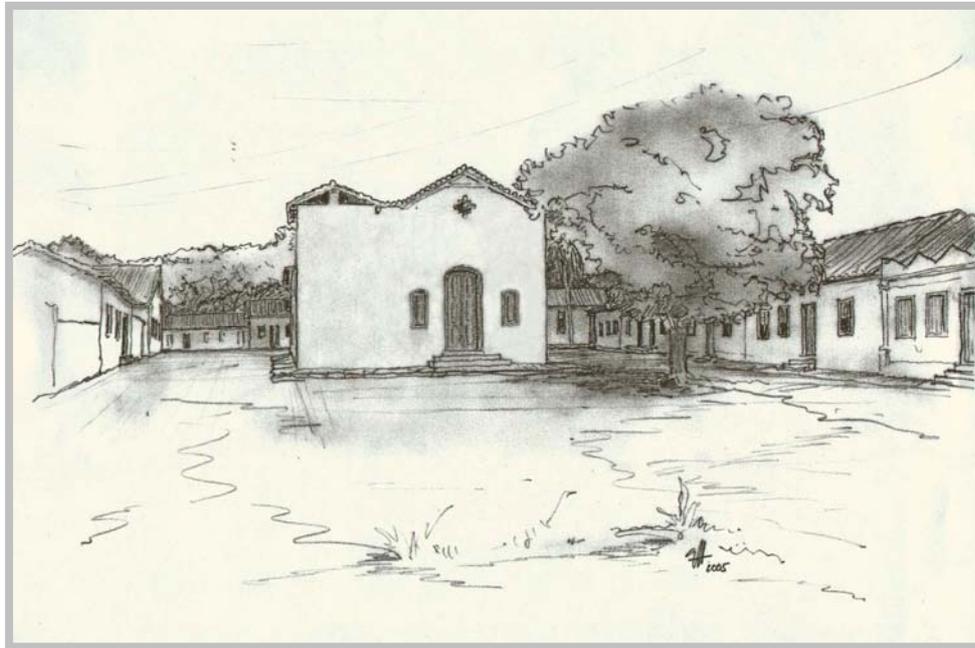


Fig. 40 – Igreja de São Benedito

Outro espaço público importante é a margem do córrego Praia, desde os primórdios usado para fornecimento de água, limpeza de utensílios e banhos.

Os espaços privados foram bastante alterados, mas ainda remanescem alguns imóveis com características coloniais, inclusive os grandes quintais para criações, frutas, hortas, etc. Casas com as portas abertas, um tipo de franqueza bastante comum nas cidades tradicionais, já são escassas, indicando a separação mais contundente entre os espaços públicos e privados.

Cheios e Vazios

A relação volumétrica entre os cheios e vazios, na escala urbana, destaca-se principalmente pela constituição das ruas principais como uma espécie de espaço interno, amurado pelas fachadas contínuas. Na área histórica são raras as áreas vazias que indiquem necessidade de preenchimento. Até mesmo os quintais, por não serem grandes e estarem plantados, não representam vazios a serem preenchidos.

As áreas de ligação entre o centro histórico e os novos loteamentos também não poderiam ser classificadas simplesmente como vazio urbano, pois sempre foram áreas de campo ou arvoredos. Mesmo considerando que parte delas é hoje propriedade privada, a realidade urbana exige soluções compatíveis para melhorar a faixa de transição e integrar o centro histórico à cidade mais moderna.

Natividade apresenta uma estrutura urbana colonial, com ruas irregulares. O conjunto arquitetônico destaca-se por sua simplicidade, demonstrado na escala, ritmo, proporção do casario e na ausência de monumentalidade das construções de função pública, resultando um conjunto harmonioso.

As fachadas são basicamente de dois tipos, correspondentes aos ciclos econômicos pelos quais passou a cidade: as fachadas mais despojadas, do período relativo à mineração do século XVIII; e as fachadas mais ornamentadas, do 2º período, ligado à pecuária, a partir do século XIX. As fachadas mais simples apresentam-se largas, com domínio dos cheios sobre os vazios. A pequena distribuição entre as vergas, predominantemente retas, e o beiral reforça o aspecto horizontal das edificações. As fachadas mais ornamentadas, ao contrário, apresentam aparência mais esbelta e variada, em função da diversidade dos tipos de platibandas, vergas e dos ornatos que se lhe sobrepõem, algumas vezes sobrecarregando as fachadas.

A horizontalidade do conjunto é ressaltada pela largura das edificações, seu pé-direito baixo, a proporção dos vãos, as cimalthas marcando as fachadas e a superfície dos telhados de duas águas com cumeeira paralela ao logradouro público.

"Do conjunto arquitetônico da cidade, composto atualmente por 260 unidades (FERREZ, 1981, p. 143), foram inventariadas pelo trabalho "Oito Vertentes e Dois Movimentos de Síntese da Arquitetura Brasileira" 28 unidades da arquitetura civil (privada e pública) e religiosa. Dentre essas unidades, as 21 edificações residenciais possibilitam uma análise sobre as características tipológicas do conjunto."

3.3.3. Usos e Ocupação do Solo

Os tipos e concentrações de determinados usos em trechos distintos da Cidade ocorrem com determinada lógica, de certa forma acompanhando o processo evolutivo da ocupação do solo.

O registro diagramático dos diferentes usos (figura 41) evidencia a ocorrência adensada de usos institucionais e comerciais na área central ou parte histórica da Cidade. É ali que se encontram localizadas as 3 igrejas remanescentes da época da ocupação inicial (igreja de São Benedito, ruínas da igreja do Rosário e Matriz Nossa Senhora da Natividade), as instalações da Prefeitura Municipal e a sede do IPHAN, na rua Sete de Setembro, a sede do Câmara Municipal, na Praça da Bandeira, os bancos da Cidade (Banco da Amazônia – BASA junto à Praça Leopoldo Bulhões e Banco Postal do Bradesco, junto à Praça da Bandeira), prédios institucionais como a Casa da Cultura Amália Hermano, a Biblioteca Municipal, junto à Praça São Benedito, a sede do SEBRAE, a Associação Comercial, as sedes do Programa Sudeste e do Programa MONUMENTA e a Secretaria Municipal de Ação Social, na rua Major Júlio Nunes, as

¹ SANTOS, H. M. dos e CHUVA, M. R. Romeiro. Conjunto Urbano, Arquitetônico e Paisagístico de Natividade. - Estudos de Tombamentos.

instalações do Batalhão da Polícia Militar (futuras instalações do Centro de Tradições e Banco do Brasil), o Museu, implantado no antigo prédio da cadeia pública etc.

Encontram-se também nessa área diversos equipamentos comerciais, tais como supermercado, ourivesarias, farmácias, papelarias, postos de gasolina, lojas de roupas, armarinhos, cursos de idiomas e hotéis de pequeno porte. Situa-se aí, ainda, uma escola municipal, uma olaria / cerâmica abandonada junto ao córrego Prainha e o velho cemitério dos primórdios da cidade.

A ocupação do Setor Ginásial, na metade do século passado, passa a oferecer áreas para equipamentos que, pelo seu porte, aparentemente, não encontravam lugar nos lotes estreitos do centro histórico. Encontram-se nele espalhados, sem muita lógica de ocupação, o Fórum, a sede do Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins - RURALTINS, escolas, a sede do Departamento de Trânsito - DETRAN, a Estação Rodoviária, a Estação de Tratamento de Água - ETA, o Ginásio, o Centro de Convenções (antiga feira coberta), entre outros.

Surpreendentemente, trata-se de uma área com poucos equipamentos comerciais, a não ser aqueles instalados na Avenida V - 3. A localização de algum comércio nesta avenida faz sentido, por se tratar de um trecho representativo da "continuidade" da trama da Cidade, ainda que não muito bem definida.

A implantação do Setor Jardim Serrano criou a possibilidade de localização de uma série de equipamentos institucionais (ginásio, escola, posto de saúde etc.) assim, como de equipamentos comerciais e de serviços, como bares, restaurantes, supermercados, pousadas e hotéis na rua Justino Camelo, na entrada da Cidade, para quem vem de Palmas. Nesta rua está instalado o escritório da Empresa de Saneamento do Tocantins - SANEATINS.

A implantação dos restantes setores habitacionais não trouxe grandes alterações na distribuição dos usos do solo, a não ser o surgimento de equipamentos de apoio à rodovia TO 050, coincidente com a Avenida Teotônio Vilela. Surgiram, aí, para aproveitar o fluxo de veículos e passageiros, algumas borracharias, oficinas mecânicas, restaurantes, casas de artesanato e postos de gasolina. A mesma TO 050 acessa as instalações do Colégio Agropecuário de Natividade, em frente ao Setor Jardim Serrano.

Ainda nos loteamentos novos, devem ser mencionados uma escola de porte maior (escola estadual Eva Nunes da Silva) na quadra 32 de Setor Sul 1ª etapa e um novo cemitério ao norte do Setor Nova Esperança.

Cabe destacar, complementarmente, a existência de um Parque Agropecuário, no extremo oeste do loteamento Deputado Uiatan Cavalcante, aprovado, mas não registrado nem implementado. Suas instalações reduzem-se a alguns currais. Durante os eventos que ali ocorrem são montados equipamentos complementares.

Conclusivamente, pode-se dizer que as localizações institucionais e comerciais seguem a lógica da ocupação residencial. Ocorrem na parte histórica, nos trechos dos Setores Ginásial e Nova Esperança, vizinhos ao Centro, no Setor Jardim Serrano, basicamente junto à via de acesso à Cidade, e junto à rodovia TO 050. Nas restantes áreas, pouco ou nada ocupadas, inexistem equipamentos de porte grande ou médio e, excepcionalmente, encontra-se algum comércio para o cotidiano, na forma de bar ou quitanda, geralmente compartilhando residências.

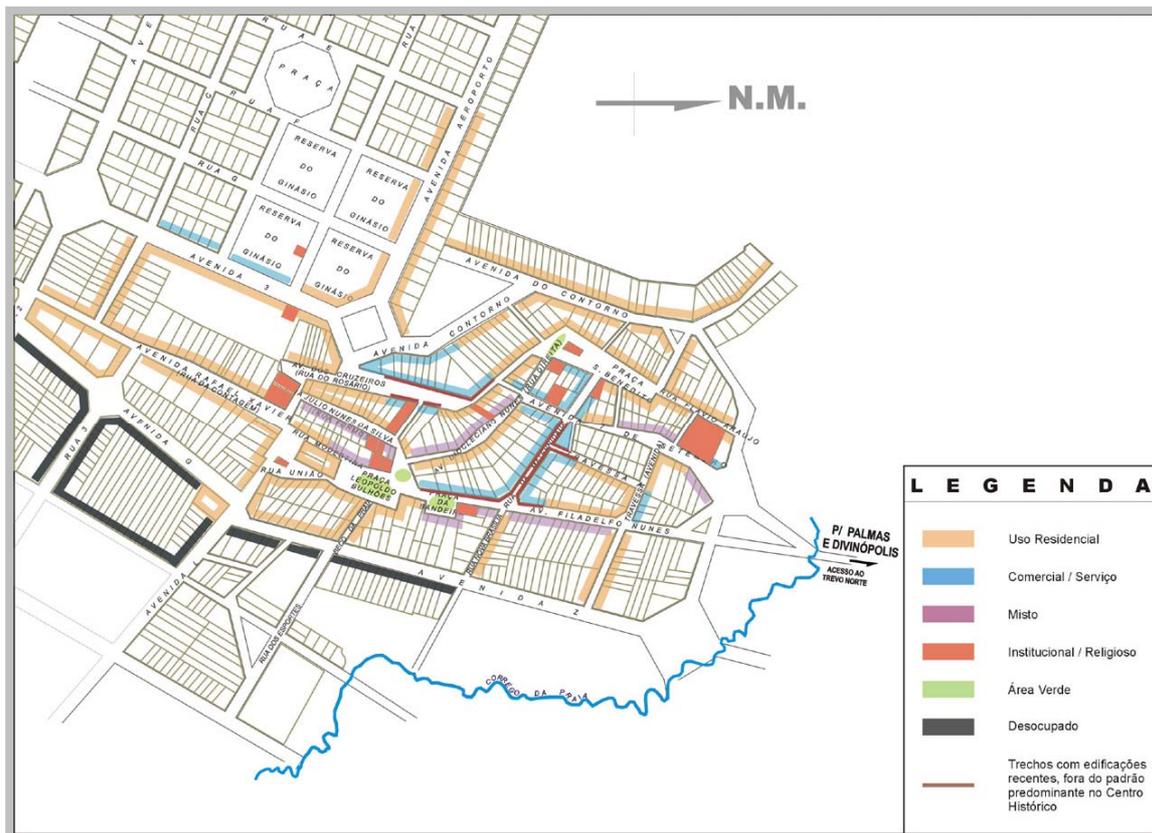


Fig. 41 – Usos e ocupação do solo

3.3.4. Habitação

O Cadastro de Imóveis da Prefeitura Municipal indica que apenas 32,2% dos imóveis urbanos de Natividade estão edificadas (tabela 5). Os bairros mais adensados são o Ulisses Guimarães, com 98,2% de lotes edificadas, seguido do Setor Nova Esperança com 71,4% de edificações. O Centro, o Jardim Serrano e o Setor Ginásial têm pouco mais ou menos da metade ocupada (59,7%, 57,0% e 43,0% de imóveis edificadas, respectivamente). No Setor Sul, os índices de imóveis vazios ultrapassam os 75%, sendo de 78,1%, na 1ª etapa, 91,2%, na 2ª etapa e de 94,7%, na 3ª etapa. O Setor Aeroporto tem 82,7% de seus imóveis não edificadas e o loteamento Deputado Uiatan Cavalcante está todo vazio, à exceção da área na qual se localiza o Parque Agropecuário que durante a maior parte do ano também não é ocupada.

Tabela 5 – Número de imóveis segundo a ocupação por loteamento

Loteamento	Imóveis						
	Total	Edificados		Vazios		Não informado	
		Nº abs.	%	Nº abs.	%	Nº abs.	%
Centro	734	438	59,7	267	36,4	29	3,9
Jardim Serrano	677	386	57,0	251	37,1	40	5,9
Setor Nova Esperança	466	333	71,4	121	26,0	12	2,6
Setor Sul – 1ª etapa	772	165	21,4	603	78,1	04	0,5
Setor Sul – 2ª etapa	354	24	6,8	323	91,2	07	2,0
Setor Sul – 3ª etapa	338	12	3,5	320	94,7	06	1,8
Setor Aeroporto	150	12	8,0	124	82,7	14	9,3
Setor Ginásial	405	174	43,0	209	51,6	22	5,4
Setor Ulisses Guimarães	56	55	98,2	00	-	01	1,8
Lot. Dep. Uiatan Cavalcante	1.015	00	-	1.014	99,9	01	0,1
Subtotal	4.967	1.599	32,2	3.232,	65,1	136	2,7
Chácara Prainha	02	00	-	02	100,0	00	-
Chácara zona urbana	01	00	-	01	100,0	00	-
Conj. Habitacional Vale do Sol	01	00	-	00	-	01	100,0
Total	4.971	1.599	32,2	3.235	65,1	137	2,7

Fonte: Prefeitura Municipal de Natividade - Cadastro de Imóveis

Em 2.000 foram registrados em Natividade 2.092 domicílios particulares permanentes, 71,2% deles na área urbana (tabela 6). Na região de influência direta de Natividade havia 4.941 domicílios particulares permanentes, 56,5% deles na área urbana. Dos quatro municípios considerados, Natividade era o que apresentava maior índice de domicílios urbanos e, também, maior percentual de população urbana (72,1%), enquanto a média da região de influência direta era de 56,5%. O município com menor índice de urbanização na região era Chapada da Natividade, com 34,2% dos domicílios e 34,5% da população na área urbana.

Tabela 6 – Domicílios particulares permanentes e população residente segundo situação do domicílio na região de influência direta de Natividade – 2000

Município	Domicílios particulares permanentes						População residente em domicílios particulares permanentes					
	Total		área urbana		área rural		Total		área urbana		área rural	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Chapada da Natividade	650	100,0	222	34,2	428	65,8	2.797	100,0	964	34,5	1.833	65,5
Natividade	2.092	100,0	1.502	71,8	590	28,2	8.829	100,0	6.362	72,1	2.467	27,9
São Valério da Natividade	1.278	100,0	575	45,0	703	55,0	5.022	100,0	2.223	44,3	2.799	55,7
Santa Rosa do Tocantins	921	100,0	483	52,4	438	47,6	4.119	100,0	2.191	53,2	1.928	46,8
Região	4.941	100,0	2.782		2.159		20.767	100,0	11.740	56,5	9.027	43,5

Fonte: Ministério das Cidades – Sistema Nacional de Indicadores Urbanos - SNIU

Não há uma política habitacional sistematicamente estruturada no Município, embora já tenha havido algumas iniciativas de oferta de habitações populares, seja pela oferta de lotes, facilitação da compra de materiais de construção ou pela construção de unidades habitacionais, por meio de programas sociais mantidos pelo governo estadual ou federal. Também tem sido implementada no Município a construção de instalações sanitárias nas habitações populares. Natividade registrava, em 2000, 59,7% dos domicílios particulares permanentes com banheiro ou instalação sanitária, bem acima da média da região sob sua influência direta, que era de 47,4% (tabela 7). Existe, entretanto, a consciência de que uma política habitacional efetiva é absolutamente necessária para a organização das diferentes formas de ocupação dos diversos loteamentos, de modo a preencher os extensos vazios urbanos verificados atualmente na Cidade.

Tabela 7 - Total e percentual de domicílios particulares permanentes segundo a existência de instalação sanitária na região de influência direta de Natividade - 2000

Município	Domicílios				
	Total	Com banheiro ou sanitário		Sem banheiro nem sanitário	
		Nº	%	Nº	%
Chapada da Natividade	650	175	26,9	475	73,1
Natividade	2.092	1.248	59,7	844	40,3
São Valério da Natividade	1.278	557	43,6	721	56,4
Santa Rosa do Tocantins	921	361	39,2	560	60,8
Região	4.941	2.341	47,4	2.600	52,6

Fonte: Ministério das Cidades - Sistema Nacional de Indicadores Urbanos - SNIU

A cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU é precária, em função da imprecisão do Cadastro de Imóveis, do elevado índice de imóveis com situação fundiária irregular e pela não existência de Serviço da Dívida Ativa implantado.

3.3.5. Comunicações

Não há jornais nem estações transmissoras de rádio em Natividade. É possível captar sinais de diferentes redes de televisão aberta, por meio de antena parabólica coletiva. Já as redes de canal fechado ou de TV por satélite são captadas por meio de antenas parabólicas individuais. O acesso à Internet é feito através de linha discada.

No campo da telefonia, há 785 telefones fixos e 52 orelhões instalados na sede municipal de Natividade. As sedes dos distritos de Príncipe e Bonfim contam com 1

orelhão, cada uma. Além disto, há 3 orelhões na área rural, nas localidades de Rio de Pedra, Barra e Apinajé. É possível o uso de telefone celular com a utilização da tecnologia GSM.

3.3.6. Energia Elétrica e Iluminação Pública

O fornecimento de energia elétrica é feito pela Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins – CELTINS. Há cerca de 2.000 ligações cadastradas, das quais 1.800, aproximadamente, estão ativas (tabela 8). A quase totalidade das ligações é residencial. A CELTINS adota tarifa social para a população de baixa renda, havendo quase 300 ligações desta categoria.

Tabela 8 – Distribuição percentual das ligações de energia segundo a categoria

Categoria	Residenciais	Comerciais	Industriais	Públicas
Cadastradas	1.998	18	02	55
Ativas	1.809	17	01	36
Inativas	144	01	01	15
Factiveis	35	00	00	04
Economias ativas	1.823	17	01	36
Total de economias	1.968	18	02	51
Baixa renda	282	00	00	00

Fonte: CELTINS – Escritório Natividade

A iluminação pública acompanha aqueles trechos da Cidade abastecidos com energia elétrica (figura 42). Atualmente são atendidas 1.887 edificações na sede municipal, 53, em Príncipe e 45 no povoado de Bonfim.

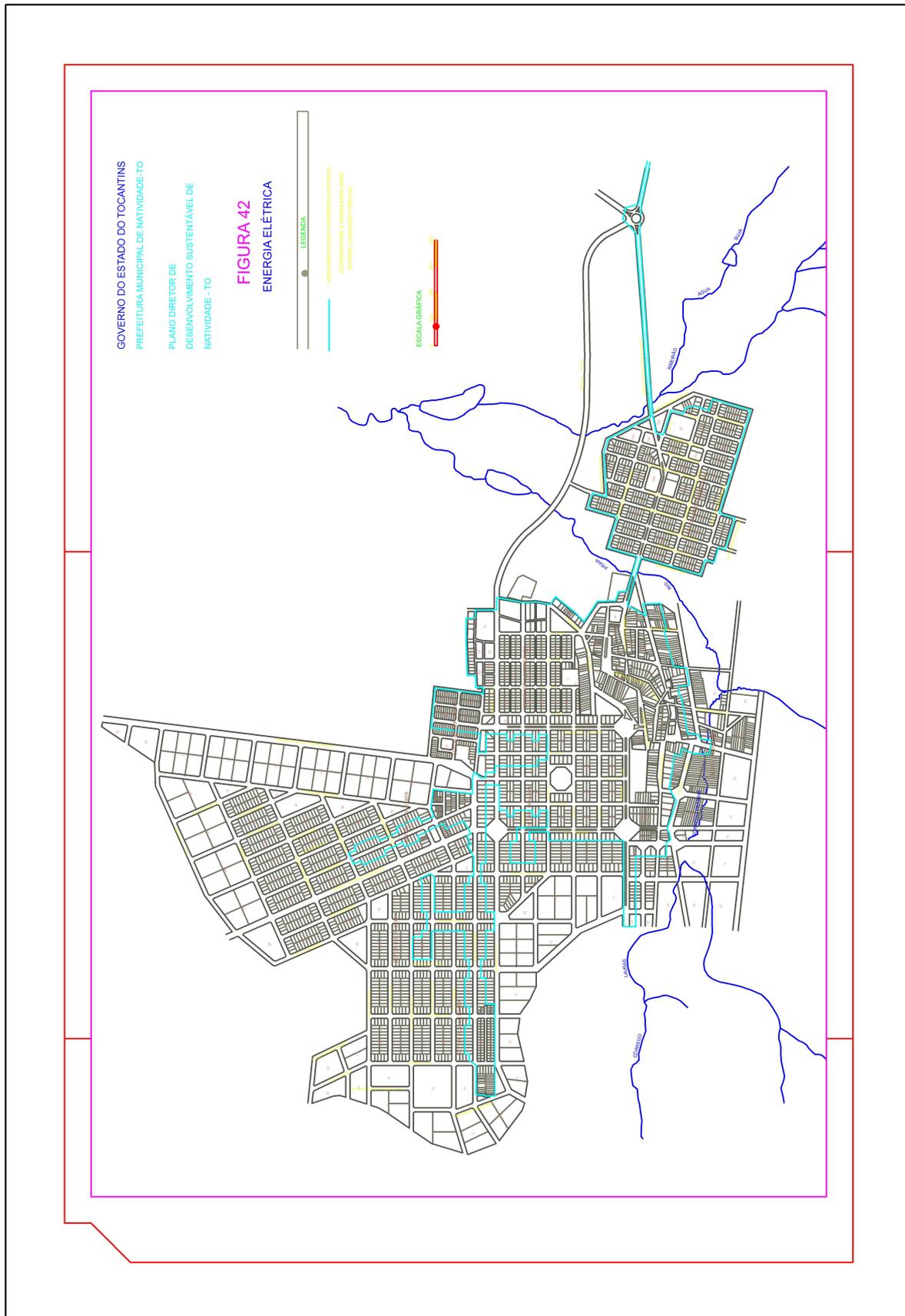


Fig. 42 – Trechos abastecidos com energia elétrica e iluminação pública

3.3.7. Saneamento Ambiental

Abastecimento de água

O abastecimento de água da cidade de Natividade ocorre a partir do barramento do córrego Praia, na serra, complementado por 2 poços profundos, dos quais apenas 1 é mantido permanentemente ativo, no Jardim Serrano, com vazão de 16 m³/hora. O segundo poço é ativado nos períodos de seca, quando o volume de água do córrego Praia se reduz bastante.

A captação na serra garante 70% do abastecimento de água, enquanto o poço do Jardim Serrano responde por 30% do abastecimento. A ETA da água captada na serra encontra-se localizada no Setor Ginásial (figura 43), com capacidade de reservação de 70.000 litros. Em função das fontes de captação utilizadas, a água é relativamente despoluída, sendo submetida a tratamento de filtração e desinfecção com cloro. A ETA tem capacidade estimada de produção de 1.800 l/dia. Atualmente produz perto de 70m³/hora de água tratada.



Fig. 43 – Estação de tratamento de água no Setor Ginásial e reservatório de nível e elevado no Setor Sul

A barragem no rio Praia, na serra, é objeto de críticas acirradas dos ambientalistas e da Promotoria Pública, que têm insistentemente solicitado à SANEATINS estudos com

vistas a mudar esta fonte de captação, a partir da argumentação que a barragem estaria degradando o meio ambiente natural deste trecho do território.

Existem 2.064 ligações ativas cadastradas, das quais 1.860 são faturadas. Mais de 90% das ligações são residenciais. Há tarifas sociais para a população de baixa renda, correspondente a cerca de 13,6% de todas as ligações cadastradas.

Na verdade, parte da população, principalmente nos bairros mais pobres, apesar de ter a rede de abastecimento de água nas ruas, não faz a ligação para as suas residências por não terem como pagar pelo serviço. Em contrapartida, existem ligações clandestinas em número bastante elevado. Estas ligações associadas aos eventuais vazamentos geram um índice de perda da ordem de 49%.

Deve ser desenvolvida em prazo bem curto uma extensão de 600 metros de rede para atender a 6 unidades residenciais, no Setor Sul -1ª etapa.

Em relação à regularidade no atendimento, o centro histórico é uma das poucas áreas da Cidade bem atendidas pelo sistema de abastecimento de água, mesmo no período de seca, quando a captação na serra é bastante reduzida. Na maioria dos bairros, durante a estiagem, são frequentes os cortes no abastecimento (figura 44).

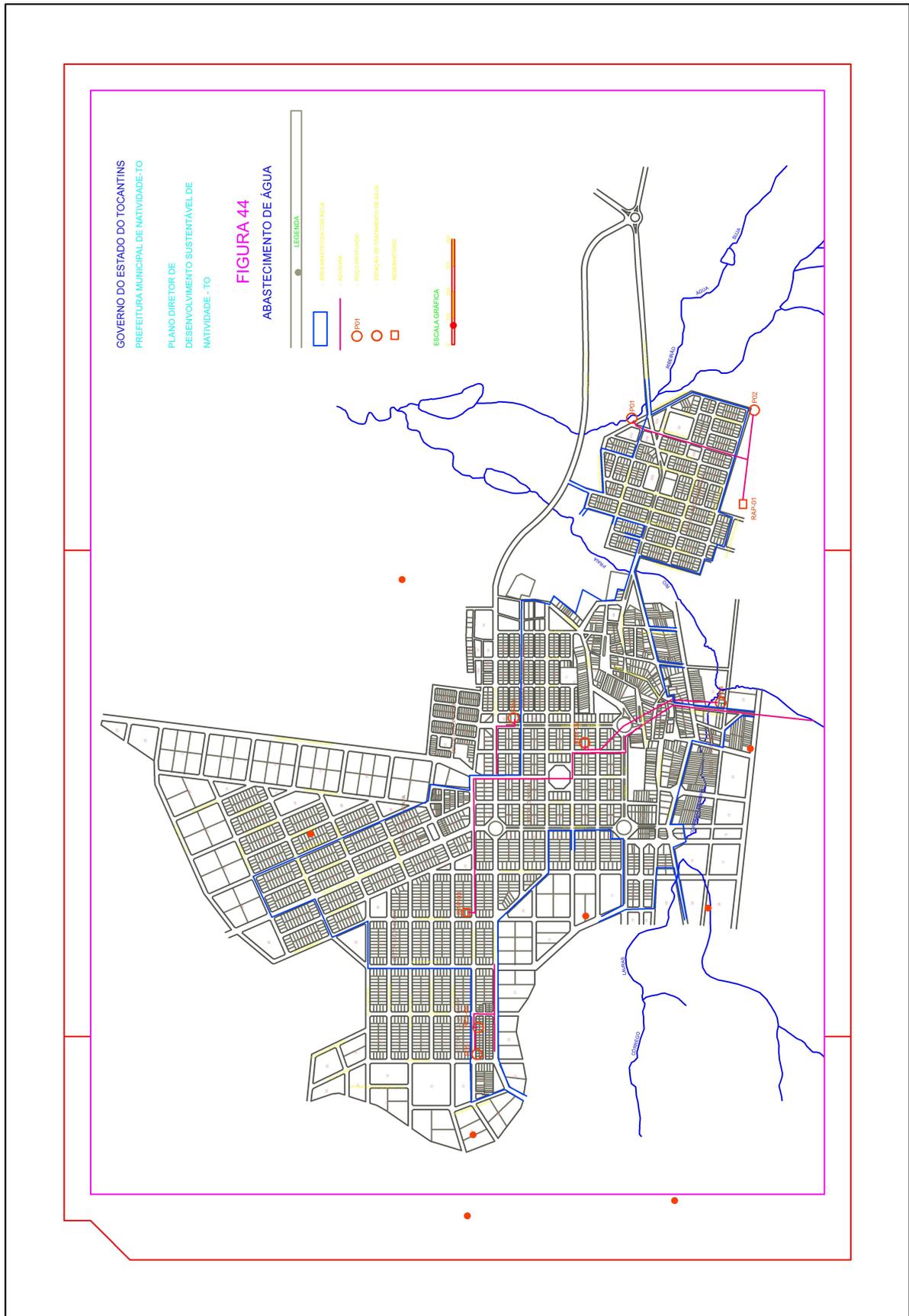


Fig. 44 - Esquema básico de abastecimento de água e trechos abastecidos

Os 101m³/hora de capacidade atual do sistema permitem atender até 3.000 ligações. Portanto existe, no curto prazo, alguma folga no abastecimento. Não obstante isso, como já existe um pouco mais de 4.900 lotes na Cidade, no médio prazo, o sistema terá de ser complementado ou modificado.

Um novo poço está sendo perfurado na chácara Nova Brasília. Os primeiros resultados são promissores. Outra alternativa que vem sendo examinada é uma nova captação, no rio Manoel Alves, distante 11 km da sede do Município, que deve se viabilizar no médio prazo.

Em relação à sua região de influência direta, Natividade apresenta a melhor situação no tocante ao abastecimento de água, com 53,9% dos domicílios ligados à rede geral, em 2000 (tabela 9). A situação mais precária era a de Santa Rosa do Tocantins, com apenas 14,9% de rede de abastecimento de água.

Tabela 9 - Percentual de domicílios particulares permanentes segundo o acesso à água na região de influência direta de Natividade - 2000

Município	Domicílios			
	Total	Rede Geral	Poço ou Nascente	Outras formas
Chapada da Natividade	650	30,0%	35,4%	34,6%
Natividade	2.092	63,9%	23,8%	12,3%
São Valério da Natividade	1.278	45,1%	53,3%	1,6%
Santa Rosa do Tocantins	921	14,9%	76,1%	9,0%

Fonte: Ministério das Cidades – Sistema Nacional de Indicadores Urbanos - SNIU

Esgotamento Sanitário e Drenagem Pluvial

O esgotamento sanitário da Cidade é absolutamente precário. Não existe rede coletora ou estação de tratamento na Cidade, sendo usadas fossas sépticas ou fossas negras em 80% das edificações, sem registros mais precisos de sua ocorrência e localização, segundo informações da Prefeitura Municipal. Os restantes 20%, também estimados, não contam com instalações sanitárias e resolvem essa questão nos terrenos baldios ou desocupados circundante às residências das áreas mais periféricas.

Apesar desta situação, os postos de saúde e o hospital da Cidade não registram doenças por contaminação, o que indica um abastecimento de água bastante cuidadoso.

O projeto para a implantação do sistema de esgotamento sanitário em Natividade já foi concebido e está sendo objeto de avaliações de viabilidade pela SANEATINS, em Palmas.

Não existe sistema de drenagem pluvial na Cidade. Durante as chuvas mais fortes, as enxurradas descem todas para o centro histórico, localizado na parte mais baixa da Cidade, causando grandes transtornos e, por vezes, alguns alagamentos.

Limpeza Urbana e Resíduos Sólidos

A limpeza urbana em Natividade é feita de maneira precária, uma vez que não há pessoal suficiente para cuidar de toda a Cidade. Os terrenos baldios não são cercados nem limpos. A varrição das ruas é feita apenas nas áreas pavimentadas e não há poda sistemática das árvores.

A coleta de lixo é realizada diariamente, à exceção dos finais de semana, por um caminhão com caçamba (figura 45) e uma equipe de 4 pessoas (1 motorista, 1 coletador em cima da caçamba e 2 coletadores do lixo na rua).



Fig. 45 - Coleta de lixo por caminhão com caçamba e disposição final em “lixão”

O lixo é depositado em valas a céu aberto, posteriormente aterradas, surpreendentemente em uma área urbana, muito próxima a áreas residenciais do Setor Sul - 3ª etapa. A precariedade do local e a proximidade de áreas já parceladas

com lotes e chácaras exigem a implantação de um aterro sanitário em outro local e a remoção do “lixão” de onde está, com a conseqüente remediação da área.

3.3.8. Sistema Viário e Transporte

O sistema viário da cidade de Natividade é resultado do processo de ocupação do solo, como já relatado. Assim como o próprio conjunto de parcelamentos, ele sofre de descontinuidades e falta de hierarquização. Não há um padrão nítido de pavimentação ou de sinalização.

A falta de hierarquização é sentida, sobretudo, pelo fato de Natividade ser um entroncamento de rodovias estaduais que levam a várias cidades, o que demanda informações precisas. A espinha dorsal do sistema é representada pela rodovia TO-050, que liga Palmas a Brasília, construída seguindo o traçado das estradas de terra que ligavam diferentes regiões do Centro-Oeste.

A TO-050 chega de Palmas a uma rótula existente ao norte de Natividade, onde encontra a Avenida Justino Camilo Rocha, o eixo estruturante da parte histórica da Cidade. Esta Avenida desdobra-se em duas ruas importantes para o setor central: a rua Sete de Setembro, onde se encontra a Prefeitura Municipal, e a rua Filadelfo Nunes, que atravessava a Cidade no seu início. Dessa mesma rótula, ao norte da Cidade, nasce a estrada que leva a Dianópolis e à Bahia.

No final do século passado, em função das ocupações do Setor Ginásial e do Setor Sul 1ª, 2ª e 3ª etapas, buscou-se estabelecer com a TO-050 uma travessia mais adequada da Cidade. Assim, a TO-050 assume, em 1998, a caixa de uma das avenidas existentes nos novos loteamentos e, a partir da incrustação de algumas rótulas no tecido existente, passa a ser a alternativa mais viável para se atravessar a Cidade sem interferência nos trechos históricos.

De uma das rótulas incrustadas no tecido urbano, correspondente à chegada da avenida Juscelino Kubitschek, no Setor Sul 3ª etapa, parte a estrada para Gurupi (figura 46).

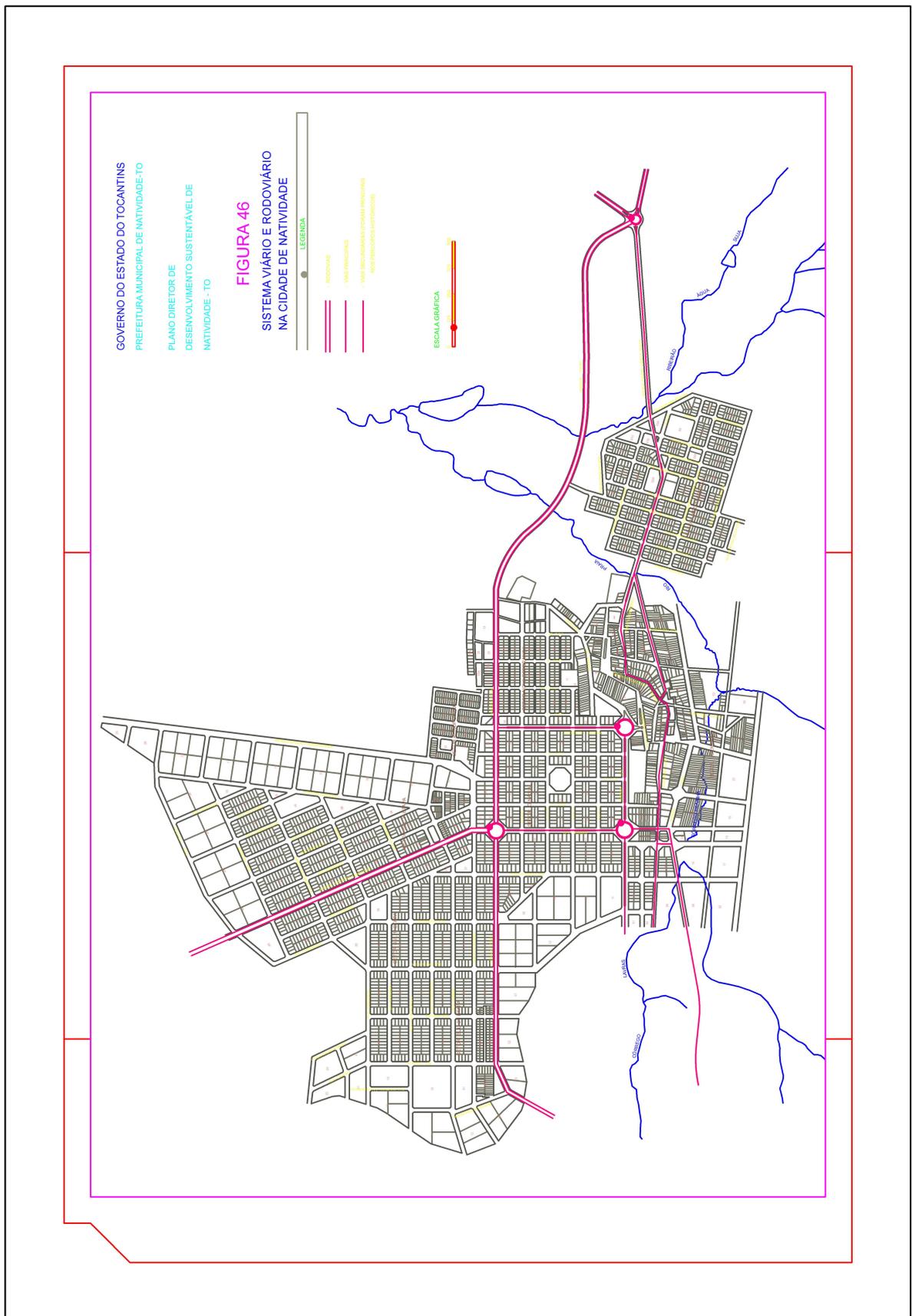


Fig. 46 - Sistema viário e rodoviário

Com relação à pavimentação, registra-se que o Centro, correspondente à parte histórica, é pavimentado na sua grande maioria com blocrete hexagonal, apresentando excepcionalmente algumas manifestações em pé de moleque e em pedra lajota (figuras 47 e 48).

Há uma série de vias asfaltadas, sobretudo nos Setores Ginásial, Nova Esperança, no Jardim Serrano e em alguns trechos mais ocupados das 3 etapas do Setor Sul. No restante da Cidade as ruas encontram-se, na sua grande maioria, com leito de terra, sem pavimento algum, muito mal conservadas.

O asfaltamento do Setor Nova Esperança danificou-se muito rapidamente, a ponto de os serviços não terem sido aceitos.

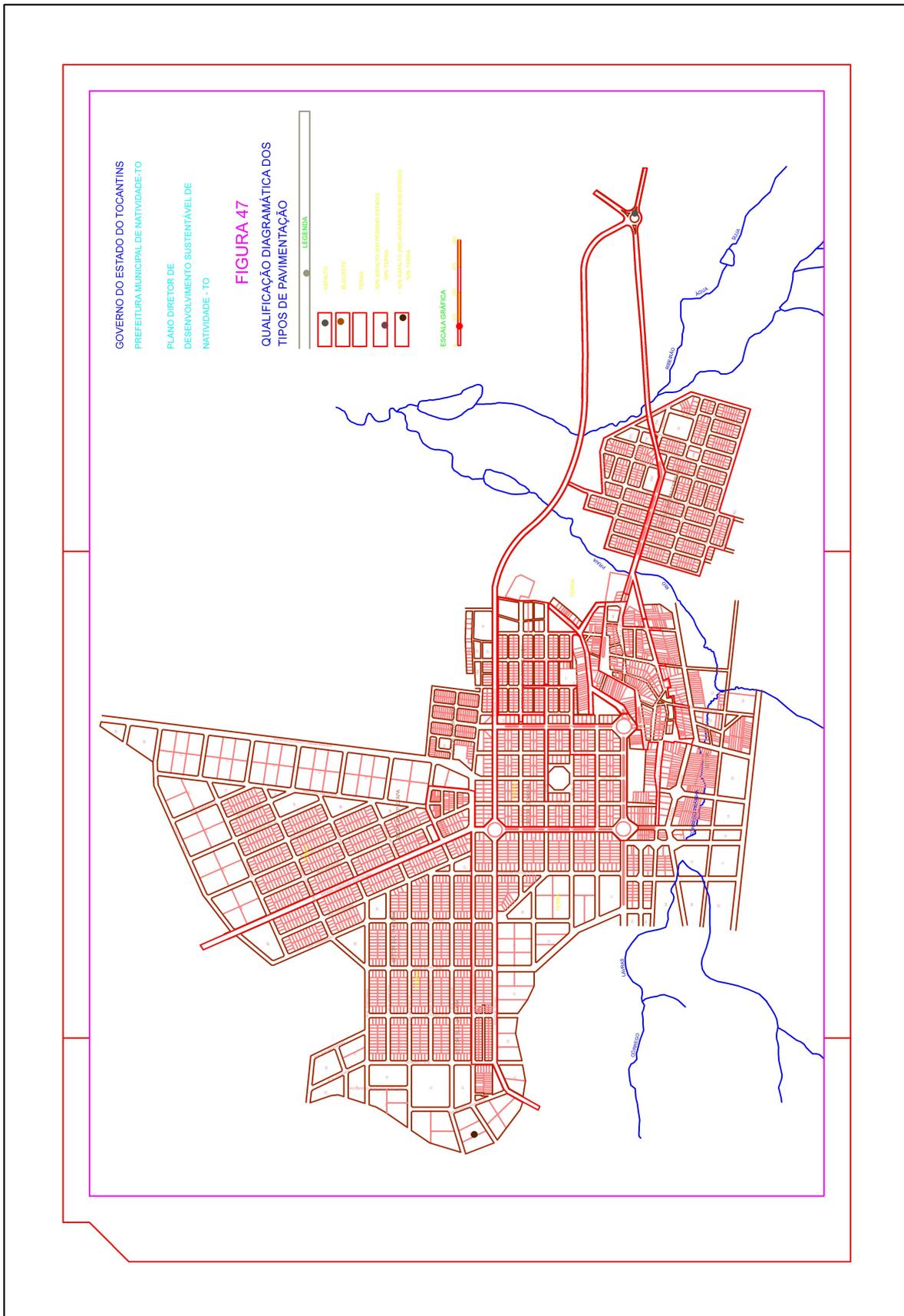


Fig. 47 – Localização dos tipos de pavimentação



Fig. 48 - Tipos de pavimentação

Há em Natividade 5 pontos de táxi, criados por lei. A Estação Rodoviária é bem pequena e está localizada no Setor Ginásial, no meio da trama urbana. Externamente apresenta razoável estado de conservação. Os sanitários, contudo, estão em péssimas condições, exigindo uma reforma completa com urgência.

Por ser um entroncamento de considerável importância, o movimento na Rodoviária de Natividade é bastante grande. As instalações da Rodoviária já se mostram insuficientes e a localização inadequada, exigindo sua remoção para outra área mais ampla, próxima às rodovias, a fim de facilitar a chegada e saída dos ônibus e eliminar o tráfego pesado na Cidade. Operam em Natividade 7 empresas de ônibus, com linhas regulares para as mais diferentes regiões do país (tabela 10).

Tabela 10 – Linhas de transporte intermunicipal

Empresa	Origem	Destino	Frequência	Horário
EMTRAM	Palmas	Xique-xique - BA	Dias alternados	
JAVAÉS/PONTE ALTA	Gurupi	Dianópolis	diariamente	8h e 15h em Natividade
	Dianópolis	Gurupi	diariamente	8h e 9h30' em Natividade
	Gurupi	Conceição do Tocantins	diariamente	14h e 17h em Natividade
	Conceição do Tocantins	Gurupi	diariamente	6h e 7h em Natividade
REAL EXPRESSO	Palmas	São Paulo, via Brasília	diariamente	21h30' em Natividade
	Brasília	Palmas	diariamente	2h55' em Natividade
	Araguaína	Brasília	diariamente	23h em Natividade
	Brasília	Natividade	diariamente	4h em Natividade
SÃO GERALDO	Palmas	Recife - PE	dias alternados	24h em Natividade
TRANSBRASILIANA	Palmas	Dianópolis	diariamente	8h30' em Natividade
	Dianópolis	Palmas	diariamente	11h em Natividade
	Palmas	Barreiras	diariamente	8h30' em Natividade
	Dianópolis	Goiânia - GO	diariamente	19h em Natividade
	Goiânia	Dianópolis	diariamente	9h em Natividade
	Belém - PA	Brasília - DF	diariamente	21h30' em Natividade
	Brasília - DF	Belém - PA	diariamente	4h em Natividade
UNIÃO	Palmas	Rio de Janeiro, via Planaltina - DF	diariamente	22h45' em Natividade
	Rio de Janeiro	Palmas	diariamente	Entre 4h e 5h em Natividade
VIAÇÃO PARAÍSO	Dianópolis	Palmas	diariamente	9h, 11h e 15h em Natividade
	Palmas	Dianópolis	diariamente	12h em Natividade
	Natividade	Pindorama	diariamente	15h
	Pindorama	Natividade	diariamente	8h30' em Natividade
	Natividade	Porto Nacional	diariamente	6h
	Porto Nacional	Natividade	diariamente	17h
	Palmas	Arraias	diariamente	12h em Natividade
	Palmas	Dianópolis	diariamente	18h e 20h em Natividade
TRANSPORTE ALTERNATIVO (vans)	Paraná	Palmas	2ª a sábado	pega os passageiros em casa- faz o retorno
	Peixe	Palmas	2ª a sábado	pega os passageiros em casa- faz o retorno
	Taguatinga	Palmas	2ª a sábado	pega os passageiros em casa- faz o retorno
	Dianópolis	Palmas	2ª a sábado	2 horários -pega os passageiros em casa - faz o retorno

Fonte: Administração da Estação Rodoviária

3.3.9. Distritos e Povoados

A via sede do Distrito de Príncipe situa-se a cerca de 50 km da sede municipal. Inexistem plantas cadastrais, semicadastrais ou mesmo esboços da vila. Basicamente trata-se de um núcleo com uma rua principal asfaltada e sem calçada (figura 49) e uma rua secundária paralela, localizada à margem direita da rodovia TO - 050, em direção a Brasília, por onde se dá o seu acesso. A via principal e a secundária são quase perpendiculares à rodovia.

Há na vila de Príncipe um posto de saúde e uma escola, além de uma pequena igreja. Na rua principal, existem alguns estabelecimentos comerciais com gêneros de primeira necessidade. Todo o restante da vila é ocupado por residências térreas, bastante simples, construídas no miolo do lote.

Entre Príncipe e Natividade, encontra-se o distrito de Bonfim (figura 49), local de grande romaria no início de agosto, quando a vila sede, onde moram cerca de 100 pessoas, recebe aproximadamente 70.000 romeiros.

Para acolher estes romeiros, existe um espaço aberto, na chegada da vila, para a montagem de barracas, sem se caracterizar como uma área estruturada de *camping*. Distribuídos por toda a vila há diversos galpões cobertos e abertos (estoas) nos quais os romeiros se instalam, em redes ou barracas. A vila conta com diversos banheiros e instalações sanitárias coletivos, para atender o grande fluxo do período da romaria. Apesar desses equipamentos, a infra-estrutura para acolher tamanho número de romeiros é absolutamente precária.

Bonfim é abastecida de água por um poço profundo e não tem esgotamento sanitário nem drenagem. As principais ruas são pavimentadas e iluminadas, mas sem calçadas. As construções térreas são bastante simples, no estilo colonial, geminadas, em sua maioria, com telhado em duas águas.

O espaço predominante no povoado é a praça da igreja, em frente à qual há um palco elevado, como púlpito aberto para as celebrações religiosas. Em torno desta praça existem algumas construções de melhor qualidade, como a casa paroquial, de propriedade da paróquia.



Distrito de Bonfim



Distrito de Príncipe



Fig. 49 – Vistas dos distritos de Bonfim e de Príncipe

Além dos distritos de Príncipe e Bonfim, às margens da rodovia TO-280, na saída para Almas e Dianópolis, a cerca de 3 km da sede municipal, encontra-se o povoado da Jacuba, com aproximadamente 90 residências. Tem um arruamento ortogonal, inclinado em relação à rodovia, como espinha de peixe, com poucas ruas. O povoado é abastecido de água por meio de um poço profundo. Conta com uma escola e um banheiro público para atender aos “romeiros” em visita à casa D. Romana, na verdade, um espaço considerado místico, todo construído com pedras, criando recantos e formas as mais variadas (figura 50).

A população da Jacuba vive de pequenos trabalhos rurais e da produção de doces de frutas regionais.



Fig. 50 – Espaço da D. Romana, na Jacuba

4. Aspectos Sociais

Natividade, como a grande maioria dos municípios do Tocantins, teve o seu Índice de Desenvolvimento Humano - IDH e Índice de Condição de Vida – ICV¹ melhorados nas últimas décadas. Atualmente, Natividade encontra-se em uma situação intermediária, ocupando o 60º lugar dentre os municípios do Tocantins em relação ao IDH, cabendo 1ª colocação a Palmas e a última (139ª) a Carrasco Bonito. Nesta posição Natividade, em relação ao conjunto dos municípios do Estado, tem 59 municípios (42,44%) em melhor situação, enquanto 79, ou 56,83%, estão em situação igual ou pior.

Comparativamente aos municípios da região sob sua influência direta, Natividade apresentava o segundo melhor IDH-M em 2000 (0,669), suplantada por São Valério da Natividade (0,674), e seguida de perto por Santa Rosa do Tocantins (0,652) e Chapada da Natividade (0,649). No período 1991-2000, Santa Rosa do Tocantins apresentou o maior crescimento, passando de 0,452 para 0,652. Como os municípios da região de influência direta de Natividade são bastante recentes, só há registro para São Valério da Natividade e Santa Rosa do Tocantins para o ano de 1991. Chapada de Natividade é ainda mais nova, estando incorporada a Natividade nos anos com informações já disponíveis.

Em relação aos outros municípios do Brasil, Natividade também se situa na faixa intermediária, pois ocupa a 3.467ª posição, ou seja, 3.466 municípios (62,9%) estão em situação melhor e 2.040 (37,1%), em pior ou igual situação.

No período entre 1991 e 2000, a taxa de mortalidade infantil no município de Natividade diminuiu 40,37%, passando de 80,58 (por mil nascidos vivos) para 48,05; a esperança de vida ao nascer cresceu 7,39 anos, passando de 56,41 para 67,48 anos, e a taxa de fecundidade caiu de 4,9 para 3,2 filhos por mulher (tabela 11).

Tabela 11 - Indicadores de longevidade, mortalidade e fecundidade – 1991 e 2000

Indicadores	1991	2000
Mortalidade até 1 ano de idade – por 1000 nascidos vivos	80,6	48,0
Esperança de vida ao nascer – anos	56,4	63,8
Taxa de fecundidade total – filhos por mulher	4,9	3,2

Fonte: PNUD / IPEA - Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

¹ O Índice de Desenvolvimento Humano – IDH e o Índice de Condição de Vida – ICV foram calculados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA para os anos de 1970, 1980, 1991 e 2000 e constam do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

No mesmo período, 1991-2000, houve uma acentuada redução na taxa de analfabetismo em todas as faixas etárias: de 41,3% para 17,8%, na faixa de 7 a 14 anos; de 27,8% para 7,3%, na de 10 a 14, de 17,0% para 3,9%, na de 15 a 17 anos e de 23,4% para 12,3%, na de 18 a 24 anos. A taxa de analfabetismo na população adulta passou de 40,3% para 30,8%.

A renda *per capita* média do Município cresceu 47,72%, passando de R\$ 91,32 em 1991 para R\$ 134,90 em 2000 (tabela 12). A pobreza, medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar *per capita* inferior a R\$ 75,50, metade do salário mínimo em agosto de 2000, diminuiu 18,90%, passando de 68,5% para 55,5% no mesmo período. A desigualdade, entretanto, aumentou. O índice de Gini² passou de 0,59, em 1991, para 0,62, em 2000 (tabela 13).

Tabela 12 - Indicadores de renda, pobreza e desigualdade - 1991 e 2000

Indicadores	1991	2000
Renda <i>per capita</i> média – R\$ de 2000	91,3	134,9
Proporção de pobres - %	68,5	55,5
Índice de Gini	0,59	0,62

Fonte: PNUD / IPEA - Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Tabela 13 - Indicadores de renda apropriada por estratos da população - 1991 e 2000

Extratos da População	1991	2000
20% mais pobres	3,0	1,8
40% mais pobres	8,7	8,0
60% mais pobres	18,6	17,7
80% mais pobres	36,2	34,9
20% mais ricos	63,8	65,1

Fonte: PNUD / IPEA - Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

No período de 1991 a 2000 o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH-M – de Natividade cresceu 18,20%, passando de 0,566 para 0,669 (tabela 14). A dimensão que mais contribuiu para este crescimento foi a longevidade, com 40,0 %, seguida pela educação, com 39,0%, e pela renda, com 21,0%.

Neste período, a distância entre o IDH do Município e o limite máximo do IDH, ou seja 1, foi reduzida em 23,7%. Mantida esta taxa de crescimento do IDH-M, Natividade levaria 16,5 anos para alcançar São Caetano do Sul – SP, o município com o melhor IDH-M do Brasil (0,919), e 9,3 anos para alcançar Palmas – TO, o município com o melhor IDH-M do Tocantins (0,800).

² O índice de Gini indica a concentração de renda e varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, mais concentrada é a renda

Tabela 14 - Índice de Desenvolvimento Humano - IDH-M

Município	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDH-M				IDH-M LONGEVIDADE IDHM-L				IDH-M EDUCAÇÃO IDHM-E				IDH-M -RENDA IDHM-R			
	1970	1980	1991	2000	1970	1980	1991	2000	1970	1980	1991	2000	1970	1980	1991	2000
Chapada da Natividade				0,649				0,669				0,703				0,574
Natividade	0,300	0,384	0,482	0,669	0,465	0,532	0,636	0,647	0,315	0,408	0,476	0,770	0,119	0,212	0,335	0,591
São Valério da Natividade	-	-	0,486	0,674	-	-	0,665	0,660	-	0	0,459	0,788	-	-	0,335	0,573
Santa Rosa do Tocantins	-	-	0,452	0,652	-	-	0,636	0,656	-	-	0,423	0,784	-	-	0,297	0,517

Fonte: PNUD / IPEA - Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil

Segundo a classificação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, o município de Natividade, com o IDH-M de 0,669, está entre as regiões consideradas de médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,5 e 0,8).

Em relação ao índice de Condição de Vida - ICV, ainda não se dispõe da informação referente a 2000. No intervalo entre 1970 e 1991, Natividade apresentou ganho em todos os componentes, sendo mais significativos os referentes à habitação e à educação (tabela 15). Em 1991, Natividade suplantou os demais municípios exatamente nos componentes de habitação e educação, nos quais apresentou maiores ganhos, registrou igual índice em relação à longevidade e teve o pior desempenho em relação aos componentes infância e renda, nos quais São Valério da Natividade foi o município que mais se destacou.

Tabela 15 - Índice de Condição de Vida - ICV

Municípios	ICV			ICV LONGEVIDADE			ICV EDUCAÇÃO			ICV INFANCIA			ICV RENDA			ICV HABITAÇÃO		
	1970	1980	1991	1970	1980	1991	1970	1980	1991	1970	1980	1991	1970	1980	1991	1970	1980	1991
Natividade	0,363	0,405	0,521	0,606	0,673	0,736	0,240	0,318	0,390	0,388	0,388	0,516	0,389	0,437	0,476	0,191	0,209	0,486
São Valério da Natividade	-	-	0,522	-	-	0,764	-	-	0,376	-	-	0,606	-	-	0,509	-	-	0,357
Santa Rosa do Tocantins	-	-	0,471	-	-	0,736	-	-	0,335	-	-	0,523	-	-	0,486	-	-	0,277

Fonte: PNUD / IPEA - Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil

4.1. Demografia

Com uma densidade demográfica de 2,40 habitantes/km² em 2000, inferior à média estadual de 4,17hab/km², a região de influência direta de Natividade tem pouca expressão populacional em relação ao Estado. Em 2000, abrigava apenas 1,86% da população tocantinense.

De 1970 a 1991 a região considerada era constituída apenas pelo município de Natividade, posteriormente desmembrado para a criação dos outros três municípios. No período entre 1991 e 2000, a região registrou um crescimento de 2,12%, inferior ao do Estado, de 2,58% (tabela 16), mas ambos superiores ao crescimento populacional do Brasil no mesmo período 1,6%.

No período de 1991 a 2000, o Município mais dinâmico foi São Valério da Natividade, que cresceu com taxas superiores às da região (3,68% e 2,12%, respectivamente), enquanto Natividade perdia população (-1,68%) devido, principalmente, aos desmembramentos de seu território. Santa Rosa do Tocantins urbanizou-se mais rapidamente, com taxa de crescimento da população urbana de 11,45%, muito superior à média regional, de 6,50%.

A região perdeu população rural a taxas inferiores à média do Estado, (-1,59) e (-2,24), respectivamente.

O município de Natividade experimentou certo dinamismo demográfico no período entre 1970 e 1980, quando acompanhou o ritmo de crescimento do Estado, registrando taxas de crescimento de 3,41% e 3,55%, respectivamente (tabela 16). O crescimento da população urbana, mesmo com altas taxas, manteve-se abaixo do ritmo do Estado (7,55% e 8,58%, respectivamente). Neste período, a população urbana de Natividade passou de 1.780 habitantes para 3.680.

Tabela 16 - Taxas de crescimento populacional por município, região e estado - 1970/80, 1980/1991, 1991/96, 1996/2000 e 1991/2000

Municípios	1970/80			1980/91			1991/96			1996/2000			1991/2000		
	Total	Urb.	Rural	Total	Urb.	Rural	Total	Urb.	Rural	Total	Urb.	Rural	Total	Urb.	Rural
Chapada da Natividade	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Natividade	3,41	7,55	2,44	-3,81	2,02	-6,60	2,38	8,13	-3,37	-6,54	-2,29	-13,79	-1,68	3,36	-8,15
Santa Rosa do Tocantins	-	-	-	-	-	-	-0,30	13,06	-6,13	3,48	9,46	-1,83	1,36	11,45	-4,24
São Valério da Natividade	-	-	-	-	-	-	5,66	10,54	2,37	1,26	0,37	1,99	3,68	5,90	2,20
Região	3,41	7,55	2,44	-3,81	2,02	-6,60	2,55	9,29	-2,72	1,59	3,09	-0,15	2,12	6,50	-1,59
Tocantins	3,55	8,58	1,28	2,01	5,98	-1,81	2,65	5,92	-3,33	2,49	3,79	-0,86	2,58	4,97	-2,24

Fonte: IBGE – Dados Básicos dos Censos Demográficos, 1970, 1980, 1991 e 2000 e Contagem Populacional de 1966

No período de 1991 a 2000, Natividade viu sua população urbana crescer com taxa de 3,36%, enquanto a média regional foi de 6,50% e a estadual, de 4,97% (tabela 17).

A região é bem menos urbanizada do que a média do Estado (56% e 74%, respectivamente). Natividade é o município com maior grau de urbanização da região, com 70% (tabela 18).

Natividade detinha, em 2000, 41,22% do total da população regional, 51,62% da população urbana e 28,12% da população rural, evidenciando que a região ainda é eminentemente rural.

Tabela 17 - Região de Influência de Natividade – Distribuição da população por situação de domicílio

Municípios	1970			1980			1991			1996			2000		
	Total	Urb.	Rural	Total	Urb.	Rural	Total	Urb.	Rural	Total	Urb.	Rural	Total	Urb.	Rural
Chapada da Natividade	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.274	1.241	2.033
Natividade	11.330	1.780	9.550	15.843	3.688	12.155	10.330	4.595	5.735	11.623	6.793	4.830	8.867	6.190	2.677
Santa Rosa do Tocantins	-	-	-	-	-	-	3.822	875	2.947	3.764	1.617	2.147	4.316	2.322	1.994
São Valério da Natividade	-	-	-	-	-	-	3.650	1.336	2.314	4.807	2.205	2.602	5.054	2.238	2.816
Total Região	11.330	1.780	9.550	15.843	3.688	12.155	17.802	6.806	10.997	20.194	10.615	9.579	21.511	11.991	9.520
Tocantins	521.139	129.587	391.552	738.884	293.442	445.442	919.863	530.636	389.227	1.048.642	741.009	307.633	1.157.098	859.961	297.137

Fonte: IBGE – Censos Demográficos, 1970, 1980, 1991 e 2000 e Contagem Populacional de 1966

Tabela 18 - Grau de urbanização por município, região e estado - 1970, 1980, 1991, 1996 e 2000

Municípios	Grau de Urbanização (%)				
	1970	1980	1991	1996	2000
Chapada da Natividade	-	-	-	-	38
Natividade	16	23	44	58	70
Santa Rosa do Tocantins	-	-	23	46	54
São Valério da Natividade	-	-	37	46	44
Região	16	23	38	52	56
Tocantins	25	40	60	70	74

Fonte: Dados Básicos do IBGE. - Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000; Contagem Populacional 1996

Em termos da distribuição da população por sexo, o Município mudou um pouco o seu perfil de 1991 para 2000, sem, no entanto, fugir do padrão tocantinense de maior peso relativo dos homens, ao contrário do perfil nacional, com as mulheres em maior número. A razão de sexo em Natividade (tabela 19) era de 109, em 1991, passando para 103, em 2000, quando no Estado esta relação era de 105 e no Brasil, de 97, ou seja, 103, 105 e 97 homens para 100 mulheres, respectivamente.

Na população urbana o Município acompanha o Estado, com 99 homens para 100 mulheres. Como no Brasil e no Estado, a população masculina é predominante na população rural do Município, com a razão de sexo de 114, 123 e 123, respectivamente. Na região, com característica marcadamente rural, prevalece o maior número de homens tanto na área urbana quanto na rural.

Tabela 19 - Razão de Sexo na População por Município, Região, Estado e Brasil – 1991, 2000

Área Geográfica	1991			2000		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Natividade	109	99	117	103	99	114
Região	111	99	119	110	101	122
Estado	105	102	86	105	99	123
Brasil	97	94	108	97	94	110

Fonte: Dados Básicos do IBGE. - Censos Demográficos de 1991 e 2000

A distribuição etária dos habitantes de Natividade revela uma população bastante jovem, na qual o grupo etário com menos de 15 anos representava em 1991, 44,09% da população total, 42,56% da urbana e 45,31% da rural. Em 2000, a participação deste grupo no total da população reduziu-se para 37,80%. Na população urbana, passou para 37,83% e na rural, para 37,72% (tabela 20).

A participação deste grupo etário na população total da região em 2000 era de 36,08%, 35,2% no Estado e 26,6% no Brasil.

Observa-se na região e no município, um estreitamento na participação relativa dos mais jovens e o crescimento dos grupos etários de 15 a 64 anos e de 65 anos e mais no período 1991/2000, o que indica um processo de diminuição das taxas de fecundidade no Estado, Região e Município. O município passou de 4,9 filhos por mulher em 1991 para 3,2 em 2000.

Em termos absolutos o Município contava em 1991 com 1.718 crianças de 0 a 4 anos, reduzindo este número para 1.010 crianças, em 2000; com 1.615 de 05 a 09 anos, passando a 1.144, em 2000; com 1.292 crianças de 10 a 14 anos, caindo para 1.198, em 2000; e com 510 pessoas acima de 65 anos, passando a 522 pessoas, em 2000.

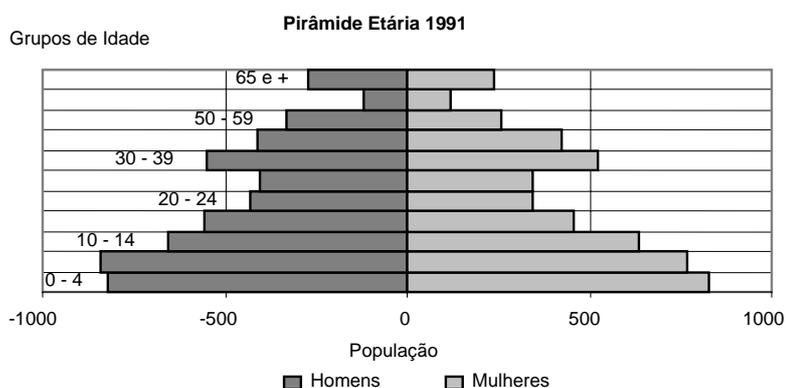
Tabela 20 - População residente por grupos de idade – 1991

Grupos de Idade	1991						2000					
	Total		Urbana		Rural		Total		Urbana		Rural	
		(%)		(%)		(%)				(%)		(%)
0 a 4	1.718	16,52	695	14,90	1023	17,84	1.010	11,39	689	11,13	321	11,99
5 a 9	1.615	15,53	690	14,79	925	16,13	1.144	12,90	784	12,66	360	13,45
10 a 14	1.292	12,42	641	13,74	651	11,35	1.198	13,51	869	14,04	329	12,29
15 anos	231	2,22	112	2,40	119	2,07	234	2,64	164	2,65	70	2,61
16 e 17	416	4,00	222	4,76	194	3,38	415	4,68	305	4,93	110	4,11
18 e 19	365	3,51	201	4,31	164	2,86	353	3,98	257	4,15	96	3,59
20 a 24	776	7,46	350	7,50	426	7,43	715	8,06	526	8,50	189	7,06
25 a 29	744	7,15	344	7,37	400	6,97	599	6,76	448	7,24	151	5,64
30 a 39	1.077	10,36	482	10,33	595	10,37	1.073	12,10	752	12,15	321	11,99
40 a 49	833	8,01	352	7,55	481	8,39	782	8,82	528	8,53	284	10,61
50 a 59	584	5,62	238	5,10	346	6,03	573	6,46	367	5,93	206	7,69
60 a 64	239	2,30	105	2,25	134	2,34	219	2,47	154	2,49	65	2,43
65 e mais	510	4,90	233	4,99	277	4,83	522	5,89	347	5,60	175	6,54
TOTAL	10.400	100,00	4.665	100,00	5.735	100,00	8.867	100,00	6.190	100,00	2.677	100,0

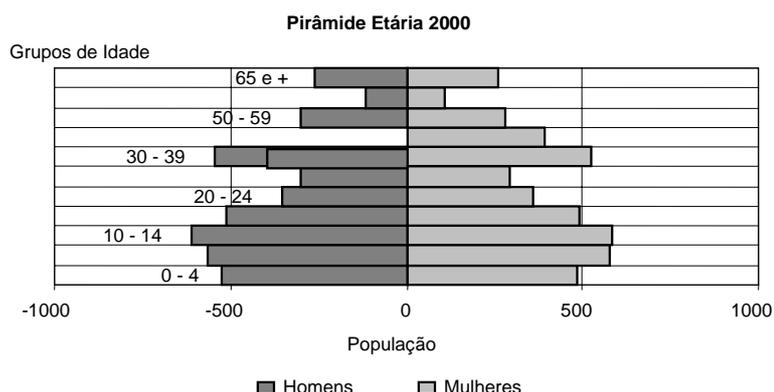
Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2000

É preciso destacar, entretanto, que o Município perdeu população entre 1991 e 2000, o que reduz a importância comparativa dos números absolutos. O importante é a mudança da participação de cada grupo etário sobre o total da população, com redução do peso relativo dos jovens.

As pirâmides etárias³ de 1991 e 2000 (quadros 1 e 2) mostram que de 1991 a 2000 houve um estreitamento importante da base da pirâmide e o conseqüente alargamento do seu tronco⁴. A terceira pirâmide (quadro 3), construída com a utilização de dados de 2000, evidencia que, apesar de ainda manter a base alargada, já apresenta uma tendência de estreitamento com alargamento do tronco e vértice, além de evidenciar uma participação quase igualitária entre homens e mulheres. O aumento da participação feminina é bem evidente na população idosa, entre 70 e 74 anos e de 80 anos e mais, seguindo a situação verificada no país, de maior longevidade das mulheres.



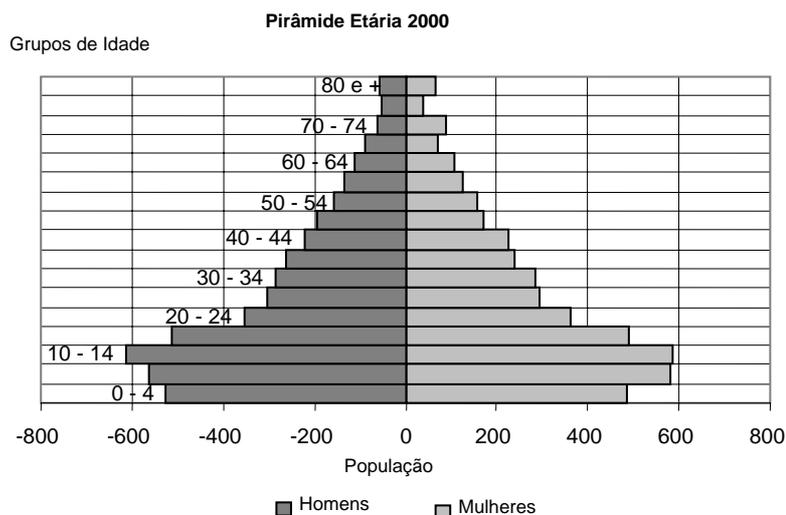
Quadro 1 - Pirâmide etária 1991



Quadro 2 - Pirâmide etária 2000, com os intervalos disponíveis em 1991

³ A pirâmide etária é uma das formas utilizadas para a análise da distribuição populacional por idade e sexo. O formato piramidal indica uma população que experimentou altas taxas de fecundidade no passado, com baixos índices de longevidade, resultando em uma base larga estreitando-se para o vértice. Na medida em que as taxas de fecundidade se reduzem e a longevidade da população cresce, a base da pirâmide se estreita e aumenta a largura do vértice, tendendo a um formato mais bojudo.

⁴ As duas primeiras pirâmides foram compostas com a utilização dos dados disponíveis para 1991, que alteram a seqüência de intervalos de idade de 04 para 09 anos a partir dos 30 anos, causando alguma deformação. A terceira pirâmide utilizou os dados de 2000 a intervalos constantes de 04 anos até os 80 anos, indicando corretamente o comportamento da distribuição etária e por sexo da população de Natividade.



Quadro 3 – Pirâmide etária 2000 – a intervalos constantes de faixa etária

Observa-se, no período compreendido entre 1991 e 2000, uma diminuição importante da Razão de Dependência Demográfica⁵ para a população total, urbana e rural, do Município, região e do Estado, como um reflexo direto da diminuição do peso da população com menos de 15 anos de idade, como já foi comentado anteriormente (tabelas 21 e 22).

A Razão de Dependência Demográfica em Natividade ainda está bem acima dos padrões da média do Estado. Entre 1991 e 2000, caiu de 97 para 77 na população total, de 94 para 77, na urbana e de 100,6 para 79 na rural.

Este fato demonstra a redução da participação relativa da população jovem, principalmente, no total da população do Município, mesmo que ainda em ritmo mais lento do que o da média do Estado, que é de 66 para a população total, 64 para a urbana e 73 para a rural. No Brasil a razão de dependência democrática média para o total da população é de 55.

Tabela 21 - Razão de Dependência Demográfica - 1991e 2000

Área Geográfica	1991			2000		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Natividade	97	94	100,6	77	77	79
Região	95	90	99,8	72	75	79
Tocantins	78	82	80	66	64	73
Brasil	60	61	82	55	52	68

Fonte: Dados Básicos do IBGE

⁵ A Razão de Dependência demográfica é definida como o quociente entre a soma dos grupos etários de 0 a 4 anos, 5 a 14 anos e 65 anos e mais, e o número de pessoas no grupo etário de 15 a 64 anos, multiplicado por 100. Assim, este indicador fornece o número de pessoas hipoteticamente dependentes, para cada 100 pessoas em idade ativa.

Tabela 22 - Percentual de população por domicílio e por grupos de idade, por município, Região e estado – 1991 e 2000

Área Geográfica	População Total				População Urbana				População Rural			
	0 a 4	5 a 14	15 a 64	65 e mais	0 a 4	5 a 14	15 a 64	65 e mais	0 a 4	5 a 14	15 a 64	65 e mais
1991												
Natividade	15,95	28,14	50,97	4,94	13,60	28,96	52,36	5,07	17,83	27,48	49,85	4,83
Região	15,51	23,40	54,34	4,74	13,50	30,53	51,56	4,450	16,75	22,23	56,06	4,94
Tocantins	13,58	28,12	54,52	3,78	12,47	27,54	56,16	3,83	15,10	28,89	52,29	3,72
2000												
Natividade	11,39	26,41	56,31	5,88	11,13	26,70	56,56	5,60	11,99	25,73	55,73	6,54
Região	11,77	24,31	58,24	5,67	11,44	26,78	57,64	5,12	12,16	25,75	55,50	6,
Tocantins	11,60	23,60	60,26	4,53	11,18	25,70	61,15	4,40	12,82	23,26	57,67	4,90

Fonte: IBGE – Dados Básicos dos Censos Demográficos de 1991 e 2000

4.2. Cultura

Além do conjunto urbanístico e arquitetônico tombado pelo IPHAN, Natividade tem uma tradição cultural de séculos, fundamentada na religiosidade de sua gente. A Festa do Divino Espírito Santo é a maior manifestação cultural e religiosa da Cidade. Trazida para o Brasil pelos primeiros colonizadores, a Festa do Divino foi idealizada por D. Isabel, rainha de Portugal, no início do século XIV. Aqui chegando, ganhou características próprias e passou a fazer parte da cultura popular, sendo celebrada em diversas localidades. Natividade celebra a Festa do Divino desde o século XVII.

A cada ano, é feita a escolha do Imperador e do Capitão do Mastro, para o ano seguinte e, a partir desta escolha, essas personagens assumem a responsabilidade de preparar a festa do ano vindouro.

Para a preparação da festa, o Imperador conta com a ajuda de três folias: a Folia de Cima, a Folia dos Gerais e a Folia do Outro Lado. Por meio delas a festa é divulgada e é feito o convite a todos para participar dos festejos, cuja mensagem central é a de que Cristo vive e que, através do Divino Espírito Santo, derrama o seu amor no coração dos fiéis.

As folias também servem para arrecadar donativos para a realização da festa. Cada folia é formada por cerca de 16 homens e o encarregado da folia: um despachante, um alferes, um caixeiro, dois violeiros, oito foliões e três arrieiros, que cuidam da tropa. Não são admitidas mulheres entre os foliões.

As folias têm início no Domingo de Páscoa, quando os foliões saem da Cidade montados a cavalo. Cada uma das folias segue em uma direção e gira, durante 40 dias, pela área rural de Natividade e municípios vizinhos. Em cada local de parada, são entoados cânticos de louvor ao Divino e de agradecimento pela colaboração dos moradores. Após este período elas retornam à Cidade, em um dia conhecido como a “quinta-feira da hora”, para o “Encontro das Folias” (figura 51), na praça da Matriz, celebrado festivamente pelos nativitanos.



Fig. 51 – Matriz ponto de encontro das folias

Nove dias após o “Encontro das Folias”, os foliões, carregando as bandeiras, percorrem as ruas da cidade e entram de casa em casa levando a mensagem do Divino, seguidos pelos moradores que cantam e louvam o Divino. Esse cortejo é conhecido como a “Esmola Geral” (figura 52), porque arrecada mais donativos para a festa, dessa vez, entre a população, que contribui com o que pode.

O percurso da Esmola Geral termina no final da tarde na casa do Imperador para a entrega das esmolas arrecadadas ao festeiro. Para comemorar as colaborações, o Imperador oferece aos integrantes da Esmola Geral um farto café, com bolos, doces e sucos.

Os Festejos chegam ao auge com a realização de duas Festas: a do Capitão do Mastro e a coroação do Imperador, realizada na manhã do dia seguinte. O ritual das

duas Festas movimenta toda a Cidade, envolvendo a população das áreas urbana e rural, além de atrair pessoas de outras cidades.



Fig. 52 – “Esmola Geral”, seguida pela população

Outra festa de cunho religioso muito famosa em Natividade é a romaria à vila de Bonfim, por ocasião da data festiva do Nosso Senhor do Bonfim, em agosto. A festa se estende de 6 a 17 de agosto, começando com uma novena, entre os dias 6 e 14, seguida da missa festiva do Senhor do Bonfim no dia 15. O dia 16 é dedicado a Nossa Senhora da Conceição e no dia 17 é celebrada a Missa dos Romeiros, encerrando os festejos.

Ao longo do percurso de Natividade a Bonfim foi aberta uma trilha de pedestres, ao longo da qual foram construídos os quadros da Via Sacra que os romeiros fazem a pé, em oração.

A Semana Santa, a festa da padroeira da Cidade, em setembro, e a de São Benedito, em novembro, são também tradicionalmente celebradas com pompa.

Dentre os grupos culturais, merecem destaque os Catireiros de Natividade, o Grupo de Súsia Mãe Ana e os Grupos de Foliões, já mencionados.

Os catireiros cresceram vendo os pais e avós dançando nas rodas de folia. Assimilaram os passos e passaram a marcar o toque do pandeiro e a batida da viola com os pés, transformando-se em um grupo muito respeitado. Apresentam-se durante as Foliás, cantando e dançando, em uma forma de convite ao povo para a festa. Nos versos da catira imperam a crítica social, a religiosidade e as preocupações ecológicas.

Natividade conta com a Casa de Cultura Amália Hermano Teixeira, onde funciona a Biblioteca Municipal Mestre Zacarias Nunes da Silveira e são realizados eventos

culturais diversos, com a biblioteca do IPHAN e a da ASCCUNA. A antiga cadeia pública passou por uma restauração em 1996, quando foi transformada em Museu, onde, além do acervo, são realizadas exposições de artistas locais ou de fora.

Natividade é conhecida pela ourivesaria artesanal em filigrana, feita em ouro e prata. Há na Cidade, pelo menos, dois grupos de artesãos trabalhando nesta atividade. Praticamente todos os artesãos da ourivesaria em Natividade aprenderam o ofício com o Mestre Juvenal ou seus seguidores diretos.

O calendário cultural de Natividade, preparado pela ASCCUNA, em parceria com o Programa MONUMENTA e com a Fundação Cultural do Tocantins, é praticamente todo constituído de festejos religiosos, com a veneração dos diferentes santos de devoção.

Como festas profanas, são comemorados o aniversário da Cidade e o Carnaval.

No campo da culinária, são famosos os bolos e biscoitos de Natividade, particularmente o “amor perfeito”, biscoito muito apreciado pelos moradores e visitantes. Também são muito conhecidos e procurados os doces e licores, feitos com frutas da região.

No campo do artesanato, o bordado em vagonite e ponto cruz e o crochê são os mais conhecidos, a par dos bordados em máquina. Encontram-se, ainda, pinturas em telas e tecidos e trabalhos em madeira, cipó, e os trançados, além dos tambores feitos em barro, e couro.

4.3. Educação

A rede municipal de ensino é composta por 11 escolas, 1 na sede municipal, 1 no Distrito de Príncipe, 1 no de Bonfim e 8 delas em fazendas ou assentamentos, na área rural. As vagas oferecidas ainda não são suficientes para atender toda a demanda.

A escola Archcelina Pacini Vieira, na sede municipal, oferece a pré-escola e o primeiro segmento do Ensino Fundamental, até a 4ª série. Das escolas rurais, 2 oferecem todo o Ensino Fundamental.

As escolas na área urbana, a D. Josina Pereira e Jacubinha Sede I funcionam nos turnos matutino e vespertino. As demais escolas rurais só funcionam pela manhã.

São 54 os professores municipais, dos quais 13 têm o curso de magistério em nível médio, 10 têm o Normal Superior completo, 19 estão cursando Pedagogia, 10 cursam o Normal Superior e 2 fazem pós-graduação. Os professores municipais participaram da formação continuada, em parceria com a Secretaria de Estado da Educação e Cultura, até o ano de 2003, quando o programa foi interrompido.

Os alunos da área rural têm transporte escolar, feito por 02 ônibus e uma van, todos alugados, em bom estado de conservação. Como o número de escolas é grande e as distâncias a percorrer não são pequenas, não é raro haver atraso dos alunos para o início das aulas. A Secretaria Municipal de Educação considera necessário viabilizar o transporte escolar, para melhor atendimento a toda a clientela e eliminar os atrasos que ocorrem atualmente. Além do transporte escolar, a Secretaria necessita de veículos para as atividades de coordenação e supervisão, de sua competência.

Estão implantados em Natividade os seguintes programas ou projetos na área da Educação, em parceria com o governo do Estado ou por meio de repasses da União:

- Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI – atende crianças de 07 a 14 anos, por meio de cadastramento. O PETI tem atualmente 80 menores cadastrados.
- PIONEIROS MIRINS - atende crianças e adolescentes de 7 a 14 anos, com reforço escolar e atividades de recreação. Conta com 500 participantes cadastrados.
- SE LIGA – voltado para alunos com distorção idade série, visando a correção desta distorção. No momento, está com 32 alunos.

Em parceria com a área de promoção social, são também mantidos os seguintes programas:

- IDOSOS EM CONVIVER - desenvolve diferentes atividades para favorecer o relacionamento e a convivência entre pessoas de mais idade, atendidas a partir dos 60 anos. Conta, atualmente, com 78 idosos cadastrados.
- PROGRAMA FITOTERAPIA – oferece atendimento terapêutico com ervas medicinais à população em geral, através de uma Farmácia Alternativa.

O Ensino Médio é oferecido pela rede estadual de ensino, que conta com 5 escolas e 1 Colégio Agropecuário. O Estado oferece também o Ensino Fundamental e desde 2003 tem a seu cargo uma Pré-Escola.

Os dados da evolução da educação nos últimos 5 anos (tabela 23) indicam que houve um crescimento contínuo no número de alunos matriculados no Ensino Fundamental, puxado pelas matrículas do 1^a segmento, de 1^a à 4^a série, enquanto no segmento de 5^a à 8^a série houve uma queda constante até 2003, com ligeira recuperação em 2004, mesmo assim, abaixo das matrículas de 2000.

No Ensino Médio houve uma queda continuada em todo o período examinado, passando de 482 matrículas em 2000, para 329, em 2004, o que representa uma redução de 31,7%. A Educação de Jovens e Adultos também se retraiu entre os anos 2000 e 2004. Estes números indicam um maior acesso à escola nos anos iniciais, mas uma redução no nível de escolaridade.

Tabela 23 – Evolução da educação – 2000 / 2004

Depend.	Creche	Pré Escola	Alfab.	Ensino Fundamental				Ensino Médio	Educação Especial		Educação de Jovens e Adultos			
				Educ. especial (incluídos)	Total	1ª a 4ª Série	5ª a 8ª Série		Total	Fund.	Supletivo		Presencial	
											Total	Fund.	Total	Fund.
2000														
Estadual	0	0	0	60	1.501	661	840	482	4	4	391	357	492	407
Municipal	55	227	43	0	713	589	124	0	3	0	87	87	0	0
Privada	0	28	22	0	84	64	20	0	0	0	0	0	0	0
Total	55	255	65	60	2.298	1.314	984	482	7	4	478	444	492	407
2001														
Estadual	0	0		-	1.679	828	851	451	0	0	-	-	-	-
Municipal	75	249		-	662	577	85	0	0	0	-	-	-	-
Privada	0	16		-	93	67	26	0	0	0	-	-	-	-
Total	75	265		-	2.434	1.472	962	451	0	0	-	-	-	-
2002														
Estadual	0	0	0	-	1.837	996	841	447	0	0	352	336	-	-
Municipal	48	212	34	-	629	548	81	0	0	0	61	0	-	-
Privada	0	18	23	-	100	56	44	0	0	0	0	0	-	-
Total	48	230	57	-	2.566	1.600	966	447	0	0	413	336	-	-
2003														
Estadual	0	116	0	-	1.891	1.060	831	341	6	0	82	82	-	-
Municipal	59	125	0	-	673	610	63	0	0	0	0	0	-	-
Privada	0	15	22	-	93	54	39	0	0	0	0	0	-	-
Total	59	256	22	-	2.657	1.724	933	341	6	0	82	82	-	-
2004														
Estadual	-	165	0	-	2.212	1.361	851	329	5	5	0	0	-	-
Municipal	-	128	0	-	601	546	55	0	0	0	0	0	-	-
Privada	-	18	16	-	103	56	47	0	0	0	0	0	-	-
Total	-	311	16	-	2.916	1.963	953	329	5	5	0	0	-	-

Fonte: INEP – Censo Escolar

Das escolas municipais, a Archcelina Pacini Vieira está em bom estado de conservação, necessitando apenas de pequenos reparos. A Escola D^a. Josina Pereira funciona em um prédio velho em situação precária. A Escola Jacubinha Sede I apresenta um estado razoável de conservação das salas de aulas. As demais escolas rurais estão em péssimas condições de uso, algumas funcionam sem portas ou janelas, com coberturas comprometidas e / ou paredes danificadas.

A Secretaria Municipal de Educação destaca como principais necessidades na sua área de atuação:

- a melhoria da qualidade do ensino;
- o acompanhamento dos trabalhos pedagógicos desenvolvidos nas unidades escolares;
- a elaboração e desenvolvimento de projetos pedagógicos e de projetos de atividades extracurriculares;
- a continuidade do curso de formação continuada e participação no projeto Salto Para o Futuro;

- a informatização da Escola Archcelina Pacini Vieira;
- a valorização do profissional da educação municipal, inclusive no que se refere ao Plano de Cargos e Salários;
- a construção de mais salas de aula e de um parque infantil, a recuperação do piso de algumas salas e a pintura na Escola Archcelina Pacini Vieira;
- o aumento das salas de aula e a construção de banheiros, além de reparos gerais na Escola Jacubinha Sede I;
- a construção de muros nas Escolas da Jacubinha e Príncipe.

As escolas estaduais também têm sérios problemas de conservação. O Colégio Estadual Dr. Quintiliano da Silva está em condições precárias, precisando urgentemente de reparos e reformas na parte física, instalações elétricas e pintura. Há 20 anos não se faz qualquer reforma ou modernização na cantina ou nos banheiros, que já não atendem à demanda dos alunos. A instalação elétrica não foi objeto de revisão nos últimos 35 anos e a última pintura foi feita há 8 anos.

A biblioteca necessita de ampliação física e do acervo, pois atende à população nativitana. A escola não dispõe de auditório nem de sala de recursos pedagógicos e a quadra de esportes não tem cobertura.

A Escola Estadual Nossa Senhora de Fátima está em melhores condições, mas o muro apresenta estado precário e a escola necessita de uma reforma geral. Falta a ela também um laboratório de informática e uma quadra poli-esportiva.

A Escola Estadual Mestra Eva está com o piso totalmente danificado, as paredes precisam de reforma e pintura, os banheiros estão em péssimas condições e as instalações elétricas e hidráulicas precisam de revisão. Além disto, apresenta problemas com o telhado e as janelas do tipo *vitreaux* são inadequadas, pois não favorecem a ventilação. A escola precisa de uma ampliação da cozinha e do depósito. Não existe quadra esportiva na escola.

A Escola Estadual Joaquim Lino Suarte apresenta estado de conservação satisfatório, uma vez que foi reformada e ampliada em 2004. Entretanto, ainda necessita de ampliação do número de salas de aulas, de 01 laboratório de informática e de 1 quadra poli-esportiva para atender à sua clientela.

A Escola Pré Escolar O Pelicano precisa de reforma e ampliação com urgência, pois o espaço físico não atende à demanda da clientela. Há um único banheiro para atender os 200 alunos e os funcionários. É necessária a construção de uma cantina adequada, pois a atual está junto à biblioteca. Falta área esportiva à escola.

O Colégio Agropecuário de Natividade – CAN precisa de uma reforma geral em toda a sua estrutura física. As últimas reformas no colégio foram feitas ainda pelo estado de Goiás, antes da criação do Tocantins. O colégio necessita de ampliação das salas de aula e de modernização da biblioteca, que está com o espaço físico inadequado e o

acervo bibliográfico desatualizado. Outras necessidades do CAN são um laboratório de informática e uma quadra poli-esportiva.

Está em fase final de negociação um convênio com a UNITINSAGRO e a EMBRAPA para assessoramento técnico e transferência de tecnologia, de forma a dinamizar as atividades do CAN. São necessários, além deste, novos entendimentos e intercâmbio com outras instituições, inclusive internacionais e não governamentais, no sentido de ampliar e fortalecer as atividades do CAN.

4.4. Esporte e Lazer

Natividade conta com muito poucos equipamentos de esporte e lazer. Há um campo de futebol próximo ao córrego Praia, sem qualquer infra-estrutura. Próxima a ele, havia sido construída uma quadra coberta, que está abandonada, com a cobertura toda arrebitada e tomada pelo mato que cresce em volta. No Setor Ginásio e no Jardim Serrano há 1 quadra poli-esportiva. Entretanto, as tabelas de basquete estão arrebitadas e os banheiros destruídos.

Não há outros equipamentos, nem times esportivos organizados na Cidade. Não se promovem torneios. Apenas alguns moradores, a maioria crianças ou jovens, jogam bola em terrenos vazios próximos a suas casas.

O córrego Praia é procurado para banho por parte da população. Os poços são bastante apreciados. Entretanto, segundo os moradores, a captação da água na serra reduziu consideravelmente o volume de água e no período da estiagem já não é possível usufruir do córrego. De qualquer forma, não há qualquer infra-estrutura de apoio próxima aos locais de banho.

4.5 Justiça e Segurança Pública

Natividade não apresenta sérios problemas locais com a segurança pública. As ocorrências mais frequentes são pequenos furtos, geralmente praticados por menores. Chegam-se a registrar até 6 ocorrências desta natureza por dia.

Apesar de existir um Conselho Tutelar da Criança em Natividade, existem dificuldades estruturais para o seu funcionamento e ele acaba inoperante.

Por ser um entroncamento de rodovias para várias regiões do país, Natividade acaba sofrendo os efeitos negativos da facilidade que oferece para os diferentes deslocamentos, inclusive como rota de fuga.

Pela facilidade de acesso, a droga chegou a Natividade e já é um claro problema. Maconha, cocaína e merla são consumidas pelos jovens e adultos, pais de família. O

Setor Nova Esperança é o ponto mais crítico da Cidade, em termos de segurança pública.

As polícias civil e militar de Natividade não estão aparelhadas para o enfrentamento desta situação. O efetivo da polícia civil é absolutamente insuficiente. Além do Delegado e do escrivão, são 3 agentes de polícia e 1 agente penitenciário, além de 1 faxineira. Há apenas 1 viatura policial, não muito nova e inadequada para o tipo de terreno e estradas do Município.

Há na Delegacia uma parte carcerária com 3 celas, que deveriam abrigar os detentos apenas durante a fase do inquérito policial, Entretanto, acabam funcionando como unidade prisional, pois os detentos não são removidos, mesmo depois de condenados. As celas estão em péssimo estado, com goteiras e infiltração.

O efetivo da polícia militar é formado por 10 policiais e 1 sargento. O comando cabe a 1 tenente que não permanece na Cidade. A polícia militar dispõe de 2 veículos fabricados em 2000, com dificuldades de manutenção.

Não há Corpo de Bombeiros nem grupamento da Defesa Civil em Natividade. Também não existe base da polícia federal, das polícias rodoviárias, posto pericial e do Instituto Médico Legal – IML, apesar do entroncamento rodoviário. Se há um acidente com vítima ou morte suspeita, é necessário aguardar a vinda de peritos de Porto Nacional ou Palmas. Enquanto isto, não é possível a remoção da vítima e é necessário que algum agente policial permaneça no local. Como só há 3 agentes da polícia civil, qualquer investigação fica retardada, prejudicando a ação policial.

4.6. Saúde

O atendimento de saúde em Natividade é feito pela rede pública de saúde, formada por um hospital municipal, dois postos de saúde, um no Centro e outro no Jardim Serrano, 1 Posto de Saúde em Príncipe e 1 no Bonfim, todos operando com o Programa de Saúde da Família.

A equipe de saúde é composta por 3 médicos, 3 enfermeiros, 2 odontólogos, 1 bioquímico, 1 auxiliar de odontologia, 14 técnicas em enfermagem, 13 auxiliares de enfermagem, 1 auxiliar de laboratório, 9 agentes de endemias e 22 agentes comunitários de saúde.

O hospital, com 36 leitos, conta com o serviço de Raio X e é capaz de prestar o pronto atendimento e realizar partos normais e cesarianas, pequenas suturas ou micro cirurgias. Qualquer caso de média ou alta complexidade tem de ser removido para

Porto Nacional ou Palmas. Durante o ano de 2004, no hospital ocorreram, em média, 40 internações mensais.

Estão implantados no Município os programas do Sistema Único de Saúde – SUS, tais como Saúde da Criança, Saúde da Mulher, Controle da Hipertensão, Controle do Diabetes, Controle da Tuberculose, Eliminação da Hanseníase e Saúde Bucal.

Para o atendimento médico na área rural existem 4 equipes de saúde, que percorrem todo o território municipal em visitas aos domicílios.

A taxa de cobertura pelo Programa de Saúde da Família vem crescendo continuamente desde 1999 (tabela 24), da mesma forma que a média anual de consultas médicas nas especialidades básicas e de visitas domiciliares por família.

Tabela 24 – Evolução do atendimento pelo Programa de Saúde da Família

Indicadores	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Proporção da população atendida pelo Programa de Saúde da Família		36,52%	47,47%	89,86%	90,78%	90,82%
Média anual de consultas médicas nas especialidades básicas por habitante	1,91	2,85	5,43	6,13	4,50	3,13
Média mensal de visitas domiciliares por família	0,17	1,25	1,19	1,91	1,77	1,11

Fonte: Ministério da Saúde – SIAB e SIA/SUS

Em relação à saúde da criança, a taxa de mortalidade infantil tem caído gradativamente, da mesma forma que a proporção de nascidos vivos com baixo peso ao nascer. A taxa de internação por infecção respiratória aguda - IRA – em menores de 5 anos passou de 97,27 para 57,03 entre 1998 e 2003 (tabela 25). Os indicadores da Saúde da Criança revelam que 1999 foi o ano de pior desempenho da série analisada.

Tabela 25 – Evolução dos indicadores da Saúde da Criança

Indicadores	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Número de óbitos em menores de 1 ano de idade	04	05	02	04		
Taxa de mortalidade infantil	17,70	27,03	11,30	19,70		
Proporção de nascidos vivos com baixo peso ao nascer	8,41	4,32	4,52	5,42		
Proporção de óbitos em menores de 1 ano de idade por causas mal definidas	50,00		50,00			
Taxa de internação por IRA em menores de 5 anos	97,27	118,14	90,10	64,20	59,73	57,03
Homogeneidade da cobertura vacinal por tetravalente em menores de 1 ano de idade		100,00		100,00	100,00	
Número de óbitos neonatais	02	03	02	02		
Taxa de mortalidade infantil neonatal	8,85	16,22	11,30	9,85		

Fonte: Ministério da Saúde – SIM, SIM/SINASC, SIH-SUS E PNI

Em relação à saúde da mulher, a proporção de nascidos vivos de mães com 4 ou mais consultas de pré-natal passou de 59,32%, em 2000, para 64,53%, em 2001, e no caso das mães com 7 ou mais consultas, ela evoluiu de 15,49%, em 1998, para 27,09%, em 2001, de acordo com os dados do Sistema Único de Saúde, do Ministério da Saúde.

A doença de notificação compulsória mais freqüente é a síndrome do corrimento cervical, seguida da hanseníase, do atendimento anti-rábico humano e da leishmaniose visceral (tabela 26), enquanto as principais causas de óbitos são mal definidas.

Tabela 26 – Evolução das notificações compulsórias

Doença Notificada	1996	1997	1999	2000	2001	2002	2003	2004	Total
AIDS	00	00	00	00	01	00	00	00	01
Acidente por animais peçonhentos	00	00	00	01	02	02	09	06	20
Atendimento anti-rábico humano	00	00	00	00	00	03	09	30	42
Condiloma Acuminado (verrugas anogenitais)	00	00	00	03	04	01	01	06	15
Dengue	00	00	00	02	22	05	00	01	30
Doença de Chagas aguda	00	00	00	00	01	00	00	00	01
Doenças Exantemáticas	00	00	00	03	00	00	01	00	04
Hanseníase	01	05	05	08	04	05	05	03	36
Hepatite Viral	00	00	00	08	02	00	01	01	12
Herpes Genital	00	00	00	03	02	00	00	00	05
Leishmaniose Tegumentar Americana	00	00	00	00	01	00	00	00	01
Leishmaniose Visceral	00	00	00	00	03	05	02	12	22
Leptospirose	00	00	00	00	01	00	00	00	01
Malária	00	00	00	00	00	01	01	00	02
Meningite	00	00	00	01	00	01	00	01	03
Sífilis Congênita	00	00	00	00	00	00	01	01	02
Sífilis em Adulto (excluída a forma primária)	00	00	00	00	02	00	07	02	11
Síndrome do Corrimento Cervical	00	00	00	02	02	70	63	52	189
Síndrome do Corrimento Uretral	00	00	01	02	06	05	05	03	22
Tuberculose	01	04	02	00	01	01	00	03	12
TOTAL	02	09	08	33	54	99	105	121	431

Fonte: Ministério da Saúde – SINAN

5. Dinâmica Econômica

Embora não se disponha de informações sobre a produção de todos os setores de atividade do Município, as estimativas do Valor Agregado da Produção, feitas pela Secretaria de Fazenda do Estado de Tocantins, são um bom referencial para a análise da dinâmica econômica de Natividade. Em 2003, o Valor Agregado da Produção – VAP - do Município foi R\$ 12,6 milhões, equivalentes a 0,4% em relação ao VAP do Estado, o que posiciona Natividade na 54ª colocação entre os 139 municípios do Estado (tabela 27). O Setor Primário respondeu, naquele ano, por cerca de 38% do VAP, enquanto o Comércio, Indústria e Serviços, juntos, responderam por cerca de 42%.

O setor primário em Natividade praticamente restringe-se à atividade pecuária, já que a Agricultura e o Extrativismo, juntos, representam apenas 1% do VAP do Município. A cria de gado bovino de corte é a principal atividade econômica desenvolvida na área rural. A Agricultura só tem sido praticada para a subsistência e manutenção nas propriedades rurais, sem excedentes expressivos para comercialização.

Vale, no entanto, a ressalva de que a mineração sempre foi uma atividade desenvolvida em Natividade, desde o ouro nos primeiros tempos do povoado. Entretanto, o valor transacionado, pela natureza informal com que geralmente a produção de ouro é comercializada, não é contemplado no cálculo do VAP. Mais recentemente, o calcário tem sido explorado.

O grupo composto por Comunicações e Energia totalizou 15% do VAP. Ao contrário da média do Estado, onde o Setor Primário é predominante, respondendo por 46,3% do VAP total, puxado pela pecuária, com 36,4% do VAP do Estado, em Natividade predomina o conjunto dos setores comercial, industrial e de prestação de serviços.

O componente Energia, em Natividade é o que apresenta maior participação na formação do VAP estadual, com 0,6%, seguido do conjunto formado por Comércio, Indústria e Serviços, com participação de 0,5%, e a Pecuária com uma participação de 0,4%. Em relação aos demais municípios do Tocantins o VAP total de Natividade ocupa a 54ª posição, sendo que, por setor de atividade, a melhor posição alcançada foi a 21ª colocação para o conjunto formado por Comércio, Indústria e Serviços. A atividade agrícola é o que apresenta desempenho mais fraco em relação aos demais municípios do Estado, ocupando a 75ª posição.

Tabela 27 - Indicadores de Valor Agregado da Produção - 2003

Discriminação	Estado		Natividade		Particip. % no Total do Estado	Posição no Estado
	Valor (R\$ 1,00)	%	Valor (R\$ 1,00)	%		
Pecuária	1.274.501.614,52	36,39	4.647.034,80	36,72	0,4	59º
Agricultura	336.226.822,90	9,60	121.399,24	0,96	0,0	75º
Subtotal	1.610.728.437,42	45,99	4.768.434,04	37,68	0,3	71º
Outros	10.963.785,11	0,31	17.002,25	0,13	0,2	59º
Total Setor Primário	1.621.692.222,53	46,31	4.785.436,29	37,82	0,3	71º
Comunicação	280.086.349,98	8,00	732.599,48	5,79	0,3	71º
Usinas	228.412.501,94	6,52	-	-	-	-
Energia	206.515.031,00	5,90	1.166.583,19	9,22	0,6	24º
Transporte	58.569.068,92	1,67	-	-	-	-
Com. Ind. E Serviços	1.022.515.554,52	29,20	5.336.001,96	42,17	0,5	21º
Outros	84.265.602,74	2,41	633.418,25	5,01	0,8	10º
Total	3.502.056.331,63	100,00	12.654.039,17	100,00	0,4	54º

Fonte: SEFAZ/TO

Comparando-se o VAP da atividade agrícola com o valor da produção desta atividade, estimado pelo IBGE (tabela 28), para o mesmo período, tem-se o valor da produção agrícola do Município supera o VAP em R\$ 1,4 milhão. Salvo questões relacionadas a divergências metodológicas, datas de levantamento dos dados e eventuais erros de estimativas, tal diferença sugere que o volume dos produtos agrícolas produzidos nos municípios estariam destinados ao consumo de subsistência, motivo pelo qual não é captado no cálculo do VAP.

Na produção agrícola do Município, em 2003, o segmento de grãos responde por 86,2% do valor da produção, confirmando a pouca diversidade de culturas agrícolas em Natividade. Ainda assim, entre 2000 e 2003, a produção agrícola apresentou um crescimento nominal do valor da produção de 333,1%, basicamente em função do aumento da produção de milho e arroz, e início do cultivo da soja no Município naquele ano, quando agregou R\$ 426 mil ao valor da produção agrícola.

Tabela 28 - Valor da Produção por Setor de Atividade 2000 e 2003

Setor	2000		2003	
	Valor (R\$ mil)	%	Valor (R\$ mil)	%
Agricultura	353,00	83,1	1.529,00	91,9
Grãos	279,00	65,6	1.318,00	79,2
Frutas	42,00	9,9	65,00	3,9
Outros	32,00	7,5	146,00	8,8
Extrativismo	72,00	16,9	135,00	8,1
Pecuária	-	-	-	-
Comércio	-	-	-	-
Serviços	-	-	-	-
Total	425,00	100,00	1.664,00	100,00

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

A região de Natividade está incluída no Programa de Desenvolvimento Regional e Sustentado da Região Sudeste do Tocantins – PROSUDESTE, executado com recursos do Serviço de Apoio à Micro e Pequena Empresa – SEBRAE Nacional (80%), Governo do Estado do Tocantins, por meio da SEPLAN (15%) e das 23 Prefeituras Municipais integrantes da região Sudeste do Estado (5%).

Este programa enfatiza a formação do capital humano e social, o desenvolvimento produtivo do território e a organização inster institucional para a gestão participativa.

Propõe a diversificação das atividades produtivas, as formas associativas e os arranjos produtivos locais, e tem trabalhado para a implementação dos seguintes projetos e ações:

- **arranjo produtivo da cachaça** – a região conta com 40 alambiques, produzindo cerca de 500 mil litros de cachaça por ano, que abastecem o mercado regional. O que se pretende é a viabilização técnica e econômica da Cooperativa de Produtores de Cachaça de Alambique, de forma a conseguir destaque para a cachaça produzida na região entre as 5.000 marcas diferentes, com vistas a conquistar o mercado nacional e internacional;
- **fruticultura sem fronteiras** – as condições de solo, o clima quente sem grandes oscilações, o regime chuvoso bem definido, a proximidade dos mercados consumidores fazem da região sudeste do Tocantins uma área muito apropriada para a fruticultura, ramo do agronegócio com grande potencial de crescimento no Tocantins. As atividades do programa têm sido voltadas para a capacitação dos produtores e apoio na comercialização dos produtos por meio de participação em feiras e eventos nacionais e internacionais;
- **turismo** – os atrativos naturais e culturais e a religiosidade das populações da região favorecem o desenvolvimento do turismo de natureza, o ecoturismo, o turismo histórico, cultural e religioso. O programa se propõe a desenvolver palestras, consultoria para o setor hoteleiro, participação de empresários em caravanas e missões técnicas, treinamento e capacitação, elaboração de inventários e roteiros turísticos. Entende que o turismo poderá ser favorecido por meio do Desenvolvimento Local Integrado Sustentável - DLIS – e que com a consolidação do arranjo produtivo da cachaça, possam ser associados turismo e agronegócios, com a criação do Roteiro da Cachaça, à semelhança do Vale dos Vinhedos, no sul do país;
- **ovinocaprinocultura** – a região sudeste apresenta vantagens competitivas em relação ao nordeste, principal produtor de ovinos e caprinos no país. As condições climáticas, técnicas e de infra-estrutura, a proximidade dos mercados consumidores possibilitam o estímulo à ovinocaprinocultura na região. Para tanto, deve haver o estímulo ao empreendedorismo, o fomento ao associativismo, a capacitação dos produtores, a instituição de assistência técnica efetiva, a incorporação de níveis tecnológicos avançados, de forma a viabilizar economicamente as propriedades rurais e fixar o homem ao campo;
- **a conquista da paçoca** – organização associativa de produtores individuais da paçoca permitiram melhor composição de preço de venda e margem de lucro, com valorização da produção. Resta adequar as instalações físicas e adquirir

equipamentos para consolidação da Casa da Paçoca de Arraias. Esta experiência pode estender-se para outros municípios da região.

O PROSUDESTE tem desenvolvido, ainda, eventos para promover a melhoria da gestão pública municipal, com vistas a capacitar os administradores públicos para o papel de animador e promotor do desenvolvimento local e regional.

5.1. Extração Mineral

O município de Natividade possui um potencial mineral caracterizado principalmente pela ocorrência de calcários, quartzitos e ouro. Desde sua fundação, Natividade tem tradição na exploração mineral, principalmente aurífera. Embora não haja estatísticas oficiais sobre a quantidade produzida, é significativa a quantidade de jóias comercializadas por ourives locais, cuja confecção artesanal, resulta da extração realizada por garimpeiros em minas do Município.

Natividade detém cerca de 28,7% das reservas inferidas de ouro e 55,9% das reservas de cianita e outros no Estado (tabela 29).

Atualmente a exploração industrial restringe-se ao calcário, com três indústrias em operação, gerando cerca de 150 empregos diretos na produção de pó calcário para corretivo de solo, além de uma pequena produção de brita para atender ao mercado da construção civil.

Além destas 3 unidades, há ainda uma 1 quarta em fase de implantação, perfazendo uma capacidade instalada de mais de 500.000 toneladas de pó calcário. Uma quarta indústria está em fase de instalação. O calcário produzido é vendido no próprio Estado.

Tabela 29 - Reservas Minerais em 2000

Discriminação	Quantidade (t)									
	Medida						Indicada		Inferida	
	Minério		Contido		Teor (g/t)		Natividade	Estado	Natividade	Estado
Natividade	Estado	Natividade	Estado	Natividade	Estado					
Cianita e outros	32.124	3.643.021	-	-	-	-	9.221	536.322	297.871	532.377
Mica	12.052	104.125					1.622	106.531	650	51.006
Ouro (g)	210.496	306.349	97.751	2.524.197	4,74	4,04	561.822	434.504	537.000	1.868.697

Fonte: DNPM - Anuário Mineral Brasileiro – 2001

Os alvarás de pesquisa de ouro na região estão todos em poder de um único grupo empresarial, merecendo destaque duas áreas, uma delas com relatório final apresentado ao DNPM, registrando significativa reserva de ouro; a segunda cobre a continuidade do corpo encontrado mais ao sul. Caso se confirme a existência de uma jazida nesta área forçosamente será uma mina de médio a grande porte.

A serra de Natividade apresenta varias feições de quartzito notadamente na sua porção NE, onde pesquisa geológica realizada confirmou a ocorrência de quartzito para aplicação como rocha de revestimento, com relatório de pesquisa já apresentado ao DNPM. A exploração deste minério prevê a criação de 50 empregos diretos.

5.2 Pecuária

Natividade tem como principal atividade pecuária a criação de gado bovino de corte, com um rebanho de 39.000 cabeças em 2003. Os bezerros são vendidos para outras regiões do próprio Estado, mais vocacionadas para a engorda e abate. A criação de aves também é significativa, tendo sido registrado no mesmo ano, um rebanho de 27.200 cabeças de galináceos. O terceiro maior rebanho do Município é o de suínos, com um efetivo de 1.480 cabeças em 2003 (tabela 30).

Mesmo sendo a principal atividade, a pecuária tem decrescido nos últimos anos. No período de 2000 a 2003, a taxa de crescimento da pecuária foi negativa, tendo a bovinocultura reduzido seu efetivo em cerca de 2,1% nesse período. Praticamente só os rebanhos de ovinos e galináceos apresentaram crescimento positivo no período, com taxas de crescimento de 4,9% e 34,4% ao ano, respectivamente.

Em relação à media do Estado, destaca-se o rebanho de muares que, mesmo pequeno, teve uma participação de 3,5% no total do Tocantins. Os demais rebanhos apresentam participações inferiores a 1% do total estadual.

Tabela 30 – Indicadores da pecuária

Discriminação	Rebanho do Município				Tx de Crescimento (2003/2000)	Rebanho do Estado em 2003	Particip. % no Rebanho do Estado em 2003
	2000	2001	2002	2003			
Bovino	41.600	35.000	38.000	39.000	(2,1)	7.659.743	0,5
Suíno	1.540	1.620	1.600	1.480	(1,3)	234.184	0,6
Eqüino	1.540	1.500	1.450	1.400	(3,1)	158.993	0,9
Muar	660	620	600	550	(5,9)	15.787	3,5
Ovino	130	125	130	150	4,9	57.632	0,3
Galináceos	24.600	26.300	26.700	27.200	3,4	3.282.261	0,8
Outros	290	270	280	300	1,1	56.723	0,5
Total	70.360	65.435	68.760	70.080	(0,1)	11.465.323	0,6

Fonte: Produção da Pecuária Municipal - 2000 a 2003

Dados fornecidos pela ADAPEC informam que em 2004 o rebanho bovino totalizava 42.787 cabeças, com 76,7% de matrizes, uma vez que a pecuária praticada é de cria. Do total do rebanho, 35.250 (82,4%) receberam a vacinação anti-aftosa. O total de propriedades cadastradas pela ADAPEC era de 465, havendo rebanho bovino em 364 delas. A vacinação chegou a 281 dessas propriedades.

5.3 Agricultura

A atividade agrícola do município de Natividade resume-se ao cultivo de arroz, milho, cana-de-açúcar e mandioca, sendo que em 2003 iniciou-se o cultivo de soja, que respondeu por cerca de 23,3% da área colhida do Município naquele ano. No período 2000/2003, o crescimento médio da área colhida foi de 41,5%. No entanto, a área colhida total do Município praticamente não sofreu alteração no período 2000/2002. Em 2003, houve um incremento de 50% na área colhida de mandioca e de 33,3% na área colhida de arroz. Com a introdução da cultura de soja no Município em 2003, o incremento médio de área colhida, em relação a 2002, foi de 66,6%. É preciso, porém, relativizar este crescimento, porque ainda que os percentuais sejam significativos, a área plantada é bastante reduzida, o que faz com que a atividade agrícola tenha pouca importância econômica para o Município. Na verdade, há muito pouco de excedente da produção de grãos para comercialização.

Os principais produtos plantados são o arroz e o milho. De acordo com levantamentos feitos pelo IBGE, em 2000, foram plantados 520 ha de arroz, com um rendimento médio de 1.500 kg/ha, resultando uma produção de 780 toneladas, enquanto o milho foi plantado em 200ha, com uma produção de 600 toneladas, o que significa um rendimento médio de 3.000 kg/ha.

A produtividade média das culturas exploradas no Município é, via de regra, inferior à do Estado, com exceção do milho, cuja produtividade supera a do Tocantins e da região Norte, embora inferior à média nacional (tabela 31). Todos os demais produtos analisados tiveram produtividade inferior à do Estado, ainda que por vezes superior à da região Norte, como é o caso da mandioca.

Tabela 31 - Indicadores da Produção Agrícola - 2000 a 2003

Produtos	Área Colhida no Município (em ha)				Distrib. % da Área Colhida Total em 2003	Taxa de Crescimento - 2003/2000	Área Colhida no Estado em 2003	Participação % na Área Colhida no Estado em 2003	Produtividade Média em 2003			
	2000	2001	2002	2003					Natividade	Tocantins	Região Norte	Brasil
Grãos	720	720	750	1.250	83,3	20,2	361.781	0,3	2,0	2,5	2,0	2,9
Arroz	520	500	450	600	40,0	4,9	140.025	0,4	1,5	2,7	2,3	3,2
Milho	200	220	300	300	20,0	14,5	68.708	0,4	2,8	2,0	1,8	3,7
Soja	-	-	-	350	23,3	-	153.048	0,2	2,1	2,5	2,6	2,8
Frutas	50	45	45	45	3,0	(3,5)	5.016	0,9	-	-	-	-
Banana	50	45	45	45	3,0	(3,5)	5.016	0,9	3,6	7,2	11,5	13,3
Outros	106	106	106	206	13,7	24,8	17.451	1,2	-	-	-	-
Cana-de-açúcar	6	6	6	6	0,4	-	2.745	0,2	30,0	57,1	60,9	73,7
Mandioca	100	100	100	200	13,3	26,0	14.706	1,4	15,0	23,4	14,6	13,4
Total	876	871	901	1.501	100,0	41,5	384.248	0,4	-	-	-	-

(*) Produtividade em 1000 frutos por hectare.

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal - 2000 a 2003

Há apenas um assentamento rural resultante de reforma agrária no Município, denominado Jacuba e já emancipado. Tem uma população fixada em módulos de

cerca de 1 alqueire, nos quais se plantam grãos e criam animais para a própria subsistência, havendo um pequeno excedente vendido nas feiras da sede do Município.

Vários assentados começam a experimentar o plantio de frutas e a apicultura. Há uma casa de farinha no assentamento.

As comunidades rurais, entretanto, são 11. Além do assentamento rural, há 1 comunidade de remanescentes de quilombolas e 9 comunidades tradicionais, conforme já foi mencionado anteriormente.

Natividade é um dos municípios incluídos no Projeto de Fortalecimento da Extensão Rural – FORTER, desenvolvido por meio de cooperação técnica entre a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, o RURALTINS, a Cooperação Técnica Japonesa – JICA e a Fundação Universidade do Tocantins – UNITINS. O Projeto tem como objetivo principal o fortalecimento dos pequenos produtores rurais do Tocantins.

O Projeto selecionou algumas “fazendas de referência” para a implantação inicial. Os critérios para a seleção destas fazendas foram no campo técnico a representatividade, os tipos de sistemas de produção e os tipos de solos e no campo operacional o acesso e a capacidade de trabalho da equipe.

Foram então selecionados 5 sistemas de produção, 4 tipos de solos principais e 5 comunidades representativas, num total de 104 famílias (tabela 32)

Tabela 32 – Seleção para a implantação inicial do FORTER

Comunidades	Nº de famílias	Sistema de produção principal*	Solos
Brejão / Santa Maria	32	A, B	Cambissolo, Areia, Gleissolo
Casa de Telha	12	A	Cambissolo, Latossolo
Providência	30	B, C	Cambissolo, Areia, Gleissolo
Redenção	18	D, E	Cambissolo, Latossolo
Sobradinho	12	E	Cambissolo, Areia, Latossolo

* A = Agricultura de subsistência com até 20 cabeças de gado
 B = Agricultura de subsistência com 21 até 40 cabeças de gado
 C = Agricultura de subsistência com mais de 40 cabeças de gado
 D = Agricultura de subsistência sem gado e sem renda externa
 E = Agricultura de subsistência sem gado e com renda externa
 Fonte: FORTER

Estas comunidades têm como principais características a agricultura familiar, com produção de arroz, mandioca e milho, em “roças de toco”, sem aplicação de qualquer insumo e com infra-estrutura bastante precária. Vivem em casas de taipa, cobertas com palha, sem energia elétrica, água encanada, instalações sanitárias ou fossas. Há poucas escolas e áreas de lazer em todas elas.

A combinação dos sistemas de produção com os tipos de solo, levaram a seleção de 12 fazendas, sendo 2 em cada comunidade, à exceção de Providência, com 4 fazendas selecionadas.

A supervisão do Projeto está a cargo do RURALTINS. Está prevista a expansão do FORTER, a partir de 2005, para Santa Rosa do Tocantins, Almas, Dianópolis, Arraias, Taguatinga, Aurora e Combinado.

Além da região sudeste, foram selecionados para participar do mesmo Projeto, no Tocantins, os seguintes municípios : Itaguatins, no Bico do Papagaio, Guaraí, no Centro-Norte, Pium, no Centro-Oeste do Estado, Porto Nacional, no centro e Alvorada , no Sul-Sudoeste do Tocantins.

5.4. Indústria, Comércio e Serviços

Natividade é uma cidade sem indústrias, à exceção das extratoras de calcário, que empregam aproximadamente 150 pessoas. Não há matadouro no Município. O comércio não é muito dinâmico e se constitui de estabelecimentos de pequeno e médio porte usuais nas cidades menores. A Prefeitura Municipal dispõe de uma relação cadastral de todos os estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços existentes em Natividade em 2004 (tabela 33). Funciona na cidade de Natividade uma agência bancária do Banco da Amazônia e um Banco Postal do BRADESCO, junto à agência da ECT.

Tabela 33 - Número de estabelecimentos segundo a categoria

Categoria	Estabelecimentos
Comércio e Indústria	55
Autopeças	01
Calcária	02
Carnes	12
Combustível	02
Distribuidora de bebidas	03
Distribuidora de gás	02
Eletrodomésticos	02
Gelo	02
Marcenaria	04
Materiais de construção	03
Mercados e supermercados	09
Papelaria	02
Produtos agropecuários	02
Serralheria	02
Tecidos, roupas e armarinhos	06
Torneadora	01

continua

continuação

Categoria	Estabelecimentos
Comunicações	06
Construção civil	01
Serviços de Alimentação	25
Serviços de Hospedagem	07
Serviços de Saúde	11
Dentista	03
Farmácia	03
Hospital	01
Laboratório clínico	01
Médicos	02
Posto de saúde	01
Serviços	32
Advogados	04
Agência bancária	01
Assistência técnica rural	02
Auto elétrica	03
Eletrônica	01
Escritórios de contabilidade	04
Funerária	01
Lavajato	01
Oficina Mecânica	03
Projetos Agropecuários	03
Placas e faixas	02
Salão de beleza	06
Serigrafia	01

Fonte: Prefeitura Municipal

Os estabelecimentos são de pequeno porte e, em sua quase totalidade, administrados e operados por seus proprietários e familiares. O principal empregador de Natividade é a Administração Municipal que, no início de 2005 contava com 215 funcionários, dos quais 59 efetivos. Em seguida, vem a exploração do calcário, com cerca de 150 empregos.

Há uma unidade de pasteurização de leite, implantada pelo Projeto Bacias Leiteiras do Estado que opera muito abaixo de sua capacidade. Também foi implantada uma esmagadora de frutas que não está ativa por falta de matéria-prima, em função da pequena produção de frutos no Município.

6. Potencialidade Turística

Natividade tem clara vocação para o turismo religioso. As Festas do Divino e a Romaria do Bonfim atraem dezenas de milhares de pessoas à Cidade todos os anos. O calendário cultural de Natividade é composto quase totalmente por festas religiosas, celebradas com pompa e muito apreciadas pelas populações da região.

Além deste aspecto religioso, o conjunto urbanístico e arquitetônico da Cidade, o único no estado do Tocantins reconhecido como patrimônio nacional pelo IPHAN, merece ser valorizado e melhor explorado do ponto de vista turístico. Alie-se a isto, o patrimônio natural muito rico e absolutamente inexplorado, com forte potencialidade para o turismo de natureza e o ecoturismo, no mínimo, no âmbito regional.

A Serra da Natividade oferece excelentes alternativas, desde a própria subida para se apreciar a vista do alto, como os vestígios de ruínas das moradas e dos aquedutos onde os escravos trabalhavam na extração do ouro, até a descoberta de nascentes e poços para banho. São famosos os "poções", verdadeiras piscinas naturais, o Poço do Moinho e as cachoeiras do Paraíso, visitadas entre dezembro e abril. Em setembro é possível fazer-se a colheita do caju do campo, ou cajuí, nativo na região, do qual se faz excelente doce em compota ou na forma de passa.

O SEBRAE fez, em 2003, um estudo sobre as possibilidades turísticas do Município, identificando e caracterizando diferentes localidades com seus principais atrativos e apresentando sugestões para a sua estruturação como produtos turísticos na modalidades de turismo de natureza e ecoturismo¹. Os resultados desse estudo estão relatadas no "*Inventário e diagnóstico dos atrativos turísticos de Natividade – recursos naturais*". Dentre os diferentes atrativos identificados e apresentados no relatório final deste estudo, merecem ser destacadas as 3 grutas das Fazenda Oficina e a gruta do Pontal, a mais conhecida da região, com suas pinturas rupestres, o lago do Pontal, as cachoeiras da Fazenda Paraíso, nos rios Porteira e Piabanha (figura 53 a 55).



Gruta da fazenda Oficina

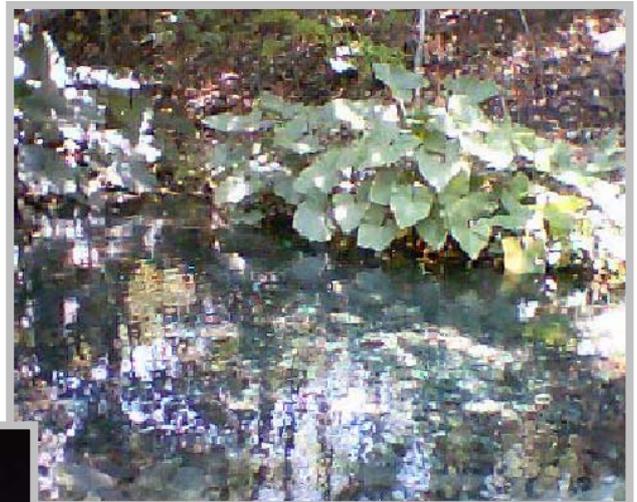
¹ Para maiores detalhes ver o documento Inventário e diagnóstico de atrativos turísticos de Natividade – recursos naturais, elaborado pelo consultor Clóvis Henrique Duarte para o SEBRAE-TO, de outubro de 2003



Grutas do Pontal

Fig. 53 - Grutas

Lago do Pontal



Formação rochosa no Pontal

Fig. 54 - Atrativos da Fazenda Pontal



Fig. 55 - Cachoeiras da fazenda Paraíso

O desenvolvimento do turismo em Natividade demandará um grande esforço. Será necessário melhorar a infra-estrutura básica e os serviços urbanos, estruturar os produtos, capacitar os proprietários das fazendas nas quais se localizam os atrativos, condutores e guias, profissionais prestadores de serviços turísticos nos diferentes níveis, melhorar a acessibilidade e a sinalização, estruturar a gestão do turismo no Município, ampliar a qualificar os meios de hospedagem, inclusive na área rural, aprimorar a qualidade dos restaurantes e bares e valorizar a culinária local e regional, criar um Centro de Atendimento ao Turista, estruturar um sistema de informações turísticas, organizar a promoção, divulgação e *marketing* turístico e preparar a população para receber o turista, a partir das escolas, onde o turismo deveria ser tema transversal das diversas disciplinas.

7. Aspectos Político-institucionais

7.1. Estrutura da Gestão Municipal

De acordo com as Leis 057/91 e 058/91, a estrutura administrativa da Prefeitura era a seguinte:

I – Órgãos do Prefeito

- Gabinete do Prefeito
- Consultoria Jurídica

II – Órgãos da Administração Geral

- Secretaria Municipal da Administração
- Secretaria Municipal da Fazenda

III – Órgãos da Administração Específica

- Secretaria Municipal da Educação
- Secretaria Municipal da Saúde
- Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas

Cada uma das Secretarias era composta por diferentes departamentos e o total dos servidores era de 131 pessoas, distribuídas em 88 cargos efetivos e 43 comissionados.

Em 1997, pela lei n.º 029, a estrutura anterior foi alterada, passando a ter a seguinte composição:

Gabinete do Prefeito

- Chefia de Gabinete
- Assessoria Especial
- Consultoria Jurídica

Secretaria Municipal da Administração

Secretaria Municipal de Finanças

Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo

Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento

Secretaria Municipal de Saúde, Saneamento e Meio Ambiente

Secretaria Municipal de Ação Social e Trabalho

Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas

O número de servidores passou de 131 para 188.

No início de 2005, a Prefeitura Municipal tinha 215 funcionários, dos quais 59 eram efetivos. Ainda não haviam sido preenchidos todos os cargos. Segundo a expectativa dos administradores, o quadro final de servidores deve ser de 250 pessoas.

7.2. Finanças Municipais

As finanças municipais de Natividade são extremamente limitadas. Em 2003, a receita total do Município, em valores nominais, foi de R\$ 4,1 milhões, inferior aos R\$ 4,9 milhões do exercício de 2002. O maior volume da receita em 2002 justifica-se pela existência de repasse da União para investimentos no Município, que não se repetiu em 2003. A receita própria no ano de 2003 correspondeu a aproximadamente 9,8% da receita total do Município, enquanto as transferências recebidas corresponderam a 91,2%, das

quais 67,9% da União e 20,2% do Estado (tabela 34). O orçamento para 2005 é de cerca de 5 milhões de reais.

Tabela 34 - Receita realizada - 2002 e 2003

Discriminação	2002		2003	
	Valor	%	Valor	%
Receitas	4.889.761,25	100,0	4.141.823,00	100,0
Receitas Correntes	4.094.154,11	83,7	4.057.159,62	98,0
Recitas Tributárias	319.689,27	6,5	397.322,79	9,6
IPTU	17.419,22	0,4	24.904,00	0,6
IRRF	66.923,74	1,4	89.874,33	2,2
ITBM	29.852,23	0,6	125.322,72	3,0
ISS	197.153,00	4,0	80.892,48	2,0
Outros	8.341,08	0,2	76.329,26	1,8
Receita Patrimonial	8.518,33	0,2	9.066,66	0,2
Concessões e Permissões	-	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	8.518,33	0,2	9.066,66	0,2
Transferências Correntes	3.764.074,11	77,0	3.650.770,17	88,1
Transferências da União	2.803.346,18	57,3	2.814.249,82	67,9
Cota-Parte do FPM	1.934.287,00	39,6	1.912.652,22	46,2
Transferências do SUS	765.626,02	15,7	-	-
Outras Transf. Da UNIÃO	103.433,16	2,1	901.597,60	21,8
Transferências do Estado	1.312.164,17	26,8	1.211.760,73	29,3
Cota-Parte do IPVA	19.759,45	0,4	22.054,48	0,5
Cota-Parte do ICMS	408.950,89	8,4	587.538,82	14,2
FUNDEF	883.046,72	18,1	600.065,79	14,5
Outras Transf. do Estado	407,11	0,0	2.101,64	0,1
Deduções da Receita	(351.436,24)	-7,2	(375.240,38)	-9,1
Outras Receitas Correntes	1.872,40	0,0	-	0,0
Receitas de Capital	795.607,14	16,3	84.663,38	2,0
Transferências da União	795.607,14	16,3	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	84.663,38	2,0

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (www.fazenda.gov.br/stn)

Do lado da despesa, em 2003, o gasto total foi de R\$ 4,2 milhões, sendo que os gastos com pessoas, compreendendo o pagamento de funcionários, de diárias, de pensões e de aposentadorias representaram cerca de R\$ 1,4 milhão, ou 34,2% do total da despesa, vindo em seguida, as despesas com serviços de terceiros, com R\$ 1,4 milhão, ou 33,0% do total. Material de consumo absorveu cerca de R\$ 1,1 milhão, equivalentes a 25,8% da despesa total, enquanto que os gastos com obras, instalações e aquisição de equipamentos ficaram em R\$ 0,1 milhão, ou seja, 2,9% da despesa do Município. O restante 0,2 milhão, equivalente a 4,2% da despesa, foi consumido com pagamentos de sentenças judiciais, compromissos com restos a pagar de exercícios anteriores e despesas gerais.

7.3. Legislação de interesse do Município

No âmbito da Legislação Federal, são de interesse para a Administração Municipal:

- Estatuto da Cidade, Lei n.º 10.257 de 10 de julho de 2001;
- Parcelamento do Solo Urbano, Lei n.º 6.766 de 19 de dezembro de 1987, modificada pela lei n.º 9.785/99 que trata do parcelamento urbano;
- Código Florestal, Lei n.º 4.771 de 15 de setembro de 1965;
- Resolução do CONAMA, de n.º 303, de 20 de março de 2002 que dispõe sobre os parâmetros, definições e limites das Áreas de Preservação Permanente.

Em relação à Legislação Estadual, o planejamento e gestão municipal e urbana devem respeitar a Constituição Estadual, com destaque para os artigos 103,104 e 105 que tratam da política de desenvolvimento e expansão urbana e ao artigo 120 referente à política integrada de fomento e incentivo à produção agropecuária.

Da Legislação Municipal, é preciso destacar que Natividade conta, entre outras, com a seguinte legislação urbanística, edilícia, ambiental, tributária, de educação e saúde que merece destaque para o Plano Diretor:

◆ Lei Orgânica do Município de NATIVIDADE promulgada em 4 de abril de 1990.

Podem ser destacados os seguintes pontos:

A) Das competências privativas do Município, a Lei Orgânica estabelece:

no inciso XII do art. 6º, que é sua competência "*planejar o uso e a ocupação do solo em seu território, especialmente em sua zona urbana*";

no inciso XIII, que é competência do Município "*estabelecer normas de edificação, de loteamento, de ocupação, do uso, do parcelamento, de arruamento e de zoneamento urbano e rural do seu território observada a lei federal*";

o § 1º deste mesmo artigo estabelece que "*as normas de loteamento do arruamento a que se refere o inciso XIII deste artigo deverão exigir reservas de áreas destinadas a:*

a) zonas verdes e demais logradouros públicos

b) vias de tráfego e de passagem de canalizações públicas, de esgotos e de águas pluviais nos fundos de vale".

B) O art. 40 determina que o Código de Obras, de Posturas e a Lei de Loteamento e Uso do Solo serão leis complementares.

C) O art. 61 estabelece as competências do Prefeito, cabendo destacar a aprovação de *"projetos de edificações e planos de loteamento, arruamento e zoneamento urbano ou par fins urbanos"*.

D) No Título da Ordem Econômica e Social, o art. 131 estabelece que *"o Município criará Conselhos Municipais como órgãos de cooperação governamental que têm por finalidade auxiliar a administração na orientação, planejamento, interpretação e julgamento de matérias de sua competência"*. Os Conselhos Municipais serão compostos por número ímpar de membros, observando, quando for o caso, a representatividade da administração, das entidades públicas, associativas, classistas e de contribuintes.

E) Compete ao Município proteger, preservar e incentivar as manifestações tradicionais: folias, congadas, festa da padroeira, festa do divino, romarias e todas as outras manifestações de sua cultura (§1º do art. 139).

F) O Capítulo V, da Política Urbana, estabelece em seu art. 150 que a *"política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público Municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei complementar, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem estar de seus habitantes"*.

Estabelece ainda que *"a propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade, expressas em lei própria"*.

G) O Capítulo VI, Da Política Agrícola, Agrária e Fundiária, determina, entre outras coisas, que cabe ao Município em cooperação com a União e com o Estado, quando for o caso; orientar o desenvolvimento rural, mediante zoneamento agrícola, inclusive; propiciar aumento da produção e da produtividade, bem como a ocupação estável no campo; manter a estrutura de assistência técnica e extensão rural; orientar a utilização racional de recursos naturais de forma sustentada, compatível com a preservação do meio ambiente e, especialmente, ainda quanto à proteção e conservação do solo e da água. Determina também, quando for o caso, organizar escolas-fazenda, inclusive por consórcio ou convênio com outros Municípios,

orientadas ou administradas pelo Poder Público, destinadas à formação de elementos aptos às atividades agrícolas.

- Lei nº 051 de 04 de abril de 1983 que institui o Código de Posturas do Município
- Lei nº 05 de 13 de dezembro de 1988 delimita o Perímetro Urbano do Distrito de Príncipe.
- Lei nº 057 de 08 de abril de 1991, dispõe sobre a organização Administrativa da Prefeitura Municipal.
- Lei nº 058 de 08 de abril de 1991, dispõe sobre o Plano de Cargos e Salários.
- Lei nº 061 de 14 de maio de 1991, cria o Distrito de Bonfim, com sede no povoado de mesmo nome.
- Lei nº 062 de 15 de junho de 1991, Institui a Casa da Cultura Dra. Amália Hermano Teixeira.
- Lei nº 063 de 04 de julho de 1991, cria o Colégio Cenecista Agropecuário de Natividade.
- Lei nº 065 de 02 de outubro de 1991, institui o Conselho Municipal de Saúde.
- Lei nº 067 de 02 de outubro de 1991, institui o Fundo Municipal de Saúde.
- Lei nº 075 de 25 de março de 1992, dispõe sobre a Política dos Direitos da Criança, cria o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e os Conselhos Tutelares.
- Lei nº 078 de 18 de maio de 1992, autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a transformar a Feira Coberta em Centro de Convenções.
- Lei nº 079 de 19 de junho de 1992, institui normas para criação de Distritos.
- Lei nº 083 de 25 de setembro de 1992, dispõe sobre o Código de Edificações da Cidade de Natividade.
- Lei nº 086 de 25 de setembro de 1992, dispõe sobre o zoneamento de uso do solo urbano.
- Lei nº 016 de 17 de maio de 1993, cria o Bosque Ecológico de Natividade. *"Denomina-se como tal toda a área banhada pelo Córrego Praia, com início na nascente denominada Moinho, terminando no Poço chamado Canto da Manga, inclusive. Fica proibido a partir desta data todo e qualquer tipo de exploração (mineral, vegetal e animal) em toda a extensão do córrego anteriormente descrito, até o limite de 30 metros de cada margem do referido córrego"*.
- Lei nº 017 de 14 de junho de 1993 transforma as áreas rurais das sedes dos Distritos do Príncipe, da Chapada e do Povoado de Nosso Senhor do Bonfim em áreas de expansão urbana, para fins de planejamento e implantação de melhorias.
- Lei nº 045 de 15 de abril de 1996, cria o Conselho Municipal de Assistência Social
- Lei nº 022 de 09 de junho de 1997, dispõe sobre a retirada de camelôs.
- Lei nº 023 de 08 de junho de 1997, dispõe sobre a regulamentação de propaganda de divulgação.

- Lei nº 029 de 21 de agosto de 1997, dispõe sobre a nova estrutura organizacional e seu quadro de cargos e salários.
- Lei nº 035 de 16 de dezembro de 1997, autoriza o Chefe do Poder Executivo criar linhas municipais de transportes de passageiros.
- Lei nº 026 de 09 de março de 1998, dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.
- Lei nº 030 de 29 de junho de 1998, cria o Sistema Municipal de Educação
- Lei nº 039 de 09 de março de 1998, dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.
- Lei nº 045 de 30 de junho de 1998, dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Educação.
- Lei nº 058 de 15 de dezembro de 2.000, estima a receita e fixa a despesa do Orçamento Programa para o exercício de 2001.
- Lei nº 04 de 14 de maio de 2001, cria o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- Lei nº 011 de 13 de agosto de 2001, cria o Conselho de Alimentação Escolar .
- Lei nº 05 de 14 de maio de 2001, cria o Conselho Tutelar do Município .
- Lei nº 07 de 03 de agosto de 2001, cria o programa de Renda Mínima Municipal.
- Lei nº 09 de 13 de agosto de 2001, cria pontos de táxi.
- Lei nº 011 de 13 de agosto de 2001, cria o Conselho Escolar do Município de Natividade.
- Lei nº 015 de 19 de setembro de 2001, dispõe sobre desmembramento da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, criando a Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esporte.
- Lei nº 18 de 05 de dezembro de 2001, cria o Fundo de Preservação do Patrimônio Cultural Urbano de Natividade - FUPPAC, com o objetivo de proporcionar recursos e meios para o financiamento das ações de preservação e conservação do Patrimônio Cultural do Projeto Natividade Patrimônio de Todos no Programa Monumenta.

Constituem receita do FUPPAC (1) transferências anuais do Município de recursos orçamentários; (2) recursos de Convênios; (3) contrapartidas de Convênios aportadas pelo Município; (4) receitas financeiras decorrentes de aplicações dos recursos financeiros disponíveis; (5) aluguéis, arrendamentos de imóveis; (6) produtos de alienação de imóveis adquiridos com recursos do Fundo; (7) doações.

A mesma lei cria o Conselho Curador do Fundo de Preservação do Patrimônio Cultural Urbano de Natividade

- Lei nº 020 de 14 de março de 2002, dispõe sobre a instituição do Conselho Municipal de Turismo e Cultura COMTUR
- Lei nº 023 de 15 de maio de 2002, cria o Fundo Municipal de Turismo e Cultura do Município de Natividade, com a finalidade de promover recursos para implantação do programa e manutenção dos serviços oficiais Turismo e Cultura no Município de Natividade. Os recursos do FUNDETUR serão (1) transferências, auxílios e subvenções de entidades, empresas ou órgãos internacionais, federais, estaduais, municipais e não governamentais específicos ou oriundos de Convênios ou ajustes financeiros firmados pelo Município, cuja aplicação seja destinada especificamente às ações de implantação de projetos objeto da presente Lei; (2) recursos do Município ou entidades privadas, orçamentárias ou decorrentes de créditos especiais ou suplementares que venham a ser atribuídos ao Fundo; (3) rendimentos ou juros provenientes do Fundo e outras rendas eventuais; (4) doações feitas diretamente ao Fundo e outras rendas eventuais; (5) taxas, multas do setor a que dispõe as áreas objeto da presente Lei, ou incentivos fiscais, que porventura vierem a ser criados.
- Lei Complementar n.º 34 de 06 de novembro de 2002, institui o Código Tributário do Município.
- Lei nº 020 de 14 de dezembro de 2002, cria o Conselho Municipal de Turismo e Cultura - COMTUR com caráter " *consultivo deliberativo*".
- Lei nº 023 de 15 de maio de 2002, dispõe sobre a criação do Fundo Municipal de Turismo e Cultura – FUNDETUR
- Lei nº 043 de 05 de dezembro de 2003, cria a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil (CONDEC)
- Lei nº 049 de 14 de junho de 2004, aprova o Loteamento Deputado Viatan Cavalcante.

8. Aspectos Relevantes para o Desenvolvimento

A análise dos diferentes aspectos da realidade atual, as entrevistas realizadas, a observação direta da dinâmica local e as conclusões das reflexões realizadas durante a 1ª Oficina de Planejamento Participativo permitem a identificação dos principais fatores favoráveis o desenvolvimento sustentável do Município e seus núcleos urbanos e dos fatores limitadores deste desenvolvimento, conforme apresentados a seguir (quadro 4).

É importante destacar que, muitas vezes, um mesmo fator pode apresentar vantagens e desvantagens, oferecer oportunidades ou representar riscos ao desenvolvimento municipal e urbano. Cabe ao planejamento definir claramente as estratégias que aproveitem as vantagens e oportunidades e reduzam as desvantagens e riscos.

Quadro 4 – Aspectos relevantes para o desenvolvimento municipal e urbano

Aspectos relevantes	Vantagens / Oportunidades	Problemas / Riscos
Posição geográfica como importante entroncamento rodoviário	Facilidade de acesso a diferentes localidades	
	Oportunidade de estabelecimento de entreposto comercial regional	Tráfego pesado na cidade
	Oportunidades para os agronegócios	Criação de rota de drogas e aumento da criminalidade
Conjunto urbanístico e arquitetônico do centro histórico	Reconhecimento nacional pelo IPHAN	Proprietários nem sempre têm como arcar com os custos da conservação
	Valorização imobiliária	Limitações para a realização de reformas
	Preservação da cultura	Especulação imobiliária
	Oportunidades de investimentos, como o MONUMENTA	Segregação espacial em relação ao restante da Cidade
Riquezas naturais e quantidade de água	Qualidade ambiental	Degradação ambiental
	Potencial para exploração turística	Poluição das águas
	Facilidade de abastecimento de água à população	Fluxos turísticos desorganizados deterioram o meio ambiente
	Oportunidades para a agricultura	Restrições ambientais para o uso
Potencial de mineração	Oportunidades de emprego	Degradação ambiental
	Surgimento de novos negócios relacionados com a mineração	Movimento imigratório
	Insumo para a agricultura	Conflitos de uso com o ecoturismo
	Novas possibilidades para a ourivesaria	Tráfego pesado nas estradas vicinais
	Aumento da arrecadação	
Estrutura fundiária sem latifúndios nem minifúndios	Valorização da agricultura familiar	
	Facilidade de implantação projetos agropecuários	
	Possibilidade de formação de grupos de produção	Especulação imobiliária
	Investimentos externos, como o FORTER	Desinteresse dos jovens pela atividade rural
	Capacitação dos pequenos produtores	Competitividade de outros mercados produtores
	Aumento da renda <i>per capita</i> na área rural	
	Fixação do homem no campo	
Turismo religioso	Preservação das tradições	Degradação ambiental
	Reconhecimento nacional da Cidade	Colapso no abastecimento
	Aumento das vendas no comércio	Insegurança pública
	Elevação das taxas de ocupação dos hotéis e pousadas	

Fica evidente que a falta de estrutura básica, de equipamentos urbanos e comunitários de educação, saúde, cultura, esporte e lazer e de serviços públicos como a limpeza pública e a disposição final dos resíduos sólidos, a segurança pública, o desemprego, as estradas vicinais e o transporte escolar, a eletrificação rural e a pouca capacidade de planejamento e gestão por parte da Administração Pública são os principais problemas, a serem prioritariamente tratados pelo sistema de planejamento e gestão a ser implementado a partir do Plano Diretor.

II - CENÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO

O Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Natividade deve ser o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana do Município, com a finalidade de instaurar um processo permanente de planejamento e gestão para o seu desenvolvimento sustentável.

O Plano Diretor define os rumos e estabelece, em nível macro, as diretrizes, estratégias e ações para o desenvolvimento do Município e seus núcleos urbanos. É o instrumento básico da política de desenvolvimento, mas não o único. Por isso, exige desdobramentos em outros instrumentos que detalhem as ações a serem implementadas, nos diversos aspectos da dinâmica socioeconômica, de modo a permitir a estruturação de um sistema de planejamento e gestão continuado e participativo. Tal sistema se fundamenta em informações sistematicamente estruturadas e periodicamente atualizadas, para permitir o monitoramento das ações e a avaliação dos resultados e orientar ajustes e correções no decorrer do processo.

A formulação do Plano Diretor é feita a partir da análise objetiva da situação atual, da construção de cenários alternativos de desenvolvimento e da seleção de um deles como o **cenário futuro**, desejável e possível, a ser alcançado por meio de estratégias e ações claramente definidas.

O cenário futuro selecionado representa a situação desejada para o Município e seus núcleos urbanos e passa a ser a referência para a elaboração do Plano Diretor.

1. Construção dos Cenários Prospectivos

O cenário é a descrição de um futuro possível, imaginável ou desejável para um determinado Município ou Cidade.

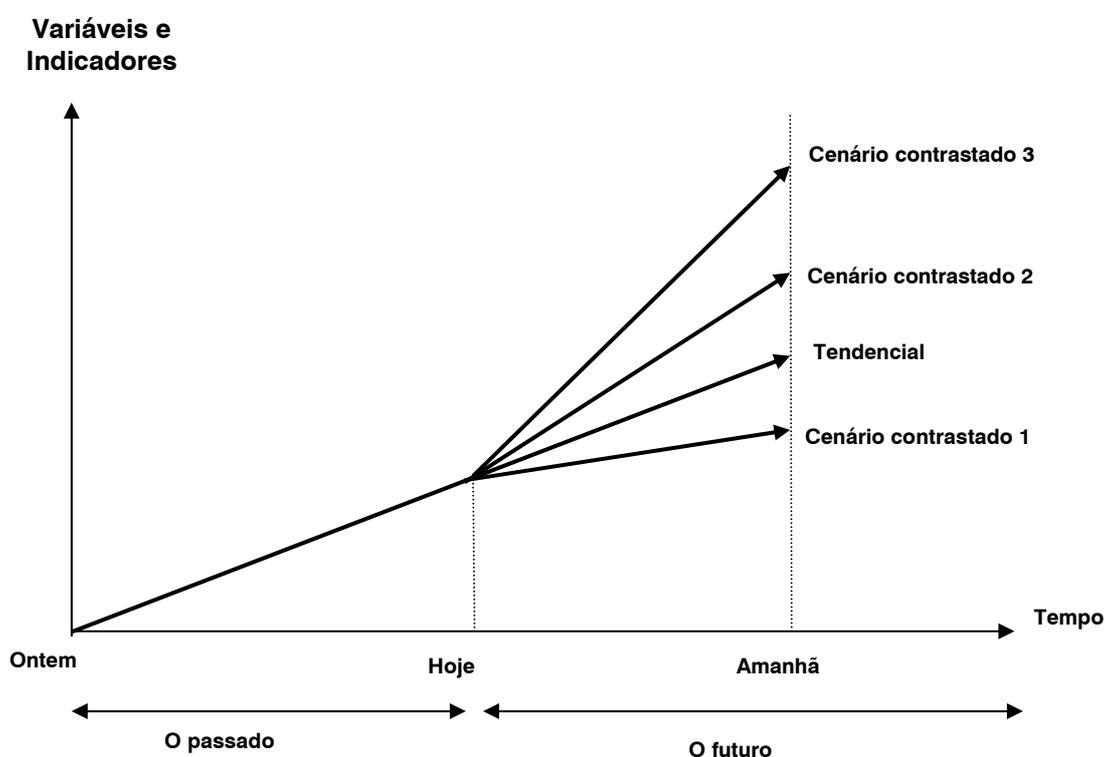
O cenário explora as diferentes variáveis observadas no Município e na sua relação com o mundo exterior, examina os aspectos a serem mudados ou a serem mantidos, na transformação da situação atual para a desejada, por meio do aproveitamento das oportunidades e vantagens identificadas, da superação das fragilidades existentes e da redução dos riscos.

Um cenário bem construído traduz com clareza uma situação possível e provável e identifica alternativas de desenvolvimento em direção a esta situação.

A construção de cenários alternativos de desenvolvimento implica diferentes combinações das variáveis levantadas (dados e informações da situação atual, pontos fortes e fracos, oportunidades e riscos etc.).

Devem ser capazes de construir visões globais considerando os aspectos econômicos, sócio-culturais, físico-ambientais, urbanísticos e político-institucionais.

Esquemáticamente, a construção de cenários pode ter a seguinte representação:



2. Cenários Alternativos de Desenvolvimento

As análises, o diagnóstico, entrevistas e reuniões realizadas, bem como o resultado da 1ª Oficina de Planejamento Participativo na qual foram discutidas a situação atual do e as tendências de desenvolvimento municipal e urbano percebidas pelos atores envolvidos, possibilitaram a construção de 4 cenários alternativos para Natividade.

Para a construção destes cenários, foi analisado, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) correspondente aos anos de 1991 e 2000. (Tabela 35).

Tabela 35 - Índice de Desenvolvimento Humano – IDH-M – 1970 - 2000

IDH-M				IDH-M LONGEVIDADE				IDH-M EDUCAÇÃO				IDH-M RENDA			
1970	1980	1991	2000	1970	1980	1991	2000	1970	1980	1991	2000	1970	1980	1991	2000
0,300	0,384	0,482	0,669	0,465	0,532	0,636	0,647	0,315	0,408	0,476	0,770	0,119	0,212	0,335	0,591

Fonte: PNUD / IPEA - Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil

Como já foi mencionado, Natividade encontra-se em 60º lugar dentre os 139 municípios do Tocantins, em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano – IDH. Palmas ocupa a 1ª colocação e Carrasco Bonito, a última.

O IDH-M é um indicador eficiente para o monitoramento dos resultados da implementação das estratégias e ações do Plano Diretor, definidas a partir do cenário selecionado. Como é um índice resultante da observação de diferentes fatores de natureza econômica e social, permite uma avaliação satisfatória dos avanços obtidos com a implementação do Plano Diretor.

Para essa verificação, será necessária a estruturação de um Sistema de Informações Municipais, a fim de obter, a intervalos menores de tempo, com método e critérios similares aos adotados decenalmente para o cálculo do IDH-M, indicadores semelhantes para os diferentes componentes deste índice. Com eles, será possível definir eventuais correções de rumos e a adoção de ajustes no processo de planejamento e gestão do desenvolvimento municipal.

A construção dos cenários considerou, ainda, o horizonte temporal estabelecido pelo Estatuto da Cidade, segundo o qual o Plano Diretor deve ser revisto no prazo máximo de 10 anos. Isto quer dizer que, mesmo com o monitoramento e avaliação permanentes, inerentes ao processo de planejamento e gestão a ser implementado a partir da aprovação do Plano Diretor, é necessário repensar coletivamente, de forma mais detalhada, os rumos do desenvolvimento a intervalos máximos de 10 anos. A própria implementação das estratégias do Plano Diretor, aliada à dinâmica regional e nacional, poderá exigir reformulações mais profundas que as resultantes do sistema de monitoramento.

Em outras palavras, a seleção do cenário deverá considerar as aspirações da sociedade nativitana, passíveis de realização com os recursos disponíveis, levando em consideração as condições locais e regionais e este horizonte para a implementação das estratégias e ações necessárias ao alcance do cenário escolhido.

Os cenários construídos para Natividade, a partir de todas as informações obtidas, foram:

- **cenário tendencial**, no qual são mantidas as tendências atualmente existentes. O Município prossegue em ritmo de desenvolvimento semelhante ao que vem sendo observado;
- **cenário de estagnação**, em que o Programa MONUMENTA não se implementa, as atividades de mineração permanecem nos níveis atuais e os pequenos produtores rurais não conseguem grandes avanços na sua atividade;
- **cenário de desenvolvimento**, segundo o qual o Município consegue ampliar o turismo cultural, a partir da implementação do Programa MONUMENTA, organiza melhor o turismo religioso e começa a desenvolver o turismo de natureza e o ecoturismo, no nível regional, pela estruturação de produtos e roteiros destes segmentos turísticos. As atividades de mineração ampliam-se com o aumento da produção de calcário e a exploração de pedras ornamentais. Os pequenos agricultores se fortalecem pela efetiva implementação do Projeto FORTER, iniciam um processo de verticalização da produção e se organizam em formas associativas de produção e comercialização. Os municípios vizinhos reforçam a sua vocação agrícola, O PROSUDESTE se consolida e Natividade assume o papel de entreposto comercial e de serviços para a região.
- **cenário de explosão do crescimento**, segundo o qual o turismo cultural e religioso se ampliam; o turismo de natureza e o ecoturismo se estruturam para atrair o mercado nacional; as atividades de mineração crescem e se modernizam, incluindo a extração de ouro em mina subterrânea; a produção rural aumenta e alcança níveis tecnológicos avançados, possibilitando o surgimento de agroindústrias; o Município se fortalece como pólo regional.

A análise e discussão dos quatro cenários com a Administração Municipal, iniciativa privada e sociedade organizada de Natividade levaram à seleção do cenário futuro, desejável e possível, dentro de um horizonte temporal determinado, consideradas as condições e recursos atualmente disponíveis no Município.

O cenário selecionado passou a ser considerado como **cenário de referência** para a formulação do Plano Diretor, orientando a definição do objetivo, diretrizes, das linhas estratégicas e dos programas de ações, para dar início ao processo de desenvolvimento sustentável para Natividade.

2.1. Cenário Tendencial

Neste cenário, a influência dos fatores externos regionais e nacionais é mantida. Os investimentos públicos federais e estaduais são pequenos e insuficientes para aumentar a atratividade de Natividade.

O turismo desenvolve-se devagar e localmente, com baixa atratividade para os investimentos privados, que permanecem reduzidos, face à pouca agilidade de implementação do Programa MONUMENTA. As iniciativas locais são isoladas, sem coesão. O turismo religioso, desenvolvido em consequência da romaria à sede do distrito de Bonfim, continua desordenado, sem nenhum ganho significativo para o Município.

Observa-se algum desenvolvimento agrícola pontual, sem alto nível tecnológico, e reduzido suporte técnico ao pequeno produtor rural.

A mineração continua sem muito ganho significativo, com a implantação da quarta usina de beneficiamento de calcário.

Na sede do Município, o saneamento básico apresenta pouca melhoria, o aterro sanitário é implantado, a educação e saúde permanecem inalteradas, o transporte escolar ainda é inadequado e a estação rodoviária recebe melhorias.

A capacidade de planejamento e gestão municipal permanece como é hoje e não se verifica participação popular no processo de desenvolvimento. Permanece o nível de dependência das transferências constitucionais de recursos.

O IDH mantém-se inalterado.

2.2. Cenário de Estagnação

De acordo com este cenário, o Município sofre os impactos negativos de fatores externos regionais e nacionais, principalmente pela não implementação do Programa MONUMENTA e não consolidação do PROSUDESTE.

Há um processo de degradação ambiental, seja pela ocupação danosa das Áreas de Preservação Permanente, principalmente do córrego Praia, da serra da Natividade e pela exploração do calcário sem o devido processo de recomposição do solo.

A gestão do turismo não se estrutura.

A regularização fundiária urbana permanece inalterada, sem saneamento ambiental, com a educação e saúde tendentes a piorar pelas pressões de maiores demandas.

Os investimentos públicos são pequenos, a capacidade de planejamento e gestão do Município permanece reduzida, a dependência das transferências constitucionais de

recursos aumenta, a participação popular no processo decisório não se viabiliza e o IDH tende a piorar, refletindo a piora das condições de vida da população.

2.3. Cenário de Desenvolvimento

De acordo com este cenário, o Município começa um processo organizado de planejamento e gestão no nível local, que lhe confere ganhos sucessivos de crescimento econômico e desenvolvimento social, com respeito à identidade cultural e ao meio ambiente.

O turismo se organiza dentro do Município, desenvolvendo os segmentos de turismo cultural, religioso, turismo de natureza e ecoturismo, conquistando o mercado regional. Surgem alguns empreendimentos turísticos na Cidade e na área rural. Os atrativos turísticos da área rural são inventariados e estruturados em produtos e roteiros e os da área urbana são recuperados, sinalizados e melhor utilizados para fins turísticos. Os prestadores de serviços turísticos são capacitados e ampliam-se os meios de hospedagem e os serviços de alimentação.

A mineração ganha maior importância pela ampliação da exploração sustentável do calcário e início da extração responsável do quartzito, com produção de pedras ornamentais para comercialização na região e no Estado.

Inicia-se um processo de regularização fundiária com a aprovação e registro dos loteamentos e respectivas unidades imobiliárias. Implanta-se uma política habitacional que favoreça a melhoria das condições de habitabilidade na sede municipal e nos distritos.

É possível definir e implementar uma política de conservação do solo, que permita o início da recuperação das Áreas de Preservação Permanente, em especial o córrego Praia e a serra da Natividade.

O PROSUDESTE consolida-se e contribui para o desenvolvimento sustentável, por meio do fortalecimento do empreendedorismo e das formas associativas e comunitárias de produção e comercialização dos produtos, de acordo com as potencialidades locais.

Dá-se início à melhoria e diversificação agrícola, com o desenvolvimento da pecuária de pequenos animais e a agricultura associativa. A assistência técnica e o apoio financeiro aos pequenos produtores passam a ser mais efetivos, promovendo a verticalização da produção e o surgimento de formas associativas de produção e comercialização dos produtos rurais. As estradas vicinais recebem manutenção periódica e o transporte escolar se regulariza, em condições satisfatórias.

O espaço urbano melhora com a hierarquização do sistema viário, drenagem e pavimentação das vias principais, implantação de arborização, calçadas e praças.

Promove-se a integração da Cidade com o córrego Praia e a serra, por meio da criação de um sistema de áreas verdes e de equipamentos de lazer e entretenimento que aproximem a Cidade do córrego.

São estabelecidas normas urbanísticas e edilícias para o Distrito de Bonfim, de forma a estabelecer um controle do uso e ocupação do solo na vila e oferecer melhores condições de estada aos romeiros.

O Distrito de Príncipe recebe maior atenção do poder público e melhora as condições de vida de sua população.

A educação, saúde e segurança pública melhoram. O saneamento básico se amplia.

Surgem alguns equipamentos para atendimento das demandas regionais em função do entroncamento rodoviário e Natividade estrutura-se como entreposto fornecedor de insumos e serviços e armazenador e comercializador dos produtos regionais.

A gestão municipal e urbana melhora pela progressiva capacitação das equipes técnicas, a participação popular estrutura-se e passa a ser, cada vez, mais efetiva. O Plano Diretor começa a ser implementado, favorecendo a captação de investimentos públicos federais e estaduais.

O IDH deve apresentar melhora progressiva.

2.4. Cenário de Explosão do Crescimento

De acordo com este cenário, o processo de interação entre os municípios da região se intensifica. Amplia-se o movimento turístico, alcançando o mercado nacional, com a implantação integral do Programa MONUMENTA, maior organização do turismo religioso e a ampliação do turismo de natureza e ecoturismo. O Município se fortalece como pólo regional.

A agricultura e pecuária diversificam-se, com aplicação de níveis mais avançados de tecnologia e fortalecimento do sistema de suporte técnico para os pequenos produtores rurais, com o que ganham qualidade e competitividade.

A viabilidade econômico-financeira da exploração do ouro em mina subterrânea se confirma e começa a sua mineração.

A política de conservação do solo se fortalece e as Áreas de Preservação Permanente se recuperam integralmente.

O espaço urbano é valorizado, com a manutenção da hierarquização do sistema viário, ampliação do sistema de áreas verdes, fortalecimento da integração da cidade com o córrego Praia e a serra e regularização da circulação de pedestres.

Efetiva-se o processo de regularização fundiária com o registro imobiliário de todos os loteamentos e se reforçam os procedimentos de facilitação da regularização da propriedade dos imóveis.

O Distrito de Bonfim estrutura-se de forma definitiva e se criam condições para a utilização dos seus espaços em outras ocasiões do ano, além da época das festas do padroeiro da vila.

O Distrito de Príncipe reduz sua dependência da sede municipal no que se refere ao atendimento das necessidades básicas da população.

Melhoram a qualidade das habitações e os serviços de saúde, educação, saneamento ambiental, energia e iluminação pública e de pavimentação e o IDH-M melhora.

O quadro a seguir relaciona, comparativamente, as dimensões e atributos dos 4 cenários mencionados.

Quadro 5 – Dimensões e atributos dos cenários

DIMENSÃO	ATRIBUTO			
	Cenário Tendencial	Cenário de Estagnação	Cenário de Desenvolvimento	Cenário de Explosão do Crescimento
ECONÔMICA	Turismo cultural e religioso pouco desenvolvidos	Turismo religioso desorganizado põe em risco a qualidade ambiental	Turismo cultural, religioso, de natureza e ecoturismo estruturados com atratividade	Turismo desenvolvido com atratividade nacional
	Atratividade turística não se amplia	Redução da atratividade turística	Aumento dos investimentos pelo ganho de atratividade amplia a oferta turística	Baixos investimentos turísticos pela saturação verificada
	Pecuária bovina pouco competitiva	Pecuária bovina cresce lentamente	Pecuária bovina de cria com qualidade competitiva	Ganhos tecnológicos na pecuária bovina de cria permitem melhoria genética de embriões
	Experiências isoladas de criação de animais de pequeno porte	Nenhuma iniciativa de diversificação da pecuária	Diversificação da pecuária com animais de pequeno porte	Ampliação dos rebanhos dos animais de pequeno porte
	Experiências pontuais de fruticultura com pouca assistência técnica	Fruticultura cada vez mais reduzida pelas dificuldades de crédito	Fruticultura fortalecida pela organização das pequenas propriedades rurais	Possibilidades de exportação de frutas para diferentes mercados
	Produção e comercialização por propriedade	Pouco ou nenhum excedente para comercialização	Surgimento de formas associativas de produção e comercialização	Fortalecimento das formas associativas de produção e comercialização
	Exploração do calcário cresce lentamente	Exploração inadequada do calcário traz degradação ambiental	Ampliação da exploração sustentável do calcário	Pólo regional de suprimento de calcário para o setor agrícola
	Pequenos investimentos na exploração das pedras ornamentais	Nenhum aproveitamento das pedras ornamentais	Exploração racional de pedras ornamentais amplia a atividade extrativa mineral	Pólo regional de fornecimento de pedras ornamentais para o Estado
	Ouro garimpado em quantidades bastante reduzidas	Nenhum investimento na extração de ouro	Pesquisas e estudos de viabilidade econômico-financeira para a extração de ouro continuam	Extração de ouro em minas subterrâneas
	Comércio pouco dinâmico	Comércio enfraquecido	Entrepasto comercial e de serviços se fortalece de forma diversificada e com qualidade	Implantação de um pólo regional de comércio e serviços diversificados e de qualidade
	Poucas oportunidades de trabalho	Aumento do desemprego	Ampliação progressiva das oportunidades de trabalho	Desemprego mantido em níveis aceitáveis
Arrecadação municipal reduzida mantém o Município dependente das transferências constitucionais de recursos	Arrecadação municipal insuficiente aumenta a dependência financeira do Município	Aumento da arrecadação reduz dependência das transferências constitucionais de recursos	Receitas municipais ampliadas aproximam o Município da independência financeira	

continua

continuação

DIMENSÃO	ATRIBUTO			
	Cenário Tendencial	Cenário de Estagnação	Cenário de Desenvolvimento	Cenário de Explosão do Crescimento
SÓCIO-CULTURAL	Poucas melhorias na cobertura e qualidade da educação	Educação de baixa qualidade	Educação com melhor qualidade em todos os níveis para toda a população	Oferta de vagas para toda a população, com eliminação das desistências e evasões
	Transporte escolar insuficiente	Transporte escolar inadequado e insuficiente	Criação de escolas profissionalizantes de nível médio, voltadas para as atividades econômicas da região	Surgimento de institutos de tecnologia de nível superior, além das escolas de nível médio
			Transporte escolar adequado e suficiente	Transporte escolar adequado e suficiente
	Poucas melhorias no atendimento de saúde	Atendimento de saúde continua precário	Atendimento de saúde com qualidade e cobertura satisfatórias	Qualidade do atendimento de saúde atrai populações dos municípios vizinhos
	Poucas oportunidades de acesso à cultura	Redução das oportunidades de acesso à cultura	Surgimento de oportunidade de acesso à cultura	Acesso à cultura ampliado e diversificado
	Manifestações culturais são mantidas no nível atual	Perda da memória cultural	Valorização das tradições locais e das manifestações culturais	Cultura valorizada e reconhecida, com resgate das tradições populares
	Artesanato pouco desenvolvido	Artesanato não estruturado	Artesanato desenvolvido e aprimorado	Ampliação da produção do artesanato, associada ao turismo
	Segurança pública insuficiente	Segurança pública piorada	Segurança pública adequada	Segurança pública adequada

continua

DIMENSÃO	ATRIBUTO			
	Cenário Tendencial	Cenário de Estagnação	Cenário de Desenvolvimento	Cenário de Explosão do Crescimento
FÍSICO-AMBIENTAL	Situação fundiária sem regularização	Situação fundiária sem regularização	Regularização fundiária dos terrenos e dos parcelamentos	Regularização fundiária dos terrenos e dos parcelamentos
	Ausência de normas urbanísticas e edificações para as sedes dos Distritos de Príncipe e de Bonfim	Ausência de normas urbanísticas e edificações para as sedes dos Distritos de Príncipe e de Bonfim	Normas urbanísticas e edificações para as sedes dos Distritos de Príncipe e de Bonfim definidas e cumpridas	Normas urbanísticas e edificações para as sedes dos Distritos de Príncipe e do Bonfim definidas e cumpridas
	Mananciais hídricos mantidos como atualmente	Degradação dos mananciais hídricos	Mananciais hídricos protegidos	Mananciais hídricos recuperados e protegidos
	Abastecimento de água mantido nos níveis atuais	Cortes no abastecimento de água aumentam	Implantação de nova captação de água para ampliar e regularizar o abastecimento da Cidade	Abastecimento satisfatório de água para toda a população, sem racionamentos ou cortes
	Patrimônio urbanístico e arquitetônico recuperado na medida das possibilidades dos proprietários	Patrimônio urbanístico e arquitetônico deteriorado	Patrimônio urbanístico e arquitetônico recuperado e dinamizado com novos usos	Patrimônio urbanístico e arquitetônico recuperado e dinamizado com novos usos
	Melhorias lentas no sistema de saneamento ambiental	Degradação ambiental por falta de saneamento	Saneamento ambiental melhorado e estendido a todos os bairros e às sedes dos distritos	Saneamento ambiental levado à área rural
	Degradação ambiental, em especial das áreas de preservação permanente, sem solução	Aumento da degradação ambiental, em especial das áreas de preservação permanente	Áreas degradadas, em especial as áreas de preservação permanente, ambientalmente recuperadas	Áreas degradadas, em especial as áreas de preservação permanente, ambientalmente recuperadas
	Conservação do solo feita de forma eventual e empírica	Inexistência de política de conservação do solo	Política de conservação do solo definida e implementada	Política de conservação do solo definida e implementada
	Limpeza das vias e logradouros públicos insuficiente	Limpeza das vias e logradouros públicos insuficiente	Limpeza adequada das vias e logradouros públicos	Limpeza adequada das vias e logradouros públicos
	Lixão contaminando solo e pondo em risco as populações vizinhas	Lixão contaminando solo e pondo em risco as populações vizinhas	Disposição final de lixo resolvida com aterro sanitário	Disposição final de lixo resolvida com aterro sanitário
Serra da Natividade mantém-se como atualmente	Serra da Natividade degradada pela ocupação irregular	Serra da Natividade protegida e valorizada como patrimônio natural	Serra da Natividade protegida e valorizada como patrimônio natural	

continua

DIMENSÃO	ATRIBUTO			
	Cenário Tendencial	Cenário de Estagnação	Cenário de Desenvolvimento	Cenário de Explosão do Crescimento
URBANÍSTICA	Cidade, córrego Praia e serra não se integram	Cidade se distancia cada vez mais do córrego Praia e da serra	Integração espacial entre a cidade, Córrego Praia e serra	Integração espacial entre a cidade, Córrego e serra mais valorizada
	Sistema viário urbano sem hierarquização	Sistema viário urbano sem hierarquização	Sistema viário urbano hierarquizado e articulado com o rodoviário intermunicipal	Sistema viário urbano hierarquizado e articulado com o rodoviário intermunicipal
	Circulação de pedestres e portadores de necessidades especiais dificultada pela falta de condições adequadas	Circulação de pedestres e portadores de necessidades especiais dificultada pela falta de condições adequadas	Criação de ciclovias e de condições para a circulação dos pedestres e dos portadores de necessidades especiais	Ampliação de ciclovias e de condições para a circulação dos pedestres e dos portadores de necessidades especiais
	Nomenclatura das vias e logradouros públicos e numeração dos imóveis urbanos apenas parcial	Nomenclatura das vias e logradouros públicos e numeração dos imóveis urbanos apenas parcial	Nomenclatura das vias e logradouros públicos e numeração dos imóveis urbanos implantadas	Nomenclatura das vias e logradouros públicos e numeração dos imóveis urbanos implantadas
	Sinalização viária parcialmente implantada	Sinalização viária, patrimonial e turística inexistente	Sinalização viária, patrimonial e turística implantada	Sinalização viária, patrimonial e turística implantada
	Vias urbanas e espaços públicos parcialmente pavimentados, arborizados, sinalizados, iluminados e calçados	Pavimentação, arborização, sinalização, iluminação e calçadas das vias urbanas e espaços públicos deteriorados	Vias urbanas e espaços públicos adequadamente pavimentados, arborizados, sinalizados, iluminados e calçados	Vias urbanas e espaços públicos adequadamente pavimentados, arborizados, sinalizados, iluminados e calçados
	Margens do córrego Praia degradadas e sem tratamento paisagístico	Margens do córrego Praia degradadas não utilizadas e degradadas	Implantação de um sistema de áreas verdes interligando a cidade ao córrego e à serra	Ampliação do sistema de áreas verdes junto ao córrego e à serra e sua extensão a outras áreas da Cidade
	Infra-estrutura básica atende parcialmente a sede municipal	Infra-estrutura básica cada vez mais precária	Infra-estrutura básica para toda a população da sede municipal	Infra-estrutura básica para toda a população, inclusive dos distritos
	Terminal rodoviário melhorado	Terminal rodoviário deteriorado	Terminal rodoviário transferido para local mais apropriado	Terminal rodoviário transferido para local mais apropriado e ampliado
Legislação urbanística, edilícia e de posturas apenas parcial	Legislação urbanística, edilícia e de posturas não respeitada	Legislação urbanística, edilícia e de posturas atualizada e cumprida	Legislação urbanística, edilícia e de posturas atualizada e cumprida	

DIMENSÃO	ATRIBUTO			
	Cenário Tendencial	Cenário de Estagnação	Cenário de Desenvolvimento	Cenário de Explosão do Crescimento
INSTITUCIONAL	Pouca capacidade de planejamento e gestão	Capacidade de planejamento e gestão reduzida	Capacidade de planejamento e gestão adequada, com equipes qualificadas	Capacidade de planejamento e gestão adequada, com equipes qualificadas
	Gestão municipal exercida pelo poder público, sem participação popular	Gestão municipal centralizada no Gabinete do Prefeito	Gestão municipal compartilhada pelo poder público, iniciativa privada e sociedade organizada	Gestão municipal compartilhada pelo poder público, iniciativa privada e sociedade organizada
	Plano Diretor é aprovado, mas não chega a ser implementado	Plano Diretor não é aprovado	Plano Diretor em implementação	Plano Diretor em implementação
	Fraca integração entre as áreas da Administração Municipal	Integração entre as áreas da Administração Municipal não existe	Integração entre as áreas da Administração Municipal se efetiva	Forte integração entre as áreas da Administração Municipal
	Articulação com os municípios da região insuficiente	Articulação com os municípios da região inexistente	Articulação com os municípios da região em níveis satisfatórios	Liderança entre os municípios da região
	Fraca articulação com o governo estadual e federal	Fraca articulação com o governo estadual e federal	Articulação com o governo estadual e federal ampliada	Articulação com o governo estadual e federal ampliada
	Sistema de informações municipais inexistente	Sistema de informações municipais inexistente	Sistema de informações municipais implantado	Sistema de informações municipais permanentemente atualizado
	Capacidade de fiscalização inexistente	Capacidade de fiscalização inexistente	Capacidade de fiscalização estabelecida	Fiscalização exercida de forma efetiva
	Ausência de parcerias com o setor privado para a implementação de ações de desenvolvimento	Ausência de parcerias com o setor privado para a implementação de ações de desenvolvimento	Parcerias com o setor privado para a implementação de ações de desenvolvimento estabelecidas	Parcerias com o setor privado para a implementação de ações de desenvolvimento estabelecidas
	Sociedade pouco comprometida com o patrimônio natural e cultural	Sociedade não comprometida com o patrimônio natural e cultural	Sociedade comprometida com o patrimônio natural e cultural	Sociedade comprometida com o patrimônio natural e cultural
Inexistência de participação popular no processo de desenvolvimento	Inexistência de participação popular no processo de desenvolvimento	Boa participação popular no processo de desenvolvimento	Boa participação popular no processo de desenvolvimento	

As conclusões resultantes da discussão das diferentes alternativas de desenvolvimento, realizada conjuntamente pelo poder público, iniciativa privada e sociedade civil, submetidas posteriormente à análise de consistência técnica, tiveram como resultado o Cenário Futuro Selecionado, expresso da seguinte forma:

2.5. Cenário Futuro Selecionado

Quadro 6 – Dimensões e atributos do cenário futuro selecionado

DIMENSÃO	ATRIBUTO
ECONÔMICA	Turismo cultural, religioso, de natureza e ecoturismo estruturados com atratividade regional
	Aumento dos investimentos pelo ganho de atratividade amplia a oferta turística
	Pecuária bovina de cria com qualidade competitiva, em decorrência de ganhos tecnológicos
	Diversificação da pecuária com ampliação dos rebanhos de animais de pequeno porte
	Fruticultura fortalecida pela organização das pequenas propriedades rurais
	Surgimento e fortalecimento de formas associativas de produção e comercialização
	Ampliação da exploração sustentável do calcário permite o surgimento de pólo regional de suprimento para o setor agrícola
	Exploração racional de pedras ornamentais amplia a atividade extrativa mineral
	Pesquisas e estudos de viabilidade econômico-financeira para a extração de ouro continuam
	Entrepasto comercial e de serviços se fortalece de forma diversificada e com qualidade
	Ampliação progressiva das oportunidades de trabalho
	Aumento da arrecadação reduz dependência das transferências constitucionais de recursos
SÓCIO-CULTURAL	Educação com melhor qualidade em todos os níveis para toda a população
	Criação de escolas profissionalizantes de nível médio, voltadas para as atividades econômicas da região
	Transporte escolar adequado e suficiente
	Qualidade do atendimento de saúde atrai populações dos municípios vizinhos
	Acesso à cultura ampliado e diversificado
	Cultura valorizada e reconhecida, com resgate das tradições populares
	Aprimoramento e ampliação do artesanato, como produção associada ao turismo
	Segurança pública adequada

continua

continuação

DIMENSÃO	ATRIBUTO
FÍSICO-AMBIENTAL	Regularização fundiária dos terrenos e dos parcelamentos
	Normas urbanísticas e edificações para as sedes dos Distritos de Príncipe e do Bonfim definidas e cumpridas
	Mananciais hídricos em recuperação e protegidos
	Implantação de nova captação de água para ampliar e regularizar o abastecimento da Cidade
	Patrimônio urbanístico e arquitetônico recuperado e dinamizado com novos usos
	Saneamento ambiental melhorado e estendido a todos os bairros e às sedes dos distritos
	Energia elétrica e iluminação pública de qualidade para toda a população, sem oscilações de tensão ou cortes de fornecimento
	Áreas degradadas, em especial as APP, ambientalmente em recuperação
	Política de conservação do solo definida e implementada
	Limpeza adequada das vias e logradouros públicos
	Disposição final de lixo resolvida com aterro sanitário
	Serra da Natividade protegida e valorizada como patrimônio natural
URBANÍSTICA	Integração espacial entre a cidade, córrego Praia e serra valorizada
	Sistema viário urbano hierarquizado e articulado com o rodoviário intermunicipal
	Criação de ciclovias e de condições para a circulação dos pedestres e dos portadores de necessidades especiais
	Nomenclatura das vias e logradouros públicos e numeração dos imóveis urbanos implantadas
	Sinalização viária, patrimonial e turística implantada
	Vias urbanas e espaços públicos adequadamente pavimentados, arborizados, sinalizados, iluminados e calçados
	Implantação de um sistema de áreas verdes interligando a cidade ao córrego e à serra
	Infra-estrutura básica para toda a população da sede municipal
	Terminal rodoviário transferido para local mais apropriado e ampliado
	Legislação urbanística, edificação e de posturas atualizada e cumprida

continua

continuação

DIMENSÃO	ATRIBUTO
INSTITUCIONAL	Capacidade de planejamento e gestão adequada, com equipes qualificadas
	Gestão municipal compartilhada pelo poder público, iniciativa privada e sociedade organizada
	Plano Diretor em implementação
	Integração entre as áreas da Administração Municipal se efetiva
	Articulação com os municípios da região em níveis satisfatórios
	Articulação com o governo estadual e federal ampliada
	Sistema de informações municipais implantado e permanentemente atualizado
	Capacidade de fiscalização estabelecida e exercida de forma efetiva
	Parcerias com o setor privado para a implementação de ações de desenvolvimento estabelecidas
	Sociedade comprometida com o patrimônio natural e cultural
	Boa participação popular no processo de desenvolvimento

III. PROPOSTA

1. Desenvolvimento Municipal e Política Urbana

O Estatuto da Cidade - Lei Federal 10.257, de 10 de julho de 2001, estabelece as diretrizes gerais a serem observadas pela política urbana municipal, que inclui a obtenção de cidades sustentáveis; introduz novos instrumentos jurídicos para possibilitar uma intervenção mais efetiva do Poder Público no meio urbano e reafirma o Plano Diretor como *"o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana"*.

Atribui, portanto, ao Plano Diretor duplo papel: o de orientar o desenvolvimento municipal e o de organizar o espaço urbano, ambos dentro do conceito de sustentabilidade, o que implica propostas que conduzam ao crescimento econômico equilibrado, socialmente justo, culturalmente respeitoso e ambientalmente adequado.

Estabelece ainda mais o Estatuto da Cidade, que cabe ao Plano Diretor a importante atribuição de determinar a função social da cidade e da propriedade urbana.

Assim, o desenvolvimento municipal e o urbano passam a estar intrinsecamente interligados, devendo os Planos Diretores considerar todo o território municipal e promover a inter-relação efetiva entre as atividades rurais e urbanas do Município.

A Proposta do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Natividade estrutura-se conforme estas diretrizes do Estatuto da Cidade e está calcada no Cenário Futuro Selecionado pelos atores locais, posteriormente submetido à análise de consistência técnica.

Levou em conta as projeções de crescimento populacional para os próximos 15 anos, ainda que o Plano Diretor deva ser revisado no máximo em 10 anos, conforme preceitua o Estatuto da Cidade.

A Proposta do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Natividade apresenta um objetivo geral, como a antevisão do futuro que se quer alcançar, as estratégias e ações necessárias para a transformação da situação atual na situação desejada, dentro do horizonte temporal considerado para a implementação do Plano Diretor.

1.1. Projeções Populacionais

Os estudos de projeções populacionais desenvolvidos têm o objetivo de subsidiar a elaboração do Plano Diretor do Município, a partir do cenário futuro selecionado e foram feitos para o horizonte temporal de 2020, ano a ano.

Dada a indisponibilidade de dados detalhados sobre migração e fecundidade, principalmente, além da grande dificuldade de se prever o comportamento futuro das variáveis econômicas regionais e de ocupação do território, mesmo reconhecendo a precariedade do esforço, adotou-se o método matemático para o cálculo das projeções do comportamento demográfico do Município nos próximos anos, considerando o ano de 2000 como o ponto de partida.

Como já comentado anteriormente, a região de influência de Natividade apresenta densidade demográfica de 2,4 hab/Km², inferior à média estadual de 4,17 hab/Km². Sua expressão populacional em relação ao Estado é pequena. Em 2000 respondia por 1,8% da população estadual, e o Município por apenas 0,7%.

Nos últimos 30 anos de período censitário, 1970 a 2000, o Município cresceu à taxa média anual negativa (- 0,8%), com uma perda absoluta de 2.463 habitantes, enquanto a média da região foi de 2,16% e a do Estado de 2,7%. Isto se deveu, principalmente, ao desmembramento de seu território para a criação de novos municípios.

Percebe-se que o núcleo territorial e populacional remanescente foi mais dinâmico, principalmente pelo crescimento de sua população urbana que, entre 1970 a 2000, experimentou taxas de crescimento médias anuais de 4,24%, mesmo assim inferior à média regional de 6,66% e da estadual de 5,98%.

As projeções populacionais para Natividade levaram em conta a condição de Palmas como pólo econômico e político estadual, além de Dianópolis como pólo microrregional de relativa importância, face aos vários projetos econômicos planejados e em implantação, que poderão apresentar fortes atrativos para a migração populacional. Consideraram, ainda, a queda das taxas de fecundidade do estado e dos municípios, que deverão continuar caindo.

Pequenos municípios próximos a Natividade, como Santa Rosa do Tocantins, Silvanópolis e São Valério da Natividade, têm potencial agrícola bem superior, com tendências a concentrar a produção de grãos, soja principalmente, nessa região, com reflexos no dinamismo econômico e populacional.

Natividade já possui certa concentração de funções centrais. Mesmo que modestas têm importância microrregional, como serviços de saúde, o Colégio Agropecuário, o Banco da Amazônia etc., reforçadas por sua localização geográfica, cruzamento de importantes rodovias, que devem ser levadas em conta.

Neste contexto, considerando um cenário otimista de desenvolvimento regional e municipal, principalmente apoiado na produção mineral de calcário, insumo fundamental para o desenvolvimento da agropecuária, na implantação dos projetos governamentais de fruticultura irrigada e outros programas de agricultura familiar, além da consolidação do centro histórico como patrimônio cultural nacional, é razoável aceitar a reversão das taxas negativas de crescimento populacional do Município, verificadas a partir de 1980 até 2000, até mesmo porque, em parte, elas foram ocasionadas pelos sucessivos desmembramentos de Natividade em novos municípios.

Não é razoável esperar taxas de crescimento semelhantes àquelas verificadas para a população urbana, resultado da migração rural-urbana, importante em períodos passados. Mesmo considerando que a região ainda é pouco urbanizada, Natividade já apresenta uma taxa de urbanização de 70%, próxima da média do Estado, de 74%, e bem superior à da região, de 56%.

Ainda que se admita a previsão de manutenção do dinamismo de crescimento econômico e demográfico do Estado para os próximos anos, a estimativa populacional do IBGE para 2004 indica uma taxa de crescimento entre 2000 e 2004 de 1,49%, inferior àquela estimada para o Estado, que era de 2,20%,

Admitindo o cenário de desenvolvimento adotado para o Plano Diretor, a população do Município deverá crescer abaixo das médias regional e estadual verificadas entre 1991 e 2000, de 2,12 e 2,58%, mas ficará um pouco acima da média de crescimento da população brasileira, que foi de 1,6% (tabela 36).

Ocorrendo a ocupação econômica do território regional que se projeta, o Município e a região poderão apresentar dinamismo superior às estimativas do IBGE.

A tendência do Estado e do Brasil é de urbanização acentuada de sua população. O município de Natividade é o mais urbanizado de sua região (70% em 2000) e deverá aumentar o seu grau de urbanização no período considerado para as projeções populacionais. Admitindo que em 2020 ele alcance taxa de urbanização de 75%, um pouco superior à registrada para o Estado em 2000, a população urbana de Natividade deverá ficar em torno de 9.265 habitantes.

Tabela 36 - Projeção da população municipal - 2001/2020

Natividade	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
		9.017	9.171	9.324	9.477	9.631	9.793	9.955	10.118	10.289
Estimativa do IBGE	9.027	9.122	9.241	9.407	-	-	-	-	-	-
Natividade	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	10.632	10.812	10.992	11.173	11.362	11.561	11.750	11.948	12.146	12.354
Estimativa do IBGE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Equipe técnica do Plano Diretor

1.2. Contextualização Econômica do Cenário Selecionado

No contexto econômico, a escolha do cenário de desenvolvimento para o município de Natividade baseia-se no princípio de que é possível promover a otimização dos recursos econômicos, numa perspectiva de integração regional e de sustentabilidade do meio ambiente, com o Município desempenhando a função de pólo de desenvolvimento regional e de produtor e exportador de bens e serviços, principalmente para o setor agropecuário.

Os estudos realizados para a preparação do Relatório Técnico de Conhecimento da Realidade do Município permitiram reconhecer a existência de um grande potencial econômico ainda por explorar em Natividade. Parte desse potencial encontra-se nas jazidas de ouro, calcário e quartzito. Soma-se a isto a localização privilegiada que faz do Município o elo de ligação entre centros produtores e consumidores de insumos agropecuários e mercadorias em geral; a estruturação da atividade turística, baseada no apoio do Programa MONUMENTA, na religiosidade local e nos atrativos naturais; e o fortalecimento e diversificação da atividade agropecuária como consequência do crescimento da demanda por alimentos.

A exploração das jazidas de calcário, que já é uma realidade no Município, pode vir a tornar-se uma âncora importante para o desenvolvimento local, na medida em que a agricultura comercial se expande nos municípios circunvizinhos, ampliando a demanda por insumos agrícolas. Além de ser o único produtor regional de calcário, que confere a Natividade condição de exclusividade no fornecimento desse insumo, tanto em nível local como regional, a existência de empresas locais tem um caráter potencializador para o crescimento econômico de Natividade, uma vez que os ganhos obtidos por essas empresas tendem a ser reinvestidos no próprio Município, gerando efeitos multiplicadores sobre a economia local.

A localização privilegiada de Natividade, que lhe permite acesso direto, por vias rodoviárias pavimentadas, nos sentidos norte-sul e leste-oeste, a quase todas as cidades circunvizinhas, confere-lhe uma condição vantajosa de expansão da atividade econômica, na medida em que viabiliza o acesso aos centros fornecedores

e aos mercados consumidores de insumos agrícolas, abrindo, também, possibilidades para expansão da atividade comercial e de serviços, com efeitos diretos na geração de emprego local.

A exploração da mineração de ouro, até agora feita de forma artesanal, parece ser uma realidade bem viável, tendo em vista que pesquisas realizadas recentemente indicaram a existência de reservas significativas do metal e, conforme estudo realizado em 2000¹ pela Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais, do Ministério das Minas e Energia, no que se refere à perspectiva econômica, *" as reservas obtidas e os teores de ouro são amplamente favoráveis à implantação de empreendimento mineiro, de forma a proporcionar uma taxa de retorno compatível com a exploração de tais depósitos."*

Ainda de acordo com o estudo, a disponibilidade de infra-estrutura aeroportuária (aeroporto de Palmas, aeródromo de Porto Nacional, campos de pouso para monomotores em Natividade), de energia elétrica e a disponibilidade hídrica são suficientes. No entanto, a carência de infra-estrutura em hotelaria, mão-de-obra qualificada, rede hospitalar e habitações ainda é obstáculo a ser transposto, sendo que a alternativa atual é a cidade de Porto Nacional.

Além do estudo realizado pela CPRM, outros estudos, conduzidos por grandes empresas mineradoras estrangeiras, interessadas em realizar investimentos na exploração de ouro, encontram-se em curso no Município, com perspectivas favoráveis à viabilidade econômica da exploração industrial do minério.

A se confirmarem as expectativas de exploração empresarial da mineração de ouro em Natividade, deverá haver crescimento da oferta de emprego e da renda local e aquecimento da demanda por hotelaria e serviços. A atividade de fabricação artesanal de jóias tende a ser mais valorizada e divulgada. Da mesma forma, pode-se esperar, também, o aparecimento de contingentes de pessoas interessadas em explorar os resíduos industriais, cujos efeitos para a sociedade local tendem a acumular mais prejuízos do que benefícios, dada a natureza marginal desta atividade.

Ainda no segmento de mineração, a exploração de quartzito, como rocha de revestimento, é uma atividade com grande potencial de crescimento e exclusiva do município de Natividade no contexto regional. Já existem planos de exploração de uma mina, na qual se esperam empregar cerca de 50 trabalhadores. Assim como a exploração do calcário, o quartzito tem a vantagem de proporcionar maior crescimento continuado para o Município, na medida em que deve ser explorado por empresas locais, com maior probabilidade de reinvestimento dos ganhos na economia local.

¹ Radaelli, Virgílio A. Ouro de Natividade – Estado do Tocantins – Goiânia: CPRM, 2000.

O turismo é outra atividade com potencial de crescimento em Natividade. Os investimentos que vem recebendo do Programa MONUMENTA devem proporcionar maiores possibilidades de expansão dessa atividade, por meio da revitalização dos produtos e dos espaços turísticos e da maior qualificação das pessoas que trabalham com essa atividade. Ao contrário das atividades tradicionais, como a pecuária e agricultura, normalmente voltadas para o atendimento da demanda interna nos pequenos municípios, o turismo abre maiores possibilidades de aumentar a riqueza municipal, na medida em que, bem estruturado e inserido num plano bem articulado de comercialização e divulgação, tem a capacidade de internalizar a riqueza trazida pelos turistas.

A integração do setor produtivo tradicional local à dinâmica da atividade turística, cujo foco, via de regra, é a demanda externa, é fundamental para a sua viabilidade como atividade econômica. Quanto maior a capacidade da produção local em suprir as necessidades de consumo do turista, maior será o ganho líquido para o Município e para sua população, portanto, maior o volume de poupança externa internalizada, tornando mais forte se torna a economia municipal.

A diversificação da atividade agropecuária, com a introdução de maiores níveis tecnológicos na pecuária bovina, a ampliação e fortalecimento da ovinocaprinocultura e a consolidação da fruticultura entre os pequenos proprietários, com o desenvolvimento do empreendedorismo e de formas associativas de produção e comercialização dos produtos, já vislumbrados a partir do apoio de programas como o PROSUDESTE E FORTER, poderão propiciar esta integração, gerar oportunidades de trabalho, melhorar a distribuição de renda e favorecer ganhos para a economia local.

O produto turístico, diferentemente dos demais produtos disponíveis no mercado, necessita que o consumidor vá até ele. Daí, para a concretização do consumo do produto turístico, é necessário que se agreguem a ele outros componentes, como, por exemplo, transporte, hospedagem, alimentação, serviços de condutores e guias, além de uma boa estratégia de *marketing*, cuja implementação e execução requerem custos de investimento.

A confirmação das expectativas de crescimento econômico do município de Natividade certamente refletirá no aumento da arrecadação municipal, não somente do montante de tributos resultantes da expansão da atividade econômica e, por conseguinte, da renda e do consumo da população, mas também pelo aumento das

transferências constitucionais, as quais se baseiam no critério populacional de repartição.

Aumento da oferta de emprego e renda, somada à atividade de mineração de ouro, tende a atrair maior contingente populacional e, com isso, a demanda por infraestrutura urbana também tende a crescer, requerendo dos municípios volumes de investimentos proporcionais. Nesse sentido, buscar parcerias de âmbito federal e estadual, bem como com segmentos do setor privado, são iniciativas essenciais para a viabilidade social da proposta.

Firmar parcerias para a obtenção de recursos necessários para viabilizar a implantação de infra-estrutura de apoio ao estabelecimento de empresas no Município, tais como: hotéis, restaurantes, hospitais, qualificação de mão-de-obra, evitando-se com isso que essas empresas instalem seus escritórios de apoio em outros municípios, aparece como uma ação imediata a ser buscada e resolvida. Do contrário, perde-se potencial de agregação e a condição de pólo regional não será alcançada.

1.3. Objetivo Central para o Município

Natividade passa a ser:

- Centro regional de apoio ao setor agropecuário;
- Pólo supridor de calcário para a região;
- Pólo supridor de pedras ornamentais para o Estado;
- Destino regional de turismo religioso, cultural, de natureza e ecoturismo.

1.4. Estratégias para o Desenvolvimento Municipal e Urbano

As **Estratégicas** representam as linhas de transformação, ou seja, a trajetória a ser percorrida pelo Município para passar da realidade atual à situação desejada, expressa no Objetivo Central. Deverão ser implementadas mediante o desenvolvimento de um conjunto de ações, detalhadas em programas e projetos setoriais e específicos, neste documento denominados **Ações**, como um desdobramento do processo de planejamento e gestão a ser instaurado com base no Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável.

São propostas 8 Estratégias para o desenvolvimento de Natividade, a saber:

Estratégia 1 – Ampliar e diversificar a agropecuária do Município

Estratégia proposta para favorecer a ampliação das possibilidades de exploração das propriedades rurais, distinguindo-as entre as grandes, a se dedicarem à melhoria da pecuária bovina, por meio de incorporação de maior nível tecnológico e conseqüente aumento de competitividade, e as pequenas e médias, pelo incremento da pecuária de pequenos animais e da ampliação da fruticultura, com incentivo à adoção da verticalização e de formas associativas de produção e comercialização dos produtos.

Estratégia 2 – Reforçar a vocação mineradora do Município

Estratégia proposta para favorecer a exploração racional e sustentável dos recursos minerais existentes no Município e fortalecer seu papel de supridor de insumos para o setor agropecuário e da construção civil estadual e regional.

Estratégia 3 – Fortalecer a condição de entreposto regional de apoio ao setor agropecuário

Estratégia proposta para permitir a implantação da infra-estrutura e o desenvolvimento das condições necessárias à confirmação do papel de Natividade como centro de trocas importantes para a região, particularmente no setor agropecuário.

Estratégia 4 – Estruturar produtos e roteiros turísticos para o mercado emissor regional

Estratégia proposta para permitir a organização e desenvolvimento da atividade turística nos segmentos do turismo cultural, religioso, de natureza e ecoturismo, pelo aproveitamento do patrimônio cultural e natural de forma racional e sustentável, com respeito às tradições locais e à capacidade de suporte dos diferentes atrativos.

Estratégia 5 – Proteger e valorizar os recursos naturais

Estratégia proposta para assegurar a proteção adequada dos recursos ambientais no Município e região, garantindo o equilíbrio entre a sua utilização racional para o lazer da população e o desenvolvimento do turismo e a qualidade do meio ambiente natural e construído e dos ecossistemas existentes.

Estratégia 6 – Organizar um espaço urbano de qualidade, com a valorização do Centro Histórico como Patrimônio Cultural Nacional

Estratégia proposta para permitir a organização e tratamento das áreas urbanas da sede municipal e dos distritos, orientar o ordenamento territorial, a distribuição e compatibilização dos usos e da ocupação do solo urbano, a hierarquização do sistema viário e o tratamento paisagístico, de forma a tornar os espaços urbanos agradáveis e funcionais.

Estratégia 7 – Garantir a todos os cidadãos moradia digna e acesso à educação, saúde, cultura, esporte e lazer

Estratégia proposta para assegurar condições adequadas de habitabilidade às residências, a serem atendidas com saneamento ambiental, energia elétrica e iluminação pública. Visa, ainda, a oferta bem distribuída de equipamentos urbanos e comunitários a todos os habitantes do Município.

Estratégia 8 – Implementar um sistema de gestão municipal e urbana participativa e eficaz

Estratégia proposta para ampliar a capacidade de planejamento e gestão da Administração Municipal, a participação efetiva da iniciativa privada e da sociedade organizada, conforme determina o Estatuto da Cidade.

2. Ordenamento Territorial

2.1. Macrozoneamento

O macrozoneamento tem o objetivo de promover o ordenamento territorial do Município mediante divisão em áreas integradas, denominadas macrozonas, com vistas a favorecer o planejamento e a implementação adequada do Objetivo Central, das estratégias e dos programas de ações constantes do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável.

Ficam definidas as seguintes Macrozonas para o município de Natividade:

- Macrozonas Urbanas (MU);
- Macrozona Rural (MR)

As Macrozonas Urbanas destinam-se a concentrar as funções urbanas com o objetivo de:

- otimizar os equipamentos urbanos instalados;
- orientar o processo de expansão urbana;
- condicionar o crescimento urbano à capacidade dos equipamentos urbanos e comunitários.

São Macrozonas Urbanas a sede municipal e as sedes dos distritos de Príncipe e de Bonfim.

Todas as áreas restantes do território do Município são consideradas Macrozona Rural, admitindo atividades agropecuárias, extrativistas minerais e agroindustriais.

2.2. Cidade Desejada

A tradução do Cenário Futuro Selecionado em relação à sede municipal, consideradas as dimensões físico-ambiental e urbanística, pode ser entendida como a **Cidade Desejada** (figura 56), que deverá ter os seguintes atributos:

Patrimônio urbanístico e arquitetônico recuperado e dinamizado com novos usos.

O centro histórico passa a receber um cuidado muito especial, no sentido de manter aquelas atividades inerentes a ele, com seu casario cuidado, restaurado e recuperado e com a valorização das características próprias de sua trama urbana: ruas desencontradas, largos marcando a presença das três igrejas existentes, o conjunto de praças no seu centro e uma seqüência cadenciada de alargamentos e estreitamentos que fazem dessa trama um conjunto de situações de surpresas, pontos focais e incentivos a descobertas.

Serra da Natividade protegida e valorizada como patrimônio natural.

A preservação das características naturais e da presença marcante da serra como moldura da Cidade, abraçando-a pelo lado leste e servindo como pano de fundo aos mais diversos cenários espaciais, exige um planejamento cuidadoso de sua utilização como área de contemplação, entretenimento e lazer, complementar à Cidade. A ocupação da encosta dessa serra deverá ser absolutamente rarefeita, acolhendo apenas alguns equipamentos como mirantes ou pontos de descanso de trilhas.

Integração espacial entre a Cidade, particularmente o centro histórico, o córrego Praia e a serra.

Tem um caráter de resgate de épocas passadas, quando esta integração existia e enriquecia substantivamente o cotidiano das pessoas e oferecia variadas alternativas de lazer nos finais de tarde e nos fins de semana.

A revitalização desta integração pressupõe:

- a) a delimitação precisa da ocupação urbana até o limite da Área de Preservação Permanente do córrego Prainha, recompondo além desse limite o restante da mata ciliar dos córregos Praia e Prainha;
- b) o acesso à área só a partir de duas vias, a saber:
 - b.1) o prolongamento da Avenida Z-02, dando continuidade à Avenida V-01 e à Avenida Juscelino Kubitschek, por onde se dá a saída para Gurupi; e
 - b.2) o prolongamento da rua dos Esportes, que liga o conjunto de praças do centro histórico ao trecho onde existem, atualmente, a quadra esportiva e o campo de futebol;
- c) a implantação de uma ampla área de lazer e entretenimento, entre o centro histórico e o córrego Praia, para ligar o patrimônio cultural ao natural que o abraça.

As duas vias prolongadas darão acesso a uma área de estacionamento, sob a copa de fileiras de árvores, com pisos compactados ou gramados.

As vias restantes ali existentes deverão ser interrompidas, assim como os lotes que por ventura possam interferir de forma negativa na integração proposta deverão ser transformados para uso público. As chácaras existentes, sem interferência negativa na proposta, poderão continuar existindo, desde que inseridas em programas de educação ambiental e conscientização paisagística.

As vias interrompidas deverão permitir acessibilidade e circulação a trilhas pedestrianizadas.

Implantação de um sistema de áreas verdes interligando a cidade aos córregos Prainha e Praia e à serra.

A partir da área de estacionamento e de trilhas organizadas com tratamento paisagístico e mobiliário urbano adequado, deverá ser possível o acesso, pelo lado do centro histórico a um espaço no qual poderão ser implantados equipamentos esportivos e culturais, com o aproveitamento de instalações ali existentes, como a cerâmica, atualmente desativada. Poderão coexistir neste espaço bares e restaurantes. Pelo outro lado, no sopé da serra, poderão ser instalados equipamentos

de lazer, outras quadras poli-esportivas, bares, restaurantes e pousadas que, por ventura, sejam de interesse para o apelo turístico e a atratividade paisagística. Subindo a encosta poderão ser implantadas trilhas ecológicas, caminhos para os poções do córrego Praia, pontos de descanso e mirantes.

Tais medidas deverão contribuir para o atendimento de mais dois atributos do cenário selecionado para a Cidade desejada, quais sejam, **mananciais hídricos em recuperação e protegidos e áreas degradadas, em especial as APP, ambientalmente em recuperação.**

A integração da cidade com a serra traz consigo a integração entre as diferentes partes da Cidade, particularmente aquelas mais próximas à serra, caso do setor Jardim Serrano. Nesse sentido, o trecho das faixas marginais do córrego Praia entre o núcleo histórico e este setor pode ser transformado em parque urbano, transformação esta que demandará negociação com os proprietários dessas áreas. O parque urbano será formado pelo aproveitamento das Áreas de Preservação Permanente das margens do córrego, cuja vegetação deve ser recomposta, e por parte das áreas menos úmidas, junto às ocupações urbanas existentes na sua vizinhança imediata. Tais espaços permitirão a instalação de parques infantis, trilhas para passeios e caminhadas, de forma a incentivar seu uso nos intervalos livres do cotidiano. Pode ser, ainda, examinada a possibilidade de se prolongarem os passeios mencionados através de trilhas e pontes de madeira, de forma a integrar, para os pedestres, as quadras limitrofes tanto do centro histórico quanto do setor Nova Esperança com as correspondentes do Setor Jardim Serrano.

Implantação de nova captação de água para ampliar e regularizar o abastecimento da cidade,

A partir desta implantação será possível desativar, gradualmente, a captação de água do córrego Praia, na serra, em princípio incompatível com a intenção de fortalecimento da integração espacial entre a cidade e a serra. Com esta desativação deverá ocorrer a recuperação da vazão do córrego Praia que possibilitará uma revalorização da área como fonte de entretenimento e lazer.

Sistema viário urbano hierarquizado e articulado com o rodoviário municipal.

O sistema viário da Cidade passa a ser estruturado em torno de dois eixos principais, no sentido norte – sul, e de uma série de vias ou anéis viários transversais, no sentido leste - oeste.

O primeiro eixo viário remete à velha passagem dos garimpeiros e tropeiros com seus rebanhos de gado pela região. Nesse sentido, ao norte da Cidade, a partir da rótula de entrada, para quem vem de Palmas, a Avenida Justino Camêlo Rocha

proporciona o acesso ao centro histórico, seja pela rua 07 de Setembro, rua dos Cruzeiros ou rua Filadelfio Nunes. No centro histórico, este eixo viário deve ligar-se à Av. Goiás, possibilitando a configuração do primeiro “corredor” norte / sul no sentido da saída para Bonfim, Príncipe e Brasília.

O segundo eixo configura-se a partir da inauguração da TO 050 na década dos anos 90. A TO 050 parte da mesma rótula ao norte da Cidade e aproveitando a caixa da Avenida Teotônio Vilela, no Setor Ginásial, ocupa as partes mais altas da Cidade e segue, sem grandes interferências, no sentido sul para a saída em direção a Brasília.

Este segundo eixo viário consolidou uma tendência implícita no crescimento desordenado da Cidade, no sentido de abrigar às margens da Avenida Teotônio Vilela uma série de atividades centrais que não encontravam espaço na trama histórica. Esta tendência deve ser incentivada e potencializada, com a definição clara da rodovia e das vias urbanas a ela laterais e com a concentração de atividades comerciais e de apoio à rodovia, inadequadas no interior da trama urbana; ao longo deste eixo viário / rodoviário, estas atividades ajudam a configurar de forma mais consistente o perfil da Cidade.

No entroncamento da Avenida Aeroporto com a TO 050 deve ser implantada uma 4ª rótula para dar homogeneidade ao sistema viário perimetral ao Setor Ginásial.

Entre a rótula da Avenida V-01 / Avenida Juscelino Kubitschek e a nova rótula criada na Avenida do Aeroporto com a TO 050 deve ocorrer um novo centro comercial e residencial, com configuração arquitetônica diferenciada da existente no centro histórico, mas guardando algumas características de harmonia com ele.

A transversalidade leste – oeste deve ser constituída pela Avenida Z-02, Avenida V-01 e pela Avenida Juscelino Kubitschek, já citadas anteriormente; pela Avenida Aeroporto, no limite norte do Setor Ginásial; pela Avenida Pedro Ludovico Teixeira, no limite norte do Setor Sul - 3ª etapa, de acesso ao aeródromo e, em menor grau, pela rua Santa Rosa, entre os Setores Sul 1ª e 2ª etapas, dando continuidade à Avenida Deputado Ulisses Guimarães, e pela Avenida do Contorno que, chegando à TO 050, pode ter continuidade no Setor Habitacional Deputado Uiatan Cavalcante, ainda não implementado; para tanto, serão necessários alguns ajustes no projeto deste loteamento, para melhor articulação viária com a trama já existente.

Articulação entre as diferentes partes da Cidade

A estruturação do segundo centro no setor Ginásial possibilita uma articulação funcional e espacial dos loteamentos mais recentes com o centro histórico. A centralidade com equipamentos institucionais em torno da Avenida Aeroporto, criando uma praça cívica, com o Fórum, a RURALTINS, as novas sedes da Prefeitura e

correspondentes Secretarias, os escritórios da SANEATINS, escolas, hospital, museus, etc., passa a se articular com o centro histórico por meio da implantação de uma faixa intermediária de lazer e recreação, junto a praças e espaços verdes próximas ao velho cemitério, aproveitando as áreas não ocupadas e os fundos de quintais amplamente arborizados aí existentes. Nesta faixa de transição deverão ser criados espaços para exposições e feiras de artesanato, apresentações culturais e eventos com afluxo de público não muito numeroso. O Centro de Convenções, atualmente instalado em uma das rótulas da Av. Aeroporto, local de acesso complicado em função do sistema viário, deverá ser deslocado para esta faixa, liberando a via pública e passando a fazer parte deste conjunto de cultura e lazer integrador do centro histórico com a parte mais nova da Cidade.

Todo o entorno imediato a estes dois centros, assim como a sub-centralidade criada junto à Avenida Aeroporto, deve ser ocupado por áreas com uso misto de habitação, comércio e serviços.

Os demais bairros da Cidade serão predominantemente residenciais, admitindo comércio e serviços de vizinhança. Deverá ser definido o abairramento da Cidade (figura 57), para possibilitar a descentralização administrativa e garantir que as diversas partes guardem suas características e peculiaridades ao mesmo tempo em que componham o tecido urbano de forma harmônica e integrada.

Um anel viário pode ser estruturada pela atual Avenida do Contorno articulada com a Avenida Deputado Ulisses Guimarães e Avenida V-03, como agregador dos dois centros, reforçando a articulação entre eles.

A saída norte assume um papel especial na proposta da Cidade Desejada. A rótula de chegada à Cidade deve ser remodelada para configurar claramente a continuidade da TO 050, a TO-280 para Almas, Dianópolis e para o Estado da Bahia, e explicitar como urbana a Avenida Justino Camêlo Rocha, de entrada na Cidade. As áreas circunvizinhas passam a ser usadas para a instalação de indústrias, serviços industriais, comércio e serviços de grande porte e atividades de apoio às rodovias ou que necessitem de lotes maiores, inexistentes na trama urbana atual.

Neste trecho da Cidade merece destaque o Colégio Agropecuário de Natividade – CAN, que assume um papel particular. Esta escola, conjuntamente com as instalações propostas para os equipamentos do setor secundário e o Parque Agropecuário, a ser instalado junto à TO – 050, em terras do Município, no proposto loteamento Deputado Uiatan Cavalcante, próximo ao CAN, proporciona uma espécie de contraponto ao restante da Cidade, aproximando as funções urbanas das atividades agrícolas, atendendo a uma das diretrizes do Estatuto da Cidade.

A nova localização do Parque Agropecuário, mais próximo à TO-050, deverá facilitar o acesso de caminhões e implementos, favorecer a realização de exposições, feiras e rodeios e possibilitar o seu uso para outros eventos de grande afluxo de público.

Terminal rodoviário transferido para local mais apropriado e ampliado

A consolidação da Av. Teotônio Vilela como um dos eixos norte – sul, com definição clara da faixa da rodovia e das vias urbanas laterais favorece a transferência da Estação Rodoviária para este eixo, entre as duas rótulas já mencionadas, facilitando a entrada e saída dos ônibus e os retirando do interior da Cidade.

Criação de ciclovias e de condições para a circulação dos pedestres e dos portadores de necessidades especiais.

A proposta de articular o todo deve fortalecer a dinâmica social das diferentes partes da Cidade e integrar os espaços públicos, a partir da implantação de ciclovias e calçadas sem descontinuidades, adequadamente pavimentadas, sinalizadas e arborizadas.

Estas vias, exclusivas de ciclistas e pedestres, devem ser protegidas do sol e dos ventos, oferecer boa orientabilidade espacial e identificação dos lugares, por meio de sinalização viária, patrimonial e turística adequada, permitir o livre trânsito das pessoas portadoras de necessidades especiais, possibilitar a interação social e ser configuradas com expressividade e simbolismo agregadores da coletividade.

Vias urbanas e espaços públicos adequadamente pavimentados, arborizados, sinalizados, iluminados e calçados.

A hierarquização do sistema viário deverá possibilitar a definição clara das funções das diferentes categorias de vias, o que propiciará condições para a definição de alternativas de pavimentação, de alargamento de calçadas, de criação de áreas de estacionamento, de melhoria da iluminação pública, da sinalização e do mobiliário urbano e até de pedestrianização de determinados trechos da Cidade, principalmente no centro histórico.

A proposta de sinalização garantirá a implantação da nomenclatura das vias e logradouros públicos e a numeração dos imóveis, dentro de uma lógica integrada para toda a Cidade, facilitando a identificação dos diferentes bairros e a orientabilidade na Cidade.

Fig. 56 - Planta diagramática da cidade desejada

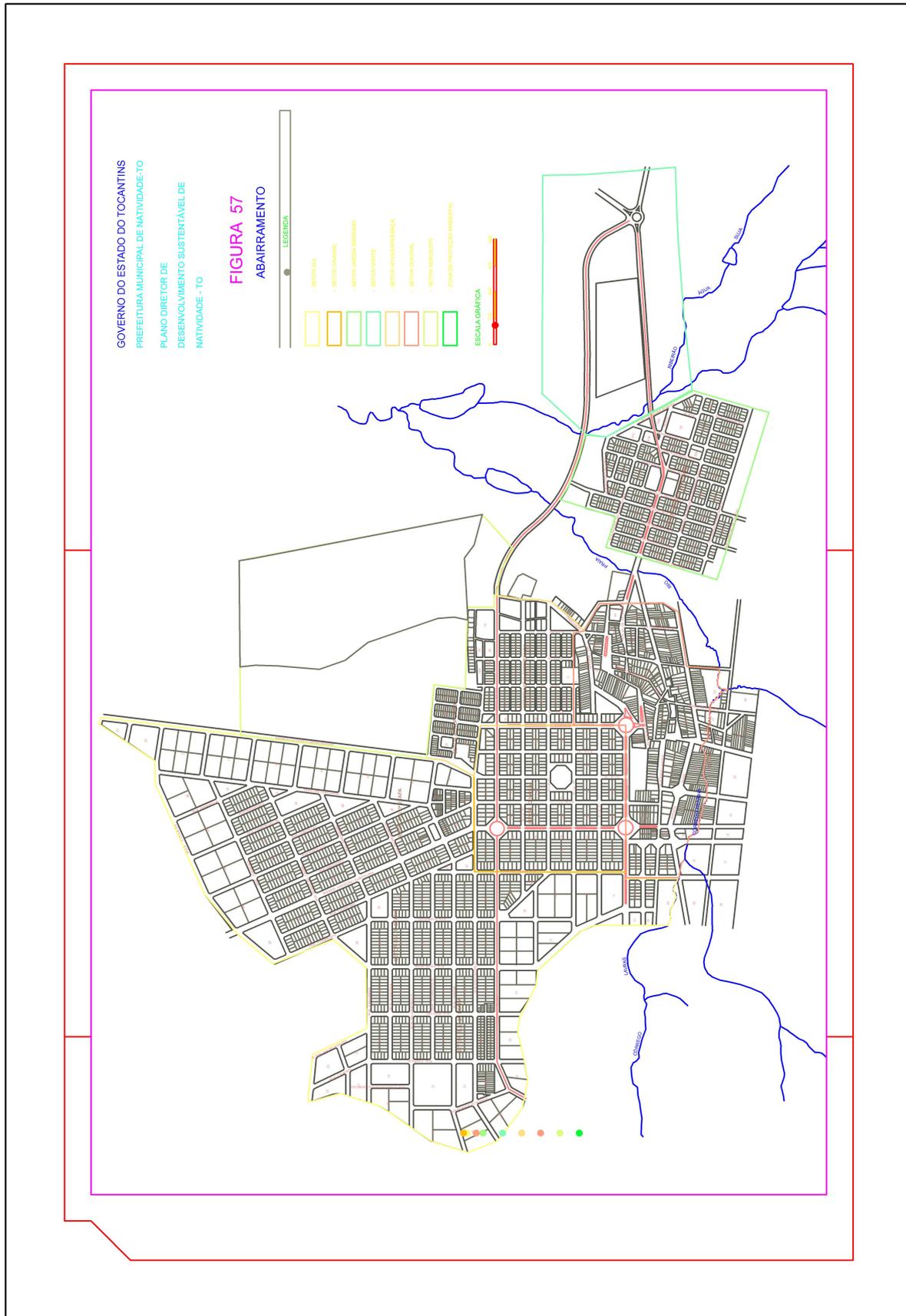


Fig. 57 - Abairramento

Com a implementação das dimensões econômica e social do Cenário de Desenvolvimento, selecionado para definir os rumos do desenvolvimento municipal e urbano, Natividade deverá ser também uma cidade eficiente, oferecendo serviços de educação, saúde e cultura de excelência, propiciando alternativas de entretenimento e lazer a toda a população, ampliando as oportunidades de trabalho e melhorando a distribuição da renda entre os seus habitantes.

Como pólo econômico e logístico da região, deverá ser, ao mesmo tempo, socialmente equilibrada, com respeito ao indivíduo, à coisa pública e ao meio ambiente.

O sistema educacional deverá oferecer creches, escolas públicas e profissionalizantes de acordo com a vocação regional, garantindo formação integral aos habitantes e valorização das tradições culturais.

Os serviços de saúde deverão dar importância maior à medicina preventiva e possibilidades de atendimento eficiente a toda a população. Também deverão ser ampliados os equipamentos urbanos para atendimento às áreas ainda não atendidas.

Visando à saúde pública e ao saneamento ambiental, é prioritária a implantação de um aterro sanitário para a remoção do lixo de onde está, com a conseqüente remediação da área.

2.3. Centro Histórico

O Centro Histórico deve merecer tratamento especial de acordo com a sua condição de patrimônio cultural nacional. Assim, os elementos constituintes do espaço – mobiliário urbano, sinalização, iluminação, pavimentação, tratamento de calçadas e fachadas devem ser considerados de forma a constituir um conjunto único e harmonioso, recompondo a época da sua constituição original. Os usos e ocupação dos imóveis deverão ser compatíveis com a preservação deste patrimônio. A recuperação ou restauração das edificações do centro histórico deve ser estimulada de variadas formas pelo IPHAN e pelo Poder Público Municipal.

O tráfego pesado terá de ser retirado do centro histórico, o que implica a realocação gradual, a ser negociada, de alguns estabelecimentos industriais e comerciais de maior porte com grandes volumes de carga e descarga de mercadorias, pelo menos, no que se refere ao depósito dos estoques.

Os ônibus de turismo e os veículos de grande porte deverão ser mantidos fora do centro histórico. Para isto, deverão ser definidas áreas de estacionamento externas e

próximas a ele, de forma a permitir aos visitantes o acesso ao conjunto urbanístico e arquitetônico e à área de lazer e entretenimento, proposta para integrar o centro histórico aos córregos e à serra.

Deve ser estudada a alternativa de pedestrianização de algumas das ruas mais estreitas do centro histórico, mantendo sempre a possibilidade de entrada dos veículos dos moradores, de serviços e de atendimentos de emergência.

2.4. Sistema Viário

O sistema viário urbano, como um dos elementos estruturadores do espaço urbano, tem por objetivo:

- a circulação de pessoas e bens no espaço urbano, de forma cômoda e segura;
- a fluidez adequada do tráfego;
- o transporte, em condições adequadas de conforto;
- o atendimento às demandas do uso e ocupação do solo;
- a adequada instalação das redes aéreas e subterrâneas dos serviços públicos;
- a criação de eixos de interligação entre bairros.

As vias devem ter continuidade espacial e de tráfego, exceto quanto às vias locais que poderão terminar em estacionamento ou ponto de retorno, dimensionados de forma a permitir a manobra de veículos de utilidade pública.

Formado pela vias existentes e pelas provenientes dos parcelamentos futuros, o sistema viário urbano de Natividade será estruturado em:

- **vias arteriais**, destinadas a atender ao tráfego direto, em percurso contínuo, interligar rodovias e vias coletoras e a atender às linhas de ônibus. São definidas como vias arteriais a Av. Teotônio Vilela, a Av. Justino Camêlo Rocha/Av. Goiás, a Av. Juscelino Kubitschek/ Av. V-01; Av. Pedro Ludovico Teixeira e a Av. Aeroporto.
- **vias coletoras**, destinadas a coletar e distribuir o tráfego entre as vias arteriais e locais. As vias coletoras são: Rua Palmeirópolis, Rua Santa Rosa, Av. Deputado Ulisses Guimarães, Av. Contorno e Rua B, do Setor Ginásial, .
- **vias locais**, destinadas a permitir ao tráfego atingir áreas restritas e sair destas. Devem ser programadas para uso dos moradores, com o tráfego de passagem desencorajado. Quando possível, as larguras das pistas de rolamento devem ser reduzidas, com as áreas remanescentes aproveitadas para alargamento de calçadas, recreação, localização de redes de serviços e ampliação da arborização. São vias locais todas as demais vias, não mencionadas nos dois itens anteriores;

- **ciclovias**, vias públicas destinadas ao uso exclusivo de ciclistas. Deverão ser projetadas e implantadas ao longo das vias arteriais e coletoras e acompanhando as laterais dos parques urbanos e espaços de lazer entre o centro histórico e os córregos Praia e Prainha;
- **vias de pedestres**, vias públicas destinadas ao uso exclusivo de pedestres, a serem reformuladas de forma a se articularem com as vias de circulação de veículos e possibilitarem a circulação confortável dos pedestres, inclusive daqueles portadores de necessidades especiais.

As dimensões das diferentes categorias das vias, nas áreas já consolidadas, deverão atender, na medida do possível, às normas estabelecidas na Lei de Parcelamento do Solo Urbano e da NBR 9.500/94.

2.5. Diretrizes para o Uso e Ocupação do Solo Urbano

As Macrozonas Urbanas dividem-se em zonas de uso e ocupação do solo, definidas em conformidade com as demandas de preservação e proteção ambiental e paisagística, os interesses de ocupação dos espaços vazios, a otimização dos equipamentos urbanos instalados e as necessidades de oferta de moradia e de áreas para atividades produtivas, de lazer e entretenimento.

O uso e ocupação do solo nas macrozonas urbanas devem respeitar as seguintes diretrizes:

- estabelecimento de zonas homogêneas de uso, do ponto de vista ambiental e de configuração espacial;
- valorização do conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico como patrimônio histórico e cultural nacional;
- análise da ocupação atual;
- distribuição dos níveis de adensamento e funções da cidade;
- integração da trama urbana;
- condições do sistema de circulação de pessoas, veículos e mercadorias.

Na sede municipal – MU-1, serão permitidos os seguintes usos: residencial; comercial e de serviços; de equipamentos comunitários, de transportes, comunicação, saneamento, energia e administração; instalações industriais, silos e armazéns; e atividades especiais que demandam grandes áreas e impliquem em grande concentração de pessoas ou veículos, exigindo preservação e controles específicos.

Nas sedes dos distritos – MU-2 e MU-3, serão admitidos os usos residencial; de comércio e serviços; de equipamentos comunitários, de transportes, comunicação, saneamento, energia e administração.

A delimitação das zonas de uso deve levar em conta o respeito a índices urbanísticos de ocupação e aproveitamento dos terrenos urbanos, estabelecidos em lei específica de regulamentação do uso e ocupação do solo urbano, com vistas ao favorecimento da consolidação da configuração urbana, do equilíbrio na distribuição dos níveis de adensamento e das distintas funções das sedes do Município e dos Distritos pelas diferentes zonas que as compõem. Deve considerar, ainda, as condições do sistema de circulação de pessoas, veículos e mercadorias, segundo as diretrizes urbanísticas estabelecidas para a sede do Município.

Na sede do distrito de Bonfim, MU -3, deverão ser criados espaços para acomodação dosromeiros, instalação de comércio ambulante, serviços temporários e atividades públicas demandadas durante os períodos de romaria e festividades, em função da grande concentração de pessoas ou veículos, que demandam controle específico.

2.6. Diretrizes para o Parcelamento do Solo Urbano

Os novos parcelamentos do solo urbano deverão respeitar a legislação federal e estadual existente, as diretrizes quanto à Cidade Desejada, registradas neste Plano Diretor, e as determinações das Leis de Uso e Ocupação do Solo nas Macrozonas Urbanas do Município de Natividade e de Parcelamento do Solo Urbano do Município de Natividade. De igual sorte, os parcelamentos ainda não registrados, para se regularizarem deverão adequar-se a esta legislação. Todo parcelamento novo ou ainda não regularizado terá que ser aprovado pela Prefeitura Municipal.

Não deverão ser estimulados novos parcelamentos, até que os vazios urbanos se reduzam a níveis satisfatórios. O parcelamento do Setor Habitacional Deputado Uiatan Cavalcante, ainda não implantado, deverá ser revisto, reduzindo-o conforme indicação na planta diagramática da Cidade Desejada, ficando apenas com a área destinada ao Parque Agropecuário, a área lindeira à TO-050 para a implantação de comércio e serviços de maior porte e apoio à rodovia e com áreas residenciais disponíveis para que o Poder Público Municipal possa negociar a desocupação de trechos estratégicos de aproximação da cidade aos córregos Praia e Prainha, para a implantação do Parque Urbano ao longo do córrego Praia e para a remoção de algumas habitações em área de risco, dentro de Programas de Interesse Social, desde que previamente aprovados pelos órgãos públicos competentes.

3. Ações para o Desenvolvimento

Para atingir o Objetivo Central, síntese do Cenário Futuro Selecionado, há necessidade de implementar as Estratégias a seguir relacionadas, por meio de um conjunto de ações a elas vinculadas.

3.1 Conceituação

ESTRATÉGIA 1 - Ampliar e diversificar a agropecuária no Município

Estratégia proposta para favorecer a ampliação das possibilidades de exploração das propriedades rurais, distinguindo-as entre as grandes, a se dedicarem à melhoria da pecuária bovina, por meio de incorporação de maior nível tecnológico e conseqüente aumento de competitividade, e as pequenas e médias, pelo incremento da pecuária de pequenos animais e da ampliação da fruticultura, com incentivo à adoção da verticalização e de formas associativas de produção e comercialização dos produtos.

Esta estratégia deverá ser implementada mediante:

- gestões junto aos organismos de orientação técnica e extensão rural para o assessoramento aos produtores rurais, no sentido de adotarem práticas de melhoria tecnológica das pastagens, de seleção de reprodutores e matrizes, de inseminação artificial e melhoria da qualidade dos rebanhos, para maior aproveitamento das possibilidades de exploração de suas propriedades, com incremento da produtividade e competitividade;
- orientação e apoio aos médios e pequenos proprietários para o aumento das áreas plantadas e a diversificação da fruticultura, estimulando a capacitação técnica e as iniciativas de organização social para o fomento do empreendedorismo;
- gestões para a facilitação do crédito e do apoio à criação e desenvolvimento de novos negócios comunitários sustentáveis, mediante a prática de formas associativas de produção, verticalização e comercialização dos produtos.

AÇÕES:

- 1.1. **Estimular a implantação, renovação e melhoria das pastagens**
- 1.2. **Promover a ampliação do uso de tecnologia na pecuária bovina de cria e recria**
- 1.3. **Incentivar a seleção rigorosa das matrizes e reprodutores**
- 1.4. **Estimular o incremento da prática de inseminação artificial para melhoria dos rebanhos**

- 1.5. Observar a obrigatoriedade da vacinação contra a febre aftosa dos rebanhos bovino e bubalino para garantir o *status* do Estado como de livre comércio dos rebanhos
- 1.6. Promover a diversificação da pecuária com ampliação das criações de pequenos animais, entre as pequenas e médias propriedades
- 1.7. Introduzir técnicas modernas de criação de pequenos animais
- 1.8. Estimular o maior controle sanitário dos rebanhos
- 1.9. Promover a ampliação, modernização, diversificação e verticalização da fruticultura
- 1.10. Valorizar as pequenas propriedades e a agricultura familiar, inclusive pela verticalização da produção
- 1.11. Ampliar os serviços de assistência técnica e extensão rural aos pequenos e médios proprietários
- 1.12. Favorecer o acesso ao crédito aos pequenos e médios proprietários
- 1.13. Estimular o desenvolvimento do empreendedorismo e do estabelecimento de formas associativas de criação de animais, de produção agrícola e de comercialização dos rebanhos e dos produtos;
- 1.14. Estimular e incentivar as atividades ligadas à pecuária de leite;
- 1.15. Implantar matadouro municipal

ESTRATÉGIA 2 – Reforçar a vocação mineradora do Município

Estratégia proposta para favorecer a exploração racional e sustentável dos recursos minerais existentes no Município e fortalecer seu papel de supridor de insumos para o setor agrícola e da construção civil estadual e regional.

Esta estratégia será implementada mediante:

- estímulo ao setor privado no sentido da adoção de práticas racionais de exploração mineral, de respeito às exigências e condições das licenças ambientais e de recuperação dos passivos resultantes da atividade;
- gestões junto aos organismos responsáveis pelas licenças, concessões e fiscalização da atividade mineradora para que ofereçam orientação técnica e exerçam um controle efetivo da atividade mineradora no Município;
- apoio à instalação de novos empreendimentos mineradores e de atividades correlatas, com estímulo à contratação de mão-de-obra local como forma de ampliar as oportunidades de trabalho e a distribuição de renda entre a população;
- apoio à criação de alternativas de trabalho para os garimpeiros artesanais, por meio de sua capacitação para outras ocupações em atividades distintas, de acordo com a dinâmica econômica local, possibilitando, com isto, o combate ao garimpo do ouro, poluidor e degradador do meio ambiente, sem decorrentes problemas sociais de desemprego.

AÇÕES:

- 2.1. Estimular a ampliação da produção e distribuição de calcário para o setor agropecuário regional**
- 2.2. Estimular a estruturação da exploração sustentável das jazidas de pedras ornamentais**
- 2.3. Estimular a continuidade dos estudos de viabilidade técnica e econômico-financeira da exploração do ouro em minas subterrâneas**
- 2.4. Promover a criação de postos avançados de comercialização das pedras ornamentais em mercados estratégicos do estado e das regiões próximas**
- 2.5. Fiscalizar juntamente com os demais órgãos responsáveis, o cumprimento das exigências das licenças ambientais quanto aos passivos resultantes da mineração**
- 2.6. Estimular o surgimento de novos empreendimentos relacionados com a mineração**
- 2.7. Combater o garimpo irregular de ouro.**

ESTRATÉGIA 3 – Fortalecer a vocação de entreposto regional de apoio ao setor agropecuário

Estratégia proposta para permitir a implantação da infra-estrutura e o desenvolvimento das condições necessárias à confirmação do papel de Natividade como centro de trocas importantes para a região, particularmente no setor agropecuário.

Sua implementação demandará:

- articulação com o governo estadual e federal para o fortalecimento do Colégio Agropecuário de Natividade como instituição de capacitação profissional e como centro de estudos e pesquisas experimentais de apoio ao setor agropecuário da região;
- negociações para a redefinição da área do CAN, com a possibilidade de utilização de parte da gleba atual para o assentamento de famílias de agricultores sem terra residentes nas áreas periféricas da Cidade, com vistas ao desenvolvimento de um projeto-piloto de assentamento destinado a gerar um pólo de abastecimento hortifrutigranjeiro para o Município e região;
- oferta de áreas e provimento de infra-estrutura básica necessária para a implantação de agroindústrias, estabelecimentos comerciais e de serviços, particularmente os voltados para o setor agropecuário e de mineração;
- gestões junto aos organismos financiadores, para a facilitação e ampliação das linhas de acesso a diferentes modalidades de financiamento, incluídas as micro e pequenas;
- estímulo ao desenvolvimento de projetos e atividades para a diversificação e dinamização dos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços,

com vistas ao atendimento de qualidade à população local, às pessoas atraídas à Cidade pelos novos empreendimentos, aos visitantes e turistas;

- articulação com os municípios da região buscando identificar e potencializar a vocação de cada um deles para o agronegócio, de forma a estabelecer uma rede regional;
- manutenção permanente das estradas vicinais e gestões junto ao DERTINS e DNIT para que faça a boa conservação das intermunicipais e interestaduais;
- gestões junto aos governos estadual e federal para a implantação de infraestrutura de fiscalização rodoviária adequada ao entroncamento das rodovias, com profissionais capacitados, viaturas e equipamentos adequados para o controle rodoviário;
- gestões junto aos concedentes das linhas de transporte coletivo intermunicipal e às empresas concessionárias para a melhoria dos veículos e das condições de conforto e segurança oferecidas à população.

AÇÕES:

- 3.1. Fortalecer o Colégio Agropecuário de Natividade como instituição de capacitação profissional**
- 3.2. Desenvolver no Colégio Agropecuário de Natividade a capacidade de estudos, pesquisas e experimentação para o setor agropecuário**
- 3.3. Criar espaços e infra-estrutura para a implantação de novos empreendimentos;**
- 3.4 Promover gestões para a facilitação do acesso a linhas de crédito para os diferentes empreendimentos**
- 3.5. Atrair investimentos em empreendimentos fornecedores de insumos e comercializadores dos produtos**
- 3.6. Estimular a diversificação dos setores de comércio e serviços**
- 3.7. Melhorar as condições de trafegabilidade das estradas vicinais, e promover gestões junto aos órgãos competentes para a boa manutenção das intermunicipais e interestaduais**
- 3.8. Estimular a criação de um pólo regional de agronegócios**
- 3.9. Oportunizar assentamento para famílias de agricultores residentes na periferia da Cidade para implantação de projeto modelo de horticultura, fruticultura, e avicultura, por meio de parceria entre o Poder Público Municipal, INCRA, Secretaria do Patrimônio da União e Colégio Agropecuário de Natividade, com utilização de áreas desta unidade de ensino.**

ESTRATÉGIA 4 – Estruturar produtos e roteiros turísticos para o mercado emissor regional

Proposta para permitir a organização e desenvolvimento da atividade turística nos segmentos do turismo cultural, religioso, de natureza e ecoturismo, pelo aproveitamento do patrimônio cultural e natural de forma racional e sustentável, com respeito às tradições locais e à capacidade de suporte dos diferentes atrativos.

Esta Estratégia deverá ser implementada mediante:

- revitalização da área de ocupação original da sede municipal valorizando-a como patrimônio cultural nacional, por meio do estabelecimento de parcerias com os governos estadual e federal, com o setor privado e também da conscientização dos proprietários dos imóveis quanto à importância da preservação do conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico, dinamizando-os como ponto turístico e gastronômico;
- desenvolvimento e implementação de planos e projetos de incentivo à proteção ao patrimônio cultural, histórico, natural e arqueológico existente no Município, com a adoção de medidas necessárias à sua efetiva proteção e valorização;
- elaboração de calendário de eventos turísticos e religiosos com antecedência suficiente para possibilitar a sua divulgação e inclusão no calendário turístico anual do Estado;
- cadastramento das áreas apropriadas para o turismo no Município e inventário dos seus atrativos, para possibilitar a promoção de ações necessárias ao desenvolvimento do turismo, com o conseqüente convencimento dos proprietários dessas áreas para a promoção de investimentos turísticos que resultem em melhoria da qualidade de vida para a população local;
- estímulo à formatação e divulgação de novos produtos e roteiros turísticos de natureza ou de ecoturismo, respeitada a capacidade de suporte de cada um deles, de forma integrada e compartilhada entre as diferentes propriedades rurais, a fim de incrementar os níveis de interesse dos mercados emissores regionais;
- estímulo à implantação de novos hotéis, restaurantes, lanchonetes, cafeterias, bares etc. de qualidade, para atendimento à população e aos turistas;
- estabelecimento de parcerias com instituições promotoras de capacitação profissional no nível gerencial e operacional para melhorar a qualidade dos serviços turísticos, recuperar e dinamizar o potencial de produção artesanal das comunidades locais, preservar e valorizar as tradições e manifestações culturais e desenvolver programa municipal de desenvolvimento dos recursos humanos para o turismo, incluindo a educação da população e a capacitação dos profissionais de turismo, de forma a melhorar o atendimento ao turista;
- articulação com a iniciativa privada para o planejamento e gestão do turismo, de modo a torná-lo sustentável e promotor do desenvolvimento local e com os municípios da região e o Estado com vistas a transformar o turismo em prioridade de governo no Tocantins.

AÇÕES:

4.1. Recuperar e valorizar o patrimônio urbanístico e arquitetônico do Centro Histórico para uso turístico

- 4.2. Organizar o turismo religioso no Distrito de Bonfim, de forma a ocorrer durante todo o ano
- 4.3. Organizar e divulgar calendário das festividades religiosas com atratividade regional
- 4.4. Capacitar os proprietários das fazendas nas quais se encontram os atrativos turísticos de natureza para a sua exploração racional, como forma de complementação de renda
- 4.5. Criar infra-estrutura de apoio nos locais de atrativos turísticos
- 4.6. Capacitar condutores de turismo
- 4.7. Estruturar roteiros de turismo de natureza e de ecoturismo de forma integrada e associativa entre as diferentes propriedades
- 4.8. Implantar centro de atendimento aos turistas na Cidade
- 4.9. Atrair novos estabelecimentos de hospedagem e alimentação de qualidade, com valorização da culinária local
- 4.10. Estimular o desenvolvimento e comercialização do artesanato, como produção associada ao turismo
- 4.11. Resgatar e incentivar os artistas, as manifestações e as tradições culturais
- 4.12. Promover a capacitação gerencial e operacional dos comerciantes e prestadores de serviços turísticos
- 4.13. Promover a educação para o turismo
- 4.14. Organizar sistema de divulgação e comercialização dos produtos e roteiros turísticos
- 4.15. Estruturar a gestão do turismo na Administração Municipal.
- 4.16. Articular-se com outras regiões do estado, particularmente o Jalapão, Dianópolis e Taguatinga para a comercialização de roteiros complementares de turismo
- 4.17. Articular-se com os governos estadual e municipais para priorizar o turismo no Estado

ESTRATÉGIA 5 – Proteger e valorizar os recursos naturais

Estratégia proposta para assegurar a proteção adequada dos recursos ambientais no Município e região, garantindo o equilíbrio entre a sua utilização racional para o desenvolvimento do turismo e a qualidade do meio ambiente natural e construído e dos ecossistemas existentes.

A ser implementada por meio de:

- delimitação dos limites das Áreas de Preservação Permanente - APP, a partir de levantamento topográfico plani-altimétrico do Município, para facilitar a sua gestão e a proteção, com o estabelecimento de um plano de proteção dos recursos naturais e ambientais, em articulação com os organismos estaduais e federais responsáveis pelo meio ambiente, com o setor empresarial e com

organizações não governamentais, visando promover a recuperação e conservação desses recursos de forma sustentável;

- gestões junto ao RURALTINS para obtenção de apoio técnico e jurídico aos proprietários rurais no sentido de facilitar a regularização das reservas legais de suas propriedades;
- estabelecimento de um programa de recuperação e revegetação das áreas degradadas do Município, em especial as APP, valendo-se de parcerias para a sua implementação;
- promoção de ações de substituição das queimadas por formas mais racionais de manejo do solo, com danos ambientais reduzidos;
- institucionalização de atividades diversas de educação ambiental no Município, a serem desenvolvidas nas escolas, associações, assentamentos e comunidades, inclusive por meio de parcerias com organizações representativas dos diferentes segmentos da sociedade;
- estabelecimento de legislação municipal, de capacitação da fiscalização ambiental e de ações para promover e estimular iniciativas particulares ou comunitárias de preservação ambiental do Município.

AÇÕES:

- 5.1. **Recuperar e proteger as Áreas de Preservação Permanente na área urbana e rural**
- 5.2. **Promover gestões para o controle efetivo da delimitação e manutenção das reservas legais das propriedades rurais**
- 5.3. **Evitar as queimadas**
- 5.4. **Promover a educação ambiental em todos os níveis**
- 5.5. **Promover gestões para a instalação de escritórios dos órgãos ambientais no Município**
- 5.6. **Apoiar iniciativas de organização da sociedade em defesa dos recursos naturais**
- 5.7. **Fazer cumprir as leis de proteção dos recursos naturais**
- 5.8. **Divulgar o disque-denúncia junto aos órgãos competentes para ampliar o controle da qualidade ambiental**
- 5.9. **Recuperar as áreas degradadas na área urbana**
- 5.10. **Garantir a perenidade dos recursos hídricos, inclusive na área rural**
- 5.11. **Dar prioridade à recuperação das margens dos córregos Praia e Prainha, por meio da elaboração de projeto e implantação de uma área de esporte, lazer**

ESTRATÉGIA 6 – Organizar um espaço urbano de qualidade, com a valorização do Centro Histórico como Patrimônio Cultural Nacional

Estratégia proposta para permitir a organização e tratamento das áreas urbanas da sede municipal e dos distritos, a distribuição e compatibilização dos usos e da

ocupação do solo urbano, a hierarquização do sistema viário e o tratamento paisagístico, de forma a tornar os espaços urbanos agradáveis e funcionais.

Sua implementação será feita mediante:

- delimitação topográfica da poligonal dos perímetros da Macrozonas urbanas da sede municipal e dos distritos para permitir a elaboração de projeto de lei a ser encaminhado à aprovação por parte do Poder Legislativo;
- delimitação das zonas homogêneas de uso estabelecidas pela Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano do Município de Natividade, com base na delimitação do Perímetro Urbano e no levantamento topográfico planialtimétrico, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável;
- orientação técnica e apoio aos moradores para que possam manter as fachadas de suas edificações sempre bem tratadas, garantindo o valor do patrimônio cultural no centro histórico e a harmonia com este conjunto no restante da Cidade;
- criação de parque urbano e espaços livres de uso público arborizados e ajardinados para integração da Cidade aos córregos Praia e Prainha e à serra da Natividade, articulando as Áreas de Preservação Permanente e demais espaços naturais, na criação de uma paisagem urbana de unicidade entre o meio ambiente natural e o construído;
- hierarquização das vias urbanas de forma a melhor orientar o tráfego de veículos, criar áreas de estacionamento e zonas de pedestrianização para valorizar o centro histórico, integrar espacialmente os diferentes bairros da Cidade, criar eixos de articulação viária, vias laterais à rodovia TO-050, valorizar a circulação de pedestres e ciclistas e oferecer condições para a circulação de pessoas portadoras de necessidades especiais de locomoção;
- definição de área, elaboração de projeto e construção de novo Terminal Rodoviário, adequado à hierarquização do sistema viário urbano e sua articulação com o sistema rodoviário, eliminando o tráfego de ônibus no trama urbana, em especial no centro histórico;
- valorização das vias e logradouros públicos por meio da elaboração de projeto, implantação e manutenção de mobiliário urbano (abrigos para passageiros de ônibus, placas de sinalização, painéis informativos e de publicidade, jardineiras, telefones públicos, luminárias, terminais bancários eletrônicos, estacionamentos de bicicletas, lixeiras, estátuas e outros monumentos) de qualidade em toda a Cidade, arborização, diferenciação de pavimentação e calçadas, sistema padronizado de nomenclatura de vias e logradouros e numeração dos imóveis, além da manutenção permanente da limpeza urbana;
- estabelecimento de formas de acesso dos turistas ao centro histórico, evitando congestionamentos, oferecendo áreas de estacionamento fora da área tombada e oferecendo alternativas de transporte às pessoas com dificuldade de percorrê-lo a pé;

- criação de áreas fora do centro histórico para a localização de atividades incompatíveis com a preservação deste patrimônio cultural e criação de áreas especiais para a instalação de empreendimentos e atividades industriais ou comerciais de grande porte (material de construção, madeira, concessionárias de veículos, estaleiros de reparação de embarcações etc.);
- revisão do Código de Edificações da Cidade de Natividade para sua adequação às diretrizes do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável e da Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano, estendendo sua aplicabilidade às sedes dos distritos de Príncipe e Bonfim, bem como organização da fiscalização municipal para a orientação aos proprietários quanto à importância dessas normas, além da atribuição de controle do respeito às mesmas;
- divisão da Cidade em bairros, para criar áreas homogêneas com continuidade geográfica e configuração assemelhada, com limites estabelecidos em respeito às tradições locais, com vistas à descentralização administrativa e à utilização racional dos recursos para o desenvolvimento.

AÇÕES:

- 6.1. Delimitar o perímetro urbano da sede municipal e dos distritos de Príncipe e de Bonfim**
- 6.2. Definir os usos e ocupações permitidas nas diferentes zonas da sede municipal e dos distritos**
- 6.3. Promover a delimitação do abairramento na sede municipal**
- 6.4. Revisar e divulgar a legislação municipal sobre o patrimônio cultural para obter a participação da população na preservação do conjunto urbanístico e arquitetônico**
- 6.5. Divulgar a legislação e normas regulamentadoras sobre o patrimônio cultural**
- 6.6. Promover gestões junto ao IPHAN para o fortalecimento de sua atuação educadora e orientadora no Município**
- 6.7. Articular-se com os programas que tratam do patrimônio cultural, em particular o Programa MONUMENTA para implementação das ações propostas**
- 6.8. Estabelecer normas edilícias para as novas construções, em harmonia com o patrimônio arquitetônico, particularmente na zona de transição do Centro Histórico**
- 6.9. Criar um sistema de áreas verdes, entendidas como espaços de uso público arborizados em forma de largos, praças e parques urbanos, destinadas às atividades de contemplação e repouso, que aproxime a Cidade da Serra da Natividade e dos córregos Praia e Prainha**
- 6.10. Criar espaços adequados para o funcionamento do comércio ambulante, particularmente nos períodos de festejos e alta temporada do turismo, na sede municipal e nos distritos de Bonfim e Príncipe;**
- 6.11. Estruturar, hierarquizar e sinalizar o sistema viário com valorização da circulação de pedestres, principalmente no Centro Histórico;**

- 6.12. Normalizar a nomenclatura das vias e logradouros públicos e a numeração dos imóveis urbanos
- 6.13. Dar tratamento adequado às vias urbanas e logradouros públicos
- 6.14. Implantar e manter mobiliário urbano de qualidade, incluindo a sinalização indicativa dos monumentos
- 6.15. Facilitar e regularizar a circulação de pedestre, em especial dos portadores de necessidades especiais.
- 6.16. Construir ciclovias
- 6.17. Transferir e ampliar o Terminal Rodoviário
- 6.18. Ampliar e melhorar a iluminação pública
- 6.19. Arborizar a Cidade e estimular os “quintais verdes”
- 6.20. Rever e implantar o plano de circulação e estacionamento no centro histórico
- 6.21. Estudar a viabilidade de implantação da fiação elétrica e telefônica subterrânea no Centro Histórico;
- 6.22. Retirar a circulação de veículos pesados no centro histórico
- 6.23. Implantar área de comércio de grande porte fora do centro histórico
- 6.24. Criar áreas de estacionamento para veículos de turismo fora do Centro Histórico
- 6.25. Estimular a preservação do patrimônio arquitetônico pelos proprietários;

ESTRATÉGIA 7 – Garantir a todos os cidadãos moradia digna e acesso à educação, saúde, cultura, esporte e lazer

Estratégia proposta para assegurar condições adequadas de habitabilidade às residências, a serem atendidas com saneamento ambiental, energia elétrica e iluminação pública. Visa, ainda, a oferta bem distribuída de equipamentos urbanos e comunitários a todos os habitantes do Município.

Deverá ter sua implementação concretizada por meio de:

- Estabelecimento de mecanismos de oferta de habitações adequadas às diferentes camadas da população, utilizando-se da captação de recursos dos programas existentes nas outras esferas de governo, bem como a instituição de programa de orientação técnica aos proprietários que desejem construir ou melhorar as condições de habitabilidade de suas residências;
- Adoção de medidas e políticas que desestimulem a prática de retenção especulativa de imóveis nas áreas urbanizadas e a existência de áreas vazias ou subutilizadas;
- Gestões junto ao governo estadual e à concessionária de água e esgoto para solução definitiva do problema de abastecimento de água, sem interrupções e com qualidade, para a implantação de rede coletora e estação de tratamento de esgotos sanitário e para a implantação do sistema de drenagem pluvial na sede municipal e dos distritos;
- Retomada do programa de capacitação dos profissionais de educação e de adequação dos currículos escolares à realidade regional, bem como

estabelecimento de programa sistemático de modernização e manutenção das instalações físicas e equipamentos da rede escolar, de universalização do acesso à educação pela ampliação da oferta de vagas, desde a educação infantil até os cursos profissionalizantes de nível médio, direcionados para a vocação econômica regional;

- fortalecimento das ações de saúde, por meio da ampliação da rede física de atendimento; capacitação das equipes de saúde; ênfase às ações de medicina preventiva, com vistas a reduzir a necessidade de atendimento ambulatorial, melhorando sua eficiência; articulação com os organismos estaduais e federais de saúde com vistas a obter melhor aparelhamento e instalações para o hospital local e a estruturação de equipes médicas e paramédicas para melhor atendimento de urgência e emergência;
- resgate da cultura local, com a promoção de eventos culturais, manifestações folclóricas tradicionais e valorização dos artistas locais e das festas de cunho religioso ou popular;
- estímulo à prática do esporte e lazer por meio da criação de espaços adequados para a prática esportiva, áreas de lazer e entretenimento, particularmente entre o centro histórico e a serra e do estímulo à criação de calendário esportivo e de torneios entre os bairros e entre as escolas;
- solução para a gestão dos resíduos sólidos por meio da melhoria da coleta e varrição urbana, implantação de coleta seletiva e construção de aterro sanitário para a remoção do “lixão” da área atualmente ocupada, com sua recuperação.

AÇÕES:

- 7.1. Estabelecer e implementar política habitacional eficiente**
- 7.2. Desestimular a retenção especulativa de imóveis urbanos**
- 7.3. Prestar orientação técnica aos moradores para a melhoria de suas residências**
- 7.4. Substituir a captação de água potável da sede do Município**
- 7.5. Implantar sistema de coleta e tratamento de esgoto sanitário**
- 7.6. Implantar sistema de drenagem pluvial em toda a Cidade**
- 7.7. Oferecer serviços regulares de limpeza urbana e coleta de lixo para toda a população**
- 7.8. Implantar aterro sanitário para remoção do “lixão” e remediar a área correspondente**
- 7.9. Aprimorar a qualidade da educação em todos os níveis**
- 7.10. Criar escolas profissionalizantes de nível médio**
- 7.11. Criar creches nos bairros para ampliar a oferta de educação infantil**
- 7.12. Reprogramar a educação rural de modo a permitir a iniciação atividades práticas nas pequenas propriedades, além dos campos experimentais do Colégio Agropecuário de Natividade**
- 7.13. Promover a aproximação entre o Colégio Agropecuário e a sociedade, para integração dos alunos à vida da cidade;**

- 7.14. Recuperar as dependências e espaços esportivos existentes e criar mecanismos de manutenção dos mesmos
- 7.15. Implantar espaços de entretenimento, esporte e lazer nas áreas verdes ao longo dos córregos Praia e Prainha
- 7.16. Fomentar o desenvolvimento das práticas esportivas e do lazer
- 7.17. Estimular o esporte nas escolas e torneios esportivos entre escolas, como forma de integração
- 7.18. Ampliar e modernizar os serviços de saúde
- 7.19. Ampliar e consolidar a estrutura física para a saúde
- 7.20. Ampliar e modernizar os serviços de urgência e emergência
- 7.21. Ampliar a oferta e criar mecanismos de manutenção de espaços culturais

ESTRATÉGIA 8 – Implementar um sistema de gestão municipal e urbana participativa e eficaz

Estratégia proposta para ampliar a capacidade de planejamento e gestão da Administração Municipal, a participação efetiva da iniciativa privada e da sociedade organizada, conforme determina o Estatuto da Cidade.

Deverá ser implementada por meio de:

- estruturação do conjunto de órgãos, normas, recursos humanos e técnicos para a coordenação das ações de desenvolvimento necessárias à implementação do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável, na forma de um Sistema de Planejamento e Gestão, cujas decisões deverão ser fundamentadas em dados e informações sistematicamente estruturadas e atualizadas, constituindo o Subsistema de Informações para a Gestão Municipal;
- estruturação de um processo participativo por meio da criação e efetivo funcionamento de um fórum qualificado, com participação do poder público, da iniciativa privada e da sociedade, com estímulo e fortalecimento do papel das associações de bairro, para orientar e monitorar o meio processo de planejamento e gestão municipal e urbana;
- ampliação da capacidade de planejamento e gestão do executivo Municipal pela adequação da estrutura organizacional, capacitação das equipes nos diferentes níveis, adequando-as aos novos procedimentos necessários à implementação das ações propostas pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável, como forma de elevar a eficiência e eficácia da gestão e de melhorar a qualidade dos serviços prestados à população;
- elaboração de levantamento topográfico plani - altimétrico cadastral e planos de urbanização para as sedes dos distritos, considerando as peculiaridades e potencialidades de cada um deles;
- oferecimento de apoio técnico e jurídico aos moradores em terrenos não regularizados para fins de regularização fundiária e para prevenir parcelamentos e ocupação irregulares no território municipal;

- articulação com os municípios vizinhos para o estabelecimento de parcerias ou outras formas de trabalho com vistas à racionalização e melhor aproveitamento dos recursos disponíveis para a superação de problemas comuns, principalmente nas áreas de saúde, segurança, educação e malha viária;

AÇÕES:

- 8.1. **Implantar o Sistema Municipal de Planejamento e Gestão, para monitoramento permanente da implementação das ações e avaliação bienal dos resultados**
- 8.2. **Implantar e manter atualizado o Subsistema de Informações para a Gestão Municipal, incluindo o Cadastro Multiutilitário**
- 8.3. **Criar e estruturar o Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável**
- 8.4. **Rever e modernizar a estrutura administrativa da Prefeitura Municipal**
- 8.5. **Fortalecer a prática do planejamento participativo**
- 8.6. **Elaborar plano de urbanização para as sedes dos distritos**
- 8.7. **Estimular a participação comunitária nas diferentes instâncias do planejamento, com incentivo à criação e fortalecimento das associações de bairros**
- 8.8. **Estimular a participação e utilização do Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural de Natividade, criado pelo Programa MONUMENTA, para a preservação dos imóveis.**
- 8.9. **Normalizar, implantar e estruturar a fiscalização municipal nos aspectos urbanísticos, edílios, ambientais, de posturas e tributários**
- 8.10. **Regulamentar o comércio ambulante na sede municipal e nos distritos**
- 8.11. **Promover o cadastramento e a regularização fundiária dos imóveis urbanos e rurais e dos parcelamentos urbanos**
- 8.12. **Modernizar a estrutura e mecanismos de arrecadação fiscal**
- 8.13. **Ampliar a articulação entre as diferentes áreas da Administração e com as outras esferas de governo**
- 8.14. **Estabelecer parcerias intermunicipais para a solução de problemas comuns, particularmente na área de saúde, segurança, educação e malha rodoviária**
- 8.15. **Estabelecer parcerias com o setor privado para a implementação de ações de desenvolvimento**
- 8.16. **Articular-se com o governo estadual e federal para a implantação da infraestrutura de polícia rodoviária federal**
- 8.17. **Promover gestões junto às empresas concessionárias para melhorar as condições do transporte intermunicipal e interestadual**

3.2 Inter-relacionamento Seqüencial das Ações de Desenvolvimento

Os programas de ações definidos para a implementação das estratégias propostas guardam entre si relações e seqüenciamento lógico, ou por serem dependentes uns dos outros ou por apresentarem graus de complexidade ou necessidades de

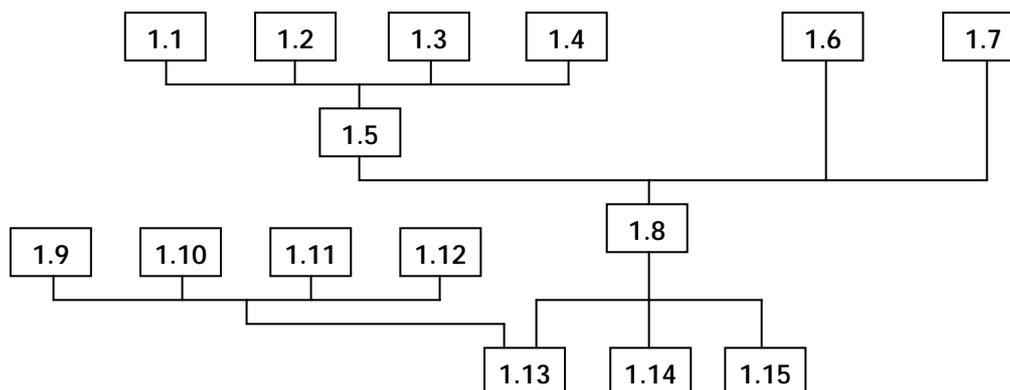
investimento diferenciados, resultando em tempos diferentes de execução. Por estas razões, deverão ser incluídos, gradativamente, no PPA e seus ajustes anuais e nos Orçamentos Anuais, na medida em que houver condições de serem executados.

Para indicar esse inter-relacionamento seqüencial, são apresentados a seguir os esquemas diagramáticos correspondentes a cada Estratégia.

ESTRATÉGIA 1 – Ampliar e diversificar a agropecuária no Município

AÇÕES

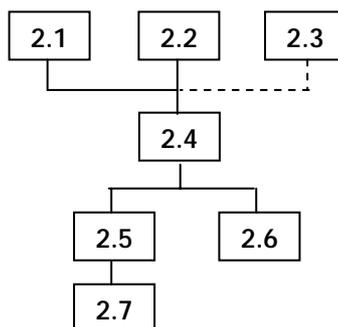
- 1.1. Estimular a implantação, renovação e melhoria das pastagens
- 1.2. Promover a ampliação do uso de tecnologia na pecuária bovina de cria e recria
- 1.3. Incentivar a seleção rigorosa das matrizes e reprodutores
- 1.4. Estimular o incremento da prática de inseminação artificial para melhoria dos rebanhos
- 1.5. Observar a obrigatoriedade da vacinação contra a febre aftosa dos rebanhos bovino e bubalino para garantir o *status* do Estado como de livre comércio dos rebanhos
- 1.6. Promover a diversificação da pecuária com ampliação das criações de pequenos animais, entre as pequenas e médias propriedades
- 1.7. Introduzir técnicas modernas de criação de pequenos animais
- 1.8. Estimular o maior controle sanitário dos rebanhos
- 1.9. Promover a ampliação, modernização, diversificação e verticalização da fruticultura
- 1.10. Valorizar as pequenas propriedades e a agricultura familiar, inclusive pela verticalização da produção
- 1.11. Ampliar os serviços de assistência técnica e extensão rural aos pequenos e médios proprietários
- 1.12. Favorecer o acesso ao crédito aos pequenos e médios proprietários
- 1.13. Estimular o desenvolvimento do empreendedorismo e do estabelecimento de formas associativas de criação de animais, de produção agrícola e de comercialização dos rebanhos e dos produtos;
- 1.14. Estimular e incentivar as atividades ligadas à pecuária de leite;
- 1.15. Implantar matadouro municipal



ESTRATÉGIA 2 – Reforçar a vocação mineradora do Município

AÇÕES

- 2.1. Estimular a ampliação da produção e distribuição de calcário para o setor agropecuário regional
- 2.2. Estimular a estruturação da exploração sustentável das jazidas de pedras ornamentais
- 2.3. Estimular a continuidade dos estudos de viabilidade técnica e econômico-financeira da exploração do ouro em minas subterrâneas
- 2.4. Promover a criação de postos avançados de comercialização das pedras ornamentais em mercados estratégicos do estado e das regiões próximas
- 2.5. Fiscalizar juntamente com os demais órgãos responsáveis, o cumprimento das exigências das licenças ambientais quanto aos passivos resultantes da mineração
- 2.6. Estimular o surgimento de novos empreendimentos relacionados com a mineração
- 2.7. Combater o garimpo irregular de ouro.

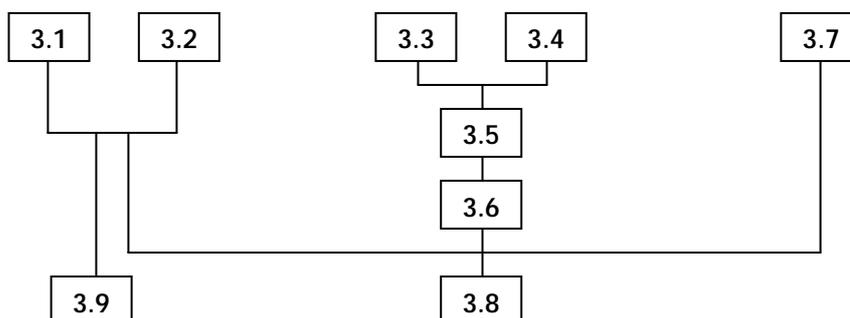


ESTRATÉGIA 3 – Fortalecer a vocação de entreposto regional de apoio ao setor agropecuário

AÇÕES

- 3.1. Fortalecer o Colégio Agropecuário de Natividade como instituição de capacitação profissional
- 3.2. Desenvolver no Colégio Agropecuário de Natividade a capacidade de estudos, pesquisas e experimentação para o setor agropecuário
- 3.3. Criar espaços e infra-estrutura para a implantação de novos empreendimentos;
- 3.4. Promover gestões para a facilitação do acesso a linhas de crédito para os diferentes empreendimentos
- 3.5. Atrair investimentos em empreendimentos fornecedores de insumos e comercializadores dos produtos
- 3.6. Estimular a diversificação dos setores de comércio e serviços

- 3.7. Melhorar as condições de trafegabilidade das estradas vicinais, e promover gestões junto aos órgãos competentes para a boa manutenção das intermunicipais e interestaduais
- 3.8. Estimular a criação de um pólo regional de agronegócios
- 3.9. Oportunizar assentamento para famílias de agricultores residentes na periferia da Cidade para implantação de projeto modelo de horticultura, fruticultura, e avicultura, por meio de parceria entre o Poder Público Municipal, INCRA, Secretaria do Patrimônio da União e Colégio Agropecuário de Natividade, com utilização de áreas desta unidade de ensino.

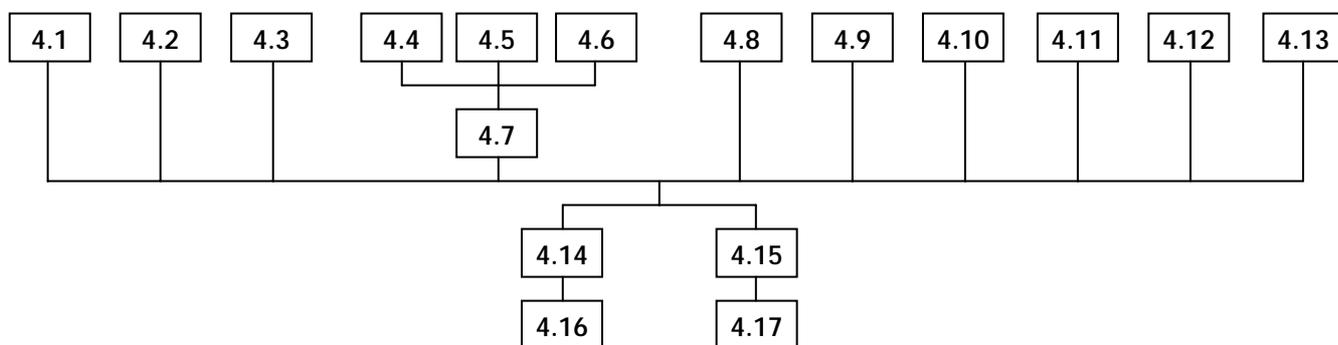


ESTRATÉGIA 4 – Estruturar produtos e roteiros turísticos para o mercado emissor regional

AÇÕES

- 4.1. Recuperar e valorizar o patrimônio urbanístico e arquitetônico do Centro Histórico para uso turístico
- 4.2. Organizar o turismo religioso no Distrito de Bonfim, de forma a ocorrer durante todo o ano
- 4.3. Organizar e divulgar calendário das festividades religiosas com atratividade regional
- 4.4. Capacitar os proprietários das fazendas nas quais se encontram os atrativos turísticos de natureza para a sua exploração racional, como forma de complementação de renda
- 4.5. Criar infra-estrutura de apoio nos locais de atrativos turísticos
- 4.6. Capacitar condutores de turismo
- 4.7. Estruturar roteiros de turismo de natureza e de ecoturismo de forma integrada e associativa entre as diferentes propriedades
- 4.8. Implantar centro de atendimento aos turistas na Cidade
- 4.9. Atrair novos estabelecimentos de hospedagem e alimentação de qualidade, com valorização da culinária local
- 4.10. Estimular o desenvolvimento e comercialização do artesanato, como produção associada ao turismo
- 4.11. Resgatar e incentivar os artistas, as manifestações e as tradições culturais

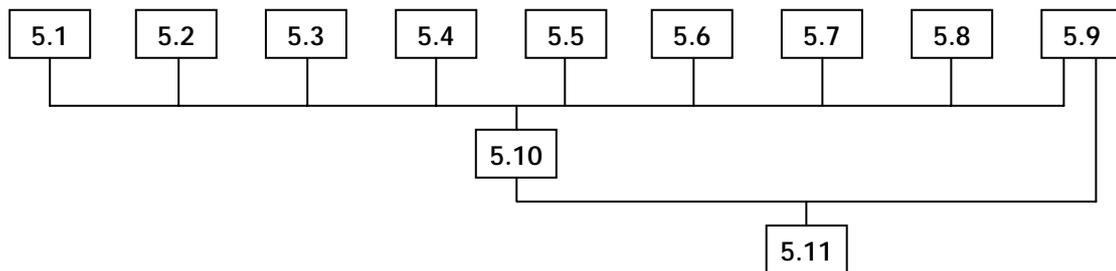
- 4.12 Promover a capacitação gerencial e operacional dos comerciantes e prestadores de serviços turísticos
- 4.13. Promover a educação para o turismo
- 4.14. Organizar sistema de divulgação e comercialização dos produtos e roteiros turísticos
- 4.15. Estruturar a gestão do turismo na Administração Municipal.
- 4.16 Articular-se com outras regiões do estado, particularmente o Jalapão, Dianópolis e Taguatinga para a comercialização de roteiros complementares de turismo
- 4.17. Articular-se com os governos estadual e municipais para priorizar o turismo no Estado



ESTRATÉGIA 5 – Proteger e valorizar os recursos naturais

AÇÕES

- 5.1. Recuperar e proteger as Áreas de Preservação Permanente na área urbana e rural
- 5.2. Promover gestões para o controle efetivo da delimitação e manutenção das reservas legais das propriedades rurais
- 5.3. Evitar as queimadas
- 5.4. Promover a educação ambiental em todos os níveis
- 5.5. Promover gestões para a instalação de escritórios dos órgãos ambientais no Município
- 5.6. Apoiar iniciativas de organização da sociedade em defesa dos recursos naturais
- 5.7. Fazer cumprir as leis de proteção dos recursos naturais
- 5.8. Divulgar o disque-denúncia junto aos órgãos competentes para ampliar o controle da qualidade ambiental
- 5.9. Recuperar as áreas degradadas na área urbana
- 5.10. Garantir a perenidade dos recursos hídricos, inclusive na área rural
- 5.11. Dar prioridade à recuperação das margens dos córregos Praia e Prainha, por meio da elaboração de projeto e implantação de uma área de esporte, lazer

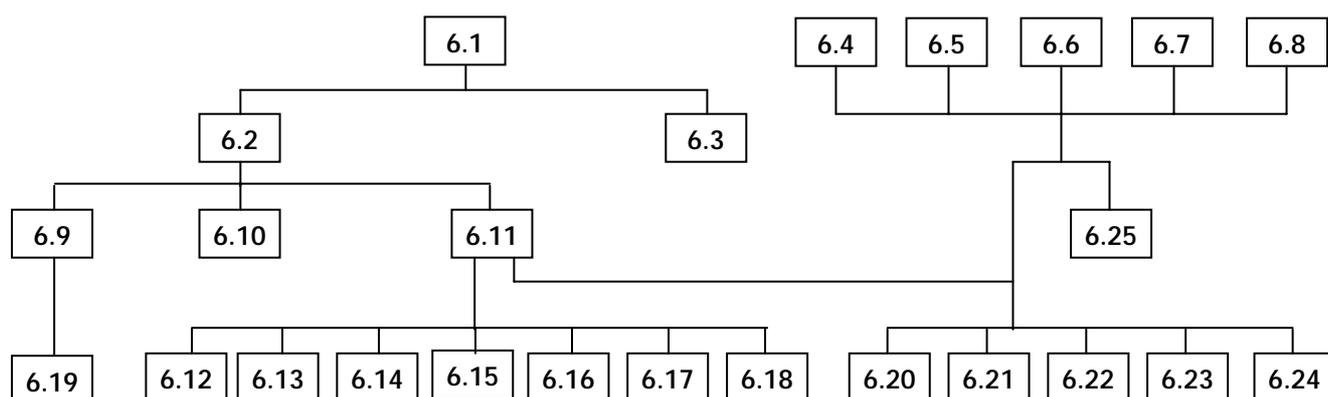


ESTRATÉGIA 6 – Organizar um espaço urbano de qualidade, com a valorização do Centro Histórico como Patrimônio Cultural Nacional

AÇÕES

- 6.1. Delimitar o perímetro urbano da sede municipal e dos distritos de Príncipe e de Bonfim
- 6.2. Definir os usos e ocupações permitidas nas diferentes zonas da sede municipal e dos distritos
- 6.3. Promover a delimitação do abairramento na sede municipal
- 6.4. Revisar e divulgar a legislação municipal sobre o patrimônio cultural para obter a participação da população na preservação do conjunto urbanístico e arquitetônico
- 6.5. Divulgar a legislação e normas regulamentadoras sobre o patrimônio cultural
- 6.6. Promover gestões junto ao IPHAN para o fortalecimento de sua atuação educadora e orientadora no Município
- 6.7. Articular-se com os programas que tratam do patrimônio cultural, em particular o Programa MONUMENTA para implementação das ações propostas
- 6.8. Estabelecer normas edilícias para as novas construções, em harmonia com o patrimônio arquitetônico, particularmente na zona de transição do Centro Histórico
- 6.9. Criar um sistema de áreas verdes, entendidas como espaços de uso público arborizados em forma de largos, praças e parques urbanos, destinadas às atividades de contemplação e repouso, que aproxime a Cidade da Serra da Natividade e dos córregos Praia e Prainha
- 6.10. Criar espaços adequados para o funcionamento do comércio ambulante, particularmente nos períodos de festejos e alta temporada do turismo, na sede municipal e nos distritos de Bonfim e Príncipe;
- 6.11. Estruturar, hierarquizar e sinalizar o sistema viário com valorização da circulação de pedestres, principalmente no Centro Histórico;
- 6.12. Normalizar a nomenclatura das vias e logradouros públicos e a numeração dos imóveis urbanos
- 6.13. Dar tratamento adequado às vias urbanas e logradouros públicos

- 6.14. Implantar e manter mobiliário urbano de qualidade, incluindo a sinalização indicativa dos monumentos
- 6.15. Facilitar e regularizar a circulação de pedestre, em especial dos portadores de necessidades especiais.
- 6.16. Construir ciclovias
- 6.17. Transferir e ampliar o Terminal Rodoviário
- 6.18. Ampliar e melhorar a iluminação pública
- 6.19. Arborizar a Cidade e estimular os “quintais verdes”
- 6.20. Rever e implantar o plano de circulação e estacionamento no centro histórico
- 6.21. Estudar a viabilidade de implantação da fiação elétrica e telefônica subterrânea no Centro Histórico;
- 6.22. Retirar a circulação de veículos pesados no centro histórico
- 6.23. Implantar área de comércio de grande porte fora do centro histórico
- 6.24. Criar áreas de estacionamento para veículos de turismo fora do Centro Histórico
- 6.25. Estimular a preservação do patrimônio arquitetônico pelos proprietários;

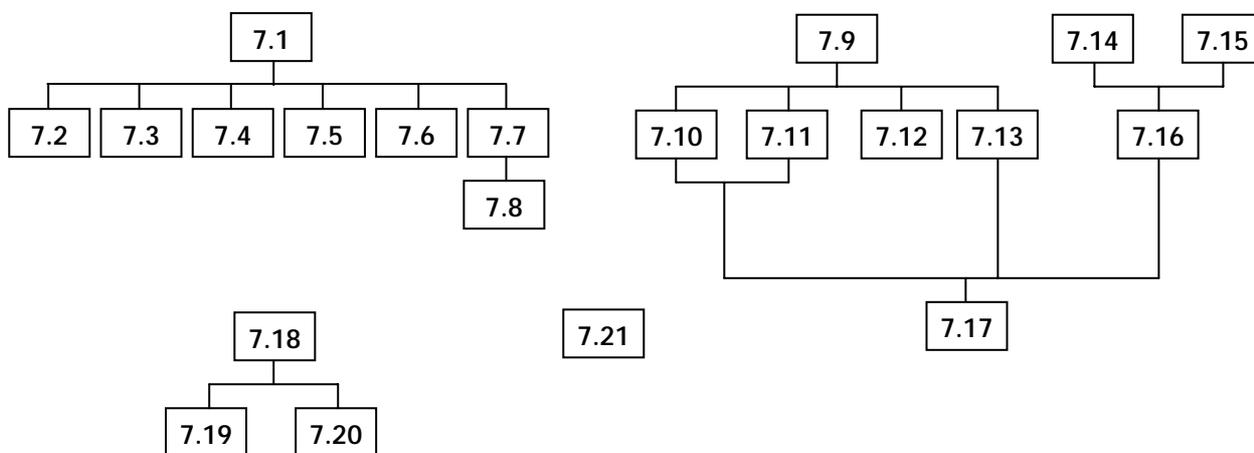


ESTRATÉGIA 7 – Garantir a todos os cidadãos moradia digna e acesso à educação, saúde, cultura, esporte e lazer

AÇÕES

- 7.1. Estabelecer e implementar política habitacional eficiente
- 7.2. Desestimular a retenção especulativa de imóveis urbanos
- 7.3. Prestar orientação técnica aos moradores para a melhoria de suas residências
- 7.4. Substituir a captação de água potável da sede do Município
- 7.5. Implantar sistema de coleta e tratamento de esgoto sanitário
- 7.6. Implantar sistema de drenagem pluvial em toda a Cidade
- 7.7. Oferecer serviços regulares de limpeza urbana e coleta de lixo para toda a população
- 7.8. Implantar aterro sanitário para remoção do “lixão” e remediar a área correspondente

- 7.9. Aprimorar a qualidade da educação em todos os níveis
- 7.10. Criar escolas profissionalizantes de nível médio
- 7.11. Criar creches nos bairros para ampliar a oferta de educação infantil
- 7.12. Reprogramar a educação rural de modo a permitir a iniciação atividades práticas nas pequenas propriedades, além dos campos experimentais do Colégio Agropecuário de Natividade
- 7.13. Promover a aproximação entre o Colégio Agropecuário e a sociedade, para integração dos alunos à vida da cidade;
- 7.14. Recuperar as dependências e espaços esportivos existentes e criar mecanismos de manutenção dos mesmos
- 7.15. Implantar espaços de entretenimento, esporte e lazer nas áreas verdes ao longo dos córregos Praia e Prainha
- 7.16. Fomentar o desenvolvimento das práticas esportivas e do lazer
- 7.17. Estimular o esporte nas escolas e torneios esportivos entre escolas, como forma de integração
- 7.18. Ampliar e modernizar os serviços de saúde
- 7.19. Ampliar e consolidar a estrutura física para a saúde
- 7.20. Ampliar e modernizar os serviços de urgência e emergência
- 7.21. Ampliar a oferta e criar mecanismos de manutenção de espaços culturais

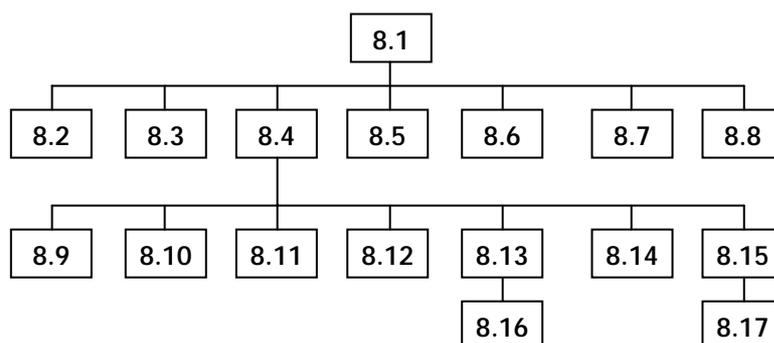


ESTRATÉGIA 8 – Implementar um sistema de gestão municipal e urbana participativa e eficaz

AÇÕES

- 8.1. Implantar o Sistema Municipal de Planejamento e Gestão, para monitoramento permanente da implementação das ações e avaliação bienal dos resultados
- 8.2. Implantar e manter atualizado o Subsistema de Informações para a Gestão Municipal, incluindo o Cadastro Multiutilitário
- 8.3. Criar e estruturar o Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável

- 8.4. Rever e modernizar a estrutura administrativa da Prefeitura Municipal
- 8.5. Fortalecer a prática do planejamento participativo
- 8.6. Elaborar plano de urbanização para as sedes dos distritos
- 8.7. Estimular a participação comunitária nas diferentes instâncias do planejamento, com incentivo à criação e fortalecimento das associações de bairros
- 8.8. Estimular a participação e utilização do Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural de Natividade, criado pelo Programa MONUMENTA, para a preservação dos imóveis.
- 8.9. Normalizar, implantar e estruturar a fiscalização municipal nos aspectos urbanísticos, edílios, ambientais, de posturas e tributários
- 8.10. Regulamentar o comércio ambulante na sede municipal e nos distritos
- 8.11. Promover o cadastramento e a regularização fundiária dos imóveis urbanos e rurais e dos parcelamentos urbanos
- 8.12. Modernizar a estrutura e mecanismos de arrecadação fiscal
- 8.13. Ampliar a articulação entre as diferentes áreas da Administração e com as outras esferas de governo
- 8.14. Estabelecer parcerias intermunicipais para a solução de problemas comuns, particularmente na área de saúde, segurança, educação e malha rodoviária
- 8.15. Estabelecer parcerias com o setor privado para a implementação de ações de desenvolvimento
- 8.16. Articular-se com o governo estadual e federal para a implantação da infraestrutura de polícia rodoviária federal
- 8.17. Promover gestões junto às empresas concessionárias para melhorar as condições do transporte intermunicipal e interestadual



4. Indicações para o Sistema de Planejamento e Gestão

4.1. Concepção

O processo de planejamento e gestão municipal deve ser ocorrer de forma contínua e integrada entre todos os níveis da Administração. O planejamento implica necessariamente **transformação**. É, portanto, uma reflexão que **precede e preside** a tomada de decisão quanto às ações a serem implementadas para se viabilizarem objetivos e estratégias de interesse coletivo, no sentido de transformar a realidade atual em uma nova situação desejada por todos.

O Sistema Municipal de Planejamento e Gestão proposto para Natividade deve buscar alcançar o objetivo definido no Plano Diretor mediante o planejamento estratégico, cuja principal finalidade é conceber o futuro desejado e programar as medidas para o alcançar.

O Sistema Municipal de Planejamento e Gestão é formado pelo conjunto de órgãos, normas, recursos humanos e técnicos que possibilita a criação das condições de implementação do processo de desenvolvimento sustentável para o Município.

Tem como objetivos:

- I. a coordenação das ações dos setores público e privado e da sociedade civil organizada;
- II. a integração das diferentes ações, com seus respectivos programas, projetos e atividades, destinados a implementar as estratégias da política de desenvolvimento sustentável e expansão urbana;
- III. a modernização e dinamização da ação governamental.

O Sistema Municipal de Planejamento e Gestão é uma sucessão contínua, cíclica e permanente de atividades, envolvendo a verificação objetiva da realidade, a formulação de objetivos e estratégias para a transformação pretendida, a definição, detalhamento, execução, acompanhamento e monitoramento de ações, a avaliação de resultados e a correção de rumos, com retorno ao início do ciclo.

A implementação de tal processo exige:

- I. instrumentos adequados de planejamento, nos diferentes níveis decisórios;
- II. estrutura organizacional específica;
- III. sistema de informações estruturado e permanentemente atualizado;
- IV. mecanismos de monitoramento das ações e avaliação dos resultados e impactos;
- V. participação popular efetiva.

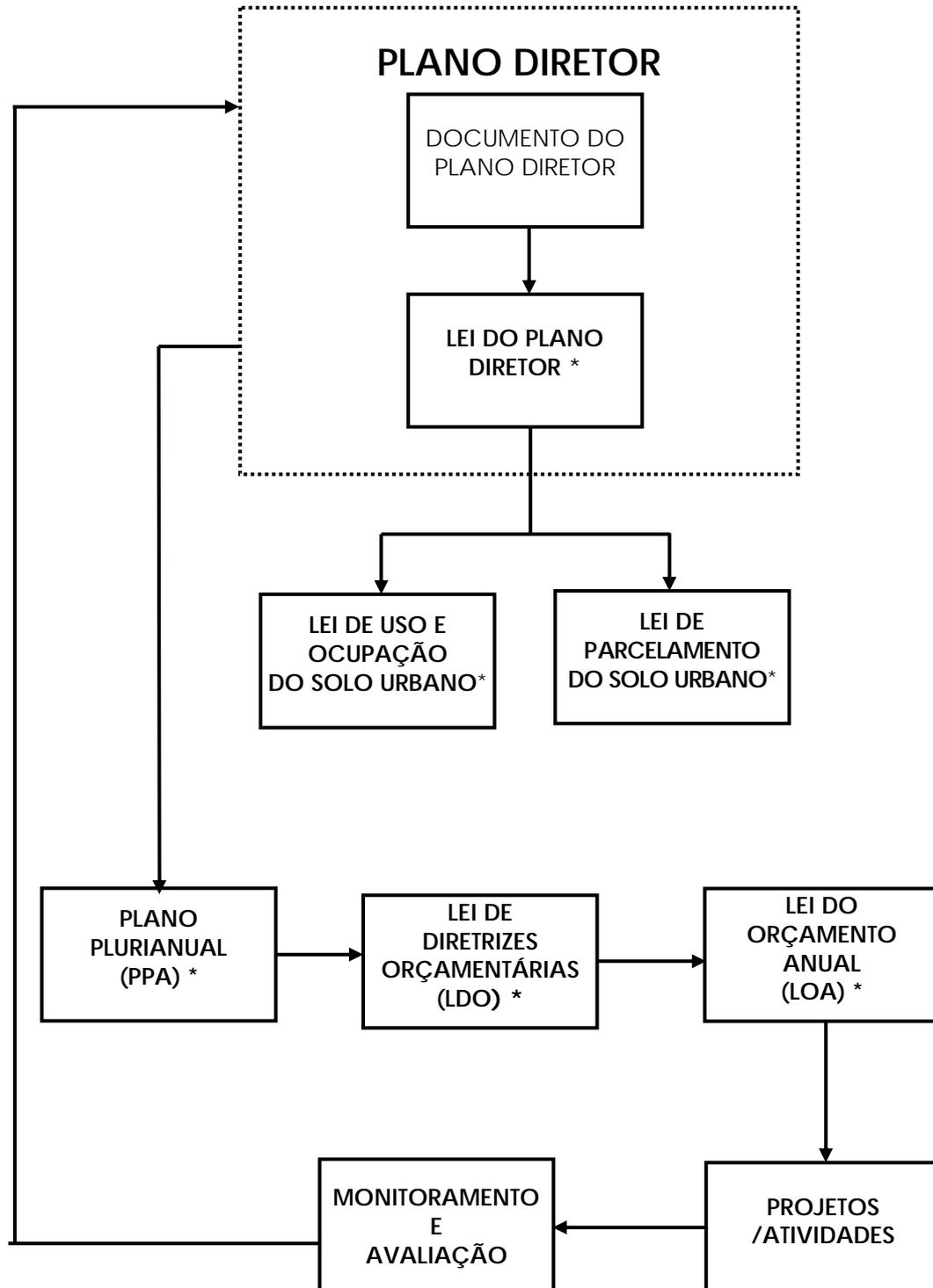
4.2. Instrumentos de Planejamento e Gestão

Os instrumentos de planejamento e gestão municipal são vários, sendo o Plano Diretor o primeiro deles. Como instrumento básico da política de desenvolvimento sustentável e de expansão urbana, o Plano Diretor define, no nível macro, os rumos do desenvolvimento municipal e urbano, estabelece objetivos, diretrizes e estratégias para a promoção deste desenvolvimento. Por não ser o único instrumento, requer desdobramentos distintos:

- I. de um lado, precisa de uma legislação urbanística e edilícia e outros instrumentos capazes de fazer cumprir as suas determinações, particularmente, as Leis de Uso e Ocupação do Solo nas Macrozonas Urbanas do Município de Natividade, de Parcelamento do Solo Urbano do Município de Natividade, o Código de Edificações da Cidade de Natividade; e
- II. de outra parte, demanda o detalhamento viabilizado pelo Plano Plurianual, para um quadriênio móvel, com ajustes a cada ano, possibilitando correções das formulações iniciais do Plano Diretor. A tradução anual das ações e investimentos previstos no Plano Plurianual é feita pelas Leis de Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual. A partir daí, é possível elaborar e executar os projetos de ações específicas.

A elaboração dos instrumentos indicados no diagrama indicativo do processo de planejamento e gestão, a seguir, é de competência privativa da Administração Municipal, devendo todas as leis ser submetidas à aprovação pela Câmara de Vereadores. A implementação das ações é responsabilidade do Executivo Municipal, cabendo à Câmara de Vereadores fiscalizar o fiel cumprimento da legislação aprovada.

DIAGRAMA DO PROCESSO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO



4.3. Estrutura Organizacional

O Sistema Municipal de Planejamento e Gestão demanda uma estrutura organizacional específica, com diferentes instâncias decisórias, compreendendo a elaboração, aprovação e execução dos planos setoriais, programas e ações, o monitoramento da sua implementação e a avaliação dos resultados e impactos. Esta estrutura deve propiciar a atuação dos diversos atores responsáveis pelo futuro do Município e fomentar a participação dos cidadãos nos processos decisórios.

Para Natividade é proposta uma estrutura composta pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável, pelo Órgão Central de Planejamento, representado pela Assessoria Especial da Prefeitura Municipal, e pelos Órgãos Executores, representados pelas Secretarias Municipais, seus correspondentes Conselhos Municipais e entidades da Administração Indireta e Fundacional da Prefeitura Municipal.

4.3.1. Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável

O Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável é o órgão de deliberação superior do Sistema Municipal de Planejamento e Gestão, atuando como colegiado representativo do poder público e dos vários segmentos sociais e como fórum no qual são debatidos e definidos as prioridades e os projetos estratégicos do Município.

Composto pelo Prefeito Municipal, como seu Presidente, e representantes do Poder Executivo Municipal, da Câmara Municipal, do setor empresarial e do terceiro setor, tem a competência de deliberar, no âmbito do Poder Executivo, quanto aos processos de implementação, atualização, monitoramento e avaliação do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável do Município de Natividade, do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei do Orçamento Anual, antes do seu encaminhamento à Câmara Municipal.

O Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável deve reunir-se, no mínimo, uma vez por mês, em sessões públicas, delas podendo participar qualquer cidadão.

O Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável poderá constituir Câmaras Temáticas para subsidiar, com estudos, pesquisas, pareceres e outros procedimentos técnicos, suas discussões e deliberações, particularmente nas questões referentes a políticas setoriais do Município, como as políticas de habitação, meio ambiente, uso e ocupação do solo, dentre outras.

4.3.2. Órgão Central de Planejamento

A Assessoria Especial da Prefeitura Municipal é o órgão central do Sistema Municipal de Planejamento e Gestão. Deve atuar como *staff* do Gabinete do Prefeito e se responsabilizar pela promoção, acompanhamento e monitoramento dos planos e ações necessárias à implementação da Política de Desenvolvimento Sustentável do Município.

Como órgão central de Planejamento, a Assessoria Especial deve ter as seguintes competências:

- coordenar o Sistema Municipal de Planejamento e Gestão de Natividade;
- promover a articulação entre os organismos componentes do Sistema na definição das diretrizes e ações estratégicas para desenvolvimento sustentável do Município;
- coordenar a elaboração de projetos inter e multissetoriais relativos às linhas estratégicas do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável do Município de Natividade;
- coordenar, orientar e consolidar, de forma integrada com os organismos componentes do Sistema Municipal de Planejamento e Gestão, em especial com a Secretaria Municipal de Administração, a elaboração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei de Orçamento Anual;
- acompanhar, monitorar e avaliar a implementação das ações estratégicas, utilizando um conjunto de procedimentos e indicadores de resultados e de impacto;
- estruturar, manter e operar o Subsistema de Informações para a Gestão Municipal;
- prestar o suporte técnico e administrativo necessário ao funcionamento do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável.

4.3.3. Órgãos Executores das Ações de Desenvolvimento

Todas as Secretarias Municipais e seus respectivos Conselhos, assim como as entidades da Administração Indireta e Fundacional, compõem os órgãos executores do Sistema Municipal de Planejamento e Gestão. São eles que desenvolvem os projetos e implementam as ações definidas pelo Plano Diretor, desdobradas no Plano Plurianual e no Orçamento Anual.

Como executores, participam ativamente do acompanhamento e monitoramento dessa implementação, promovendo os ajustes necessários durante o processo de execução das ações.

4.4. Subsistema de Informações para a Gestão Municipal

A finalidade principal de qualquer sistema de informações é subsidiar a tomada de decisão nos diversos níveis de planejamento e gestão, com vistas a promover as transformações pretendidas sobre determinada realidade.

As políticas, estratégias, objetivos, planos e programas subordinam-se a uma hierarquia de decisões, com maior ou menor grau de detalhamento, dependendo do nível decisório, gerencial ou operacional das ações. Portanto, o estabelecimento de qualquer Sistema de Informações deve fundamentar-se em uma clara definição prévia de PARA QUÊ, PARA QUEM, O QUÊ, QUANTO e COMO será criado, bem como de qual será o USO das informações a serem produzidas.

Convém salientar que os conteúdos e oportunidades das informações também podem diferenciar bastante. Nos níveis superiores de decisão as informações têm um caráter programático, de formulação de políticas e de avaliação dos impactos decorrentes de sua implementação, demandando ambos tempos maiores de maturação e mensuração; já as decisões no nível operativo tratam demandam maior detalhamento e especificidade das informações que devem permitir o monitoramento da execução imediata e o controle imediato dos resultados relativos ao cumprimento de planos de metas estabelecidos.

Um sistema de informações deve, portanto, ser capaz de produzir dados diferenciados, com níveis de detalhamento e desagregação distintos, em tempos variados para municiar os diversos níveis de planejamento e gestão. De igual sorte, deve ser capaz de produzir indicadores também diferenciados para cada instância decisória, em cada campo de atuação.

4.4.1. Concepção

O **Subsistema de Informações para a Gestão Municipal** destina-se a organizar e a disseminar informações sobre a população e o território municipal, assim como sobre suas inter-relações, com o objetivo de oferecer subsídios e apoio ao Sistema Municipal de Planejamento e Gestão.

Este Subsistema é uma das mais importantes ferramentas de apoio ao planejamento e gestão e deve fornecer à Administração Municipal, ao setor privado e à sociedade, com agilidade, confiabilidade e precisão adequadas, dados, informações e indicadores necessários ao conhecimento da realidade econômica, sócio-cultural,

físico-ambiental, urbanística e institucional de Natividade, como subsídio à tomada de decisão, em especial, quanto à gestão do território e dos espaços urbanos.

Cabe destacar que o Subsistema de Informações para a Gestão Municipal é elemento fundamental na atualização automática das Plantas de Valores, para definição das bases de cálculo do IPTU e para o monitoramento e avaliação da implementação das estratégias e ações definidas no Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável.

4.4.2. Organismos Participantes

Como órgão central do Sistema Municipal de Planejamento e Gestão, a Assessoria Especial da Prefeitura Municipal deve responsabilizar-se pela implantação e permanente atualização do Subsistema de Informações para a Gestão Municipal.

São integrantes deste Subsistema os participantes do Sistema Municipal de Planejamento e Gestão, todos os setores da Administração Municipal e as entidades públicas e privadas responsáveis por ações setoriais do desenvolvimento municipal e urbano.

Além dos organismos participantes, deve ficar assegurado a todo cidadão o acesso às informações constantes do Subsistema de Informações para a Gestão Municipal.

4.4.3. Conteúdo Básico

O Subsistema de Informações para a Gestão Municipal deve ser composto pelos dados e informações necessários à tomada de decisões quanto ao processo de planejamento e gestão municipal, nas suas diferentes instâncias, e à viabilização da ação operativa dos organismos diretamente envolvidos com a execução das ações. Deve, ainda, permitir o estabelecimento de indicadores para o acompanhamento e monitoramento da implementação das ações, bem como para avaliação dos resultados e impactos decorrentes.

O Subsistema de Informações para a Gestão Municipal deve reconhecer cinco grandes conjuntos de conteúdo de dados a serem levantados:

- O território municipal;
- A população residente;
- Os recursos disponíveis e aplicados: humanos, físicos e financeiros;
- As ações desenvolvidas; e
- O ambiente externo.

Cada conjunto pode ter módulos com conteúdos específicos, de acordo com o grau ou similitude ou correlação dos dados produzidos pelos diferentes integrantes do Subsistema. Além disto, deverá abrigar um Cadastro Multiutilitário único sobre o qual poderão ser referenciadas todas as informações necessárias ao Sistema Municipal de Planejamento e Gestão.

Dentre os dados e informações a comporem os cinco conjuntos mencionados, cabe destacar:

- os aspectos demográficos;
- as atividades econômicas e o mercado de trabalho;
- o uso e a ocupação do solo;
- a habitação, os equipamentos urbanos e comunitários e o sistema viário e de transportes;
- a qualidade ambiental e a saúde pública;
- a questão educacional;
- as Áreas de Preservação Permanente;
- as informações cartográficas do Município;
- as informações de natureza imobiliária, tributária e patrimonial.

4.4.4. Forma de Estruturação

O Subsistema de Informações para a Gestão Municipal deve ser estruturado como um sistema aberto e dinâmico, envolvendo e comprometendo todos os organismos participantes.

Cada um destes organismos deve responsabilizar-se pela confiabilidade dos dados e informações fornecidos, bem como pela agilidade, qualidade e periodicidade de suas informações.

O Subsistema deve ser organizado em bases de dados, com informações de natureza:

- **alfanuméricas** (não-gráficas), compreendendo textos e tabelas para a descrição quantitativa e/ou qualitativa das diversas características do Município e seus núcleos urbanos; e
- **gráficas**, contendo as informações passíveis de serem representadas sob a forma de mapas, gráficos etc..

O Subsistema deverá permitir o acesso a tais informações separadamente na forma alfanumérica ou, gráfica, e, ainda, na forma combinada, alfanumérica e gráfica.

Como terá de lidar com volumes altamente expressivos de dados e informações, de distintas naturezas, o Subsistema de Informações para a Gestão Municipal deve utilizar-se de Sistemas de Informações Geográficas - SIG, para possibilitar o tratamento adequado dos dados e informações armazenados.

A operacionalização do Subsistema exigirá normas, padrões de entrada e saída, critérios de consistência dos dados e outros mecanismos que garantam o fluxo e a compatibilidade das informações entre os diversos integrantes do Subsistema.

4.4.5. Topologia

A topologia é a descrição e a localização dos diversos integrantes de um sistema de informações e o relacionamento entre os mesmos. Na fase final de operacionalização, o Subsistema de Informações para a Gestão Municipal deverá conter todos os seus integrantes, com recursos físicos e humanos necessários ao desempenho das diversas atividades.

O Subsistema de Informações para a Gestão Municipal deve ser instalado na Assessoria Especial da Prefeitura Municipal, órgão central de planejamento, portanto responsável por sua estruturação, implantação e permanente atualização.

O Subsistema deverá funcionar de modo distribuído, em rede, dentro da filosofia cliente/servidor¹ e/ou Internet. Não deve ter a responsabilidade pela análise interpretativa das informações armazenadas, pois esta deve ficar a cargo dos usuários do Subsistema, segundo as suas necessidades e áreas de competências.

4.4.6. Alimentação de Dados e Produção de Informações

Os dados para a alimentação e atualização do Subsistema de Informações para a Gestão Municipal deverão ser fornecidos, em meio magnético, segundo padrões e formatos previamente definidos, pelos diversos organismos participantes e a sua inclusão no Subsistema deve ser realizada pela Assessoria Especial da Prefeitura Municipal, como sua gestora.

Deve haver diferentes possibilidades de produção de informações, com suficiente flexibilidade para atender aos diferentes graus de agregação e detalhamento e à periodicidade de informações demandadas pelos diferentes níveis decisórios, nas distintas áreas de atuação do Sistema Municipal de Planejamento e Gestão. Deverão possibilitar, ainda, o atendimento a demandas individuais ou coletivas dos cidadãos.

¹ Filosofia de trabalho integrado em rede, no qual o servidor é encarregado do atendimento de certas tarefas e o cliente, com capacidade de processamento próprio, acessa o servidor.

4.5. Mecanismos de Monitoramento e Avaliação

Os mecanismos de monitoramento e avaliação, necessários à efetivação do processo de planejamento e gestão, devem ser criados a partir da construção ou seleção de indicadores para o exame objetivo de diferentes situações do processo, permitindo a verificação da ocorrência, ou não, de transformações na realidade local e regional.

Com vistas ao monitoramento, tais observações devem ser feitas antes e durante o processo de implementação das ações, para os eventuais ajustes e correções, com as ações ainda em curso.

Para a avaliação, deve ser feita uma primeira observação, logo após a conclusão das ações programadas, para verificação dos resultados, e outra, algum tempo depois, para medir os impactos resultantes das ações implementadas.

As formas, procedimentos, indicadores e os momentos das observações para o monitoramento e avaliação são definidos em função dos objetivos específicos de cada ação ou estratégia a que ela corresponde.

4.6. Participação Popular

Atualmente não é concebível que o Poder Público responda, isoladamente, por todo o processo de desenvolvimento municipal. As recomendações legais exigem a participação do setor privado e da sociedade organizada. Portanto, é imprescindível a participação tripartite no processo de desenvolvimento, com definição clara das responsabilidades de cada segmento no processo de desenvolvimento pretendido para o Município.

Há que se encontrar formas de participação e de estabelecimento de parcerias para a promoção pactuada deste processo, sem a qual não mais é possível vislumbrar desenvolvimento sustentável, em qualquer dimensão.

BIBLIOGRAFIA

- ALENCASTRE, José Martins Pereira de. **Anais da Província de Goiás**. SUDECO e Governo de Goiás, Goiânia, 1979.
- BERTRAN, Paulo. **Notícia Geral da Capitania de Goiás**. UCG-UFG, Goiânia, 1996.
- CÂMARA MUNICIPAL DE NATIVIDADE. **Lei orgânica do município de Natividade**, 1990
_____. **Regime jurídico único**, de 22/05/2001.
_____. **Código de posturas**, de 05/11/2002
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Estatuto da cidade-guia para implementação pelos municípios e cidadãos**. Brasília, 2001
- COURSON, Jacques de. **La prospective des territoires. concepts, méthodes, résultats**. Paris: Ministère de l'Équipement, des Transports et du Logement – Collections du CERTU, 1999.
- DIVERSOS. **Carta Consulta e Perfil de Natividade**. Programa MONUMENTA, MINC. Brasília 2001.
- GASPARINI, Diógenes. **O estatuto da cidade**. 1ª edição. São Paulo: Editora NDJ Ltda., 2002
- IPHAN - 14ª Superintendência Regional. **Legislação de proteção Natividade – TO**. Brasília: MinC / IPHAN, 1996
_____. **Bens Móveis e Imóveis Inscritos nos Livros do Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro: MinC / IPHAN, 1994
- MARCIAL, Elaine Coutinho e GRUMBACH, Raul José dos Santos. **Cenários prospectivos – como construir um futuro melhor**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- MINISTÉRIO DA CIDADE. **Plano Diretor Participativo. Guia para a elaboração pelos municípios e cidadãos**. Brasília: CONFEA / MCidades, 2004
- MUKAI, Toshio. **O estatuto da cidade. anotações à lei nº 10.257, de 10/07/2001**. São Paulo: Editora Saraiva, 2001.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE NATIVIDADE. **Lei nº 051/83. Código de Posturas do Município de Natividade**, 1983
_____. **Lei nº 983/92. Código de Edificações da Cidade de Natividade**, 1992
- PGR. **Legislação do Patrimônio Cultural, Vol. 2, Tomo II**. Procuradoria Geral da República/Ministério Público Federal, Brasília, 1993.
- RODRIGUES, J. Lopes. **NATIVIDADE, Fragmentos do Passado**. Palestra. Natividade, 1978.
- SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagens às Nascentes do Rio São Francisco e pela Província de Goyaz**.
- SANTOS, Antonio Miranda (organizador). **Monumentos Históricos de Natividade**. (Inédito) Fundação Cultural do Tocantins, Palmas, 2003
- SEDU. **Seminário sobre a lei nº 9.785, de 29 de janeiro de 1999 – parcelamento do solo urbano**. Brasília: Presidência da República – Secretaria de Desenvolvimento Urbano, 1999

SEPLAN – TO. **Atlas do Tocantins – subsídios ao planejamento da gestão territorial.**
Palmas: Governo do Estado do Tocantins – Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente – Diretoria de Zoneamento Ecológico-Econômico, 2003.

Página eletrônica www.eco.tur.br